



TJ RJ Magistratura **Últimas Provas** **100% Comentadas**

TJ-RJ (MAGISTRATURA): ÚLTIMAS PROVAS 100% COMENTADAS

INTRODUÇÃO

Olá, futuros magistrados e magistradas,

Foi publicado o edital para o ingresso na magistratura do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, com remuneração inicial de R\$ 35.845,21.

A inscrição preliminar dependerá da apresentação de comprovante de aprovação no Nacional da Magistratura - ENAM, será realizada pela internet, no site: www.vunesp.com.br, observado o horário oficial de Brasília, a partir das 10 horas do dia 07 de OUTUBRO de 2024 até às 23h59 horas do dia 30 de OUTUBRO de 2024.

Nesse momento, **é essencial que você estude as questões dos últimos concursos.**

Para te ajudar a dar esse gás “extra”, nós te entregamos as últimas provas de 1ª fase da magistratura do Rio de Janeiro, de 2019 e de 2023, inteiramente comentadas, para que você conheça o estilo de cobrança.

Treinar é essencial para um bom desempenho. Faça muitas questões. Nós te ajudaremos.

Vamos juntos?

Bons estudos!

Thiago Föetsch Dias de Carvalho, professor-coordenador.

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, você pode me encontrar no thiago.carvalho@estrategia.com

Sumário

TJ-RJ (Magistratura): Últimas provas 100% comentadas	2
<i>Introdução</i>	2
Acesse as questões pelo Sistema de Questões	4
<i>Seja aprovado na magistratura</i>	4
Resolva e estude as questões.....	7
<i>TJ-RJ (2023)</i>	7
<i>TJ-RJ (2019)</i>	97

ACESSE AS QUESTÕES PELO SISTEMA DE QUESTÕES

SEJA APROVADO NA MAGISTRATURA

Para acessar a **prova comentada** pela **nossa plataforma**, usufruindo dos **vídeos** às questões, acesse os seguintes links de questões:

TJ-RJ (2023):

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/767b9563-2af4-4075-a3c1-c4023d2ceaa5>

TJ-RJ (2019):

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/f29c390b-0770-4f6b-bc59-9f11672ae794>

Para tanto, você precisará ser o nosso aluno e ter acesso ao nosso Sistema de Questões (SQ), no qual você terá acesso a todas as questões desse caderno e aos comentários em texto e em vídeo que preparamos para você.

Além disso, você terá acesso às mais de 130 mil questões exclusivamente jurídicas, muitas delas já comentadas.

Para ser aprovado na próxima magistratura, confira o nosso material:

https://cj.estrategia.com/curso/tj-rj-juiz-substituto-pacote-teorico-pre-edital/?utm_source=google&utm_medium=cpc&utm_campaign=ecj-jur-vd-gsh-DSAECJ&gad_source=1&gclid=Cj0KCQjwr9m3BhDHARIsANut04ZGuFli8WNYT_jB2yNwdr19ruTk2c6Jg67LXTreLfQWUFyHzij54_IaAswaEALw_wcB

Aliás, aproveite e realize o cadastro em nossa plataforma.

Para realizar o cadastro, você clicará em "**Faça o cadastro**", conforme vemos aqui:

Faça login com sua conta Estratégia



[Esqueci minha senha](#)

Ou continue com:



Continuar



Ainda não tem conta? [Faça o cadastro](#)

Então, você preencherá os seus dados, clicará na caixa para concordar com a Política de privacidade, e clicará em “Continuar”.

Crie uma conta no Estratégia

Se preferir, crie sua conta com:



*Preenchimento obrigatório

Nome completo*

Email*

Senha*



Confirmar senha*



ⓘ Senha com no mínimo 5 caracteres

Li, entendi e concordo com a [Política de privacidade](#)

Continuar



Já tem usuário? [Faça o login](#)

Vamos juntos?

RESOLVA E ESTUDE AS QUESTÕES

TJ-RJ (2023)

QUESTÃO 01. As pertenças

- a) estão irremediavelmente ligadas ao bem, não sendo objeto de relações jurídicas próprias.
- b) em regra, são abrangidas pelos negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso.
- c) podem ser destacadas do bem principal, podendo, portanto, figurarem como objeto de relações jurídicas próprias, sendo que, como regra, não seguem a sorte do bem principal.
- d) são bens acessórios que fazem parte integrante de outro bem principal e seguem a sorte deste.
- e) confundem-se com o conceito de parte integrada, ou seja, são bens que perdem sua identidade porque irreversivelmente integrados em outro bem.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinada é a letra C, conforme leitura conjugada dos artigos 93 e 94 do Código Civil: “Art. 93. São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro”. “Art. 94. Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal **não abrangem as pertenças**, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso”.

A alternativa A está **incorreta**, pois as pertenças não constituem partes integrantes do bem principal, logo, não estão irremediavelmente ligadas e podem ser objeto de relações jurídicas próprias, conforme art. 93 do Código Civil: “Art. 93. São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro”.

A alternativa B está **incorreta**, pois, em regra, as pertenças não seguem a sorte do bem principal, salvo disposição em contrário em lei, nas circunstâncias fáticas ou na vontade das partes, conforme art. 94 do Código Civil: “Art. 94. Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal **não abrangem as pertenças**, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso”.

A alternativa D está **incorreta**, pois as pertenças não constituem parte integrante do bem principal e, em regra, não seguem a sorte deste, conforme artigos 93 e 94 do Código Civil: “Art. 93. São pertenças os bens que, não constituindo partes integrantes, se destinam, de modo duradouro, ao uso, ao serviço ou ao aformoseamento de outro”. “Art. 94. Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal **não abrangem as pertenças**, salvo se o contrário resultar da lei, da manifestação de vontade, ou das circunstâncias do caso”.

A alternativa E está incorreta, pois as pertenças por não integrarem o bem principal, podem ser objeto de relações jurídicas próprias, assim, ainda que integradas ao bem principal, podem ser destacadas sem prejuízo de sua natureza ou substância, a exemplo do que ocorre com uma cadeirinha de bebê (pertença) destacada de um veículo automotor (bem principal).

QUESTÃO 02. O Código Civil adotou, no que se refere à desconsideração da personalidade jurídica, a teoria

a) menor.

b) mista.

c) disjuntiva.

d) ampliativa.

e) maior.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinada é a letra E. O art. 50 do Código Civil dispõe que em caso de **abuso da personalidade jurídica**, caracterizado pelo **desvio de finalidade** ou pela **confusão patrimonial**, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. Assim, é perceptível que a teoria maior impõe à parte interessada um **maior** ônus na desconsideração da personalidade jurídica, sendo que de acordo com o professor Fábio Ulhoa Coelho, a teoria maior é aquela pela qual se autoriza o Poder Judiciário a ignorar a autonomia patrimonial da pessoa jurídica **quando que ela tiver sido utilizada como meio para a realização de fraude**. (COELHO, Fábio Ulhoa. **Curso de Direito Comercial**. Volume 2. 5ª edição. São Paulo: Saraiva: 2002, p. 20).

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a teoria menor da desconsideração, acolhida excepcionalmente no Código de Defesa do Consumidor e em matéria de Direito Ambiental, incide independentemente da existência de desvio de finalidade e confusão patrimonial, isto é, com **menor** ônus para a parte interessada na desconsideração. (COELHO, Fábio Ulhoa. Teoria maior e teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica. Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais. Volume nº 65, jul.-set./2014. p. 21/30).

A alternativa B está incorreta, já que inexistente aplicação da “teoria mista” no ordenamento jurídico brasileiro, vide os comentários às alternativas A e E.

A alternativa C está incorreta, já que inexistente aplicação da “teoria disjuntiva” no ordenamento jurídico brasileiro, vide os comentários às alternativas A e E.

A alternativa D está incorreta, pois a teoria da desconsideração ampliada ou expansiva da personalidade jurídica consiste na "[...] possibilidade de desconsiderar uma pessoa jurídica para atingir a personalidade do sócio oculto, que, não raro, está escondido na empresa controladora" (FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Direito Civil: teoria geral. 9. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2015, p. 455).

QUESTÃO 03. Foi celebrado um contrato de compra e venda de bem imóvel urbano por meio de instrumento particular, em que as partes atribuíram ao imóvel o valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais). O instrumento particular foi apresentado ao Cartório de Registro de Imóveis para registro que, por sua vez, apresentou nota devolutiva, sob o argumento de que o valor atribuído pelas partes ao bem imóvel no negócio jurídico era manifestamente incompatível com o valor de mercado, bem como que o valor venal do imóvel, apurado pelo fisco municipal para fins de lançamento de tributos, era de R\$ 99.000,00 (noventa e nove mil reais). Tendo em vista os fatos acima, entendeu o Cartório de Registro de Imóveis pela necessidade de escritura pública para instrumentalizar o contrato de compra e venda. Tendo em vista o caso hipotético, bem como o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, pode-se corretamente afirmar que

a) apenas se o imóvel tivesse valor superior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais) haveria necessidade da compra e venda ser formalizada mediante escritura pública.

b) não caberia a negativa do registro, tendo em vista que as partes podem livremente atribuir o valor do negócio jurídico o qual prevalece para fins de se apurar a necessidade ou não de escritura pública.

c) em razão do indício de que o valor do imóvel atribuído pelas partes era irreal, corroborado pelo valor apurado pelo fisco para fins de lançamento tributário, foi acertada a exigência de escritura pública para a formalização da compra e venda.

d) deveria o cartório de registro de imóveis proceder a uma avaliação imobiliária para auferir o valor de mercado do imóvel, não podendo se utilizar do valor venal atribuído pelo fisco municipal como critério de referência.

e) a lei impõe o uso do valor venal de referência para fins de apuração da necessidade ou não de formalização do negócio jurídico por escritura pública.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinada é a letra C. A 1ª Seção do STJ sob o rito dos recursos especiais repetitivos (Tema nº 1.113), estabeleceu três teses relativas ao cálculo do Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) nas operações de compra e venda: "1) A base de cálculo do ITBI é o valor do imóvel transmitido em condições normais de mercado, não estando vinculada à base de cálculo do IPTU, que nem sequer pode ser utilizada como piso de tributação"; "2) O valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio (artigo 148 do Código Tributário Nacional – CTN)"; "3) O município não pode arbitrar previamente a base de cálculo do ITBI com respaldo em valor de referência por ele estabelecido de forma unilateral". Assim, o valor

atribuído pelo FISCO prevalece e é correta e legal a exigência feita pelo cartório que, aliás, se fundamenta no art. 108 do Código Civil: “Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, **a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos** que visem à constituição, **transferência**, modificação ou renúncia de **direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País**”.

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com o art. 108 do Código Civil: “Art. 108. Não dispondo a lei em contrário, **a escritura pública é essencial à validade dos negócios jurídicos** que visem à constituição, **transferência**, modificação ou renúncia de **direitos reais sobre imóveis de valor superior a trinta vezes o maior salário mínimo vigente no País**”.

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com o STJ (Tema nº 1.113): “2) O valor da transação declarado pelo contribuinte goza da presunção de que é condizente com o valor de mercado, que somente pode ser afastada pelo fisco mediante a regular instauração de processo administrativo próprio (artigo 148 do Código Tributário Nacional – CTN)”. Assim, considerando que o valor declarado pelas partes foi afastado pelo FISCO, foi legítima a atuação do Cartório ao exigir a escritura pública para a realização do ato de transferência do bem imóvel, nos termos do art. 108 do Código Civil.

A alternativa D está incorreta, pois o Cartório pode se valer do valor atribuído pelo FISCO, sendo prescindível a realização de nova avaliação.

A alternativa E está incorreta, pois não há exigência do uso do valor venal de referência para fins de apuração da necessidade ou não de formalização do negócio jurídico por escritura pública.

QUESTÃO 04. Acerca da lesão e da teoria da imprevisão, assinale a alternativa correta

a) Se a desproporção entre a prestação do devedor e a obrigação da outra parte existir desde o nascimento da relação contratual, não é caso de aplicação da teoria da imprevisão, mas sim da lesão.

b) Para a configuração da lesão, é necessária a presença do elemento subjetivo, qual seja, o dolo de aproveitamento; já na teoria da imprevisão, é desnecessária qualquer investigação sobre o elemento subjetivo das partes, tendo em vista a adoção do critério da desproporcionalidade objetiva.

c) A lesão e a teoria da imprevisão são equivalentes e podem ser utilizadas sempre que se verificar a qualquer momento uma desproporção manifesta entre a prestação devida e a contraprestação, tendo em vista a função de preservação do sinalagma das relações obrigacionais.

d) A lesão abrange qualquer desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e a prestação da outra parte; a desproporção na teoria da imprevisão, mesmo não manifesta, deve resultar em quebra da equivalência das prestações entre as partes.

e) A teoria da imprevisão permite que o devedor, independentemente de decisão judicial, não cumpra a prestação que se tornou desproporcional; a lesão, ao contrário, requer prévio pronunciamento judicial.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinada é a letra A, conforme disposição do art. 157 do Código Civil: “Art. 157. Ocorre a lesão quando uma pessoa, sob premente necessidade, ou por inexperiência, se obriga a prestação manifestamente desproporcional ao valor da prestação oposta”. No caso da lesão, a prestação é desproporcional desde a contratação.

A alternativa B está incorreta, pois de acordo com o Enunciado nº 150 da III Jornada de Direito Civil do CJF: “A lesão de que trata o art. 157 do Código Civil **não exige dolo de aproveitamento**”.

A alternativa C está incorreta, pois não há equivalência entre a lesão e teoria da imprevisão. O desequilíbrio na relação contratual na lesão existe desde a contratação, já na teoria da imprevisão o desequilíbrio ocorre durante a execução do contrato, conforme art. 478 do Código Civil: “Art. 478. Nos contratos de execução continuada ou diferida, se a prestação de uma das partes se tornar excessivamente onerosa, com extrema vantagem para a outra, em virtude de acontecimentos extraordinários e imprevisíveis, poderá o devedor pedir a resolução do contrato. Os efeitos da sentença que a decretar retroagirão à data da citação”.

A alternativa D está incorreta, pois a lesão não abrange qualquer desproporção manifesta entre o valor da prestação devida e a prestação da outra parte, mas apenas aquelas existentes desde a celebração do contrato, ficando excluídas as que ocorrerem durante sua execução.

A alternativa E está incorreta, pois a aplicação da teoria da imprevisão depende de decisão judicial reconhecendo a onerosidade excessiva, conforme art. 478 do Código Civil.

QUESTÃO 05. A função social do contrato é:

a) um conceito jurídico indeterminado.

b) uma cláusula geral.

c) um princípio implícito do direito civil.

d) um conceito determinado pela função.

e) um princípio geral de direito.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinada é a letra B. De acordo com os Enunciados 21 e 22 da I Jornada de Direito civil do CJF (de setembro de 2002): “Enunciado nº 21 – Art. 421: **a função social do contrato, prevista no art. 421 do novo Código Civil, constitui cláusula geral**, a impor a revisão do princípio da

relatividade dos efeitos do contrato em relação a terceiros, implicando a tutela externa do crédito". "Enunciado nº 22 – Art. 421: **a função social do contrato, prevista no art. 421 do novo Código Civil, constitui cláusula geral**, que reforça o princípio de conservação do contrato, assegurando trocas úteis e justas".

A alternativa A está incorreta conforme comentário à alternativa B.

A alternativa C está incorreta conforme comentário à alternativa B.

A alternativa D está incorreta conforme comentário à alternativa B.

A alternativa E está incorreta conforme comentário à alternativa B.

QUESTÃO 06. Tício era titular de um usufruto. Por estar em dificuldades financeiras, cedeu onerosamente o exercício do usufruto a Mévio. Acerca do caso narrado, pode-se corretamente afirmar que

a) a cessão do usufruto realizada por Tício é válida e não encontra vedação no ordenamento jurídico.

b) a cessão do exercício do usufruto somente poderia ser realizada de forma gratuita.

c) somente após a ratificação do proprietário, a cessão onerosa realizada por Tício poderá ser confirmada e considerada válida.

d) a cessão é expressamente vedada por lei, razão pela qual o contrato de cessão realizado por Tício é nulo de pleno direito.

e) o usufruto é inalienável, podendo, entretanto, ser alienado mediante autorização prévia do titular da nua propriedade.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinada é a letra A, conforme art. 1.393 do Código Civil: "Art. 1.393. Não se pode transferir o usufruto por alienação; **mas o seu exercício pode ceder-se por título gratuito ou oneroso**".

A alternativa B está incorreta, pois é possível a cessão por título oneroso, nos termos do art. 1.393 do Código Civil.

A alternativa C está incorreta, ante a ausência de disposição legal neste sentido.

A alternativa D está incorreta, pois a cessão é permitida por lei (art. 1.393 do Código Civil).

A alternativa E está incorreta, pois de acordo com o art. 1.393 do Código Civil o usufruto não pode ser objeto de alienação, mas apenas de cessão (gratuita ou onerosa).

QUESTÃO 07. José, com 18 anos, era registrado como filho de Pedro. Entretanto, descobriu que sua mãe Maria, no período de sua concepção, estava separada de fato de Pedro e teria tido um relacionamento amoroso com Isaías, falecido há dois anos. Isaías tinha características físicas muito semelhantes a José. Este, então, propôs ação de reconhecimento de paternidade contra os sucessores de Isaías, cumulada com petição de herança. Pedro subscreveu declaração escrita onde afirmou que concorda com a pretensão de José de buscar o seu verdadeiro vínculo biológico; declarou, ainda, que pretende manter sua condição de pai de José, em razão da afetividade que possui com ele. Acerca do caso narrado, pode-se corretamente afirmar que

a) se ocorrer a confirmação que Isaías era o pai biológico de José, deve ser excluído o vínculo de paternidade de Pedro.

b) a ação de investigação de paternidade não pode ser conhecida, tendo em vista que somente poderia ser proposta em até um ano após José ter completado 16 anos.

c) a ação de reconhecimento de paternidade é imprescritível, e a ação de petição de herança tem o seu prazo prescricional iniciado após o trânsito em julgado da decisão judicial que reconheceu a paternidade.

d) deveria ter sido previamente proposta ação negatória de paternidade em face de Pedro, tendo em vista que, para todos os fins legais, é o pai de José e este não pode pretender o reconhecimento de paternidade se já possui um pai informado em seu registro.

e) a ação de investigação de paternidade é imprescritível, podendo ser mantido o nome de Pedro como pai de José, juntamente com o de Isaías, se procedente a ação.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinada é a letra E, conforme a tese nº 622 do STF: “A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios”.

A alternativa A está incorreta, pois é possível a manutenção de dois pais na certidão de nascimento, isto é, reconhecida, portanto, a paternidade socioafetiva e biológica.

A alternativa B está incorreta, pois a ação de investigação de paternidade é de natureza declaratória e que não possui prazos previstos em lei para a sua propositura. Assim, o seu protocolo não se submete a limitações temporais (prescrição ou decadência).

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com o STJ a ausência de prévia propositura da ação de investigação de paternidade (que é imprescritível), e de seu julgamento definitivo **não constitui obstáculo para o início da contagem do prazo prescricional para o ajuizamento da ação de petição de herança**.

A alternativa D está incorreta, pois é possível o reconhecimento da dupla paternidade (socioafetiva e biológica), assim, é desnecessária a propositura de prévia ação negatória de paternidade, vide comentários à alternativa E.

QUESTÃO 08. Tício faleceu, deixando dois filhos maiores de idade e capazes e testamento. Não há controvérsia entre os filhos de Tício acerca da forma de partilha dos bens, e eles concordam com o cumprimento do testamento. Os filhos de Tício pretendem fazer um inventário extrajudicial e, para isso, contratam um advogado e comparecem perante um tabelião de notas competente. Acerca do caso hipotético, assinale a alternativa correta.

a) Em razão da existência de testamento, não é possível a realização de inventário extrajudicial.

b) Pode haver o inventário extrajudicial, desde que o legatário beneficiário do testamento expressamente se manifeste extrajudicialmente, por meio de escritura pública, renunciando ao cumprimento do inventário perante o juiz.

c) O inventário extrajudicial somente poderá ser realizado se houver expressa previsão no testamento de dispensa de homologação judicial deste.

d) Mostra-se possível o inventário extrajudicial, desde que o testamento tenha sido previamente registrado judicialmente ou haja a expressa autorização do juízo competente.

e) O cumprimento do testamento deve ser realizado previamente, de forma extrajudicial e, após, poderá ser feito o inventário extrajudicial.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinada é a letra D, já que está de acordo com o entendimento do STJ: “[...] de uma leitura sistemática do caput e do § 1º do art. 610 do CPC/15, c/c os arts. 2015 e 2016 do CC/02, mostra-se possível o inventário extrajudicial, ainda que exista testamento, se os interessados forem capazes e concordes e estiverem assistidos por advogado, desde que o testamento tenha sido previamente registrado judicialmente ou haja a expressa autorização do juízo competente” (STJ, 4ª Turma. Resp nº 1.808.767/RJ, Rel. Min Luis Felipe Salomão, publicado no Dje em 3/12/2019).

A alternativa A está **incorreta**, pois de acordo com o STJ mesmo havendo testamento, **é admissível a realização de inventário e partilha por escritura pública, na hipótese em que todos os herdeiros são capazes e concordes** (REsp nº 1.951.456).

A alternativa B está **incorreta**, pois inexistente a imposição de tal obrigação ao legatário como condição *sine qua non* para o trâmite do inventário pela via extrajudicial.

A alternativa C está **incorreta**, pois não há necessidade de expressa previsão no testamento da dispensa de homologação judicial deste.

A alternativa E está **incorreta**, pois não há necessidade de cumprimento prévio das disposições testamentárias, podendo tudo tramitar simultaneamente pela via extrajudicial.

QUESTÃO 09. A figura do amicus curiae se presta a fornecer elementos que permitam o proferimento de uma decisão que leve em consideração interesses dispersos na sociedade civil e no próprio Estado. Sobre o amicus curiae, assinale a alternativa correta.

a) A sua admissão no processo pode ser objeto de agravo de instrumento.

b) Trata-se de uma modalidade diferenciada de assistência.

c) Poderá ser pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada que poderá participar do processo por iniciativa própria, provocação de uma das partes ou até mesmo por determinação do magistrado.

d) Tem como pressupostos cumulativos a relevância da matéria, especificidade do tema objeto da demanda e repercussão social da controvérsia.

e) Exige-se o interesse jurídico do amicus curiae, que deve ser compreendido de forma ampla, capaz de realizar interesses que não lhe são próprios nem exclusivos como pessoa ou como entidade.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinalada é a letra C, tendo em vista o que dispõe o art. 138 do Código de Processo Civil: “Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, por decisão irrecorrível, **de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir** a participação de **pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada**, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação”.

A alternativa A está incorreta, pois a decisão é irrecorrível nos termos do art. 138 do Código de Processo Civil: “Art. 138. O juiz ou o relator, considerando a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia, poderá, **por decisão irrecorrível**, de ofício ou a requerimento das partes ou de quem pretenda manifestar-se, solicitar ou admitir a participação de pessoa natural ou jurídica, órgão ou entidade especializada, com representatividade adequada, no prazo de 15 (quinze) dias de sua intimação”.

A alternativa B está incorreta, pois o amicus curiae é uma espécie do gênero intervenção de terceiros e não uma modalidade da assistência, a qual pode ser simples ou litisconsorcial.

A alternativa D está incorreta, pois os requisitos mencionados não são cumulativos, mas sim alternativos, logo, preenchidos quaisquer deles, poderá haver a intervenção do amicus curiae.

A alternativa E está incorreta, pois a intervenção do amicus curiae possui natureza meramente colaborativa, sendo, portanto, um terceiro que ingressa no processo para fornecer elementos e subsídios ao órgão jurisdicional para o julgamento da causa, logo, o interesse jurídico do amicus curiae se restringe ao seu espectro de atuação e expertise, sendo certo ainda que para que se possa intervir como amicus curiae, que esteja presente a representatividade adequada, isto é, deve o amicus curiae ser alguém capaz de representar, de forma adequada, o interesse que busca ver protegido no processo. Aliás, conforme o enunciado 127 do FPPC: “A representatividade adequada exigida do amicus curiae não pressupõe a concordância unânime daqueles a quem representa”.

QUESTÃO 10. Lucas, menor representado por sua mãe, propôs ação de investigação de paternidade em face de Tadeu, seu suposto pai, em 1994. Tadeu foi devidamente citado, apresentou contestação e requisitou a produção de laudo pericial que foi deferida pelo juiz. O laudo pericial foi produzido e apontou que, cientificamente, Lucas não era filho biológico de Tadeu. A sentença negativa de paternidade transitou em julgado em 1999. Em 2020, Lucas ajuizou uma segunda ação de investigação de paternidade. Na situação hipotética narrada, a relativização da coisa julgada da primeira ação, de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça,

a) não seria possível, pois a relativização da coisa julgada viola a segurança jurídica do ordenamento jurídico.

b) seria possível, mesmo que sem fundamentação específica, por se tratar de direito indisponível.

c) não seria possível, devendo o caso ser reanalisado, se necessário, por meio de ação rescisória, no prazo de 2 (dois) anos a contar do trânsito em julgado da segunda ação.

d) não seria possível se não restasse demonstrada dúvida razoável em relação ao julgamento da primeira ação.

e) seria possível se as alegações da segunda ação reiterassem os fatos e fundamentos jurídicos da primeira ação.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinalada é a letra D, considerando que o entendimento do STJ é no sentido de que a relativização da coisa julgada em ações de investigação de paternidade está adstrita a casos em que não era possível determinar de forma efetiva a eventual existência de vínculo genético. Se o pedido da primeira ação foi julgado improcedente com base em exame genético, cujo resultado foi negativo, em nova investigação, a causa de pedir deveria estar fundamentada na existência de eventual fraude na coleta do material biológico, na falta de correção do laboratório ou no questionamento sobre o método supostamente ultrapassado utilizado no exame de DNA realizado na primeira ação, do contrário, não caberá relativização da coisa julgada em matéria de investigação de paternidade.

A alternativa A está incorreta, pois no caso seria possível a relativização da coisa julgada, desde que fundamentada na existência de eventual fraude na coleta do material biológico, na falta de correção do laboratório ou no questionamento sobre o método supostamente ultrapassado utilizado no exame de DNA realizado na primeira ação.

A alternativa B está incorreta pois a relativização da coisa julgada no caso depende de fundamentação específica, conforme comentário à alternativa D.

A alternativa C está incorreta, vide a justificativa no comentário da alternativa A.

A alternativa E está incorreta, pois não basta a reiteração dos fatos e fundamentos da primeira ação para a relativização da coisa julgada em uma segunda ação, deve ser observada a fundamentação específica conforme comentário à alternativa A.

QUESTÃO 11. De acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, poderá ocorrer a expansão subjetiva dos efeitos do recurso quando houver

a) ausência de tratamento igualitário entre as partes, gerando uma situação injustificável.

b) litisconsórcio facultativo.

c) solidariedade ativa.

d) litisconsórcio simples.

e) qualquer modalidade de litisconsórcio, ainda que distintos os interesses dos litisconsortes.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinalada é a letra A. O art. 1.005 do Código de Processo Civil dispõe: “Art. 1.005. O recurso interposto por um dos litisconsortes a todos aproveita, salvo se distintos ou opostos os seus interesses”. De acordo com o STJ, a regra do art. 1.005 do Código de Processo Civil não se aplica apenas às hipóteses de litisconsórcio unitário, mas, também, a quaisquer outras hipóteses em que a ausência de tratamento igualitário entre as partes gere uma situação injustificável, insustentável ou aberrante (REsp 1.993.772-PR, Rel. Min. Nancy Andrichi, Terceira Turma, por unanimidade, julgado em 07/06/2022, DJe 13/06/2022). Assim, a alternativa correta é a letra A.

A alternativa B está incorreta, pois não é apenas nessa hipótese em que eventualmente poderá haver a expansão subjetiva dos efeitos da tutela recursal, conforme comentário à alternativa A.

A alternativa C está incorreta, pois não é apenas nessa hipótese em que eventualmente poderá haver a expansão subjetiva dos efeitos da tutela recursal, conforme comentário à alternativa A.

A alternativa D está incorreta, pois não é apenas nessa hipótese em que eventualmente poderá haver a expansão subjetiva dos efeitos da tutela recursal, conforme comentário à alternativa A.

A alternativa E está incorreta, tendo em vista que é necessário que haja interesses em comum aos litisconsortes para a expansão subjetiva dos efeitos da tutela recursal.

QUESTÃO 12. Em um determinado tribunal, foram proferidas duas decisões por órgãos colegiados diferentes acerca de um mesmo tema jurídico. A primeira decisão, proferida pela Primeira Turma, considerou que determinada cláusula contratual era abusiva e declarou sua nulidade. Já a segunda decisão, proferida pela Segunda Turma, considerou a mesma cláusula contratual como válida e não abusiva. Diante da situação hipotética, é correto afirmar que os embargos de divergência

a) poderiam ser interpostos se a divergência se deu na aplicação do direito material, mas não na aplicação do direito processual.

b) interpostos no Superior Tribunal de Justiça interrompem o prazo para interposição de recurso extraordinário por qualquer das partes.

c) não poderiam ser interpostos para confrontar teses jurídicas contidas em julgamentos de recursos e de ações de competência originária.

d) poderiam ser interpostos se o recorrente provasse a divergência com certidão, cópia ou citação de repositório oficial mesmo sem mencionar as circunstâncias que identificam os casos confrontados.

e) só poderiam ser interpostos se o acórdão paradigma fosse da mesma turma que proferiu a decisão embargada, desde que sua composição tivesse sofrido alteração em mais da metade de seus membros.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinalada é a letra B, conforme redação do art. 1.044, § 1º, do Código de Processo Civil: “Art. 1.044 [...] § 1º A interposição de embargos de divergência no Superior Tribunal de Justiça interrompe o prazo para interposição de recurso extraordinário por qualquer das partes”.

A alternativa A está incorreta, pois de acordo com o art. 1.043, § 2º, do Código de Processo Civil, “A divergência que autoriza a interposição de embargos de divergência pode verificar-se na aplicação do direito **material** ou do direito **processual**”.

A alternativa C está incorreta, pois de acordo com o art. 1.043, § 1º, do Código de Processo Civil, “Poderão ser confrontadas teses jurídicas contidas em julgamentos de recursos e de ações de competência originária”.

A alternativa D está incorreta, pois de acordo com o art. 1.043, § 4º, do Código de Processo Civil: “O recorrente provará a divergência com certidão, cópia ou citação de repositório oficial ou credenciado de jurisprudência, inclusive em mídia eletrônica, onde foi publicado o acórdão divergente, ou com a reprodução de julgado disponível na rede mundial de computadores, indicando a respectiva fonte, **e mencionará as circunstâncias que identificam ou assemelham os casos confrontados**”.

A alternativa E está incorreta. De acordo com o art. 1.043, § 3º, do Código de Processo Civil: “Cabem embargos de divergência quando o acórdão paradigma for da mesma turma que proferiu a decisão embargada, desde que sua composição tenha sofrido alteração em mais da metade de seus membros”, contudo, essa não é a única hipótese de cabimento do recurso, razão pela qual a alternativa está errada.

QUESTÃO 13. Mariana propôs ação de reintegração de posse contra Adriana, alegando que ela invadiu o terreno de sua casa de praia para instalar uma área de lazer, aumentando assim a sua propriedade. No curso do processo, a Marinha do Brasil (autarquia federal) apresentou oposição, afirmando que nem Mariana e nem Adriana tinham direito à propriedade, uma vez que a área em questão pertenceria à Marinha, e, portanto, nem Mariana e nem Adriana possuíam a posse sobre o imóvel. Diante da situação hipotética, considerando o entendimento sumulado dos tribunais superiores, é correto afirmar que a Marinha do Brasil

a) detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação de reintegração de posse podendo deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio.

b) não pode intervir na ação de reintegração de posse, uma vez que não se admite oposição em possessórias.

c) não pode apresentar oposição, uma vez que tal prerrogativa se dá apenas aos entes federativos, não englobando autarquias federais.

d) detém legitimidade para intervir ainda que os fundamentos sejam genéricos e o interesse público na ação seja indireto.

e) não pode intervir de forma incidental, sendo necessária uma nova ação na qual ela poderá apresentar qualquer argumento que lhe fosse lícito apresentar em matéria de defesa.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinalada é a letra A, tendo em vista que está de acordo com a Súmula nº 637 do STJ: “O ente público detém legitimidade e interesse para intervir, incidentalmente, na ação possessória entre particulares, podendo deduzir qualquer matéria defensiva, inclusive, se for o caso, o domínio”.

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Súmula nº 637 do STJ, já que o ente público pode intervir em ações possessórias.

A alternativa C está incorreta, pois o termo “Ente Público” deve ser lido de modo a englobar também as autarquias e fundações públicas.

A alternativa D está incorreta, pois o Ente Público precisa demonstrar interesse direto na coisa, apresentando fundamentação específica.

A alternativa E está incorreta, pois é possível a intervenção incidental do Ente Público, o que se depreende da leitura da Súmula nº 637 do STJ..

QUESTÃO 14. André e Fabiana eram casados há dezoito anos. Por incompatibilidade de ideias, resolveram se divorciar e, para tanto, propuseram ação de divórcio perante a 3ª Vara de Família do Município de Dois Rios, local de domicílio do casal. À época, decidiram não realizar a partilha dos bens, que, em sua maioria, imóveis, ficavam situados na cidade de Araras. Passados dois anos, Fabiana decidiu se mudar para a cidade de Terras Verdes. Durante o período, André sofreu um grave atropelamento que o deixou com lesões no cérebro, ficando impedido de exprimir a sua vontade. Sua irmã, Maria, residente em Itupé, foi nomeada curadora e André passou a residir na cidade vizinha Ituiuti. Diante do ocorrido, Fabiana decidiu propor a ação de partilha de bens. Acerca do caso hipotético narrado, de acordo com o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que a ação de partilha de bens deverá ser proposta em

a) Araras, considerando que lá estão situados os bens do casal.

- b) Itupé, considerando ser Maria a curadora de André.**
- c) Terras Verdes, considerando ser Fabiana a autora da ação.**
- d) Dois Rios, considerando que é o local onde foi ajuizada a ação de divórcio.**
- e) Ituiuti, considerando ser André atualmente incapaz.**

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinalada é a letra D, tendo em vista que o entendimento da 2ª Seção do STJ firmado no Conflito de Competência nº 160.329-MG, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 27/02/2019 (Info 643), é no sentido de que “[...] a incapacidade superveniente de uma das partes, após a decretação do divórcio, não tem o condão de alterar a competência funcional do juízo prevento. Assim, a ação de partilha posterior ao divórcio deve tramitar no juízo que decretou o divórcio, mesmo que um dos ex-cônjuges tenha mudado de domicílio e se tornado incapaz”. Portanto, a ação de partilha de bens deverá ser proposta em Dois Rios, considerando que é o local onde foi ajuizada a ação de divórcio.

A alternativa A está incorreta, conforme comentário a alternativa D.

A alternativa B está incorreta conforme comentário a alternativa D.

A alternativa C está incorreta conforme comentário a alternativa D.

A alternativa E está incorreta conforme comentário a alternativa D.

QUESTÃO 15. A Arbitragem é um método alternativo de resolução de controvérsias que tem como principais características a celeridade, praticidade, a ausência de formalidades e a especificidade. No que diz respeito à possibilidade de adoção das tutelas de urgência no procedimento arbitral, se surgir uma situação de urgência,

- a) proposta na Justiça estatal para assegurar o resultado útil da arbitragem futura só tem cabimento até o julgamento no procedimento arbitral.**
- b) pode ser requerida ao judiciário, havendo modificação da competência e consequente extinção da arbitragem.**
- c) não é cabível o pedido de tutela de urgência por falta de previsão legal, de acordo com o atual entendimento dos tribunais superiores.**
- d) não pode ser concedida tutela de urgência pelo poder judiciário, devendo esta ser requerida aos árbitros, independentemente da formação ou não do tribunal arbitral.**
- e) antes da instauração da arbitragem, pode ser requerida ao judiciário, que poderá apenas apreciar o pedido de tutela de provisória, estando impedido de analisar o mérito da causa por inteiro.**

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinalada é a letra E, pois de acordo com o art. 22-A da Lei nº 9.307/1996: “Art. 22-A. Antes de instituída a arbitragem, as partes poderão recorrer ao Poder Judiciário para a concessão de medida cautelar ou de urgência”. Assim, a alternativa E está de acordo com a redação legal.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o art. 22-A da Lei nº 9.307/1996.

A alternativa B está incorreta, pois não há modificação de competência na hipótese, tendo em vista a autorização do art. 22-A da Lei nº 9.307/1996 para o uso das medidas cautelares ou de urgência previamente à instituição da arbitragem.

A alternativa C está incorreta, pois há previsão legal e ela consta do art. 22-A da Lei nº 9.307/1996.

A alternativa D está incorreta, pois contraria o art. 22-A da Lei nº 9.307/1996.

QUESTÃO 16. A exceção de pré-executividade é uma forma de defesa atípica do processo de execução, manifestada por meio de simples petição. Acerca do tema, considerando o atual entendimento do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

a) Para que a exceção de pré-executividade seja conhecida, é necessário o preenchimento dos requisitos material e formal. Quanto a este, é imprescindível que a questão suscitada seja de direito ou diga respeito a fato documentalmente provado.

b) A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício ainda que demandem dilação probatória.

c) Não é permitido que o juiz determine a complementação da prova documental em sede de exceção de pré-executividade.

d) É permitida a produção de prova baseada em fato não suscitado anteriormente na exceção de pré-executividade desde que diga respeito a fatos já existentes à época do protocolo de petição.

e) A intimação do executado para complementar os documentos já apresentados excede os limites da exceção de pré-executividade, sendo considerada dilação probatória.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinalada é a letra A, pois está de acordo com o STJ, o primeiro requisito (material), preceitua que a matéria invocada deve ser suscetível de conhecimento de ofício pelo juiz. Já o segundo requisito (formal), define ser indispensável que a decisão possa ser tomada sem necessidade de dilação probatória (Resp nº 1.912.277).

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Súmula nº 393 do STJ: “A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória”.

A alternativa C está incorreta, pois contraria o entendimento do STJ, que admite a possibilidade de complementação da prova documental em exceção de pré-executividade. De acordo com o STJ (Resp nº 1.912.277) “[...] A possibilidade de complementação da prova apresentada com o protocolo da exceção de pré-executividade propicia a prestação de tutela jurisdicional adequada, efetiva e tempestiva”.

A alternativa D está incorreta, pois não é permitida a produção de provas relativas a fatos não suscitados na exceção de pré-executividade, tendo em vista a impossibilidade de dilação probatória.

A alternativa E está incorreta, conforme comentários à alternativa C.

QUESTÃO 17. A montadora de carros XYZ produziu um lote de seu novo carro com defeito no freio ABS, mas, para evitar prejuízos, decidiu colocar à venda mesmo assim. Seis meses depois de iniciadas as vendas, mais de trezentos consumidores sofreram prejuízos de ordem material em seus veículos em razão do defeito no freio ABS. Os consumidores, revoltados, decidiram criar uma associação em defesa de seus interesses. Um ano após a criação da associação, foi proposta ação de reparação de danos em face da montadora de carros XYZ que, citada, apresentou contestação. Ambas as partes produziram as provas necessárias. Diante da situação hipotética, de acordo com o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, se a ação for julgada:

a) procedente, a sentença fará coisa julgada inter partes e apenas os consumidores integrantes da associação podem se habilitar na liquidação e promover a execução, sem que seja necessário provar o dano sofrido.

b) improcedente, os interessados individuais que tiverem intervindo no processo coletivo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual.

c) procedente, a sentença fará coisa julgada erga omnes e qualquer consumidor pode se habilitar na liquidação e promover a execução, provando o dano sofrido.

d) improcedente, ainda que os interessados individuais não tenham intervindo no processo coletivo como litisconsortes, não poderão propor outra ação de indenização a título coletivo.

e) improcedente, cabe a repropositura de nova ação coletiva por ele ou por outro legitimado coletivo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, pois, a coisa julgada na procedência de pedido na ação coletiva envolvendo direitos individuais homogêneos atinge todas as vítimas do evento, mesmo que não sejam integrantes da associação autora, conforme o já pacificado pelo STJ no Tema Repetitivo 948 (REsp 1.438.263 - 2ª Sessão), com a seguinte tese: "Em ação civil pública proposta por associação, na condição de substituta processual, possuem legitimidade para a liquidação e execução da sentença todos os beneficiados pela procedência do pedido independentemente de serem filiados à associação promotora".

A alternativa B está incorreta, pois há formação de coisa julgada, mesmo nos casos de improcedência do pedido, para os interessados individuais que tiverem intervindo no processo coletivo como litisconsortes, os quais não mais poderão propor ação de indenização a título individual, conforme texto do art. 103, §2º, do CDC: "Na hipótese prevista no inciso III, em caso de improcedência do pedido, os interessados que não tiverem intervindo no processo como litisconsortes poderão propor ação de indenização a título individual".

A alternativa C está correta, pois está de acordo com o Tema Repetitivo 948 do STJ, já citado.

A alternativa D está incorreta, pois contraria o texto do art. 103, §2º, do CDC, já citado.

A alternativa E está incorreta, pois só cabe a repositura de nova ação coletiva no caso de improcedência por falta de provas, conforme o texto do art. 103, I, do CDC: " Nas ações coletivas de que trata este código, a sentença fará coisa julgada: I - erga omnes, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação, com idêntico fundamento valendo-se de nova prova, na hipótese do inciso I do parágrafo único do art. 81."

QUESTÃO 18. Os produtos e serviços ofertados no mercado destinam-se a satisfazer as necessidades dos consumidores, nos aspectos de indispensabilidade, utilidade e comodidade, sendo natural a expectativa de que funcionem conveniente e adequadamente ou se prestem à finalidade que deles se espera. Acerca do tema responsabilidade pelo fato do produto e do serviço, afirma-se que o legislador optou pela adoção da responsabilização:

- a) sem culpa derivada do risco criado, exceto no que tange aos profissionais liberais.**
- b) com culpa derivada do ilícito contratual, aplicável a todos os casos sem exceção.**
- c) com culpa derivada do ilícito contratual, exceto no caso de concorrência de terceiro.**
- d) sem culpa derivada do risco criado, exceto no caso de culpa concorrente do consumidor.**
- e) sem culpa derivada do risco criado, exceto diante de inevitabilidade da falha.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, pois o Código de Defesa do Consumidor adota a teoria do risco criado, ou seja, aquela que defende que basta a criação de um risco inerente à atividade do agente para que este seja responsabilizado pelos danos provocados, mesmo sem sua culpa (negligência, imprudência e imperícia). Esse é o texto do art. 12, *caput*, do CDC, especificamente ao tratar da responsabilidade pelo fato do produto: "O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas,

manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos."

Em relação ao fato dos serviços, a previsão encontra-se no art. 14, *caput*, do CDC: "O fornecedor de serviços responde, independentemente da existência de culpa, pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos relativos à prestação dos serviços, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua fruição e riscos."

Já em relação aos profissionais liberais, a responsabilidade é subjetiva, conforme expressa redação do art. 14, §4º, do CDC: "A responsabilidade pessoal dos profissionais liberais será apurada mediante a verificação de culpa.". Logo, a alternativa A é correta.

As alternativas B e C estão incorretas, pois, salvo a responsabilidade dos profissionais liberais, as demais hipóteses de responsabilidade, seja contratual, seja extracontratual, no CDC, são da modalidade objetiva.

A alternativa D está incorreta, pois a culpa concorrente do consumidor é um indiferente na responsabilidade por fato do produto, visto que só há exclusão desta por culpa exclusiva da vítima (eliminação completa do nexo causal), conforme o previsto no art. 12, §3º, III, do CDC: "O fabricante, o construtor, o produtor ou importador só não será responsabilizado quando provar: [...] III - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.". E no mesmo sentido, pelo fato do serviço, o texto do art. 14, §3º, II, do CDC: " O fornecedor de serviços só não será responsabilizado quando provar: [...] II - a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro."

A alternativa E está incorreta, pois as falhas do produto são causas expressas de responsabilização do fornecedor, por ser este considerado como defeituoso, conforme texto do art. 12, §1º, do CDC: "O produto é defeituoso quando não oferece a segurança que dele legitimamente se espera, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I - sua apresentação; II - o uso e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III - a época em que foi colocado em circulação.". O mesmo raciocínio se aplica aos serviços falhos e, portanto, defeituosos, conforme art. 14, §1º, do CDC: "O serviço é defeituoso quando não fornece a segurança que o consumidor dele pode esperar, levando-se em consideração as circunstâncias relevantes, entre as quais: I - o modo de seu fornecimento; II - o resultado e os riscos que razoavelmente dele se esperam; III - a época em que foi fornecido.". Assim, mesmo inevitáveis, os danos provocados por falhas nos produtos e serviços terão de ser reparados pelo fornecedor.

QUESTÃO 19. O Código do Consumidor optou por adotar integralmente a teoria da desconsideração da personalidade jurídica. Acerca do tema no Código de Defesa do consumidor, afirma-se corretamente que:

a) são solidariamente responsáveis as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas.

b) as sociedades coligadas só responderão se comprovada a culpa.

c) os pressupostos legais taxativos da desconsideração da personalidade jurídica são: abuso de direito, excesso de poder e infração da lei, em detrimento do consumidor.

d) são subsidiariamente responsáveis as empresas consorciadas.

e) o simples obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores não poderá levar à desconsideração da personalidade jurídica.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois as sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas são subsidiariamente responsáveis, não havendo, portanto, solidariedade, conforme o previsto no art. 28, §2º, do CDC: "As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código."

A alternativa B está correta, pois reproduz o texto do art. 28, §4º, do CDC: "As sociedades coligadas só responderão por culpa".

A alternativa C está incorreta, pois além desses pressupostos cabe a desconsideração por violação dos estatutos ou contrato social da pessoa jurídica, por sua insolvência, encerramento ou inatividade, ou seja, se a personalidade da pessoa jurídica se tornar um obstáculo ao ressarcimento do consumidor, conforme o previsto no art. 28, *caput*, e §5º, do CDC: "O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração. [...] §5º Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores."

A alternativa D está incorreta, pois as empresas consorciadas são solidariamente responsáveis, conforme art. 28, §3º, do CDC: "As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código."

A alternativa E está incorreta, pois contraria o texto do já citado art. 28, §5º, do CDC.

QUESTÃO 20. Em relação ao posicionamento do STJ acerca de temas afetos à relação de consumo, assinale a alternativa correta.

a) É indispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros.

b) O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, exceto nos casos decorrentes da prestação de serviço público.

c) Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, inclusive os administrados por entidades de autogestão.

d) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas e fechadas de previdência complementar.

e) O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, pois contraria o texto da Súmula 404 do STJ: "É dispensável o aviso de recebimento (AR) na carta de comunicação ao consumidor sobre a negativação de seu nome em bancos de dados e cadastros."

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Súmula 601 do STJ: "O Ministério Público tem legitimidade ativa para atuar na defesa de direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos dos consumidores, ainda que decorrentes da prestação de serviço público".

A alternativa C está incorreta, pois contraria a Súmula 608 do STJ: "Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, salvo os administrados por entidades de autogestão."

A alternativa D está incorreta, pois não se aplica o CDC a entidades fechadas de previdência complementar, conforme Súmula 563 do STJ: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às entidades abertas de previdência complementar, não incidindo nos contratos previdenciários celebrados com entidades fechadas."

A alternativa E está correta, pois reproduz o texto do art. 602 do STJ: "O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas".

QUESTÃO 21. A respeito dos Bancos de Dados e Cadastros de Consumidores, com previsão na legislação consumerista, assinale a alternativa correta.

a) Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores são considerados entidades de caráter privado.

b) O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas.

c) Operada a decadência relativa à cobrança de débitos do consumidor, serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, informações que possam impedir novo acesso ao crédito junto aos fornecedores, no prazo de 3 anos, contados a partir da extinção do direito material subjacente.

d) Todas as informações existentes em cadastros, fichas, registros e dados pessoais e de consumo arquivados sobre o consumidor devem ser disponibilizadas por intermédio da existência de um padrão uniforme, inclusive para a pessoa com deficiência, por meio de requisição feita pelo Ministério Público, neste caso (pessoa com deficiência).

e) A abertura de ficha e dados pessoais e de consumo será comunicada por meio inequívoco ao consumidor, quando houver solicitação dele.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta, pois os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores são considerados entidades de caráter público, conforme o art. 43, §4º, do CDC: "Os bancos de dados e cadastros relativos a consumidores, os serviços de proteção ao crédito e congêneres são considerados entidades de caráter público."

A alternativa B está correta, pois reproduz o exato texto do art. 43, §3º, do CDC: "O consumidor, sempre que encontrar inexatidão nos seus dados e cadastros, poderá exigir sua imediata correção, devendo o arquivista, no prazo de cinco dias úteis, comunicar a alteração aos eventuais destinatários das informações incorretas."

A alternativa C está incorreta, pois a cobrança de créditos, por se tratar de direito contraprestacional, não é submetida a prazos decadenciais, mas a prazos prescricionais. Ademais, ocorrida a prescrição serão mais fornecidas informações desabonadoras do consumidor, conforme previsão do art. 43, §5º, do CDC: "Consumada a prescrição relativa à cobrança de débitos do consumidor, não serão fornecidas, pelos respectivos Sistemas de Proteção ao Crédito, quaisquer informações que possam impedir ou dificultar novo acesso ao crédito junto aos fornecedores."

A alternativa D está incorreta, pois não há um padrão uniforme para disponibilização das informações sobre o consumidor, mas, ao revés, estas devem estar em formatos acessíveis a todos, inclusive, aos deficientes, como, por exemplo, por impressão em *braille*. Ademais, basta solicitação do consumidor, não havendo necessidade de requisição do Ministério Público, conforme texto do art. 43, §6º, CDC: "Todas as informações de que trata o caput deste artigo devem ser disponibilizadas em formatos acessíveis, inclusive para a pessoa com deficiência, mediante solicitação do consumidor."

A alternativa E está incorreta, pois a comunicação deve se dar por escrito, e não por meio inequívoco, mesmo que não haja solicitação do consumidor, conforme art. 43, §2º, do CDC: "A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele."

QUESTÃO 22. É(são) direito(s) básico(s) do consumidor, estabelecido(s) no Código de Defesa do Consumidor, entre outros:

a) a prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, seja de caráter individual, coletivo e difuso, assegurada a previsão, em lei, dos critérios mínimos para sua valoração e quantificação.

b) a informação adequada sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta da quantidade, da qualidade e de riscos que apresentem ou potencialmente possam existir, assegurado o acesso à pessoa com deficiência, com observância do disposto em lei ordinária.

c) o acesso aos órgãos judiciários e às câmaras de mediação e arbitragem, com vistas à reparação de danos patrimoniais e morais, de natureza individual ou difusa, com observância da proteção jurídica e financeira aos necessitados.

d) aqueles decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade.

e) a efetiva garantia de práticas de crédito integrativo, de educação socioeconômica e de tratamento de situações de superendividamento, com respeito ao piso vital necessário ao adimplemento das obrigações, por meio do mecanismo da preservação dos contratos.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta, pois não há parâmetros mínimos para a fixação da reparação de danos do consumidor, até mesmo porque há consenso na doutrina e jurisprudência que aplica-se ao tema o princípio da reparação integral. Nesse sentido o texto do art. 6º, VI, do CDC: "São direitos básicos do consumidor: [...] VI - a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos".

A alternativa B está incorreta, pois a regulamentação da forma de acesso à informação para consumidores deficientes não depende de lei ordinária, mas de mero ato infralegal, conforme o disposto no art. 6º, III e parágrafo único, do CDC: " São direitos básicos do consumidor: [...] III - a informação adequada e clara sobre os diferentes produtos e serviços, com especificação correta de quantidade, características, composição, qualidade, tributos incidentes e preço, bem como sobre os riscos que apresentem; [...] Parágrafo único - A informação de que trata o inciso III do caput deste artigo deve ser acessível à pessoa com deficiência, observado o disposto em regulamento."

A alternativa C está incorreta, pois é garantido o acesso aos órgãos judiciários ao consumidor para defesa também de direitos coletivos, bem como, além da proteção jurídica, administrativa e técnica, não havendo previsão de proteção financeira, conforme expressa redação do art. 6º, VII, do CDC: "São direitos básicos do consumidor: [...] VII - o acesso aos órgãos judiciários e administrativos com vistas à prevenção ou reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos ou difusos, assegurada a proteção Jurídica, administrativa e técnica aos necessitados.". Ademais, não há previsão de acesso aos órgãos de mediação e arbitragem como direito básico do consumidor.

Ademais o incentivo ao uso da mediação é instrumento da Política Nacional das Relações de Consumo, e não um direito básico do consumidor, conforme texto do art. 5º, VII, do CDC: "Para a execução da Política Nacional das Relações de Consumo, contará o poder público com os seguintes instrumentos, entre outros: [...] VII -instituição de núcleos de conciliação e mediação de conflitos oriundos de superendividamento.

Por fim, destaca-se que a previsão de cláusula de utilização compulsória de arbitragem, inclusive, é nula, por ser abusiva, conforme o previsto no art. 51, VII, do CDC: "São nulas de pleno direito, entre outras, as cláusulas contratuais relativas ao fornecimento de produtos e serviços que: [...] VII - determinem a utilização compulsória de arbitragem; [...]".

A alternativa D está correta, pois reproduz o texto do *caput*, do art. 7º, do CDC: "Os direitos previstos neste código não excluem outros decorrentes de tratados ou convenções internacionais de que o Brasil seja signatário, da legislação interna ordinária, de regulamentos expedidos pelas autoridades administrativas competentes, bem como dos que derivem dos princípios gerais do direito, analogia, costumes e equidade."

A alternativa E está incorreta, pois não se refere a direitos básicos do Consumidor, mas a princípios da Política Nacional das Relações de Consumo, conforme o previsto no art. 4º, incisos IX e X, do CDC: "A Política Nacional das Relações de Consumo tem por objetivo o atendimento das necessidades dos consumidores, o respeito à sua dignidade, saúde e segurança, a proteção de seus interesses econômicos, a melhoria da sua qualidade de vida, bem como a transparência e harmonia das relações de consumo, atendidos os seguintes princípios: IX - fomento de ações direcionadas à educação financeira e ambiental dos consumidores; X - prevenção e tratamento do superendividamento como forma de evitar a exclusão social do consumidor."

Assim, não é direito do consumidor a prática de crédito integrativo, bem como o objetivo das proteção ao consumidor superendividado não é a preservação dos contratos, mas evitar sua exclusão social.

QUESTÃO 23. Quanto ao princípio da prioridade absoluta e proteção integral da criança e do adolescente, é correto afirmar que

a) a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, a precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; a preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; a destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude são aspectos da prioridade absoluta da criança e do adolescente, positivados pelo art. 4º, parágrafo único, do ECA.

b) o artigo 1º do ECA enuncia a doutrina da proteção integral à criança e ao adolescente, voltada ao tratamento e prevenção de situações envolvendo menores em situação irregular, baseando-se na interpretação sistemática dos dispositivos constitucionais que contêm normas relacionadas às crianças e aos adolescentes, sob perspectivas de validade e eficácia.

c) o princípio da proteção integral orienta a prescrição de direitos à família, à sociedade e ao Estado, e impõe deveres às pessoas em desenvolvimento, de modo a consubstanciar um status jurídico especial às crianças e aos adolescentes.

d) a oposição do princípio da reserva do possível, por ente governamental, é possível como justificativa para não construir creches por falta de verbas, ainda que caiba ao Estado oferecer, de forma absolutamente prioritária, meios concretos à promoção da educação infantil.

e) os subprincípios da proteção integral, previstos no art. 227, §3o, V, CF (a brevidade, a excepcionalidade e o respeito à condição peculiar da pessoa humana em desenvolvimento) são voltados às crianças e aos adolescentes.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra A. Questão passível de recurso.**

A alternativa A está correta. A alternativa transcreveu o art. 4º do ECA em sua integralidade. Vejamos: “Art. 4º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.”

A alternativa B está incorreta. O art. 1º do ECA não comporta nenhuma exceção. É firme ao afirmar que a proteção é destinada a crianças e adolescentes, não comportando ressalvas.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do art. 4º do ECA, a proteção integral compreende um rol de direitos e garantias, e não de deveres.

A alternativa D está incorreta. A impossibilidade de oposição da reserva do possível foi tema do RE 1008166, que deu origem a seguinte tese de repercussão geral: “1. A educação básica em todas as suas fases - educação infantil, ensino fundamental e ensino médio - constitui direito fundamental de todas as crianças e jovens, assegurado por normas constitucionais de eficácia plena e aplicabilidade direta e imediata. 2. A educação infantil compreende creche (de zero a 3 anos) e a pré-escola (de 4 a 5 anos). Sua oferta pelo Poder Público pode ser exigida individualmente, como no caso examinado neste processo. 3. O Poder Público tem o dever jurídico de dar efetividade integral às normas constitucionais sobre acesso à educação básica. (Tema 548 - Dever estatal de assegurar o atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a 5 (cinco) anos de idade).”.

A alternativa E está incorreta. Por se tratar de princípios que regem os procedimentos, são destinados (direcionados) àqueles que possuem poder de influência no processo, e não aos tutelados (crianças e adolescentes).

Recurso: Alternativa “E” também está correta. O *caput* do art. aborda também o “jovem”, entretanto a alternativa em questão não menciona qualquer forma de exclusividade dos princípios. É possível verificar que as crianças e adolescentes são destinatários dos princípios em questão à medida que são até mesmo reproduzidos no ECA.

CF: Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. § 3º O direito a proteção especial abrangerá os seguintes aspectos: V - obediência aos

princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade;

ECA: Art. 121. A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

QUESTÃO 24. À vista do que dispõem os artigos 7º e seguintes do ECA quanto ao direito à saúde e à vida da criança e do adolescente, é correto afirmar que

a) há prioridade máxima estabelecida por lei ao atendimento de crianças com até seis anos completos, termo final da primeira infância, com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza pelo serviço de saúde e de assistência social nos termos do artigo 13, §2º, do ECA, com previsão de tratamento terapêutico e inclusão em rede de proteção, de acordo com projeto e protocolo preestabelecido, com acompanhamento domiciliar, se aferida a necessidade da criança por equipe especializada.

b) de acordo com o que dispõe o art. 14, §1º, do ECA, a vacinação de crianças e adolescentes é facultativa, por se tratar de recomendação das autoridades sanitárias.

c) a “adequação dos estabelecimentos prisionais femininos, especialmente quanto à arquitetura prisional e à execução de atividades e aos procedimentos e rotinas da gestão prisional, garantindo à gestante e à mulher com filho lactente condições de atendimento às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde”, prevista no art. 2º, IV, da Resolução CNJ no 252/2018, constitui diretriz de acompanhamento das mulheres e gestantes privadas de liberdade e não de direito da criança e do adolescente à vida e à saúde.

d) as gestantes ou mães devem manifestar interesse em entregar seus filhos à adoção ao Conselho Tutelar, que encaminhará o procedimento à Justiça da Infância e da Juventude, com possibilidade de acompanhamento pela equipe técnica.

e) de acordo com o art. 7º do ECA, o essencial direito da criança e do adolescente à vida e à saúde se alcança, de forma subsidiária à atuação da iniciativa privada, pela efetivação de políticas sociais públicas voltadas a permitir o nascimento saudável de cada criança e o seu pleno desenvolvimento, de modo sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra A. Questão passível de recurso.**

A alternativa A está correta. A alternativa em questão pode ser extraída do art. 13 do ECA, como pode ser verificado: “Art. 13. Os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais. § 2º Os serviços de saúde em suas diferentes portas de entrada, os serviços de assistência social em seu componente especializado, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas) e os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente deverão conferir máxima prioridade ao

atendimento das crianças na faixa etária da primeira infância com suspeita ou confirmação de violência de qualquer natureza, formulando projeto terapêutico singular que inclua intervenção em rede e, se necessário, acompanhamento domiciliar.”

Recurso: O edital não aborda, em nenhum tópico, conhecimentos sobre a lei 13.257/16, que disciplina o marco temporal da Primeira Infância. O ECA, em geral, é silente sobre o tema. Pontua-se, ainda, que o limite de 6 (seis) anos para configuração da Primeira Infância é específico para fins da aludida lei, conforme verifica-se: “Art. 2º Para os efeitos desta Lei, considera-se primeira infância o período que abrange os primeiros 6 (seis) anos completos ou 72 (setenta e dois) meses de vida da criança.”

A alternativa B está incorreta. A vacinação, nos termos do art, 14, é obrigatória. Nesse sentido: “Art. 14. O Sistema Único de Saúde promoverá programas de assistência médica e odontológica para a prevenção das enfermidades que ordinariamente afetam a população infantil, e campanhas de educação sanitária para pais, educadores e alunos. § 1º É obrigatória a vacinação das crianças nos casos recomendados pelas autoridades sanitárias.”

A alternativa C está incorreta. A própria Resolução, em conformidade com ECA, determina o interesse maior da criança e do adolescente. Vejamos dispositivo da Resolução: “Art. 8º. A convivência entre mães e filhos em unidades prisionais ou de detenção deverá ser garantida, visando apoiar o desenvolvimento da criança e preservar os vínculos entre mãe e filhos, resguardando-se sempre o interesse superior destes, conforme disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente.”.

A alternativa D está incorreta. Não existe na lei que a manifestação seja dirigida ao Conselho Tutelar.

A alternativa E está incorreta. Não existe previsão da atuação como mera fonte subsidiária. “Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.”

QUESTÃO 25. A perda e a suspensão do poder familiar se dão pela colocação da criança e do adolescente em família substituta mediante guarda, tutela, adoção e adoção internacional, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo ECA, sendo correto afirmar que

a) a guarda confere à criança ou adolescente a condição de segurado, dos quais seus detentores poderão ser dependentes, se houver requerimento de benefício previdenciário, com expresse consentimento de seus pais.

b) a adoção atribui ao adotado a condição de filho para todos os efeitos, desligando-o do vínculo pessoal e jurídico com os pais biológicos, consoante dispõe o art. 41 do ECA, salvo quanto aos impedimentos para o casamento e aos direitos patrimoniais supervenientes.

c) é imprescindível a especialização de hipoteca legal pelo tutor, que não se substitui pela prestação de caução, em caso de o patrimônio da criança e do adolescente ser de valor considerável, sobrepondo-se a regra do artigo 37 do ECA, de caráter especial, à do artigo 1745 do CC, genérica, em garantia da boa administração dos interesses do tutelado.

d) na adoção internacional, se comprovada a impossibilidade de reintegração da criança e do adolescente em sua família natural ou extensa, retirado poder familiar dos pais naturais e consultado o maior de 12 anos, para obtenção de consentimento, com observância aos requisitos de compatibilidade com o adotante e o local para onde segue, desnecessário o exaurimento de possibilidades de encaixe em família substituta brasileira.

e) a adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando, mas tal consentimento será dispensado em relação à criança ou ao adolescente cujos pais sejam desconhecidos ou tenham sido destituídos do poder familiar, nos termos do art. 45, caput, e §1o, do ECA.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de questão de direito que independe de consentimento. Art. 33. A guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais. (Vide Lei nº 12.010, de 2009) Vigência § 3º A guarda confere à criança ou adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários.

A alternativa B está incorreta. A adoção, nos termos do art. 41, comporta apenas a exceção referente aos impedimentos matrimoniais. “Art. 41. A adoção atribui a condição de filho ao adotado, com os mesmos direitos e deveres, inclusive sucessórios, desligando-o de qualquer vínculo com pais e parentes, salvo os impedimentos matrimoniais.”

A alternativa C está incorreta. Não se exige a especialização da hipoteca, ainda que o patrimônio do menor seja de valor considerável, sendo suficiente a caução, nos termos do Código Civil. “Art. 1.745. Os bens do menor serão entregues ao tutor mediante termo especificado deles e seus valores, ainda que os pais o tenham dispensado. Parágrafo único. Se o patrimônio do menor for de valor considerável, poderá o juiz condicionar o exercício da tutela à prestação de caução bastante, podendo dispensá-la se o tutor for de reconhecida idoneidade.”

A alternativa D está incorreta. A adoção internacional é medida excepcional, sendo imperioso o esgotamento das possibilidades de encaixe em família substituta brasileira, nos termos do ECA. Vejamos: Art. 51. Considera-se adoção internacional aquela na qual o pretendente possui residência habitual em país-parte da Convenção de Haia, de 29 de maio de 1993, Relativa à Proteção das Crianças e à Cooperação em Matéria de Adoção Internacional, promulgada pelo Decreto n o 3.087, de 21 junho de 1999, e deseja adotar criança em outro país-parte da Convenção. § 1 o A adoção internacional de criança ou adolescente brasileiro ou domiciliado no Brasil somente terá lugar quando restar comprovado: II - que foram esgotadas todas as possibilidades de colocação da criança ou adolescente em família adotiva brasileira, com a comprovação, certificada nos autos, da inexistência de adotantes habilitados residentes no Brasil com perfil compatível com a criança ou adolescente, após consulta aos cadastros mencionados nesta Lei;

A alternativa E está correta. Trata-se de reprodução exata de dispositivo legal do ECA. “Art. 45. A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando. § 1º. O consentimento será

dispensado em relação à criança ou adolescente cujos pais sejam desconhecidos ou tenham sido destituídos do poder familiar.”.

Questão 26. Com relação ao sistema das medidas protetivas e ao regime das medidas socioeducativas, é correto afirmar que atingem as crianças e os adolescentes autores de atos infracionais da seguinte forma:

a) a interposição de apelação impede, automaticamente, a internação imediata de menor infrator solto, em cumprimento de sentença, ante a conjugação da natureza jurídica da medida socioeducativa, mecanismo de proteção ao adolescente e à sociedade e o princípio da presunção da inocência (artigo 5o, LVII, CF).

b) somente a efetiva violação a direito ou garantia de menor de dezoito anos: I. por ação ou omissão da sociedade ou do Estado, II. por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, e, III. em razão de sua conduta, legitimam o Estado para tutelá-los, nos termos do art. 98, caput, do ECA, de imediato, de forma provisória ou definitiva.

c) a comprovação de falta, omissão ou abuso dos pais em relação aos filhos, após encaminhamento a programas oficiais ou comunitários de orientação, apoio e promoção social e constatação de impossibilidade de reintegração da criança ou do adolescente à família de origem, conduz à destituição do poder familiar, medida de proteção extrema prevista no artigo 24 do ECA, que tem fundamento no princípio da prioridade absoluta e da proteção integral.

d) a criança está sujeita às medidas de proteção, e, excepcionalmente, às medidas socioeducativas, se demonstradas a reiteração e a prática de ato infracional com emprego de grave ameaça e violência contra a pessoa.

e) os princípios previstos no artigo 100, parágrafo único, do ECA, são direcionados exclusivamente ao juiz, único competente para a aplicação das medidas de proteção.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. A apelação será recebida, em regra, apenas no efeito devolutivo. Vejamos: “4. Como bem pontuado no acórdão impugnado pelo writ, “as medidas socioeducativas têm por escopo primordial a ressocialização do adolescente, possuindo um intuito pedagógico e de proteção aos direitos dos jovens”, de modo que postergar o início de cumprimento da medida socioeducativa imposta na sentença que encerra o processo por ato infracional importa em “perda de sua atualidade quanto ao objetivo ressocializador da resposta estatal, permitindo a manutenção dos adolescentes em situação de risco, com a exposição aos mesmos condicionantes que o conduziram à prática infracional”. Incide, à espécie, o princípio da intervenção precoce na vida do adolescente, positivado no parágrafo único, inc. VI, do art. 100 do ECA. 5. Outrossim, a despeito de haver a Lei 12.010/2009 revogado o inciso VI do artigo 198 do referido Estatuto, que conferia apenas o efeito devolutivo ao recebimento dos recursos - e inobstante a nova redação conferida ao caput do art. 198 pela Lei n. 12.594/2012 - é importante ressaltar que continua a vigor o disposto no artigo 215 do ECA, o qual prevê que “o juiz poderá conferir

efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte". Ainda que referente a capítulo diverso, não há impedimento a que, supletivamente, se invoque tal dispositivo para entender que os recursos serão recebidos, salvo decisão em contrário, apenas no efeito devolutivo, ao menos em relação aos recursos contra sentença que acolhe representação do Ministério Público e impõe medida socioeducativa ao adolescente infrator, sob pena de frustração da principiologia e dos objetivos a que se destina a legislação menorista. 8. Ordem denegada. (ST). HC 346380/SP. Relatora: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. Relator(a) p/ Acórdão: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ. Órgão Julgador: S3 - TERCEIRA SEÇÃO. Data do Julgamento: 13/04/2016. Data da Publicação/Fonte: DJe 13/05/2016."

A alternativa B está incorreta. O dispositivo legal em questão trata não só da efetiva violação dos direitos do menor, mas também da mera ameaça. "Art. 98. As medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta Lei forem ameaçados ou violados: I - por ação ou omissão da sociedade ou do Estado; II - por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável; III - em razão de sua conduta."

A alternativa C está correta. "Art. 24. A perda e a suspensão do poder familiar serão decretadas judicialmente, em procedimento contraditório, nos casos previstos na legislação civil, bem como na hipótese de descumprimento injustificado dos deveres e obrigações a que alude o art. 22."

A alternativa D está incorreta. As restrições apresentadas na assertiva correspondem a requisitos da internação, não podendo ser estendidas às demais medidas socioeducativas (I - advertência; II - obrigação de reparar o dano; III - prestação de serviços à comunidade; IV - liberdade assistida; V - inserção em regime de semi-liberdade;).

A alternativa E está incorreta. Nos termos do ECA, o Conselho Tutelar também pode aplicar medidas de proteção. Vejamos: "Art. 136. São atribuições do Conselho Tutelar: I - atender as crianças e adolescentes nas hipóteses previstas nos arts. 98 e 105, aplicando as medidas previstas no art. 101, I a VII;".

QUESTÃO 27. Legitimado pela natureza do direito material tutelado, o Estatuto da Criança e do Adolescente prevê normas processuais e procedimentos específicos para as ações que tramitam perante as Varas da Infância e da Juventude, seguindo as seguintes diretrizes:

a) a dispensa de defensor ao menor infrator a quem se atribua a prática de ato infracional em audiência de apresentação, com anuência expressa de seus responsáveis, não implica nulidade processual.

b) compete ao Ministério Público promover os procedimentos relativos aos atos infracionais, inclusive iniciando a ação socioeducativa pública, comprometido com a busca da verdade, e, como titular do procedimento, não cumula a função de custos legis.

c) o menor infrator tem direito subjetivo ao recurso em liberdade, decorrência do princípio da prioridade absoluta e proteção integral.

d) 1. aplicação subsidiária da legislação processual, 2. prioridade absoluta na tramitação dos processos, 3. previsão da regra de flexibilização procedimental, inaplicável para o fim de afastamento de criança ou do adolescente de sua família de origem e em outros procedimentos

necessariamente contenciosos; e 4. direcionamento das multas ao fundo gerido pelo conselho municipal dos direitos da criança e do adolescente.

e) verificando que o adolescente não possui advogado constituído, o juiz deverá conceder prazo de três dias para outorga de mandato e o decurso sem manifestação implicará nomeação de defensor, a fim de impedir adiamento de ato processual.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. A presença do defensor é essencial ao ato. “Art. 207. Nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor.”

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 201, §2º do ECA, as atribuições do Ministério Público são cumulativas e não alternativas. Dessa forma, ainda que promova procedimentos relativos aos atos infracionais, deverá atuar também como fiscal da lei. “Art. 201. Compete ao Ministério Público: § 2º As atribuições constantes deste artigo não excluem outras, desde que compatíveis com a finalidade do Ministério Público.”

A alternativa C está incorreta. Pontua-se, inicialmente, que a medida protetiva não tem caráter penal. A medida, em regra, será cumprida de imediato, sob pena de ser ineficaz e desatualizada em relação à proteção e ressocialização do adolescente. Vejamos: “4. Como bem pontuado no acórdão impugnado pelo writ, “as medidas socioeducativas têm por escopo primordial a ressocialização do adolescente, possuindo um intuito pedagógico e de proteção aos direitos dos jovens”, de modo que postergar o início de cumprimento da medida socioeducativa imposta na sentença que encerra o processo por ato infracional importa em “perda de sua atualidade quanto ao objetivo ressocializador da resposta estatal, permitindo a manutenção dos adolescentes em situação de risco, com a exposição aos mesmos condicionantes que o conduziram à prática infracional”. Incide, à espécie, o princípio da intervenção precoce na vida do adolescente, positivado no parágrafo único, inc. VI, do art. 100 do ECA. 5. Outrossim, a despeito de haver a Lei 12.010/2009 revogado o inciso VI do artigo 198 do referido Estatuto, que conferia apenas o efeito devolutivo ao recebimento dos recursos - e inobstante a nova redação conferida ao caput do art. 198 pela Lei n. 12.594/2012 – é importante ressaltar que continua a vigor o disposto no artigo 215 do ECA, o qual prevê que “o juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte”. Ainda que referente a capítulo diverso, não há impedimento a que, supletivamente, se invoque tal dispositivo para entender que os recursos serão recebidos, salvo decisão em contrário, apenas no efeito devolutivo, ao menos em relação aos recursos contra sentença que acolhe representação do Ministério Público e impõe medida socioeducativa ao adolescente infrator, sob pena de frustração da principiologia e dos objetivos a que se destina a legislação menorista. 8. Ordem denegada. (STJ. HC 346380/SP. Relatora: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA. Relator(a) p/ Acórdão: Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ. Órgão Julgador: S3 - TERCEIRA SEÇÃO. Data do Julgamento: 13/04/2016. Data da Publicação/Fonte: DJe 13/05/2016).”

A alternativa D está correta. A assertiva apresenta diversos dispositivos legais, sendo possível verificar que os pontos 1 e 2 correspondem ao art. 152, o ponto 3 ao art. 153 e o ponto 4 ao art. 214, conforme pode ser verificado:

“Art. 152. Aos procedimentos regulados nesta Lei aplicam-se subsidiariamente as normas gerais previstas na legislação processual pertinente. § 1º É assegurada, sob pena de responsabilidade, prioridade absoluta na tramitação dos processos e procedimentos previstos nesta Lei, assim como na execução dos atos e diligências judiciais a eles referentes. Art. 153. Se a medida judicial a ser adotada não corresponder a procedimento previsto nesta ou em outra lei, a autoridade judiciária poderá investigar os fatos e ordenar de ofício as providências necessárias, ouvido o Ministério Público. Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica para o fim de afastamento da criança ou do adolescente de sua família de origem e em outros procedimentos necessariamente contenciosos. Art. 214. Os valores das multas reverterão ao fundo gerido pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do respectivo município.”

A alternativa E está incorreta. O ato judicial não será adiado. “Art. 207. Nenhum adolescente a quem se atribua a prática de ato infracional, ainda que ausente ou foragido, será processado sem defensor. § 2º A ausência do defensor não determinará o adiamento de nenhum ato do processo, devendo o juiz nomear substituto, ainda que provisoriamente, ou para o só efeito do ato.”.

Questão 28. No que diz respeito à prática do ato infracional, é correto afirmar que

a) para a aplicação da medida socioeducativa, além da apuração do ato infracional, requisito objetivo, deve ser comprovado o subjetivo, consubstanciado no desvio de conduta do menor infrator.

b) a desistência de outras provas do ato infracional, à vista da confissão do adolescente, está em descompasso com a garantia processual de igualdade (do adolescente) na relação processual, impondo-se o pronunciamento de sua nulidade, inclusive por afronta ao direito de o adolescente produzir provas na audiência em continuação.

c) não se extingue a medida socioeducativa pela aplicação de pena privativa de liberdade, a ser cumprida em regime fechado ou semiaberto, em execução provisória ou definitiva.

d) a internação provisória, disciplinada pelo artigo 108 do ECA, consiste na possibilidade de privação da liberdade, em momento anterior à sentença sancionatória, e a superação do prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, desde que motivado, não implica pronunciamento de ilegalidade.

e) o ato infracional, por ser conduta equiparada a crime, permite a extradição motivada por conduta praticada por sujeito que era, ao momento da ação ou omissão, menor de dezoito anos, não se cogitando de ausência do requisito da dupla tipicidade.

Comentários.

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. O termo “desvio de conduta” não é mais utilizado, e refere-se ao revogado “Código de Menores”. O ECA adotou a terminologia “ato infracional”, que é conceituada na própria lei. “Art. 103. Considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal.”.

A alternativa B está correta. Trata-se de entendimento sumulado pelo STJ. Vejamos: “Súmula 342 No procedimento para aplicação de medida sócio-educativa, é nula a desistência de outras provas em face da confissão do adolescente. (TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 27/06/2007, DJ 13/08/2007, p. 581)”

A alternativa C está incorreta. A disposição contrária pode ser encontrada na lei do SINASE. Vejamos: “Art. 46. A medida socioeducativa será declarada extinta: III - pela aplicação de pena privativa de liberdade, a ser cumprida em regime fechado ou semiaberto, em execução provisória ou definitiva;”.

A alternativa D está incorreta. Nos termos da jurisprudência do STF, o excesso de prazo da internação provisória do adolescente implica em ilegalidade. Vejamos: “CRIMINAL RHC. MENOR. SUCESSIVAS PRORROGAÇÕES DO PRAZO DE INTERNAÇÃO PROVISÓRIA. PERÍODO DE INTERNAÇÃO SUPERIOR AO PERMITIDO PELO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. IMPOSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO. ORDEM CONCEDIDA. I - O prazo de internação provisória de menor infrator não pode ultrapassar aquele previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente - 45 dias - sob pena de se contrariar o propósito da Legislação do Menor, que pretende a celeridade dos processos e a internação como medida adotada apenas excepcionalmente. II - Configura-se o constrangimento ilegal se verificado que, através de sucessivas prorrogações do período de internação provisória, este excede o prazo máximo permitido pela legislação especial. Precedente. III - Recurso provido, para determinar a desinternação do menor.” (RHC 13.435/AC, Rel. Min. GILSON DIPP)

A alternativa E está incorreta. O STF já se manifestou em sentido contrário. Vejamos: “EMENTA: EXTRADIÇÃO. PROMESSA DE RECIPROCIDADE. CRIMES DE EXTORSÃO GRAVE COM CARÁTER DE ROUBO E LESÃO CORPORAL. EXTRADITANDO MENOR DE DEZOITO ANOS À ÉPOCA DO FATO. INIMPUTABILIDADE. EQUIPARAÇÃO A ATOS INFRACIONAIS. AUSÊNCIA DE DUPLA TIPICIDADE 1. Crimes de extorsão grave com caráter de roubo e lesão corporal. Paciente menor de dezoito anos à época dos fatos. Inimputabilidade segundo a lei brasileira. 2. A Lei n. 6.815/80 impede a extradição quando o fato motivador do pedido não for tipificado como crime no Brasil. Considerada sua menoridade, as condutas imputadas ao extraditando são tidas como atos infracionais pela Lei n. 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente). Ausente o requisito da dupla tipicidade prevista no art. 77, inc. II da Lei n. 6.815/80. Extradição indeferida. (Ext 1135 Órgão julgador: Tribunal Pleno Relator(a): Min. EROS GRAU Julgamento: 01/10/2009 Publicação: 27/11/2009)”.

QUESTÃO 29. Fundador do moderno Direito Penal, primeiro dogmático da doutrina jurídico-penal, a quem se atribui a formulação do princípio nullum crimen, sine lege, nulla poena, sine lege:

- a) Feuerbach.
- b) Beccaria.
- c) Bentham.
- d) Carrara.
- e) Romagnosi.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão aborda o tema escolas do Direito Penal.

A alternativa A está correta. Anselm von Feuerbach é considerado o fundador da moderna ciência do Direito Penal. Conforme leciona Juarez Tavares (*in* Teorías del delito) nos estudos de Feuerbach são encontrados os indícios da estruturação do conceito analítico de crime: ação antijurídica cominada em lei. A doutrina também afirma que provém dele a fórmula do princípio da legalidade: “*nullun crimen sine lege, nulla poena sine lege*”.

A alternativa B está incorreta. Cesare Beccaria Foi um importante pensador iluminista, o qual teve importante papel na construção do princípio da legalidade. Na clássica obra: “Dos delitos e das penas”, Beccaria defende que somente as leis podem fixar as penas de cada delito e que o direito de fazer as leis é do legislador, que representa toda a sociedade. Todavia, a questão busca o “fundador do moderno Direito Penal”, enquanto que Beccaria se mostrou um dos mais importantes precursores da Escola Clássica. Sua obra tem cunho essencialmente político e não, propriamente, científico.

A alternativa C está incorreta. Jeremy Bentham foi um filósofo e jurista, sendo reconhecido pela Teoria Utilitarista. Ele também escreveu o livro “O Panóptico”, no qual descreve uma penitenciária ideal, a qual permite a um único vigilante observar todos os prisioneiros, sem que estes possam saber se estão ou não sendo observados.

A alternativa D está incorreta. Carrara é o expoente da Escola Clássica italiana, sendo este adepto do jusnaturalismo, visualizando a pena a partir da retribuição, ou seja, o mal causado pelo criminoso à sociedade é retribuído pela aplicação da pena. O crime é visto como um ente jurídico, o qual surge da necessidade da sociedade de coibir condutas que perturbem a ordem.

A alternativa E está incorreta. Giandomenico Romagnosi também foi um importante filósofo e jurista Italiano, o qual era adepto da visão jusnaturalista e utilitarista e que via no direito penal um importante meio de defesa social, com função preventiva.

QUESTÃO 30. Do princípio do *locus delicti comissi*, depreende-se que

- a) por ficção, a lei penal considera como extensão do território nacional as embarcações e aeronaves brasileiras de natureza pública.**
- b) o estrangeiro pode alegar erro sobre a ilicitude do fato que, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.**
- c) as convenções, tratados e regras de direito internacional não podem ser excluídos quando da aplicação da lei penal.**
- d) considera-se praticado o crime apenas no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte.**

e) a lei nacional alcança os crimes praticados dentro do território nacional, sejam os agentes nacionais, estrangeiros ou apátridas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre a Lei penal no espaço.

A alternativa A está incorreta. Com relação à aplicação da Lei Penal no espaço, o Código Penal adotou como regra o princípio da territorialidade, ou seja, aplica-se a Lei Penal brasileira aos crimes cometidos no território nacional.

Conforme o Código penal, o território brasileiro não compreende apenas os limites fronteiriços do país, o mar territorial, o subsolo e o espaço aéreo, mas também as “embarcações e aeronaves brasileiras, de natureza pública ou a serviço do governo brasileiro onde quer que se encontrem, bem como as aeronaves e as embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, que se achem, respectivamente, no espaço aéreo correspondente ou em alto-mar” (art. 5º, §1º, do CP). Os locais trazidos pelo referido §1º do artigo 5º do CP são considerados território brasileiro por extensão, em razão da aplicação do princípio do pavilhão ou da bandeira.

A alternativa B está incorreta. A alternativa traz disposição que está adequada em relação ao Código Penal, à luz do artigo 21 do referido diploma, o qual dispõe: “O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.”. Todavia, a questão requer o que se desprende do princípio do *locus delicti commissi*, portanto, a afirmação, em que pese verdadeira, não responde ao que foi questionado.

A alternativa C está incorreta. Conforme Luiz Flávio Gomes, deve-se distinguir “o Direito penal incriminador (que cria ou amplia o *ius puniendi*, ou seja, que cuida da definição do crime, da pena, das medidas de segurança ou das causas de agravamento da pena) do Direito penal não incriminador (conjunto de normas penais que cuidam de algum aspecto do *ius puniendi*, sem se relacionar com o crime, a pena, as medidas de segurança ou com o agravamento das penas). O primeiro (Direito penal incriminador), no que se refere à sua origem (isto é, à sua fonte), é muito mais exigente (e restrito) que o segundo.” Essa compreensão, portanto, estabelece que o direito penal incriminador deve ser restrito ao princípio da *lex populi*, de modo que, nas palavras de Luiz F. Gomes: “somente o Estado está autorizado a legislar sobre Direito Penal. Em outras palavras: ele é o único titular da criação ou ampliação do *ius puniendi*, logo, cabe a ele a produção material do Direito penal objetivo (ou seja: cabe ao Estado a criação das normas que compõem o Direito penal incriminador)”. Sendo assim, é possível afastar as convenções e tratados internacionais na aplicação da lei penal. Nestes termos, destaca-se a decisão proferida no STF no HC 121.835: “As convenções internacionais, como a Convenção de Palermo, não se qualificam, constitucionalmente, como fonte formal direta legitimadora da regulação normativa concernente à tipificação de crimes e à cominação de sanções penais.”.

A alternativa D está incorreta. Quanto ao lugar do crime, o Código Penal adotou a teoria da ubiquidade, segundo a qual: “Considera-se praticado o crime no lugar em que ocorreu a ação ou omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado.”.

A alternativa E está correta. Conforme o artigo 5º, *caput*, do CP: “Aplica-se a lei brasileira, sem prejuízo de convenções, tratados e regras de direito internacional, ao crime cometido no território nacional.” Sendo assim, salvo disposição contrária prevista em convenções, tratados e regras de direito

internacional, a lei penal brasileira se aplica aos crimes praticados no território nacional, seja o agente nacional, estrangeiro ou apátrida (Teoria da Territorialidade Mitigada).

QUESTÃO 31. Caio e Tício são sócios em uma sociedade empresária. Caio decide matar Tício e, sabedor que Tício é a primeira pessoa a chegar ao local de trabalho comum pela manhã, planeja uma emboscada. Caio aguarda Tício e, assim que vislumbra um vulto, que pensa ser o sócio adentrando a empresa, dispara um projétil de arma de fogo. Posteriormente, verifica-se que o vulto se tratava de um sequestrador que abordara Tício na porta da empresa e que, no momento do disparo, mantinha Tício refém, sob arma de fogo. O sequestrador morre em razão do disparo. Nessas circunstâncias, é correto afirmar que:

a) socorre Caio o exercício regular de direito, pois, mesmo sem ter ciência da ofensa à integridade de Tício, agiu contra pessoa que invadia os limites de sua empresa, respondendo apenas por conduta culposa.

b) não se vislumbra reprovação social na conduta de Caio, com o conseqüente afastamento da culpabilidade.

c) Caio responderá pela morte do sequestrador, como se contra Tício houvesse atentado.

d) ainda que Caio não tivesse ciência da ação do sequestrador, aplicar-se-á em seu favor a excludente de ilicitude da legítima defesa de terceiro.

e) a situação equipara Caio ao agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre crimes aberrantes.

A alternativa A está incorreta. A conduta do agente não poderia ser abarcada pela excludente do exercício regular de direito, uma vez que sua ação não é guiada por repelir possível invasão ao seu imóvel, mas sim matar seu desafeto. Falta, assim, o elemento subjetivo, intuito de agir protegido pelo exercício regular do direito, a guiar os atos praticados conforme a excludente de ilicitude.

A alternativa B está incorreta. A ausência de reprovação social da conduta não configura uma causa excludente da culpabilidade. O relevante valor social da ação poderia, nessa hipótese, fazer incidir o crime de homicídio em sua forma privilegiada (art. 121, §1º, do CP). No entanto, o tipo penal em questão exige que o agente cometa o crime impelido por relevante valor social, o que demonstra ser imprescindível a presença do requisito subjetivo para configurar a figura privilegiada. O fato do agente agir com claro *animus necandi* com relação à vítima visada, não a tendo atingido por simples erro na interpretação das circunstâncias fáticas, demonstra claramente que a conduta não foi ditada por relevante valor social, muito embora o resultado eventualmente tenha sido.

A alternativa C está correta. Constitui requisito fundamental para se configurar a legítima defesa o agente ter total conhecimento da existência da situação justificante. Assim, no caso em análise, em que

o agente possuía claro *animus necandi* contra a vítima visada e, apenas por erro na situação fática, termina por atingir o sequestrador, percebe-se que falta o elemento subjetivo da legítima defesa, qual seja, o conhecimento acerca da situação justificante, apta a gerar a finalidade de defender-se a si ou a terceiro.

Ademais, o artigo 20,§3º, do CP estabelece que, havendo erro quanto à pessoa, o agente responderá como se tivesse atingido o sujeito inicialmente visado (vítima virtual), e não aquele que efetivamente sofreu a conduta (vítima real): “O erro quanto à pessoa contra a qual o crime é praticado não isenta de pena. Não se consideram, neste caso, as condições ou qualidades da vítima, senão as da pessoa contra quem o agente queria praticar o crime.”.

A alternativa D está incorreta. Conforme comentários da alternativa C.

A alternativa E está incorreta. O Código Penal, em seu art. 25, p. único, não fez tal equiparação. Ademais, dispõe expressamente que devem estar presentes todos os requisitos da legítima defesa, o que não ocorre ante a falta do elemento subjetivo supramencionado.

QUESTÃO 32. Age em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se. Nos casos em que é razoável exigir-se o sacrifício do direito ameaçado:

a) o agente será responsabilizado por dolo, mas não por culpa.

b) a pena poderá ser reduzida de um a dois terços.

c) desnatura-se o estado de necessidade, responsabilizando-se o agente.

d) configura-se estado de necessidade putativo.

e) não há isenção de pena quando a ação deriva de culpa e o fato é punível como crime culposos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre o Estado de Necessidade.

A alternativa A está incorreta. Não há tal previsão. Em verdade, irá incidir uma causa de diminuição da pena (art. 24, §2º do CP), em razão da razoabilidade do sacrifício.

A alternativa B está correta. O art. 24, caput, do CP, assim dispõe: “considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se”.

Assim, na situação concreta, deve-se fazer uma análise comparativa entre o bem salvo e o bem sacrificado (ponderação de bens), de modo que apenas haverá estado de necessidade quando aquele

(bem salvo) for de maior importância que este (bem sacrificado), ou, ainda, quando se equivalerem. Deste modo, percebe-se que o Código Penal adotou a Teoria Unitária, a qual reconhece apenas o Estado de Necessidade Exculpante. Destaca-se, todavia, que o CPM adotou a Teoria Diferenciadora (art. 39 do DL 1.001/69), admitindo tanto o Estado de Necessidade Exculpante como o Justificante.

Na hipótese, o bem salvo é de menor importância em comparação com o bem sacrificado, logo, não se configurará o estado de necessidade, devendo-se aplicar o § 2º do art. 24 do CP, que prevê causa de diminuição da pena, de um a dois terços.

A alternativa C está incorreta. O art. 24, §2º, do CP, prevê a existência do estado de necessidade, ainda que o bem sacrificado seja de maior valor. Ante a falta de proporcionalidade, no entanto, o CP prevê uma causa de diminuição para essa hipótese.

A alternativa D está incorreta. O estado de necessidade putativo ocorre quando o agente, por erro, isto é, falsa percepção da realidade que o cerca, supõe situação de fato que, se existisse, tornaria sua ação legítima. O caso em análise não se amolda a essa situação.

A alternativa E está incorreta. Não há tal previsão para o estado de necessidade.

QUESTÃO 33. Marius é condenado à pena privativa de liberdade de 1 ano 2 meses e, cumulativamente, à pena de 23 dias-multa. Com relação à prescrição da pena de multa, nos termos do art. 114 do CP, é correto dizer que

a) seguirá a regra de prescrição da dívida de valor do Direito Civil.

b) ocorrerá em 1 ano.

c) ocorrerá em 3 anos.

d) ocorrerá em 4 anos.

e) ocorrerá em 2 anos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre prescrição.

A alternativa A está incorreta. Conforme comentário da Alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Conforme comentário da Alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme comentário da Alternativa D.

A alternativa D está correta. Conforme o art. 114, II, do CP, a prescrição da pena de multa cominada de forma alternativa ou cumulativa à pena privativa de liberdade será a mesma que incide quanto a esta

última. No caso, tratando-se de pena maior que um ano e superior a dois, o prazo prescricional será de 4 anos, conforme art. 109, V, do CP.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentário da Alternativa D.

QUESTÃO 34. Assinale a alternativa que apresenta, respectivamente, hipótese de qualificação do homicídio doloso e de aumento de pena do homicídio culposo.

a) Praticado com qualquer arma de fogo; praticado com inobservância de regra técnica de profissão.

b) Com emprego de veneno; com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.

c) Por motivo fútil; com emprego de meio que possa resultar perigo comum.

d) Se o agente foge para evitar prisão em flagrante; se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima.

e) Praticado para assegurar a ocultação de outro crime; se o agente não procura diminuir as consequências do seu ato.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre homicídio.

A alternativa A está incorreta. Apenas o homicídio cometido com arma de fogo de uso restrito ou proibido configura a modalidade qualificada prevista no art. 121, §2º, VIII, do CP, logo, se praticado com arma de fogo de uso permitido, não há qualificação do crime. O homicídio culposo praticado com inobservância de regra técnica de profissão, no entanto, configura uma causa de aumento prevista no art. 121, §4º, do CP.

A alternativa B está incorreta. De fato, o emprego de veneno configura uma qualificadora do homicídio doloso, previsto no III, do art. 121. No entanto, o emprego de arma de fogo não constitui causa de aumento do homicídio culposo.

A alternativa C está incorreta. A prática de homicídio doloso embasada em motivo fútil constitui qualificadora do inciso II, do art. 121. Contudo, o uso de meio que possa resultar perigo comum não constitui causa de aumento do homicídio culposo.

A alternativa D está incorreta. A fuga do agente do local do crime para evitar prisão em flagrante não constitui qualificadora para o homicídio culposo. Por outro lado, não prestar o agente imediato socorro à vítima configura causa de aumento do crime de homicídio culposo (art. 121, §4º, do CP).

A alternativa E está correta. A prática do crime de homicídio doloso para assegurar a ocultação de outro crime constitui modalidade qualificada (art. 121, §2º, V, do CP). Ademais, constitui causa de aumento

do homicídio culposo o fato do agente não procura diminuir as consequências do seu ato (art. 121, §4º, do CP).

QUESTÃO 35. Julius, funcionário público, estava sendo processado pelo crime de corrupção passiva. Contudo, durante a instrução, ficou demonstrado que a conduta de Julius se amoldava a outro tipo penal. Após a aplicação das regras processuais cabíveis para a readequação da acusação e considerando que Julius havia reparado o dano, advém sentença de extinção da punibilidade. É correto dizer que Julius praticou

a) facilitação de contrabando ou descaminho.

b) peculato culposo.

c) advocacia administrativa.

d) prevaricação.

e) corrupção passiva privilegiada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre crimes contra administração pública.

A alternativa A está incorreta. Não há previsão de extinção da punibilidade por haver reparado o dano para o crime de facilitação de contrabando ou descaminho.

A alternativa B está correta. O art. 312, §3º, do CP, prevê que, em se tratando do crime de peculato culposo, a reparação do dano anteriormente à sentença irrecorrível extingue a punibilidade do agente.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão de extinção da punibilidade por haver reparado o dano para o crime de advocacia administrativa.

A alternativa D está incorreta. Não há previsão de extinção da punibilidade por haver reparado o dano para o crime de prevaricação.

A alternativa E está incorreta. Não há previsão de extinção da punibilidade por haver reparado o dano para o crime de corrupção passiva privilegiada.

QUESTÃO 36. É direito do colaborador da justiça, nos exatos termos do art. 5º da Lei nº 12.850/13:

a) ter prioridade de matrícula dos filhos ou enteados menores de 18 anos em instituições públicas de ensino, em qualquer período do ano, caso necessite alterar domicílio em razão da colaboração.

b) caso solicite e comprove necessidade, receber auxílio financeiro mensal para subsistência da família por até 2 anos.

c) participar dos atos processuais remotamente.

d) não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado, sem sua prévia autorização por escrito.

e) deixar de fornecer endereço nos autos, desde que representado por advogado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o tema Colaboração Premiada.

A alternativa A está incorreta. Não há previsão deste direito no art. 5º da Lei nº 12.850/13, conforme trazido na alternativa D.

A alternativa B está incorreta. Não há previsão deste direito no art. 5º da Lei nº 12.850/13, conforme trazido na alternativa D.

A alternativa C está incorreta. Conforme o art. 5º, IV, da Lei nº 12.850/13, é direito do colaborador: “participar das audiências sem contato visual com os outros acusados”. Não há, todavia, previsão de participação remota, de forma ampla.

A alternativa D está correta. Conforme o art. 5º, V, da Lei nº 12.850/13, é direito do colaborador: “não ter sua identidade revelada pelos meios de comunicação, nem ser fotografado ou filmado, sem sua prévia autorização por escrito;”. Ademais, este mesmo dispositivo legal enuncia os seguintes direitos do Colaborador: I) usufruir das medidas de proteção previstas na legislação específica; II) ter nome, qualificação, imagem e demais informações pessoais preservados; III) ser conduzido, em juízo, separadamente dos demais coautores e partícipes; IV) participar das audiências sem contato visual com os outros acusados; VI) cumprir pena ou prisão cautelar em estabelecimento penal diverso dos demais corréus ou condenados.

A alternativa E está incorreta. Não há previsão deste direito no art. 5º da Lei nº 12.850/13, conforme trazido na alternativa D

QUESTÃO 37. Acerca dos princípios e garantias aplicáveis ao processo penal, consoante a interpretação consentânea com o espírito democrático da Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.

a) O princípio do *ne bis in idem* impede nova persecução penal pelos mesmos fatos, independentemente de a decisão favorável ao imputado transitada em julgado ter sido proferida por juízo incompetente.

b) O princípio da motivação das decisões penais é uma garantia fundamental absoluta, por meio do livre convencimento motivado, que não encontra exceção em nosso sistema jurídico.

c) O direito ao silêncio aplica-se ao preso, ao indiciado e ao acusado, em geral, e estende-se às informações relacionadas à qualificação.

d) A presunção de inocência, com todas as suas implicações em prol do imputado (ônus da prova, regra de julgamento/decisão e de tratamento), aplica-se à fase judicial, mas não à investigatória.

e) O princípio do contraditório e da ampla defesa não se aplicam à fase de investigação preliminar, na qual vigora a inquisitividade e o sigilo absoluto, imposto, inclusive, ao advogado do indiciado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata dos princípios e garantias do Processo Penal.

A alternativa A está correta. A garantia do *ne bis in idem* (vedação à dupla incriminação) não está expressamente prevista na CF/88, todavia, é inegável que esta faz parte do ordenamento pátrio, se configurando como limite implícito ao poder estatal e derivando-se da coisa julgada (art. 5º, XXXVI, da CF/88). Vale destacar que a vedação à dupla incriminação está prevista na Convenção Americana de Direitos Humanos (art. 8º, n. 4) e no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (art. 14, n. 7), incorporados ao direito brasileiro com status supralegal (Decretos 678/1992 e 592/1992) respectivamente, tratam da vedação à dupla incriminação.

Portanto, mesmo que proferida por juízo incompetente, em razão de seu assento constitucional do *ne bis in idem* e da vedação à Revisão Criminal *pro societate* (art. 621 do CPP), não é possível instaurar nova persecução penal sobre fatos já julgados.

A alternativa B está incorreta. A teoria do livre convencimento motivado está insculpida no artigo 155 do CPP: “O juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.” Sendo assim, é inegável que a motivação das decisões judiciais é regra no sistema jurídico pátrio.

Todavia, excepcionalmente, a doutrina afirma que o ordenamento pátrio adotou outros sistemas. Dentre estes está o Sistema da íntima convicção, o qual vigora nos julgamentos do Tribunal do Júri, uma vez que os jurados não estão vinculados às provas existentes no processo e não precisam fundamentar a decisão (art. 593, III, e §3º, CPP).

A alternativa C está incorreta. Muito embora a Constituição faça menção apenas ao preso como titular do direito ao silêncio (art. 5º, LXIII), enraizou-se em nosso ordenamento jurídico o entendimento de que a todo investigado ou acusado é garantido o privilégio contra a autoincriminação, segundo o qual ninguém pode ser obrigado a produzir prova contra si (*nemo tenetur se detegere*). Daí decorre a previsão no texto legal de que o acusado deva ser informado, antes do início do interrogatório, do seu direito de permanecer em silêncio e de não responder a perguntas que lhe forem dirigidas (art. 186, caput, do CPP).

Importante ressaltar que os tribunais superiores entendem que a parte do interrogatório que versa sobre a pessoa não está protegida pelo direito ao silêncio; portanto, se o acusado mentir sobre a sua

qualificação, ele poderá responder por falsa identidade (conforme decisão da 3ª Seção do STJ- REsp 1.362.524-MG- e do Plenário do STF, no RE 640139 RG).

A alternativa D está incorreta. A jurisprudência pátria é sólida na aplicação do princípio da presunção de inocência tanto na fase processual como na fase pré-processual. Neste sentido, a Súmula nº 444 do STF dispõe: “É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base.”. Ademais, no HC 206.143, o STF entendeu que: “A existência de processos em andamento, por si só, não é suficiente para afastar a minorante do art. 33, § 4º, da Lei 11.343/2006.”. Por fim, em recente julgamento, em sede de Repercussão Geral, o Supremo Tribunal Federal estabeleceu que: “Violam o princípio da presunção de inocência o indeferimento de matrícula em cursos de reciclagem de vigilante e a recusa de registro do respectivo certificado de conclusão, em razão da existência de inquérito ou ação penal sem o trânsito em julgado de sentença condenatória.”

A alternativa E está incorreta. A Súmula Vinculante nº 14 garante o direito ao Defensor o acesso aos elementos de prova já documentados. Neste sentido, o inquérito Policial possui sigilo externo, vedando o acesso aos terceiros desinteressados. Por outro lado, no plano interno, o sigilo é relativo, uma vez que a Súmula Vinculante n. 14 estabelece que o defensor tem o direito ao “acesso amplo aos elementos de prova que, já documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária, digam respeito ao exercício do direito de defesa.”, ou seja, apenas aos procedimentos em curso é possível opor o sigilo.

QUESTÃO 38. Sobre a investigação preliminar e os meios de obtenção de provas e/ou elementos de convicção cabíveis em sede processual penal, assinale a alternativa correta, de acordo com a lei.

a) O inquérito policial é instrumento indispensável para a dedução da ação penal, sendo a investigação prerrogativa exclusiva da polícia judiciária.

b) As declarações do delator, ainda que desprovidas de comprovação ou de outros elementos confirmatórios, poderão justificar a tomada de medidas reais ou pessoais, mas não a dedução de ação penal.

c) A denúncia anônima, por si só, não pode autorizar a abertura de inquérito policial ou a tomada de medidas cautelares invasivas.

d) Tratando-se da investigação de infrações de menor potencial ofensivo, o cabimento da proposta de transação penal não impede que a acusação opte pelo acordo de não persecução penal.

e) A captação ambiental feita por um dos interlocutores, sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público, poderá ser utilizada em matéria de defesa e de acusação, independentemente da integridade da gravação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre investigação preliminar e meios de obtenção de prova.

A alternativa A está incorreta. O art. 39, §5º, do CPP, dispõe que o órgão do Ministério Público dispensará o inquérito, se com a representação forem oferecidos elementos que o habilitem a promover a ação penal, e, neste caso, oferecerá a denúncia no prazo de quinze dias. Portanto, o inquérito policial não é procedimento indispensável para a dedução da ação penal. Ademais, o procedimento investigatório não constitui prerrogativa exclusiva da polícia judiciária, tendo o STF fixado entendimento, no julgamento do RE 593.727/MG, de que o Ministério Público também dispõe de competência para promover, por autoridade própria, e por prazo razoável, investigações de natureza penal, desde que respeitados os direitos e garantias que assistem a qualquer indiciado ou a qualquer pessoa sob investigação do Estado.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 4º-A, § 16, da lei nº 12.850/2012, não poderão ser decretadas medidas cautelares reais ou pessoais ou recebida a denúncia ou queixa-crime com base apenas nas declarações feitas em acordo de colaboração premiada.

A alternativa C está correta. Conforme entendimento do STJ, trazido no julgamento do RHC 88.642/RS, a denúncia anônima, quando ausentes outros indícios graves, não é elemento suficiente para a autorização de atuação estatal insidiosa na privacidade dos cidadãos, como para justificar interceptações telefônicas, invasão de domicílio ou mandado de busca e apreensão.

A alternativa D está incorreta. O art. 28-A, §2º, I, do CPP, dispõe que não será proposto o acordo de não persecução penal se for cabível transação penal nos crimes de menor potencial ofensivo.

A alternativa E está incorreta. A lei n. 9.296/96, em seu art. 8º-A, §4º, dispõe que a captação ambiental feita por um dos interlocutores sem o prévio conhecimento da autoridade policial ou do Ministério Público poderá ser utilizada, mas apenas pela defesa, e ainda assim quando demonstrada a integridade da gravação.

QUESTÃO 39. Caio, auditor, ao constatar fraude no pagamento de boleto no mês de setembro de 2019, em prejuízo da empresa X, lavrou boletim de ocorrência, imputando crime de estelionato a Mévio, funcionário responsável pelo setor de contas a pagar. Do Boletim de Ocorrência instaurou-se inquérito policial, sendo certo que o representante legal da empresa vítima, ao ser ouvido, afirmou não ter qualquer interesse na investigação, já que o suposto prejuízo foi totalmente ressarcido pelo então funcionário. Finalizado o Inquérito Policial, Mévio veio a ser denunciado, em 2021, pelo Ministério Público, por crime de estelionato (sancionado com pena privativa de liberdade de reclusão de 1 a 5 anos) não sendo ofertado o acordo de não persecução penal, sob a escusa de que, em seu interrogatório policial, Mévio teria negado os fatos, embora tenha ressarcido o prejuízo, afirmando entender ter sido negligente em suas funções e, portanto, responsável. Recebida a denúncia, o Ministério Público também deixou de propor a suspensão condicional do processo, ante a não confissão do crime. Considerando-se que, em dezembro de 2019, houve alteração legislativa passando a persecução penal do estelionato, antes de iniciativa pública incondicionada, para pública condicionada e, ainda, o ingresso do acordo de não persecução penal, aponte a alternativa correta.

a) A alteração da ação penal pública incondicionada para condicionada à representação aplica-se ao caso. Não obstante, ainda que ausente representação formal, uma vez que os fatos foram noticiados por funcionário da empresa vítima, resta autorizada a persecução penal.

b) Embora a confissão formal e circunstanciada seja requisito legal para a proposta de acordo de não persecução penal, o mesmo requisito não é exigido para a proposta de suspensão condicional do processo.

c) A alteração da ação penal, de iniciativa pública incondicionada para condicionada à representação, não afeta o caso, uma vez que os fatos se deram antes da alteração legislativa, sendo irrelevante a ausência de representação formal da vítima para validade da denúncia.

d) O acordo de não persecução penal, preenchido o requisito objetivo do quanto da pena cominada, é direito subjetivo do acusado, podendo ser ofertado, pelo Magistrado, em caso de negativa do Ministério Público.

e) O imputado não fazia jus ao acordo de não persecução penal, eis que os fatos investigados são anteriores à previsão de sua possibilidade pela lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre Ação Penal.

A alternativa A está incorreta. No caso em apreço, o representante legal da empresa afirmou que não há interesse na persecução penal, de modo que, embora tenha havido a lavratura de Boletim de Ocorrência, no momento que os fatos se tornaram conhecidos, a vontade da vítima, através do seu representante legal, é pela contrariedade da persecução penal, de modo que a ação carece de uma condição de procedibilidade, qual seja, a representação da vítima.

Vale destacar que a jurisprudência não tem exigido formalidade para a representação da vítima, de modo que, o que deve ser inequívoco é o interesse na persecução penal, o que não se visualiza no caso: “Prevalece no STJ e no STF que a representação, nos crimes de ação penal pública condicionada, não exige maiores formalidades, sendo suficiente a demonstração inequívoca de que a vítima tem interesse na persecução penal. Dessa forma, não há necessidade de que exista nos autos peça processual com esse título, sendo suficiente que a vítima ou seu representante legal leve ao conhecimentos das autoridades o ocorrido.”(HC 385.345/SC)

A alternativa B está correta. O artigo 28-A do CPP, o qual regulamenta o Acordo de Não Persecução Penal, exige que o investigado tenha: “confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal”.

A Suspensão condicional do processo, regulamentada pelo artigo 89 da Lei nº 9.099/95, não prevê a confissão do acusado como requisito. Na verdade, para beneficiar-se da suspensão do processo, a lei exige: 1) crime com pena mínima igual ou inferior a um ano; 2) acusado não esteja sendo processado ou não tenha sido condenado por outro crime; 3) acusado não seja reincidente em crime doloso; 4) a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias autorizem a concessão do benefício.

A alternativa C está incorreta. Embora tenha havido decisões divergentes nos tribunais superiores, a mais recente decisão do Plenário do STF, exarada nos autos do Habeas Corpus n. 208.817, estabeleceu que: “a representação deve retroagir a todos os casos de estelionato em andamento quando de sua promulgação, tendo a vítima um prazo de 30 dias para manifestar-se sob pena de decadência e não importando a fase em que o procedimento se encontre.”. Reconheceu-se, assim, o caráter híbrido da norma, o que, por força constitucional (art. 5º, XL, da CF) lhe conferiria retroatividade.

A alternativa D está incorreta. Conforme decidido pelo STJ: “O acordo de não persecução penal não constitui direito subjetivo do investigado, podendo ser proposto pelo Ministério Público conforme as peculiaridades do caso concreto e quando considerado necessário e suficiente para a reprovação e a prevenção da infração penal. [...]O acordo de não persecução penal é cabível durante a fase inquisitiva da persecução penal, sendo limitada até o recebimento da denúncia, o que inviabiliza a retroação pretendida pela defesa, porquanto a denúncia foi oferecida em 28/8/2019 e recebida em 11/9/2019, antes da vigência da Lei n. 13.964/2019 (AGRG no RESP n. 2.002.178/SP).

A alternativa E está incorreta. A amplitude da retroatividade do ANPP é ainda tema controvertido na jurisprudência. No caso apresentado, todavia, considerando-se apenas os lapsos temporais, é possível aplicar o instituto, visto que a denúncia apenas foi oferecida em 2021, momento posterior à vigência da Lei 13.964/19.

Vale destacar que há decisões no STF que permitem a retroatividade do ANPP até mesmo diante do trânsito em julgado: “3. O art. 28-A do Código de Processo Penal, acrescido pela Lei 13.964/2019, é norma de conteúdo processual-penal ou híbrido, porque consiste em medida despenalizadora, que atinge a própria pretensão punitiva estatal. Conforme explicita a lei, o cumprimento integral do acordo importa extinção da punibilidade, sem caracterizar maus antecedentes ou reincidência. 4. Essa inovação legislativa, por ser norma penal de caráter mais favorável ao réu, nos termos do art. 5º, inciso XL, da Constituição Federal deve ser aplicada de forma retroativa a atingir tanto investigações criminais quanto ações penais em curso até o trânsito em julgado.” (HC nº 217.275/SP).

Já no STJ, a Sexta Turma estabeleceu a possibilidade de aplicação retroativa do acordo de não persecução penal, desde que a denúncia não tenha sido recebida (HC 628.647).

QUESTÃO 40. Tício, Deputado Federal, há tempos anda contrariado com as sucessivas decisões concessivas de liberdade proferidas por Mévio, Desembargador Estadual, propiciando a soltura de pessoas que, em sua visão pessoal, deveriam estar presas. Entre as pessoas que acabaram soltas está um traficante que Tício considera ser o responsável por viciar o seu filho em cocaína. Em julho, durante o recesso parlamentar, enquanto passava férias no litoral, em seu Estado natal, Tício encontra, inesperadamente, em um restaurante, o magistrado. Não controlando sua raiva, pelo motivo pessoal exposto, efetua disparos de arma de fogo (de uso proibido) contra o magistrado, que não teve qualquer possibilidade de defesa, sendo alvejado pelas costas, quase vindo a óbito (homicídio doloso qualificado tentado). Tício foi preso em flagrante delito, respondendo pelo crime de homicídio doloso tentado qualificado e por porte ilegal de arma de fogo de uso proibido. Considerando o caso apresentado, aponte a alternativa correta.

a) Por ter prerrogativa de foro, como Deputado Federal, Tício deverá responder pelos fatos perante o Tribunal competente, no Supremo Tribunal Federal.

b) Considerando a qualidade da vítima, a competência será do Tribunal de Justiça ao qual servia o desembargador.

c) Tício responderá perante o Tribunal do Júri, na esfera federal, considerando sua condição de Deputado Federal, sendo que o crime de porte de arma de fogo de uso proibido será processado na esfera estadual (vara comum estadual).

d) Tício responderá, por ambos os crimes, no Tribunal do Júri, na esfera estadual.

e) Por ter prerrogativa de foro, por ser Deputado Federal, Tício deverá responder pelos fatos perante o Tribunal competente, no Superior Tribunal de Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre competência.

A alternativa A está incorreta. Uma vez que o crime não guarda relação com o cargo político desempenhado pelo agente, afastada estará a prerrogativa de foro. Neste sentido, o Plenário do STF, na AP 937 QO/RJ, definiu que: As normas da Constituição de 1988 que estabelecem as hipóteses de foro por prerrogativa de função devem ser interpretadas restritivamente, aplicando-se apenas aos crimes que tenham sido praticados durante o exercício do cargo e em razão dele. Assim, por exemplo, se o crime foi praticado antes de o indivíduo ser diplomado como Deputado Federal, não se justifica a competência do STF, devendo ele ser julgado pela 1ª instância mesmo ocupando o cargo de parlamentar federal. Além disso, mesmo que o crime tenha sido cometido após a investidura no mandato, se o delito não apresentar relação direta com as funções exercidas, também não haverá foro privilegiado.”

A alternativa B está incorreta. O foro por prerrogativa de função é definido conforme a qualidade do agente que pratica o crime, não da vítima, uma vez que possui por escopo evitar pressões e constrangimentos a juízes comuns em terem que proceder ao julgamento de autoridades. Por essa razão, em face da relevância do cargo ou da função exercida por determinadas pessoas, não se aplicam a elas as regras comuns de competência, sendo julgadas originariamente por tribunais preestabelecidos pela Constituição Federal.

A alternativa C está incorreta. Tendo em vista que o agente praticou o crime de homicídio tentado por razões pessoais, não se lhe aplica o foro por prerrogativa, conforme explicado na alternativa A. Portanto, seu julgamento ocorrerá perante tribunal do júri na esfera estadual. O crime de porte de arma de fogo de uso proibido, por ser crime conexo, será igualmente submetido ao tribunal do júri para julgamento, conforme o artigo 78,I, do CPP.

A alternativa D está correta. No julgamento da AP 937, o STF firmou entendimento de que o foro por prerrogativa de função se aplica apenas aos crimes cometidos durante o exercício do cargo (requisito temporal) e relacionados às funções desempenhadas (requisito funcional). Na questão em análise, resta claro que o agente praticou o crime por motivos pessoais, que em nada tinham relação com o seu mandato. Dessa forma, deverá ser julgado pelo Tribunal do Júri, na esfera estadual, uma vez que afastada a prerrogativa de foro no caso concreto.

A alternativa E está incorreta. Conforme comentários da alternativa A.

QUESTÃO 41. A respeito do processo e do procedimento, previstos no Código de Processo Penal e na legislação especial, aponte a alternativa correta.

a) Em sede de Juizado Especial Criminal, da decisão que rejeita a denúncia ou queixa, cabe recurso em sentido estrito.

b) Aos crimes praticados com violência física doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995, embora seja aplicável o acordo de não persecução penal.

c) Compete ao juiz criminal da jurisdição, onde tenha sido decretada a falência, concedida a recuperação judicial ou homologado o plano de recuperação extrajudicial, conhecer da ação penal pelos crimes previstos na lei falimentar.

d) Uma vez citado por edital, o réu não compareça nem constitua defensor, o processo deverá ser suspenso, com suspensão da prescrição, nos termos do artigo 366, do Código de Processo Penal, excetuados os feitos que apuram os crimes de lavagem de dinheiro e organização criminosa.

e) O interrogatório, na lei de drogas, está previsto como o primeiro ato da instrução, podendo a defesa arrolar até três testemunhas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata sobre procedimentos.

A alternativa A está incorreta. Conforme o art. 82, da lei nº 9.099/95, da decisão de rejeição da denúncia ou queixa caberá apelação.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 28-A, §2º, IV, do CPP, não será cabível o acordo de não persecução penal nos crimes praticados no âmbito de violência doméstica ou familiar.

A alternativa C está correta. Conforme o art. 183, da lei nº 11.101/2005, compete ao juiz criminal da jurisdição onde tenha sido decretada a falência, concedida a recuperação judicial ou homologado o plano de recuperação extrajudicial, conhecer da ação penal pelos crimes previstos na lei falimentar.

A alternativa D está incorreta. Muito embora o art. 2º, §2º, da lei nº 9.613/98, disponha que o art. 366 do CPP não se aplica ao crime de lavagem de capitais, não há previsão semelhante no que tange ao crime de organização criminosa, previsto na lei nº 12.850/2013.

A alternativa E está incorreta. De fato a lei 11.343/2006 dispõe, em seu art. 57, que o interrogatório do réu deve ser realizado antes da inquirição das testemunhas. No entanto, a defesa poderá arrolar até cinco testemunhas no procedimento dos crimes da lei de drogas, conforme o art. 55, § 1º, da mencionada Lei.

QUESTÃO 42. Em sede de direito processual penal, levando em conta o entendimento sumular dos Tribunais Superiores, aponte a alternativa correta.

a) No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, é dispensável a citação do réu como litisconsorte passivo.

b) Para a configuração do delito de violação de direito autoral e a comprovação de sua materialidade, é vedada a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, sendo necessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou daqueles que os representem.

c) A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da qualificação do órgão expedidor, pouco importando a entidade ou órgão ao qual foi apresentado.

d) No processo penal, contam-se os prazos da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem.

e) A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão aborda súmulas sobre processo penal.

A alternativa A está incorreta. A afirmativa contraria a Súmula 701 do STF, que dispõe: “No mandado de segurança impetrado pelo Ministério Público contra decisão proferida em processo penal, é obrigatória a citação do réu como litisconsorte passivo.”

A alternativa B está incorreta. A alternativa contraria o disposto na Súmula 574 do STJ: “Para a configuração do delito de violação de direito autoral e a comprovação de sua materialidade, é suficiente a perícia realizada por amostragem do produto apreendido, nos aspectos externos do material, e é desnecessária a identificação dos titulares dos direitos autorais violados ou daqueles que os representem.”

A alternativa C está incorreta. A alternativa está incorreta em razão do disposto na Súmula nº 546 do STJ: “A competência para processar e julgar o crime de uso de documento falso é firmada em razão da entidade ou órgão ao qual foi apresentado o documento público, não importando a qualificação do órgão expedidor.”

A alternativa D está incorreta. A Súmula 710 do STF dispõe: “No processo penal, contam-se os prazos da data da intimação, e não da juntada aos autos do mandado ou da carta precatória ou de ordem. Válida. Essa súmula vale também para os prazos recursais.”

A alternativa E está correta. Conforme a Súmula 648 do STJ: “A superveniência da sentença condenatória prejudica o pedido de trancamento da ação penal por falta de justa causa feito em habeas corpus”

QUESTÃO 43. Considerando a matéria de prisão, fiança e demais medidas cautelares, bem como levando em conta as medidas protetivas, em sede de processo penal, aponte a alternativa correta.

a) A audiência de custódia é cabível para os casos de prisão em flagrante delito, não sendo aplicável para outras modalidades de prisões provisórias.

b) A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima seja inferior a 4 anos.

c) Nos casos de cometimento de crimes de menor potencial ofensivo, é incabível a incidência de prisão em flagrante delito.

d) Se houver indícios de que o funcionário público integra uma organização criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, com prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à instrução processual.

e) Em sede de violência doméstica e familiar contra a mulher, as medidas protetivas de urgência serão concedidas independente da tipificação da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou registro de boletim de ocorrência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata sobre medidas cautelares.

A alternativa A está incorreta. No julgamento da Reclamação 29.303 o STF determinou que todos os tribunais do país e todos os juízos a eles vinculados devem realizar, no prazo de 24 horas, audiência de custódia em todas as modalidades de prisão.

A alternativa B está incorreta. Conforme o artigo 322 do CPP: “A autoridade policial somente poderá conceder fiança nos casos de infração cuja pena privativa de liberdade máxima não seja superior a 4 (quatro) anos.”. Portanto, a pena máxima poderá ser igual ou inferior a 4 anos.

A alternativa C está incorreta. Conforme enuncia a doutrina, o flagrante é dividido em quatro fases: 1) captura; 2) condução coercitiva; 3) lavratura do auto de prisão em flagrante; 4) recolhimento à prisão. Neste sentido, deve-se compreender que a prisão em si, ou seja, a captura daquele que cometeu o delito, é possível, mesmo em crimes de menor potencial ofensivo, nestes casos, todavia, não se mostra cabível a lavratura do Auto de Prisão em Flagrante, nem o recolhimento à prisão. Neste sentido, o artigo 69, parágrafo único, da Lei 9.099/95 dispõe: “Ao autor do fato que, após a lavratura do termo, for imediatamente encaminhado ao juizado ou assumir o compromisso de a ele comparecer, não se imporá prisão em flagrante, nem se exigirá fiança. (...)”

A alternativa D está incorreta. O artigo 2º, §5º, da Lei 12.850/13 dispõe que: § 5º Se houver indícios suficientes de que o funcionário público integra organização criminosa, poderá o juiz determinar seu afastamento cautelar do cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração, quando a medida se fizer necessária à investigação ou instrução processual.”. Portanto, não haverá prejuízo à remuneração.

A alternativa E está correta. Conforme o artigo 19, §5º, da Lei Maria da Penha, acrescido pela Lei 14.550/23: “As medidas protetivas de urgência serão concedidas independentemente da tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível, da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência.”

QUESTÃO 44. Sobre a matéria de provas em processo penal, aponte a alternativa correta.

a) A desconfiança policial em relação à atitude do sujeito, que demonstra nervosismo perante a autoridade, bem como à sua aparência, poderá ensejar revista pessoal ou mesmo autorizar busca e apreensão, não se questionando da validade das provas encontradas.

b) A nulidade pela inversão da ordem das perguntas feitas às testemunhas, em audiência, será reconhecida se demonstrado prejuízo para a parte que a suscitou.

c) A ilicitude da prova pode ser relativizada e o elemento probatório admitido e valorado se a sua falta comprometer a busca da verdade real, tanto em prol da defesa quanto da acusação.

d) Ainda que não haja autorização judicial, a autoridade policial, ao efetuar a prisão em flagrante, poderá acessar os dados de agendas, contatos, fotos, bem como o inteiro teor de mensagens de texto e áudios do celular do preso, mesmo que relacionada à esfera de sua intimidade.

e) Poderá ser autorizada pelo juiz, de ofício, a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos em infrações criminais cujas penas mínimas sejam superiores há 4 (quatro) anos ou em infrações penais conexas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o tema provas no processo penal.

A alternativa A está incorreta. Conforme decidido pelo STJ no HC 158.580-BA: “2. (...)O art. 244 do CPP não autoriza buscas pessoais praticadas como “rotina” ou “praxe” do policiamento ostensivo, com finalidade preventiva e motivação exploratória, mas apenas buscas pessoais com finalidade probatória e motivação correlata.

3. Não satisfazem a exigência legal, por si sós, meras informações de fonte não identificada (e.g. denúncias anônimas) ou intuições e impressões subjetivas, intangíveis e não demonstráveis de maneira clara e concreta, apoiadas, por exemplo, exclusivamente, no tirocínio policial.

Ante a ausência de descrição concreta e precisa, pautada em elementos objetivos, a classificação subjetiva de determinada atitude ou aparência como suspeita, ou de certa reação ou expressão corporal como nervosa, não preenche o standard probatório de “fundada suspeita” exigido pelo art. 244 do CPP.”

A alternativa B está correta. Conforme decidiu o STJ no HC 212.618/RS: “A inversão da ordem de inquirição de testemunhas estabelecida pelo art. 212 do Código de Processo Penal constitui nulidade

capaz de viciar o processo quando suscitada a tempo e quando demonstrado prejuízo efetivo sofrido pelo paciente.”

A alternativa C está incorreta. A busca pela verdade real não autoriza que as garantias processuais penais, as quais possuem assento constitucional e convencional, como, por exemplo, a vedação de utilização de provas ilícitas (art. 5º, LVI, da CF), sejam desconsideradas. Neste sentido, o STJ, no seio da Reclamação 36.734/SP, assentou que: “é unívoca a opinião de que a busca pela verdade no processo penal encontra limitação nas regras de admissão, de produção e de valoração do material probatório, o qual servirá de suporte ao convencimento do julgador. Afinal, os fins colimados pelo processo penal são tão importantes quanto os meios de que se utiliza”.

A alternativa D está incorreta. Conforme o entendimento do STJ é “Ilícita é a devassa de dados, bem como das conversas de *whatsapp*, obtidas diretamente pela polícia em celular apreendido no flagrante, sem prévia autorização judicial (RHC 51.531/RO)”.

A alternativa E está incorreta. Conforme o artigo 8-A, *caput*, da Lei 9.296/96, o juiz não poderá determinar a captação ambiental de sinais de ofício: “Para investigação ou instrução criminal, poderá ser autorizada pelo juiz, a requerimento da autoridade policial ou do Ministério Público, a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos, quando”. Vale destacar que, pela literalidade da referida lei, o magistrado poderia determinar interceptações telefônicas de ofício, conforme prevê o artigo 3º da Lei 9.296/96: “A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz, de ofício ou a requerimento”.

QUESTÃO 45. Assinale a alternativa correta no que concerne ao poder constituinte.

a) O poder constituinte derivado reformador, chamado por alguns de competência reformadora, tem a capacidade de modificar a Constituição Federal, por meio de um procedimento específico, estabelecido pelo originário, sem que haja uma verdadeira revolução.

b) O objetivo fundamental do poder constituinte supranacional é criar um novo Estado, diverso do que vigorava em decorrência da manifestação do poder constituinte precedente.

c) O poder constituinte originário é inicial, autônomo, limitado juridicamente, incondicionado, soberano na tomada de suas decisões, um poder de fato e político, permanente. O objetivo fundamental é criar um novo Estado, diverso do que vigorava em decorrência da manifestação do poder constituinte anterior.

d) O poder constituinte derivado pode ser subdividido em histórico (ou fundacional) e revolucionário.

e) O poder constituinte derivado decorrente, assim como o revolucionário, por ser derivado do originário e por ele criado, é também jurídico e encontra os seus parâmetros de manifestação nas regras estabelecidas pelo originário. Pode ser dividido em histórico (fundacional) ou subsidiário.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

De fato, o poder constituinte derivado reformador é aquela que permite a alteração do texto constitucional. Sendo um poder constituído, é condicionado, de modo que deve seguir o procedimento imposto pelo poder constituinte originário. Além disso, tal poder é limitado, não podendo extrapolar os limites que lhe são impostos pela CRFB/88, notadamente as cláusulas pétreas do art. 60, §4º, da CRFB/88. O poder constituinte reformador é a forma ordinária de alteração da constituição, não se cuidando de revolução.

A alternativa B está incorreta. O poder constituinte supranacional busca firmar uma Constituição Supranacional legítima, a partir de um conjunto de Estados que se relacionam, integrando-se econômica e politicamente. Seu principal objetivo é a proteção internacional e o fortalecimento dos direitos humanos, não havendo de se falar em “criação de um novo Estado”.

A alternativa C está incorreta. O poder constituinte originário é ilimitado juridicamente.

As alternativas D e E estão incorretas. Tal classificação pertence ao poder constituinte originário. Na modalidade histórica/fundacional, o poder constituinte originário é o que elabora a primeira Constituição de um Estado. Por exemplo, no Brasil, foi a CF de 1824. Já na modalidade revolucionária, o poder constituinte originário elabora uma nova Constituição que substitui a anterior e rompe com a ordem política e social até então vigente.

QUESTÃO 46. Assinale a alternativa correta no que concerne às normas constitucionais.

a) As normas constitucionais de eficácia restringível são as que receberam do constituinte normatividade suficiente à sua incidência mediata.

b) Normas constitucionais de eficácia plena contêm todos os elementos imprescindíveis para que haja a possibilidade da produção imediata dos efeitos previstos, já que, apesar de suscetíveis de emendas, requerem normação subconstitucional subsequente.

c) As normas constitucionais de eficácia redutível ou restringível são aquelas que têm aplicabilidade imediata, integral, plena, mas que podem ter reduzido seu alcance pela atividade do legislador infraconstitucional.

d) As normas constitucionais de eficácia contida ou prospectiva têm aplicabilidade direta, mediata e possivelmente integral.

e) Normas com eficácia relativa complementável ou dependente de complementação legislativa dependem exclusivamente de lei complementar para o exercício do direito ou benefício consagrado. Sua possibilidade de produzir efeitos é imediata.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

As normas de eficácia contida, também ditas restringíveis ou de eficácia redutível, são aquelas que possuem eficácia direta e imediata, independentemente de intermediação legislativa para produzir seus efeitos. Contudo, diferentemente das normas de eficácia plena, o próprio texto constitucional prevê a possibilidade de restrição por meio de legislação infraconstitucional.

Pela mesma justificativa acima explicada, as alternativas A e D estão incorretas.

A alternativa B está incorreta. As normas constitucionais de eficácia plena dispensam normação subconstitucional subsequente.

A alternativa E está incorreta. De fato, as normas com eficácia relativa complementável ou dependente de complementação legislativa dependem de norma posterior para o exercício do direito ou benefício consagrado. No entanto, esta norma posterior não precisa ser, exclusivamente, lei complementar. Ademais, sua eficácia é mediata.

QUESTÃO 47. No que concerne ao Conselho Nacional de Justiça, é correto afirmar:

a) a Corregedoria Nacional de Justiça, órgão do CNJ, será dirigida pelo Corregedor Nacional de Justiça, sendo que a Constituição Federal contempla o fato de que um Ministro do Supremo Tribunal Federal exercerá a função de Ministro-Corregedor, acumulando o cargo.

b) o Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor do Conselho Nacional de Justiça, entretanto não ficará excluído da distribuição de processos no âmbito de seu Tribunal.

c) o Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 3 (três) anos, admitida 1 (uma) recondução.

d) é competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, todas as ações, proferidas no exercício de suas competências constitucionais e ajuizadas contra decisões do Conselho Nacional de Justiça.

e) o Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mais de 35 (trinta e cinco) e menos de 66 (sessenta e seis) anos de idade, com mandato de 2 (dois) anos, admitida uma recondução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. O STF decidiu, no julgamento da ADI 4412, o seguinte: “Nos termos do artigo 102, inciso I, alínea ‘r’, da Constituição Federal, é competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal processar e julgar originariamente todas as decisões do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público proferidas no exercício de suas competências constitucionais respectivamente previstas nos artigos 103-B, parágrafo 4º, e 130-A, parágrafo 2º, da Constituição Federal”.

A alternativas A e B estão incorretas. De acordo com art. 103-B, § 5º, da CF: “§ 5º O Ministro do Superior Tribunal de Justiça exercerá a função de Ministro-Corregedor e ficará excluído da distribuição de processos no Tribunal, competindo-lhe, além das atribuições que lhe forem conferidas pelo Estatuto da Magistratura, as seguintes:”

A alternativa C está incorreta. acordo com art. 103-B, caput, da CF: “Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:”

A alternativa E está incorreta. A alternativa traz a antiga redação do caput do Art. 103-B, o qual foi modificada pela EC 61/2009, passando a constar o seguinte: “Art. 103-B. O Conselho Nacional de Justiça compõe-se de 15 (quinze) membros com mandato de 2 (dois) anos, admitida 1 (uma) recondução, sendo:”. Portanto, não há mais tal determinação na CF.

QUESTÃO 48. No que concerne à possibilidade de controle difuso de constitucionalidade em sede de ação civil pública, é correto afirmar:

a) o ajuizamento da ação civil pública visando, não à apreciação da validade constitucional de lei em tese, mas o julgamento de uma específica e concreta relação jurídica, tornar-se-á lícito promover, incidenter tantum, o controle difuso de constitucionalidade de qualquer ato emanado do Poder Público.

b) o ajuizamento da ação civil pública visando não à apreciação da validade constitucional de lei em tese, mas envolvendo tributos ou contribuições previdenciárias, autoriza o controle difuso de constitucionalidade de qualquer ato emanado do Poder Público, como efeitos erga omnes da declaração.

c) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não exclui a possibilidade de controle abstrato de constitucionalidade de determinada lei ou ato normativo por meio de ação civil pública, exceto, quando, nela, o autor deduzir pretensões que envolvam tributos ou contribuições previdenciárias.

d) o ajuizamento da ação civil pública visando, não à apreciação da validade constitucional de lei em tese, mas envolvendo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados, autoriza o controle difuso de constitucionalidade de qualquer ato emanado do Poder Público, como efeitos erga omnes da declaração.

e) a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal não exclui a possibilidade de controle abstrato de constitucionalidade de determinada lei ou ato normativo por meio de ação civil pública, exceto, quando, nela, o autor deduzir pretensões que envolvam o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS ou outros fundos de natureza institucional cujos beneficiários podem ser individualmente determinados.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. No julgamento do Ag. Reg. na Reclamação 27990, o STF assim decidiu: “O Supremo Tribunal Federal tem reconhecido a legitimidade da utilização da ação civil pública como instrumento idôneo de fiscalização incidental de constitucionalidade, pela via difusa, de quaisquer leis ou atos do Poder Público, mesmo quando contestados em face da Constituição da República, desde que, nesse processo coletivo, a controvérsia constitucional, longe de identificar-se como objeto único da demanda, qualifique-se como simples questão prejudicial, indispensável à resolução do litígio principal. Precedentes.”

As demais alternativas, portanto, ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 49. No que concerne à arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF), à ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO) e à ação declaratória de constitucionalidade (ADC), assinale a alternativa correta.

a) A ADC foi introduzida no ordenamento jurídico brasileiro por meio de Emenda Constitucional, tendo sido posteriormente regulamentada o seu processo e julgamento por meio de lei infraconstitucional. O objetivo da ADC é transformar uma presunção relativa de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal e estadual em absoluta, não mais admitindo prova em contrário.

b) A ADPF será cabível, nos termos da lei, seja na modalidade de arguição autônoma, seja na hipótese de arguição incidental. Entretanto, é vedado utilizar a ADPF tendo por objeto ato editado antes da Constituição, como instrumento de análise em abstrato de recepção de lei ou ato normativo.

c) No julgamento do pedido de medida cautelar em ADO, será facultada sustentação oral aos representantes judiciais do requerente e das autoridades ou órgãos responsáveis pela omissão inconstitucional, na forma do previsto no Regimento do Tribunal.

d) O Supremo Tribunal Federal já decidiu que, pendente julgamento de ADO, se a norma constitucional que não tinha sido regulamentada vier a ser revogada, a ação não deverá ser extinta prosseguindo-se até final julgamento.

e) Na ADPF a decisão é imediatamente autoaplicável. A decisão terá eficácia contra todos (erga omnes) e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público, além de efeitos irretroativos (ex nunc).

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. Em regra, é possível fazer sustentação oral em qualquer processo, com a exceção do disposto no § 2º, do art. 131, do RISTF, in verbis: “Art. 131. Nos julgamentos, o Presidente do Plenário ou da Turma, feito o relatório, dará a palavra, sucessivamente, ao autor, recorrente, peticionário ou impetrante, e ao réu, recorrido ou impetrado, para sustentação oral. § 1º O assistente somente poderá produzir sustentação oral quando já admitido. § 2º Não haverá sustentação oral nos julgamentos de agravo, embargos declaratórios, arguição de suspeição e medida cautelar.”

Contudo, quanto à impossibilidade de sustentação em medida cautelar, excetuam-se os casos relativos a ADI, ADC, e à ADPF. No art. 10, § 2º, da Lei 9.868/99, tem-se o seguinte: “§ 2º No julgamento do pedido de medida cautelar, será facultada sustentação oral aos representantes judiciais do requerente e das autoridades ou órgãos responsáveis pela expedição do ato, na forma estabelecida no Regimento do Tribunal.”

E, no art. 6º, § 2º, da Lei 9.882/99, tem-se o seguinte: “§ 2º Poderão ser autorizadas, a critério do relator, sustentação oral e juntada de memoriais, por requerimento dos interessados no processo.”

A alternativa A está incorreta. De fato, a ADC foi introduzida no ordenamento por meio da Emenda Constitucional nº 3/1993, que modificou a redação do art. 102, § 1º, “a”, da CF, fazendo constar o seguinte: “Art. 102. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe: I - processar e julgar, originariamente: a) a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal;”

Ademais, também é verdadeiro que o objetivo da ADC é transformar uma presunção relativa de constitucionalidade em presunção absoluta, não mais admitindo prova em contrário.

No entanto, a alternativa se torna incorreta porque fala que a ADC terá como objeto atos federais e estaduais, mas de acordo com a redação do mencionado art. 102, § 1º, “a”, da CF, a ADC somente terá por objeto lei ou ato normativo federal.

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 1º, parágrafo único, I, da Lei 9.882/99, a ADPF também poderá ter como objeto ato editado antes da Constituição: “Parágrafo único. Caberá também arguição de descumprimento de preceito fundamental: I - quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal, incluídos os anteriores à Constituição;”

A alternativa D está incorreta. De acordo com decisão do STF, proferida no julgamento da ADI 1836: “Esta Corte já firmou o entendimento, em face da atual Constituição, de que, quando há a revogação do ato normativo atacado como inconstitucional em ação direta de inconstitucionalidade, esta fica prejudicada por perda de seu objeto. Essa orientação, por identidade de razão, se aplica tanto à ação direta de inconstitucionalidade de ato normativo quanto ação direta de inconstitucionalidade por omissão de medida destinada a tornar efetiva norma constitucional, sendo que, neste último caso, isso ocorrerá quando a norma revogada for a que necessitava de regulamentação para a sua efetividade. (ADI 1.836QO, rel. min. Moreira Alves, j. 18-6-1998, P, DJ de 4-12-1998).

A alternativa E está incorreta. De fato, na ADPF, a decisão é imediatamente autoaplicável e tem eficácia contra todos (erga omnes) e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público, de acordo com art. 10, § 1º e 3º, da Lei 9.882/99: “§ 1º O presidente do Tribunal determinará o imediato cumprimento da decisão, lavrando-se o acórdão posteriormente. § 3º A decisão terá eficácia contra todos e efeito vinculante relativamente aos demais órgãos do Poder Público.”

Porém, a regra é que seus efeitos serão retroativos, ou seja, ex tunc. Para que haja efeito ex nunc, deve haver modulação dos efeitos, de acordo com art. 11 da Lei 9.882/99: “Art. 11. Ao declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo, no processo de arguição de descumprimento de preceito fundamental, e tendo em vista razões de segurança jurídica ou de excepcional interesse social, poderá

o Supremo Tribunal Federal, por maioria de dois terços de seus membros, restringir os efeitos daquela declaração ou decidir que ela só tenha eficácia a partir de seu trânsito em julgado ou de outro momento que venha a ser fixado.”

QUESTÃO 50. Visa-se, dentro dessa nova realidade, não mais apenas atrelar o constitucionalismo à ideia de limitação do poder político, mas, acima de tudo, busca-se a eficácia da Constituição, deixando o texto de ter um caráter meramente retórico e passando a ser mais efetivo, sobretudo diante da expectativa de concretização dos direitos fundamentais. Tem como uma de suas marcas a concretização das prestações materiais prometidas pela sociedade, servindo como ferramenta para a implantação de um Estado Democrático Social de Direito. No que concerne ao constitucionalismo, é correto afirmar que o enunciado se refere ao

- a) constitucionalismo liberal.**
- b) constitucionalismo pós-positivismo.**
- c) constitucionalismo globalizado.**
- d) constitucionalismo democrático.**
- e) transconstitucionalismo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. O constitucionalismo é a limitação ao poder político, fenômeno tipicamente moderno. Inicialmente, as constituições preocuparam-se em positivar liberdades públicas e direitos políticos. Após, os direitos sociais e direitos difusos. Depois da Segunda Guerra Mundial, ganhou corpo um movimento político e jurídico no sentido de que não bastava a positivação dos direitos humanos nos textos constitucionais se esses textos não possuísem plena eficácia e pudessem ser aplicados diretamente.

A esse movimento de reconhecimento de força normativa ao texto constitucional e de superação a uma visão estritamente positivista do Direito, a doutrina tem chamado de neoconstitucionalismo ou constitucionalismo contemporâneo.

Embora menos usual, é possível verificar que o neoconstitucionalismo surge, historicamente, junto à visão pós-positivista do direito, de modo que alguns autores se utilizam do termo constitucionalismo pós-positivismo, expressão esta que não é imune a críticas.

As demais alternativas, portanto, ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 51. No que concerne à possibilidade de aplicação dos direitos fundamentais às relações privadas, é correto afirmar que

a) sem dúvida, cresce a teoria da aplicação indireta dos direitos fundamentais às relações privadas (eficácia vertical), especialmente diante de atividades privadas que tenham certo “caráter público”, por exemplo, em escolas, (matrículas), clubes associativos, relações de trabalhos etc.

b) o Supremo Tribunal Federal tem aplicado a teoria da eficácia indireta dos direitos com repercussão geral que possui o mesmo efeito de vinculação da súmula.

c) os direitos fundamentais são aplicados de maneira reflexa, tanto em uma dimensão proibitiva e voltada para o legislador, que deverá editar lei que limite direitos fundamentais, como, ainda, positiva, voltada para que o legislador implemente os direitos fundamentais existentes, ponderando quais devem aplicar-se às relações privadas.

d) o tema encontra amparo em recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, entretanto, há uma tendência a restringir a eficácia horizontal aos direitos humanos de primeira dimensão.

e) o tema da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, também denominado pela doutrina de eficácia privada ou externa dos direitos fundamentais, surge como importante contraponto à ideia de eficácia vertical dos direitos fundamentais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. O Supremo Tribunal Federal reconhece a possibilidade de aplicação dos direitos fundamentais não só na relação indivíduo-Estado, mas também nas relações privadas, entre dois particulares. A isso se dá o nome de teoria da eficácia horizontal dos direitos fundamentais, que se contrapõe à eficácia vertical.

Vejamos: “EMENTA: SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. UNIÃO BRASILEIRA DE COMPOSITORES. EXCLUSÃO DE SÓCIO SEM GARANTIA DA AMPLA DEFESA E DO CONTRADITÓRIO. EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS. RECURSO DESPROVIDO. I. EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS NAS RELAÇÕES PRIVADAS. As violações a direitos fundamentais não ocorrem somente no âmbito das relações entre o cidadão e o Estado, mas igualmente nas relações travadas entre pessoas físicas e jurídicas de direito privado. Assim, os direitos fundamentais assegurados pela Constituição vinculam diretamente não apenas os poderes públicos, estando direcionados também à proteção dos particulares em face dos poderes privados. II. OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS COMO LIMITES À AUTONOMIA PRIVADA DAS ASSOCIAÇÕES. A ordem jurídico-constitucional brasileira não conferiu a qualquer associação civil a possibilidade de agir à revelia dos princípios inscritos nas leis e, em especial, dos postulados que têm por fundamento direto o próprio texto da Constituição da República, notadamente em tema de proteção às liberdades e garantias fundamentais. O espaço de autonomia privada garantido pela Constituição às associações não está imune à incidência dos princípios constitucionais que asseguram o respeito aos direitos fundamentais de seus associados. A autonomia privada, que encontra claras limitações de ordem jurídica, não pode ser exercida em detrimento ou com desrespeito aos direitos e garantias de terceiros, especialmente aqueles positivados em sede constitucional, pois a autonomia da vontade não confere aos particulares, no domínio de sua incidência e atuação, o poder de transgredir ou de ignorar as restrições postas e definidas pela própria Constituição, cuja eficácia e força normativa também se impõem, aos particulares, no âmbito de suas relações privadas, em tema de liberdades fundamentais. III. SOCIEDADE CIVIL SEM FINS LUCRATIVOS. ENTIDADE QUE INTEGRA ESPAÇO PÚBLICO, AINDA QUE NÃO-ESTATAL.

ATIVIDADE DE CARÁTER PÚBLICO. EXCLUSÃO DE SÓCIO SEM GARANTIA DO DEVIDO PROCESSO LEGAL. APLICAÇÃO DIRETA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS À AMPLA DEFESA E AO CONTRADITÓRIO. As associações privadas que exercem função predominante em determinado âmbito econômico e/ou social, mantendo seus associados em relações de dependência econômica e/ou social, integram o que se pode denominar de espaço público, ainda que não-estatal. A União Brasileira de Compositores - UBC, sociedade civil sem fins lucrativos, integra a estrutura do ECAD e, portanto, assume posição privilegiada para determinar a extensão do gozo e fruição dos direitos autorais de seus associados. A exclusão de sócio do quadro social da UBC, sem qualquer garantia de ampla defesa, do contraditório, ou do devido processo constitucional, onera consideravelmente o recorrido, o qual fica impossibilitado de perceber os direitos autorais relativos à execução de suas obras. A vedação das garantias constitucionais do devido processo legal acaba por restringir a própria liberdade de exercício profissional do sócio. O caráter público da atividade exercida pela sociedade e a dependência do vínculo associativo para o exercício profissional de seus sócios legitimam, no caso concreto, a aplicação direta dos direitos fundamentais concernentes ao devido processo legal, ao contraditório e à ampla defesa (art. 5º, LIV e LV, CF/88). IV. RECURSO EXTRAORDINÁRIO DESPROVIDO. “

A alternativa A está incorreta. Trata-se da eficácia horizontal, e não vertical.

A alternativa B está incorreta. O Supremo Tribunal Federal ainda não tem aplicado a teoria da eficácia indireta dos direitos com repercussão geral.

A alternativa C está incorreta. De fato, na eficácia indireta, os direitos fundamentais são aplicados de maneira reflexa, em duas dimensões, voltadas ao legislador: proibitiva e positiva. No entanto, ao contrário do que a alternativa afirma, a dimensão proibitiva determina que o legislador não poderá editar lei que viole direitos fundamentais, não havendo de se falar em “editar lei que limite direitos fundamentais”.

A alternativa D está incorreta. Não há de se falar em “restrição à eficácia horizontal dos direitos humanos de primeira dimensão”; pelo contrário, são estes os direitos mais aplicados.

QUESTÃO 52. No que concerne à ordem econômica e financeira, é correto afirmar que

a) como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor privado e indicativo para o setor público.

b) o Supremo Tribunal Federal fixou a tese (repercussão geral): as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor.

c) os institutos clássicos do direito de propriedade e a autonomia da vontade privada eram suficientes para regulamentar a atividade econômica, pois o capitalismo comercial pregava a autorregulação, com relativa interferência do Estado na economia.

d) ressalvados os casos previstos na Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado somente será permitida quando necessária aos planos nacionais e regionais de desenvolvimento.

e) o constituinte privilegia o modelo capitalista, porém, não se pode esquecer da finalidade da ordem econômica, qual seja, assegurar a todos a existência digna. A primeira Constituição brasileira a separar a ordem econômica da ordem social foi a de 1967.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. De acordo com o Tema 210 de Repercussão geral do STF, tem-se o seguinte: “Nos termos do art. 178 da Constituição da República, as normas e os tratados internacionais limitadores da responsabilidade das transportadoras aéreas de passageiros, especialmente as Convenções de Varsóvia e Montreal, têm prevalência em relação ao Código de Defesa do Consumidor.”

A alternativa A está incorreta. De acordo com artigo 174, caput, da CF: “Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.”

A alternativa C está incorreta. A alternativa se refere ao Estado considerado pós-social. De acordo com o doutrinador Pedro Lenza (2011, p.1.138): “Pode-se afirmar que os institutos clássicos do direito de propriedade e a autonomia da vontade privada eram suficientes para regulamentar a atividade econômica, até porque, o capitalismo, primitivo, pregava a autorregulação, sem qualquer interferência do Estado na economia.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com artigo 173, caput, da CF: “Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.”

A alternativa E está incorreta. A primeira Constituição brasileira que separou a ordem econômica da ordem social foi a de 1988.

QUESTÃO 53. Assinale a alternativa que consigna corretamente uma Súmula do Supremo Tribunal Federal.

a) O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, não pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.

b) Cabe ação declaratória de constitucionalidade de lei Estadual derivada da sua competência legislativa municipal.

c) Não viola a cláusula de reserva de plenário a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei, afasta a sua incidência no todo ou em parte.

d) Somente o Procurador-Geral da Justiça tem legitimidade para propor ação direta interventiva por inconstitucionalidade de Lei Municipal.

e) Há prazo de preclusão para a representação de inconstitucionalidade prevista na Constituição Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. De acordo com a Súmula 614 do STF: “Somente o Procurador-Geral de Justiça tem legitimidade para propor ação direta interventiva por inconstitucionalidade de Lei Municipal.”

A alternativa A está incorreta. De acordo com a Súmula 347 do STF: “O Tribunal de Contas, no exercício de suas atribuições, pode apreciar a constitucionalidade das leis e dos atos do Poder Público.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com a Súmula 642 do STF: “Não cabe ação direta de inconstitucionalidade de lei do Distrito Federal derivada da sua competência legislativa municipal.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com a Súmula Vinculante 10 do STF: “Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com a Súmula 360 do STF: “Não há prazo de decadência para a representação de inconstitucionalidade prevista no art. 8º, parágrafo único, da Constituição Federal.”

QUESTÃO 54. Assinale a alternativa correta no tocante aos Partidos Políticos.

a) Os partidos políticos devem aplicar, no mínimo, 10% (dez por cento) dos recursos do fundo partidário e doações recebidas na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação feminina.

b) É vedada a realização de coligações nas eleições majoritárias.

c) O montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais deverá ser de, no mínimo, 30% (trinta por cento), proporcional ao número de candidatas.

d) Somente terão direito a recursos do fundo partidário os partidos políticos que conseguirem eleger pelo menos 10 (dez) Deputados Federais, distribuídos em pelo menos 1/5 (um quinto) das unidades da Federação.

e) A fusão de diretórios municipais de partidos diversos para eleições municipais é permitida somente se ambos tiverem prestado contas à Justiça Eleitoral, ficando ambos sob a supervisão dos diretórios estaduais dos respectivos partidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. De acordo com art. 17, § 8º da CF: “§ 8º O montante do Fundo Especial de Financiamento de Campanha e da parcela do fundo partidário destinada a campanhas eleitorais, bem como o tempo de propaganda gratuita no rádio e na televisão a ser distribuído pelos partidos às respectivas candidatas, deverão ser de no mínimo 30% (trinta por cento), proporcional ao número de candidatas, e a distribuição deverá ser realizada conforme critérios definidos pelos respectivos órgãos de direção e pelas normas estatutárias, considerados a autonomia e o interesse partidário.”

No mesmo sentido é decisão do STF, proferida no julgamento da ADI 5617/DF: “EMENTA: AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DIREITO CONSTITUCIONAL E ELEITORAL. ART. 9º DA LEI 13.165/2015. FIXAÇÃO DE PISO (5%) E DE TETO (15%) DO MONTANTE DO FUNDO PARTIDÁRIO DESTINADO AO FINANCIAMENTO DAS CAMPANHAS ELEITORAIS PARA A APLICAÇÃO NAS CAMPANHAS DE CANDIDATAS. PRELIMINAR DE IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO. REJEIÇÃO. INCONSTITUCIONALIDADE. OFENSA À IGUALDADE E À NÃO-DISCRIMINAÇÃO. PROCEDÊNCIA DA AÇÃO. (...) 4. Ação direta julgada procedente para: (i) declarar a inconstitucionalidade da expressão “três” contida no art. 9º da Lei 13.165/2015; (ii) dar interpretação conforme à Constituição ao art. 9º da Lei 13.165/2015 de modo a (a) equiparar o patamar legal mínimo de candidaturas femininas (hoje o do art. 10, § 3º, da Lei 9.504/1997, isto é, ao menos 30% de cidadãs), ao mínimo de recursos do Fundo Partidário a lhes serem destinados, que deve ser interpretado como também de 30% do montante do fundo alocado a cada partido, para eleições majoritárias e proporcionais, e (b) fixar que, havendo percentual mais elevado de candidaturas femininas, o mínimo de recursos globais do partido destinados a campanhas lhes seja alocado na mesma proporção; (iii) declarar a inconstitucionalidade, por arrastamento, do § 5º-A e do § 7º do art. 44 da Lei 9.096/95.”

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 17, § 7º, da CF: “§ 7º Os partidos políticos devem aplicar no mínimo 5% (cinco por cento) dos recursos do fundo partidário na criação e na manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, de acordo com os interesses intrapartidários.”

A alternativa B está incorreta. É sim permitido, conforme art. 17, § 1º, da CF: “É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna e estabelecer regras sobre escolha, formação e duração de seus órgãos permanentes e provisórios e sobre sua organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações nas eleições majoritárias, vedada a sua celebração nas eleições proporcionais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 17, § 3º, II, da CF: “§ 3º Somente terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que alternativamente: II - tiverem eleito pelo menos quinze Deputados Federais distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação.

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 29 da Lei 9.096/1995: “Art. 29. Por decisão de seus órgãos nacionais de deliberação, dois ou mais partidos poderão fundir-se num só ou incorporar-se um ao outro. § 1º No primeiro caso, observar-se-ão as seguintes normas: I - os órgãos de direção dos partidos elaborarão projetos comuns de estatuto e programa; II - os órgãos nacionais de deliberação dos partidos em processo de fusão votarão em reunião conjunta, por maioria absoluta, os projetos, e elegerão o órgão de direção nacional que promoverá o registro do novo partido.”

QUESTÃO 55. Considerando a inelegibilidade reflexa constitucionalmente prevista e o fato de que os titulares dos cargos mencionados nas alternativas não se afastaram no prazo legal, é correto afirmar que

- a) a irmã da Governadora de uma unidade da Federação poderá iniciar sua vida política, concorrendo pela primeira vez em um Município desta unidade para o cargo de vereadora.**
- b) o pai do Prefeito de um Município poderá concorrer somente ao cargo de vereador no mesmo Município, desde que seja a primeira vez que esteja concorrendo.**
- c) o irmão do Governador de uma unidade da Federação não poderá concorrer pela primeira vez ao cargo de deputado estadual de outra unidade da Federação.**
- d) o marido da Vice-Prefeita de determinado Município não poderá concorrer ao cargo de Senador da unidade da Federação onde se encontra situado o referido Município.**
- e) o filho do Presidente da República não poderá concorrer pela primeira vez a qualquer cargo nas eleições gerais em qualquer unidade da Federação.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. De acordo com art. 14, § 7º da CF: “7º São inelegíveis, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os parentes consanguíneos ou afins, até o segundo grau ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

Portanto, a alternativa correta é a letra E: o filho do Presidente da República não poderá concorrer pela primeira vez a qualquer cargo nas eleições gerais em qualquer unidade da Federação. Isso porque, o “território de jurisdição” do Presidente da República é todo o território nacional.

A alternativa A está incorreta. O “território de jurisdição” do Governador engloba todo o território do Estado, ou seja, engloba também os Municípios nele localizados. Desta feita, a irmã da Governadora é inelegível para o cargo de vereadora de Município localizado dentro desse Estado.

A alternativa B está incorreta. O “território de jurisdição” do Prefeito engloba todo o território do Município. Desta feita, o pai do Prefeito é inelegível para o cargo de vereador do mesmo Município.

A alternativa C está incorreta. O “território de jurisdição” do Governador engloba apenas o território daquele Estado. Desta feita, o irmão do Governador de um Estado poderá concorrer ao cargo de deputado estadual de outro Estado.

A alternativa D está incorreta. O cargo de prefeito tem como “território de jurisdição” apenas aquele Município; já o cargo de Senador tem como “território de jurisdição” o Estado. Portanto, não há impedimento, já que se trata de jurisdições diferentes.

QUESTÃO 56. Com relação à campanha eleitoral e propaganda eleitoral, é correto afirmar que

a) a Justiça Eleitoral decidirá pela aprovação das contas de campanha com ressalvas, quando verificar que falhas comprometem a regularidade.

b) para efeito de caracterização de captação ilícita de sufrágio, é necessária a comprovação de pedido explícito de voto.

c) são considerados gastos eleitorais a alimentação de pessoal que presta serviços de campanha, até o limite de 20% (vinte por cento).

d) a representação por conduta vedada de captação ilícita de sufrágio pode ser ajuizada até a data da diplomação.

e) são permitidas, até a véspera das eleições, a divulgação paga, na imprensa escrita, e a reprodução em sites na internet, de até 5 (cinco) anúncios de propaganda eleitoral.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. De acordo com art. 41-A, § 3º, da Lei 9.504/97: “Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990. § 3º A representação contra as condutas vedadas no caput poderá ser ajuizada até a data da diplomação.”

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 30, III, da Lei 9.096/95: “Art. 30. A Justiça Eleitoral verificará a regularidade das contas de campanha, decidindo: (...) III - pela desaprovação, quando verificadas falhas que lhes comprometam a regularidade;”

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 41-A, § 1º, da Lei 9.504/97: “Art. 41-A. Ressalvado o disposto no art. 26 e seus incisos, constitui captação de sufrágio, vedada por esta Lei, o candidato doar, oferecer, prometer, ou entregar, ao eleitor, com o fim de obter-lhe o voto, bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive emprego ou função pública, desde o registro da candidatura até o dia da eleição, inclusive, sob pena de multa de mil a cinquenta mil Ufir, e cassação do registro ou do diploma, observado o procedimento previsto no art. 22 da Lei Complementar no 64, de 18 de maio de 1990. § 1º

Para a caracterização da conduta ilícita, é desnecessário o pedido explícito de votos, bastando a evidência do dolo, consistente no especial fim de agir.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 26, § 1º, inciso I, da Lei 9.504/97: “Art. 26. São considerados gastos eleitorais, sujeitos a registro e aos limites fixados nesta Lei: § 1º São estabelecidos os seguintes limites com relação ao total do gasto da campanha: I - alimentação do pessoal que presta serviços às candidaturas ou aos comitês eleitorais: 10% (dez por cento);”

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 43 da Lei 9.504/97: “Art. 43. São permitidas, até a antevéspera das eleições, a divulgação paga, na imprensa escrita, e a reprodução na internet do jornal impresso, de até 10 (dez) anúncios de propaganda eleitoral, por veículo, em datas diversas, para cada candidato, no espaço máximo, por edição, de 1/8 (um oitavo) de página de jornal padrão e de 1/4 (um quarto) de página de revista ou tabloide.”

QUESTÃO 57. O Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – CDCA é título de crédito de livre negociação e constitui título executivo extrajudicial. Sua emissão é exclusiva de

a) cooperativas agropecuárias e de outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos, insumos, máquinas e implementos agrícolas, pecuários, florestais, aquícolas e extrativos.

b) companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio, podendo realizar sua colocação no mercado financeiro e de capitais.

c) instituições financeiras públicas ou privadas.

d) companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio, sendo necessariamente responsáveis por sua colocação no mercado financeiro e de capitais.

e) instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil a exercer atividade de escrituração, devendo realizar o lançamento em sistema eletrônico de escrituração gerido por entidade autorizada.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinada é a letra A, conforme art. 24, § 1º, da Lei nº 11.076/2004: “Art. 24 [...] § 1º O CDCA é de emissão exclusiva de **cooperativas agropecuárias e de outras pessoas jurídicas que exerçam a atividade de comercialização, beneficiamento ou industrialização de produtos, insumos, máquinas e implementos agrícolas, pecuários, florestais, aquícolas e extrativos.** (Redação dada pela Lei nº 13.986, de 2020)”.

As alternativas B, C, E e E estão incorretas, pois não está de acordo com o art. 24, § 1º, da Lei nº 11.076/2004.

QUESTÃO 58. Assinale a alternativa correta quanto à infração da ordem econômica.

a) A prática de infração da ordem econômica sujeita a empresa à multa de 0,1% (um décimo por cento) a 10% (dez por cento) do valor do seu faturamento bruto, no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração.

b) Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto, ainda que não alcançado, dominar mercado relevante de bens ou serviços.

c) Serão solidariamente responsáveis as empresas ou entidades integrantes de grupo econômico, de fato ou de direito, quando todas as suas participantes praticarem infração à ordem econômica, independentemente do grau de gravidade de cada ato isolado.

d) As diversas formas de infração da ordem econômica implicam a responsabilidade da empresa e a responsabilidade individual e subsidiária de seus dirigentes ou administradores.

e) A Lei no 12.529/2011, que dispõe sobre a prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica, aplica-se a pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, exceto no caso de exercício de atividade sob regime de monopólio legal.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinada é a letra B, conforme dispõe o art. 36, II, da Lei nº 12.529/2011: “Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados: [...] II - dominar mercado relevante de bens ou serviços;”.

A alternativa A está **incorreta**, pois o percentual máximo da multa na hipótese é de 20% e não 10%, conforme art. 37, I, da Lei nº 12.529/2011: “Art. 37. A prática de infração da ordem econômica sujeita os responsáveis às seguintes penas: I - no caso de empresa, multa de 0,1% (um décimo por cento) a **20% (vinte por cento)** do valor do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado obtido, no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimativa;”.

A alternativa C está **incorreta**, pois a solidariedade existirá quando pelo menos uma delas praticar infração à ordem econômica, não sendo necessário que todas o façam, nos termos do art. 33 da Lei nº 12.529/2011: “Art. 33. Serão solidariamente responsáveis as empresas ou entidades integrantes de grupo econômico, de fato ou de direito, **quando pelo menos uma delas praticar infração à ordem econômica**”.

A alternativa D está **incorreta**, pois a relação entre as empresas e seus dirigentes pelas infrações à ordem econômica é solidária e não subsidiária, conforme art. 32 da Lei nº 12.529/2011: “Art. 32. As diversas

formas de infração da ordem econômica implicam a responsabilidade da empresa e a responsabilidade individual de seus dirigentes ou administradores, **solidariamente**".

A alternativa E está incorreta, uma vez que a aplicação da Lei nº 12.529/2011 se dá ainda que os sujeitos a ela submetidos exerçam atividade em regime de monopólio legal, conforme art. 31 da própria lei: "Art. 31. Esta Lei aplica-se às pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como a quaisquer associações de entidades ou pessoas, constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, **mesmo que exerçam atividade sob regime de monopólio legal**".

QUESTÃO 59. A estipulação de cláusula compromissória em contrato de franquia é

a) inválida, pois todo o contrato empresarial, incluindo os contratos de colaboração, aos quais filia-se o contrato de franquia, devem ser paritários, sendo nulas de pleno direito quaisquer cláusulas impostas por uma parte à outra.

b) válida, desde que o franqueado concorde com a inserção de cláusula compromissória em documento anexo, pois se aplica o Código de Defesa do Consumidor a essa relação jurídica.

c) inválida, vez que dificulta o acesso de uma das partes à solução de eventuais controvérsias entre as partes, dado o elevado valor envolvido no procedimento arbitral.

d) válida, desde que o franqueado concorde, expressamente, com a inserção de cláusula compromissória por escrito em documento anexo ou em negrito, com a assinatura ou visto especialmente para essa cláusula, pois se aplica a Lei no 9.307/1996 (Lei de Arbitragem) a essa relação jurídica.

e) inválida, posto se tratar de um contrato de adesão, sendo uma das partes é economicamente mais fraca, sem condições de negociar o teor contratual de forma equânime.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinada é a letra D, tendo em vista que de acordo com o STJ, a cláusula compromissória, mesmo em contratos de adesão, deve obedecer o art. 4º, § 2º da Lei nº 9.307/1996, que dispõe que nos contratos de adesão, a cláusula compromissória só terá eficácia se o aderente: (a) tomar a iniciativa de instituir a arbitragem; ou (b) concordar, expressamente, com a sua instituição, por escrito, em documento anexo ou em negrito, com a assinatura ou visto especialmente para essa cláusula. Deste modo, o entendimento do STJ é no sentido de que todos os contratos de adesão, mesmo aqueles que não consubstanciam relações de consumo, como os contratos de franquia, devem observar o disposto no art. 4º, § 2º, da Lei nº 9.307/1996. Assim, é possível a instituição de cláusula compromissória em contrato de franquia, desde que observados os requisitos do art. 4º, § 2º, da Lei nº 9.307/96. (STJ, 3ª Turma, REsp nº 1.602.076/SP, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em 15/9/2016, informativo 591).

As alternativas A, B, C e E estão incorretas, conforme os comentários à alternativa D.

QUESTÃO 60. Conforme o mais recente entendimento no Superior Tribunal de Justiça e a lei vigente, no que se refere ao requerimento de pedido de recuperação judicial por produtor rural,

a) é possível, desde que o produtor rural comprovadamente exerça atividade rural e esteja registrado na Junta Comercial há mais de dois anos; e o valor da causa não exceda a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

b) é possível, desde que o produtor rural comprovadamente exerça atividade rural há mais de dois anos, esteja registrado na Junta Comercial, ainda que há menos tempo; e o valor da causa não exceda a R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

c) é possível, desde que o produtor rural comprovadamente exerça atividade rural há mais de dois anos, esteja registrado na Junta Comercial, ainda que há menos tempo; e o valor da causa não exceda a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).

d) é possível, desde que o produtor rural comprovadamente exerça atividade rural e esteja registrado na Junta Comercial há mais de dois anos; e o valor da causa não exceda a R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais).

e) é possível, desde que o produtor rural comprovadamente exerça atividade rural e esteja registrado na Junta Comercial há mais de dois anos; e o valor da causa não exceda a R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinada é a letra C, pois a 2ª Seção do STJ no tema nº 1.145 estabeleceu que, ao produtor rural que exerça sua atividade de forma empresarial há mais de dois anos, é facultado requerer a recuperação judicial, desde que esteja inscrito na Junta Comercial no momento em que formalizar o pedido, independentemente do tempo de registro, já que este constitui ato meramente declaratório em relação ao produtor rural. Além de confirmar posição firmada nas duas turmas de direito privado do STJ, a 2ª seção levou em consideração a Lei nº 14.112/2020, que introduziu na Lei de Recuperação e Falência o artigo 70-A: “Art. 70-A. O produtor rural de que trata o § 3º do art. 48 desta Lei poderá apresentar plano especial de recuperação judicial, nos termos desta Seção, desde que o valor da causa não exceda a R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais)”.

A alternativa A, B, D e E estão, portanto, incorretas conforme comentário à alternativa C.

QUESTÃO 61. A liquidação extrajudicial é o regime de insolvência que se destina a interromper o funcionamento da instituição e promover sua retirada do Sistema Financeiro Nacional. Sobre esse tema, é correto afirmar que

a) com prévia e expressa autorização do Banco Central do Brasil, o liquidante, em benefício da massa, poderá ultimar os negócios pendentes e, a qualquer tempo, onerar ou alienar seus bens, neste último caso através de licitações.

b) a liquidação extrajudicial será executada por liquidante nomeado pelo Banco Central do Brasil, podendo ser pessoa física ou jurídica, com honorários serão pagos e fixados pela liquidanda, com prévia aprovação pelo Banco Central do Brasil.

c) a liquidanda deverá atender as cláusulas penais dos contratos unilaterais vencidos em virtude da decretação da liquidação extrajudicial.

d) a decretação da liquidação extrajudicial ensejará a fluência de juros enquanto não integralmente pago o passivo.

e) a liquidação extrajudicial será encerrada por decisão do Banco Central do Brasil no caso do pagamento de 90% (noventa por cento) dos créditos quirografários.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinada é a letra A, conforme teor do art. 16, § 1º, da Lei nº 6.024/1974: “Art. 16 [...] § 1º Com prévia e expressa autorização do Banco Central do Brasil, poderá o liquidante, em benefício da massa, ultimar os negócios pendentes e, a qualquer tempo, onerar ou alienar seus bens, neste último caso através de licitações”.

A alternativa B está incorreta, pois os honorários serão fixados pelo Banco Central e não pela liquidanda, conforme art. 16, § 2º, da Lei nº 6.024/1974: “Art. 16 [...] § 2º Os honorários do liquidante, a serem pagos por conta da liquidanda, **serão fixados pelo Banco Central do Brasil**”.

A alternativa C está incorreta, pois o art. 18, “c”, da Lei nº 6.024/1974 dispõe justamente em sentido contrário: “Art. 18. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos: [...] c) **não atendimento** das cláusulas penais dos contratos unilaterais vencidos em virtude da decretação da liquidação extrajudicial;”.

A alternativa D está incorreta, pois o art. 18, “d”, da Lei nº 6.024/1974 dispõe justamente em sentido contrário: “Art. 18. A decretação da liquidação extrajudicial produzirá, de imediato, os seguintes efeitos: [...] d) **não fluência de juros**, mesmo que estipulados, contra a massa, enquanto não integralmente pago o passivo;”.

A alternativa E está incorreta, pois é necessário o pagamento integral dos credores quirografários, conforme art. 19, I, “a”, da Lei nº 6.024/1974: “Art. 19. A liquidação extrajudicial será encerrada: [...] I - por decisão do Banco Central do Brasil, nas seguintes hipóteses: a) pagamento integral dos credores quirografários;”.

QUESTÃO 62. Quanto aos pedidos de restituição no processo falimentar, assinale a alternativa correta.

a) Da sentença que julgar o pedido de restituição, caberá apelação com efeito suspensivo.

b) O autor do pedido de restituição que pretender receber o bem ou a quantia reclamada antes do trânsito em julgado da sentença prestará caução.

c) Nos casos em que não couber pedido de restituição, fica resguardado o direito dos credores de propor ação de reintegração de posse, observada a legislação processual civil.

d) Pode ser pedida a restituição de coisa vendida a crédito e entregue ao devedor nos 30 (trinta) dias anteriores ao requerimento de sua falência, se ainda não alienada.

e) A sentença que reconhecer o direito do requerente determinará a entrega da coisa no prazo de 24 (vinte e quatro) horas e o pagamento de honorários advocatícios pela massa.

Comentários

A alternativa **correta** a ser assinada é a letra B, conforme art. 90, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005: “Art. 90 [...] Parágrafo único. O autor do pedido de restituição que pretender receber o bem ou a quantia reclamada antes do trânsito em julgado da sentença prestará caução”.

A alternativa A está incorreta, pois **não há efeito suspensivo no recurso**, nos termos do art. 90, caput, da Lei nº 11.101/2005: “Art. 90. Da sentença que julgar o pedido de restituição caberá apelação sem efeito suspensivo”.

A alternativa C está incorreta, pois a ação a ser manejada **são os embargos de terceiro**, e não a reintegração de posse, conforme art. 93 da Lei nº 11.101/2005: “Art. 93. Nos casos em que não couber pedido de restituição, fica resguardado o direito dos credores de propor embargos de terceiros, observada a legislação processual civil”.

A alternativa D está incorreta, pois o prazo é de 15 dias (e não 30 dias), conforme art. 85, parágrafo único, da Lei nº 11.101/2005: “Art. 85 [...] Parágrafo único. Também pode ser pedida a restituição de coisa vendida a crédito e entregue ao devedor **nos 15 (quinze) dias anteriores ao requerimento de sua falência**, se ainda não alienada”.

A alternativa E está incorreta, pois o prazo na hipótese é de **48 horas** (e não 24 horas), conforme art. 88 da Lei nº 11.101/2005: “Art. 88. A sentença que reconhecer o direito do requerente determinará a entrega da coisa no prazo de **48 (quarenta e oito) horas**”.

QUESTÃO 63. Segundo o regramento constitucional referente ao imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação – ICMS, é correto afirmar que

a) incidirá sobre operações que destinem mercadorias para o exterior e sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada manutenção ou aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores.

b) compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos.

c) as alíquotas aplicáveis às operações e prestações, interestaduais e de exportação são estabelecidas por decreto do Presidente da República ou por resolução de um terço dos Senadores, aprovada por maioria simples de seus membros.

d) nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de origem o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado de origem e a alíquota interestadual.

e) a isenção ou não incidência, salvo determinação em contrário da legislação, acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**. De acordo com art. 155, § 2º, inciso II, alínea 'b', da CF: "§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: II - a isenção ou não-incidência, salvo determinação em contrário da legislação: b) acarretará a anulação do crédito relativo às operações anteriores;"

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 155, § 2º, inciso X, alínea 'a', da CF: "§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: X - não incidirá: a) sobre operações que destinem mercadorias para o exterior, nem sobre serviços prestados a destinatários no exterior, assegurada a manutenção e o aproveitamento do montante do imposto cobrado nas operações e prestações anteriores;"

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 155, § 2º, XI, da CF: "§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: XI - não compreenderá, em sua base de cálculo, o montante do imposto sobre produtos industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configure fato gerador dos dois impostos;"

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 155, § 2º, V, da CF: "§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: V - é facultado ao Senado Federal: a) estabelecer alíquotas mínimas nas operações internas, mediante resolução de iniciativa de um terço e aprovada pela maioria absoluta de seus membros; b) fixar alíquotas máximas nas mesmas operações para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;"

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 155, § 2º, VII, da CF: "§ 2º O imposto previsto no inciso II atenderá ao seguinte: VII - nas operações e prestações que destinem bens e serviços a consumidor final, contribuinte ou não do imposto, localizado em outro Estado, adotar-se-á a alíquota interestadual e caberá ao Estado de localização do destinatário o imposto correspondente à diferença entre a alíquota interna do Estado destinatário e a alíquota interestadual;"

QUESTÃO 64. Assinale a alternativa correta, com base nas disposições constitucionais e do Código Tributário Nacional.

a) As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico não incidem sobre as receitas decorrentes de exportação, mas incidem sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços.

b) Os empréstimos compulsórios no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional podem ser cobrados no mesmo exercício financeiro em que forem instituídos.

c) A competência para instituir contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública é exclusiva dos Estados e Municípios.

d) Os serviços utilizados pelo contribuinte, para efeito de cobrança de taxa, são considerados específicos quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.

e) A imunidade recíproca veda a cobrança de tributos sobre o patrimônio, a renda ou os serviços uns dos outros, assim entendidos os entes tributantes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. De acordo com art. 149, § 2º, incisos I e II, da CF: “§ 2º As contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico de que trata o caput deste artigo: I - não incidirão sobre as receitas decorrentes de exportação; II - incidirão também sobre a importação de produtos estrangeiros ou serviços;”

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 148, inciso II, da CF: “Art. 148. A União, mediante lei complementar, poderá instituir empréstimos compulsórios: II - no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, observado o disposto no art. 150, III, "b". Por sua vez, o art. 150, III, "b", da CF assim determina: Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: III - cobrar tributos: b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;”

A alternativa C está incorreta. Apenas os Municípios e o Distrito Federal podem instituir, de acordo com art. 149-A da CF: “Art. 149-A Os Municípios e o Distrito Federal poderão instituir contribuição, na forma das respectivas leis, para o custeio do serviço de iluminação pública, observado o disposto no art. 150, I e III.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 79, II, do CTN: “Art. 79. Os serviços públicos a que se refere o artigo 77 consideram-se: II - específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de utilidade, ou de necessidades públicas;”

A alternativa E está incorreta. A vedação se refere apenas a impostos, e não a tributos em geral, de acordo com art. 150, VI, “a”, da CF: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: VI - instituir impostos sobre: a) patrimônio, renda ou serviços, uns dos outros;”

QUESTÃO 65. Na sucessão empresarial, de acordo com as disposições do Código Tributário Nacional, o adquirente de estabelecimento empresarial, que continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos devidos pelo estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato. Essa responsabilidade tributária também se verificará na hipótese de

a) alienação judicial em processo de falência ainda que o adquirente seja terceiro sem qualquer relação com o falido ou com a sociedade falida.

b) processo de falência quando o adquirente for divorciado do devedor falido.

c) processo de recuperação judicial quando o adquirente for sócio da sociedade em recuperação judicial.

d) alienação de unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial, ainda que o adquirente seja terceiro sem qualquer relação com a sociedade em recuperação ou com seus sócios.

e) processo de recuperação judicial quando o adquirente for cônjuge do devedor em recuperação judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. De acordo com art. 133, § 1º, II, do CTN: “Art. 133. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato: § 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial: II – de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial”.

No entanto, no § 2º, inciso I, o CTN determina que o § 1º não se aplicará em caso de o adquirente ser sócio da entidade em recuperação judicial: “§ 2º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo quando o adquirente for: I – sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial, ou sociedade controlada pelo devedor falido ou em recuperação judicial;”

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 133, § 1º, I, do CTN: “Art. 133. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato: § 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial: I – em processo de falência;”

Neste caso, para que o § 1º não se aplique, o § 2º determina que deve haver alguma relação entre o adquirente e o devedor, veja “§ 2º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo quando o adquirente for: I – sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial, ou sociedade controlada pelo devedor falido ou em recuperação judicial; II – parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial ou de qualquer de seus sócios; ou III – identificado

como agente do falido ou do devedor em recuperação judicial com o objetivo de fraudar a sucessão tributária.”

As alternativas B e E estão incorretas. Ser cônjuge ou não, em nada interfere, de acordo com art. 133, § 2º, II, do CTN: “§ 2º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo quando o adquirente for: II – parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial ou de qualquer de seus sócios;”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 133, § 1º, II, do CTN: “Art. 133. A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até à data do ato: § 1º O disposto no caput deste artigo não se aplica na hipótese de alienação judicial: II – de filial ou unidade produtiva isolada, em processo de recuperação judicial”.

Neste caso, para que o § 1º não se aplique, o § 2º determina que deve haver alguma relação entre o adquirente e o devedor, veja “§ 2º Não se aplica o disposto no § 1º deste artigo quando o adquirente for: I – sócio da sociedade falida ou em recuperação judicial, ou sociedade controlada pelo devedor falido ou em recuperação judicial; II – parente, em linha reta ou colateral até o 4º (quarto) grau, consanguíneo ou afim, do devedor falido ou em recuperação judicial ou de qualquer de seus sócios; ou III – identificado como agente do falido ou do devedor em recuperação judicial com o objetivo de fraudar a sucessão tributária.”

QUESTÃO 66. A usucapião especial de imóvel urbano é importante instrumento de Política Urbana, prevista na Constituição e no Estatuto da Cidade. Acerca do tema, assinale a alternativa correta.

a) o título de domínio será conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, se forem casados ao tempo do pedido.

b) Em relação à usucapião coletiva o possuidor não pode, para o fim de contar o prazo exigido em lei, acrescentar sua posse à de seu antecessor, mesmo que ambas sejam contínuas.

c) Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de dez anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente.

d) o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, a posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.

e) Uma das condições para o possuidor adquirir o domínio é possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por 10 anos, ininterruptamente e sem oposição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. De acordo com art. 9º, § 3º, do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001): “§ 3º Para os efeitos deste artigo, o herdeiro legítimo continua, de pleno direito, a posse de seu antecessor, desde que já resida no imóvel por ocasião da abertura da sucessão.”

A alternativa A está incorreta, pois independe do estado civil. De acordo com art. 9º, § 1º, do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001): “§ 1º O título de domínio será conferido ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.”

No mesmo sentido é o art. 183, § 1º, da CF: “§ 1º O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com art. 10, § 1º, do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001): “§ 1º O possuidor pode, para o fim de contar o prazo exigido por este artigo, acrescentar sua posse à de seu antecessor, contanto que ambas sejam contínuas.”

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 10, caput, do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001): “Art. 10. Os núcleos urbanos informais existentes sem oposição há mais de cinco anos e cuja área total dividida pelo número de possuidores seja inferior a duzentos e cinquenta metros quadrados por possuidor são suscetíveis de serem usucapidos coletivamente, desde que os possuidores não sejam proprietários de outro imóvel urbano ou rural.”

A alternativa E está incorreta. São 5 anos, de acordo com art. 9º, caput, do Estatuto da Cidade (Lei 10.257/2001): “Art. 9º Aquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.”

QUESTÃO 67. Nos termos da Política Nacional de Educação Ambiental, foi instituída a Campanha Junho Verde. A respeito da Campanha referenciada, afirma-se corretamente que

a) será promovida pelo poder público federal, estadual e, de forma suplementar, municipal, e por escolas, públicas ou privadas, incluindo ações direcionadas para o fomento à criação das cadeias produtivas das populações indígenas.

b) compreende, como algumas de suas ações, debate, divulgação, sensibilização e práticas educativas atinentes às relações entre a degradação ambiental e o surgimento de endemias, epidemias e pandemias, bem como à necessidade de conservação adequada do meio ambiente para a prevenção delas.

c) será celebrada semestralmente como parte das atividades da educação ambiental não formal e formal.

d) será observado o conceito de Ecologia Transversal, que inclui dimensões econômicas e geográficas do entorno ambiental.

e) seu objetivo é desenvolver a compreensão da população sobre a importância dos ecossistemas naturais e artificiais, em uma visão antropocêntrica do meio ambiente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. De acordo com art. 13-A, § 2º, XV, da Lei 9.795/1999: “§ 2º A Campanha Junho Verde será promovida pelo poder público federal, estadual, distrital e municipal em parceria com escolas, universidades, empresas públicas e privadas, igrejas, comércio, entidades da sociedade civil, comunidades tradicionais e populações indígenas, e incluirá ações direcionadas para: XV - debate, divulgação, sensibilização e práticas educativas atinentes às relações entre a degradação ambiental e o surgimento de endemias, epidemias e pandemias, bem como à necessidade de conservação adequada do meio ambiente para a prevenção delas;”

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 13-A, § 2º, da Lei 9.795/1999: “§ 2º A Campanha Junho Verde será promovida pelo poder público federal, estadual, distrital e municipal em parceria com escolas, universidades, empresas públicas e privadas, igrejas, comércio, entidades da sociedade civil, comunidades tradicionais e populações indígenas, e incluirá ações direcionadas para:”

A alternativa C está incorreta. A celebração será anual, de acordo com art. 13-A, caput, da Lei 9.795/1999: “Art. 13-A. Fica instituída a Campanha Junho Verde, a ser celebrada anualmente como parte das atividades da educação ambiental não formal.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 13-A, § 3º, da Lei 9.795/1999: “§ 3º Na Campanha Junho Verde, será observado o conceito de Ecologia Integral, que inclui dimensões humanas e sociais dos desafios ambientais.”

A alternativa E está incorreta. De acordo com art. 13-A, § 1º, da Lei 9.795/1999: “§ 1º O objetivo da Campanha Junho Verde é desenvolver o entendimento da população acerca da importância da conservação dos ecossistemas naturais e de todos os seres vivos e do controle da poluição e da degradação dos recursos naturais, para as presentes e futuras gerações.”

QUESTÃO 68. A competência para versar sobre a organização e funcionamento da administração pública, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos, assim como a extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos, é

a) privativa do Chefe do Poder Legislativo, exercida mediante decreto-lei.

b) privativa do Chefe do Poder Executivo e, portanto, delegável nos termos da Constituição Federal.

c) exclusiva do Chefe do Poder Executivo, podendo ser delegada por lei de iniciativa parlamentar.

d) exclusiva do Chefe do Poder Executivo e, portanto, indelegável mediante decreto.

e) comum a autoridades administrativas, por se tratar de exercício de função pública sem impacto orçamentário ou financeiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

De acordo com o art. 84, VI, da CRFB, “Compete privativamente ao Presidente da República: (...) VI – dispor, mediante decreto, sobre: a) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos; e b) extinção de funções ou cargos públicos, quando vagos;”

Ademais, consoante o parágrafo único do mesmo dispositivo constitucional, “O Presidente da República poderá delegar as atribuições mencionadas nos incisos VI, XII e XXV, primeira parte, aos Ministros de Estado, ao Procurador-Geral da República ou ao Advogado-Geral da União, que observarão os limites traçados nas respectivas delegações”, de modo que as competências versadas no inciso VI são delegáveis, por explícita previsão constitucional. Assim sendo:

A alternativa A está incorreta, pois sustentou se tratar de competência da Chefia do Legislativo, o que não é verdade, assim como por afirmar que a espécie normativa adequada seria o decreto-lei.

A alternativa B está correta, porquanto espelha os preceitos constitucionais acima transcritos.

A alternativa C está incorreta, seja porque não se trata de competência exclusiva, e sim privativa, seja porque a delegação não depende de lei de iniciativa parlamentar.

A alternativa D está incorreta, porque se trata de competência privativa e delegável, como acima demonstrado.

A alternativa E está incorreta, uma vez que, nos termos da Constituição, não se trata de competência comum a autoridades administrativas, e sim de competência privativa da Chefia do Executivo, embora passível de delegação.

QUESTÃO 69. A respeito de bens públicos, é correto afirmar que

a) a desafetação é um dos requisitos necessários que deve anteceder a alienação de bem público que tenha destinação específica.

b) a afetação e a desafetação de área ambientalmente protegida se dão mediante decreto do Chefe do Poder Executivo, observado o princípio do paralelismo das formas.

c) a alienação de bem imóvel deve, obrigatoriamente, ser precedida de autorização legislativa específica, como decorrência do princípio constitucional da imprescritibilidade dos bens públicos.

d) sua alienação regular pressupõe, além da autorização legal genérica, avaliação econômica do bem e declaração de inexigibilidade de licitação.

e) os imóveis próprios da Administração Pública direta e indireta gozam de presunção absoluta de inalienabilidade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta, uma vez que, à luz do disposto no art. 100 do Código Civil, “Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar”. Portanto, para que possam ser alienados, é mister que haja prévia desafetação, passando-os à categoria dos bens dominicais.

A alternativa B está incorreta, pois, nos termos do art. 225, §1º, III, da Constituição da República, a alteração ou supressão de unidades de conservação somente podem se dar através de lei. Na mesma direção, o art. 22, §7º, da Lei 9.985/2000, estabelece: “Art. 22 (...) § 7º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica”. Portanto, equivocado sustentar que a desafetação de área ambientalmente protegida possa se operar via decreto da Chefia do Executivo, eis que o ordenamento, para tanto, exige lei específica.

A alternativa C está incorreta, porquanto a imprescritibilidade constitui característica em vista da qual os bens públicos não são suscetíveis de usucapião, de modo que não se trata de aspecto que se relacione com a exigência de prévia autorização legislativa para a alienação de bens imóveis.

A alternativa D está incorreta, uma vez que: i) a autorização legislativa, para a alienação de bens públicos, destina-se apenas aos bens imóveis, e não aos bens públicos de forma geral, como sugere este item da questão; ii) a autorização legislativa deve ser específica, e não genérica; iii) não se aplica a inexigibilidade de licitação à alienação de bens públicos, mas, sim, pode ser aplicável a dispensa, na forma do art. 76, I, da Lei 14.133/2021, in verbis: “Art. 76. A alienação de bens da Administração Pública, subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, será precedida de avaliação e obedecerá às seguintes normas: I - tratando-se de bens imóveis, inclusive os pertencentes às autarquias e às fundações, exigirá autorização legislativa e dependerá de licitação na modalidade leilão, dispensada a realização de licitação nos casos de:”

A alternativa E está incorreta, visto que, nos termos do art. 101 do Código Civil, “Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei”, razão pela qual não há que se falar em inalienabilidade absoluta dos bens públicos.

QUESTÃO 70. Um município publicou edital de licitação para concessão, na modalidade administrativa, da construção de uma arena multiuso, em terreno de sua propriedade, consignando no edital da parceria público-privada que a gestão do futuro equipamento seria de responsabilidade da Associação Municipal de Turismo Local, entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como organização social. Essa hipotética licitação é

a) ilegal, pois o terreno público municipal deveria ser destinado à prestação de utilidades de interesse local, como serviços de saúde e educação.

b) juridicamente viável, pois a concessão de obra pública é admitida pela legislação nacional, na modalidade administrativa, nos casos em que houver contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.

c) inconstitucional, pois uma arena multiuso é serviço público de competência estadual que não pode ser custeada com recursos públicos municipais.

d) juridicamente viável, pois a legislação autoriza a celebração de contrato de parceria público privada na modalidade de concessão administrativa em que há cobrança de tarifa do usuário.

e) juridicamente inviável, pois a legislação veda a celebração de contrato de parceria público-privada que tenha como objeto único a execução de obra pública.

Comentários

A alternativa correta é a **letra E**.

A alternativa A está incorreta, uma vez que nada impediria que o terreno municipal fosse destinado à construção da arena multiuso, equipamento que teria destinação atrelada à finalidade coletiva (lazer, prática esportiva, realização de espetáculos etc.), de modo que a justificativa ofertada neste item não procede.

A alternativa B está incorreta, pois, se a gestão do futuro equipamento seria atribuída a uma entidade privada, sem fins lucrativos, pode-se concluir que o contrato de parceria público privada teria como objeto único a realização da obra pública de construção da arena, o que afronta a norma do art. 2º, §4º, III, da Lei 11.079/2004, na linha do qual: “§ 4º É vedada a celebração de contrato de parceria público-privada: III – que tenha como objeto único o fornecimento de mão-de-obra, o fornecimento e instalação de equipamentos ou a execução de obra pública.”

A alternativa C está incorreta, porquanto a construção de arena multiuso pode ser tida como questão de interesse local, razão por que insere-se dentre as competências dos municípios.

A alternativa D está incorreta, seja porque já se demonstrou, nos comentários à opção B, que o objeto do contrato (apenas realização de obra pública) não seria passível de concessão especial via parceria público privada, seja porque as concessões administrativas não permitem a cobrança de tarifas dos usuários.

A alternativa E está correta, eis que alinhada à vedação contida no art. 2º, §4º, III, da Lei 11.079/2004, cujo inteiro teor já foi acima reproduzido.

QUESTÃO 71. De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito do regime jurídico dos servidores públicos, é correto afirmar que

a) os Estados possuem competência para criação de contribuição compulsória destinada ao custeio de serviços médico-hospitalares, farmacêuticos e odontológicos prestados aos seus servidores.

b) com fundamento no princípio da isonomia, pode o Poder Judiciário aumentar verba de caráter remuneratório ou indenizatório de servidores públicos de carreiras distintas.
c) a reestruturação de quadro funcional por meio de aglutinação de cargos diversos em uma única carreira com atribuições e responsabilidades diversas dos cargos originais fere a Constituição Federal.

d) com fundamento no poder geral de cautela, pode o Poder Judiciário determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos.

e) com fundamento no princípio da irredutibilidade dos vencimentos, diante do reconhecimento da mora do Poder Executivo, pode o Poder Judiciário fixar o índice de correção monetária aplicável na revisão geral anual de remuneração dos servidores públicos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, eis que o STF, no Tema 55 de repercussão geral, de relatoria do Min. Gilmar Mendes, firmou tese no sentido de que: “I - Os Estados-membros possuem competência apenas para a instituição de contribuição voltada ao custeio do regime de previdência de seus servidores. Falece-lhes, portanto, competência para a criação de contribuição ou qualquer outra espécie tributária destinada ao custeio de serviços médicos, hospitalares, farmacêuticos e odontológicos prestados aos seus servidores.”

A alternativa B está incorreta, pois malfez o teor da Súmula Vinculante 37 do STF, na linha da qual “Não cabe ao Poder Judiciário, que não tem função legislativa, aumentar vencimentos de servidores públicos sob o fundamento de isonomia.”

A alternativa C está correta, uma vez que seu teor alinha-se ao entendimento fixado pelo STF, conforme tese de repercussão geral, *in verbis*: “É inconstitucional, por dispensar o concurso público, a reestruturação de quadro funcional por meio de aglutinação, em uma única carreira, de cargos diversos, quando a nova carreira tiver atribuições e responsabilidades diferentes dos cargos originais”. (RE 642895, Relator(a): MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 15/05/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-137 DIVULG 02-06-2020 PUBLIC 03-06-2020)

A alternativa D está incorreta, por afrontar a compreensão firmada pelo STF, em tese de repercussão geral, de acordo com a qual “O Poder Judiciário não possui competência para determinar ao Poder Executivo a apresentação de projeto de lei que vise a promover a revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, tampouco para fixar o respectivo índice de correção.” (RE 843112, Relator(a): LUIZ FUX, Tribunal Pleno, julgado em 22/09/2020, PROCESSO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-263 DIVULG 03-11-2020 PUBLIC 04-11-2020)

A alternativa E está incorreta, eis que, no mesmo precedente acima, o Supremo firmou seu entendimento no sentido da impossibilidade de o Judiciário estabelecer índice de correção monetária para fins de revisão geral anual de remuneração de servidores.

QUESTÃO 72. O ato administrativo que tem por objeto a utilização compulsória de um serviço prestado por um particular, em favor da administração pública, para atender uma situação extraordinária e emergencial, é denominado
a) servidão, publicado por decreto, independentemente de autorização judicial, mas pressupõe aquiescência do particular.

b) ocupação temporária e instrumentalizado por decreto cuja edição pressupõe autorização judicial, assegurada justa indenização posterior.

c) desapropriação, e sua juridicidade depende de autorização judicial e de prévia e justa indenização.

d) requisição e independe de prévia aquiescência do particular ou de autorização judicial, assegurada justa indenização.

e) desapropriação indireta, e sua edição se dá mediante decreto, independentemente de autorização judicial e de prévia indenização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Todas as características exibidas no enunciado da questão são pertinentes ao instituto da requisição administrativa. De fato, trata-se de modalidade de intervenção branda na propriedade, que implica a utilização transitória de bens ou serviços, em razão de iminente perigo público, cabendo indenização ulterior, se houver dano.

A base constitucional reside no art. 5º, XXV, na linha do qual “no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano;”

Logo, as alternativas A, B, C e E estão incorretas, porquanto indicaram outras espécies de intervenção na propriedade, e não a requisição administrativa.

A alternativa D está correta, seja porque apontou, com acerto, que o ato administrativo descrito no enunciado consistiria em requisição administrativa, seja porque sustentou, de modo escorreito, a natureza autoexecutória de tal providência, aspecto esse que também caracteriza a mencionada modalidade de intervenção na propriedade privada.

QUESTÃO 73. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a seguinte conduta, prevista no artigo 11 da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992):

a) praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência.

b) nomear ou realizar indicação política, por parte dos detentores de mandatos eletivos.

c) descumprir normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.

d) transferir recurso a entidade privada em razão da prestação de serviços de saúde sem a prévia celebração de convênio ou instrumento congênere.

e) deixar de cumprir a exigência de requisitos de acessibilidade previstos na legislação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta, eis que faz referência a uma conduta que era prevista como ato de improbidade administrativa, na forma do art. 11, I, da Lei 8.429/92, mas restou revogada pela Lei 14.230/2021, de modo que não mais configura ato ímprobo.

A alternativa B está incorreta, uma vez que narra comportamento que não é definido como ato ímprobo.

A alternativa C está correta, porquanto devidamente embasada na norma do art. 11, VIII, da Lei 8.429/92: “Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes condutas: (...) VIII - descumprir as normas relativas à celebração, fiscalização e aprovação de contas de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas.”

A alternativa D está incorreta, pois o comportamento aqui descrito parece se amoldar a ato de improbidade causador de lesão ao erário, a teor do art. 10, XX, da Lei 8.429/92: “Art. 10. Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário qualquer ação ou omissão dolosa, que enseje, efetiva e comprovadamente, perda patrimonial, desvio, apropriação, malbaratamento ou dilapidação dos bens ou haveres das entidades referidas no art. 1º desta Lei, e notadamente: (...) XX - liberar recursos de parcerias firmadas pela administração pública com entidades privadas sem a estrita observância das normas pertinentes ou influir de qualquer forma para a sua aplicação irregular.”

A alternativa E está incorreta, visto que, uma vez mais, trata-se de conduta não mais contemplada como configurada de ato de improbidade administrativa, sendo que estava prevista no art. 11, IX, da Lei 8.429/92, mas restou revogada pela Lei 14.230/2021.

QUESTÃO 74 - Na obra *Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade*, ao tratar de O Direito como categoria de mediação social entre facticidade e validade, Jürgen Habermas afirma: “A razão comunicativa, ao contrário da figura clássica da razão prática, não é uma fonte de normas do agir. Ela possui um conteúdo normativo, porém somente na medida em que quem age comunicativamente é obrigado a apoiar-se em pressupostos pragmáticos do tipo contrafactual.

Ou seja, ele é obrigado a empreender idealizações, por exemplo, a atribuir significado idêntico a enunciados, a levantar uma pretensão de validade em relação aos proferimentos e a considerar os destinatários imputáveis” [...] (1997, p. 20).

Com tal colocação sobre características da razão comunicativa, Habermas (1997) defende que

A) a normatividade própria da razão comunicativa é relativa aos atos de fala.

B) a razão comunicativa se caracteriza por negar a autonomia individual.

C) o objetivo da razão comunicativa é implementar uma linguagem universal.

D) os proferimentos são válidos em conformidade com uma razão prática.

E) a razão comunicativa carece de uma dimensão performativa e pragmática

Comentário.

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema filosofia do direito.

A concepção comunicativa de razão encontra nas expressões gramaticais elementos que tornam possível o conhecimento por atos de fala. A pragmática da linguagem parte do pressuposto de que é possível certificar-se da realidade externa e interna através da análise das representações e dos pensamentos, seguindo as formações gramaticais por meio das quais eles são expressos.

Para tanto, a linguagem deve ser entendida não apenas como um recurso de representação, mas como um recurso pragmático da interação dos seres humanos. Em vista disso, não basta analisá-la na sua estrutura lógico-formal, como o fazem os semanticistas, mas é preciso explicitar a natureza que ela apresenta no seu uso pragmático, através dos atos de fala. Em outros termos, deve-se levar em conta as relações que se estabelecem entre os sujeitos quando se referem ao mundo e agem interativamente, utilizando-se da linguagem. Isso representa avançar na compreensão do processo de constituição do mundo e no entendimento da construção dos saberes através da abordagem pragmática ou teórico-comunicativa da racionalidade.

QUESTÃO 75 - Embora a teoria da Alienação Parental apresente controvérsias quanto à sua validação científica, configura-se como tema ainda comum nos tribunais. Após um processo de divórcio litigioso, os genitores enfrentam desgaste emocional e psicológico, fato que pode desencadear conflitos no que se refere à guarda e aos cuidados dos filhos e situações de alienação parental.

Durante a análise de um caso de suspeita de alienação parental, é preciso

A) enfatizar a necessidade de que apenas um dos genitores decida sobre o bem-estar dos filhos, como forma de eliminar os conflitos.

B) considerar que a opinião dos filhos sobre a situação pode estar fortemente influenciada pelo genitor alienador.

C) ponderar que essa situação, frequentemente, se resolve de forma espontânea, sem a necessidade de nenhuma medida.

D) demonstrar tolerância em relação à atitude e às artimanhas do genitor alienador, uma vez que elas não visam prejudicar os filhos.

E) impedir, de imediato, o contato dos filhos com o genitor alienador, a fim de preservar a integridade psíquica dos filhos.

Comentário.

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema psicologia jurídica.

Pela própria análise da literalidade das alternativas pode-se ter a conduta que mais se amolda a proteção ao filho, conforme artigos 2º e 4º da Lei 12.318/10:

“Art. 2º Considera-se ato de alienação parental a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente promovida ou induzida por um dos genitores, pelos avós ou pelos que tenham a criança ou adolescente sob a sua autoridade, guarda ou vigilância para que repudie genitor ou que cause prejuízo ao estabelecimento ou à manutenção de vínculos com este.

Art. 4º Declarado indício de ato de alienação parental, a requerimento ou de ofício, em qualquer momento processual, em ação autônoma ou incidentalmente, o processo terá tramitação prioritária, e o juiz determinará, com urgência, ouvido o Ministério Público, as medidas provisórias necessárias para preservação da integridade psicológica da criança ou do adolescente, inclusive para assegurar sua convivência com genitor ou viabilizar a efetiva reaproximação entre ambos, se for o caso.

Parágrafo único. Assegurar-se-á à criança ou ao adolescente e ao genitor garantia mínima de visitação assistida no fórum em que tramita a ação ou em entidades conveniadas com a Justiça, ressalvados os casos em que há iminente risco de prejuízo à integridade física ou psicológica da criança ou do adolescente, atestado por profissional eventualmente designado pelo juiz para acompanhamento das visitas”.

QUESTÃO 76 - Com base na Resolução no 305/2019, do Conselho Nacional de Justiça, que fixa os parâmetros para o uso das redes sociais pelos membros do Poder Judiciário, assinale a alternativa correta.

A) Constitui conduta vedada a membros da Magistratura a manifestação de opinião sobre processo pendente de julgamento, seu ou de outrem, ou juízo depreciativo sobre despachos, votos ou sentenças, de órgãos judiciais, estendendo-se a vedação à crítica nos autos judiciais ou no exercício do magistério.

B) Os magistrados, no uso das redes sociais, devem adotar postura seletiva e criteriosa no seu ingresso, bem como se atentar que a utilização de pseudônimos os isentará da observância dos limites éticos quando a conduta for exercida com base na liberdade expressão.

C) A vedação de atividade político-partidária abrange manifestações, públicas ou privadas, sobre projetos e programas de governo, processos legislativos ou outras questões de interesse do Poder Judiciário.

D) As recomendações e vedações previstas na Resolução não se aplicam aos magistrados representantes legais e demais diretores das entidades e associações de classe, durante o exercício de seus mandatos, que poderão se manifestar nas redes sociais, com vistas à representação dos interesses dos associados.

E) Constitui medida vedada ao Magistrado associar a sua imagem pessoal ou profissional à de marca de empresas ou de produtos comerciais, estendendo-se esta proibição à divulgação de cursos em que ele atue como professor, ainda que não caracterizada a exploração direta de atividade econômica lucrativa.

Comentário.

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema estatuto jurídico da magistratura.

A alternativa A está incorreta. Contraria o art. 3º, II, e, Resolução 305/2019: “Art. 3º A atuação dos magistrados nas redes sociais deve observar as seguintes recomendações: II – Relativas ao teor das manifestações, independentemente da utilização do nome real ou de pseudônimo: e) evitar expressar opiniões ou aconselhamento em temas jurídicos concretos ou abstratos que, mesmo eventualmente, possam ser de sua atribuição ou competência jurisdicional, ressalvadas manifestações em obras técnicas ou no exercício do magistério”.

A alternativa B está incorreta. Contraria o art. 3º, I, c, Resolução 305/2019: “Art. 3º A atuação dos magistrados nas redes sociais deve observar as seguintes recomendações: I – Relativas à presença nas redes sociais: c) atentar que a utilização de pseudônimos não isenta a observância dos limites éticos de conduta e não exclui a incidência das normas vigentes”..

A alternativa C está incorreta. Contraria o art. 4º, §1º, Resolução 305/2019: “Art. 4º Constituem condutas vedadas aos magistrados nas redes sociais: II – emitir opinião que demonstre atuação em atividade político-partidária ou manifestar-se em apoio ou crítica públicos a candidato, lideranças políticas ou partidos políticos (art. 95, parágrafo único, inciso III, da Constituição Federal; art. 7º do Código de Ética da Magistratura Nacional); § 1º Para os fins do inciso II deste artigo, a vedação de atividade político-partidária não abrange manifestações, públicas ou privadas, sobre projetos e programas de governo, processos legislativos ou outras questões de interesse público, de interesse do Poder Judiciário ou da carreira da magistratura, desde que respeitada a dignidade do Poder Judiciário.”

A alternativa D está correta. Conforme o art. 6º, Resolução 305/2019: “Art. 6º As recomendações e vedações previstas nesta Resolução não se aplicam aos magistrados representantes legais e demais diretores das entidades e associações de classe, durante o exercício de seus mandatos, que poderão se manifestar nas redes sociais, com vistas à representação dos interesses dos associados, bem como na

defesa dos interesses de classe, no debate de temas de interesse público nacional e na defesa do Estado Democrático de Direito”.

A alternativa E está incorreta. Contraria o art. 4º, §2º, Resolução 305/2019: “§ 2º A divulgação de obras técnicas de autoria ou com participação do magistrado, bem como de cursos em que ele atue como professor, não se insere nas vedações previstas nos incisos IV, V e VI, desde que não caracterizada a exploração direta de atividade econômica lucrativa”.

QUESTÃO 77 - Considere que Letícia é membro do Conselho Diretor da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), ocupando o cargo de Diretora-Presidente. De acordo com a situação hipotética e com a Lei Geral de Proteção de Dados, é correto afirmar que Letícia

A) ocupa cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, no mínimo, de nível 3.

B) poderá ser exonerada livremente do seu cargo, uma vez que se trata de cargo de comissão de livre nomeação e exoneração.

C) tem pelo menos 35 anos, reputação ilibada, mestrado na área de interesse e elevado conceito no campo de especialidade do cargo para o qual foi nomeada.

D) foi escolhida pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil e nomeada pelo Presidente da República e tem mandato de dois anos, permitida uma recondução.

E) foi escolhida e nomeada pelo Presidente da República e previamente aprovada, por voto secreto, após arguição pública, pelo Senado Federal.

Comentário.

A alternativa correta é a **letra E**. A questão trata do tema LGPD.

As alternativas A e D estão incorretas e a Alternativa E está correta. Conforme o art. 55-D, §1º, da LGPD: “Art. 55-D. O Conselho Diretor da ANPD será composto de 5 (cinco) diretores, incluído o Diretor-Presidente. §1º Os membros do Conselho Diretor da ANPD serão escolhidos pelo Presidente da República e por ele nomeados, após aprovação pelo Senado Federal, nos termos da alínea ‘f’ do inciso III do art. 52 da Constituição Federal, e ocuparão cargo em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores - DAS, no mínimo, de nível 5”.

A alternativa B está incorreta. Contraria o art. 55-E da LGPD: “Art. 55-E. Os membros do Conselho Diretor somente perderão seus cargos em virtude de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou pena de demissão decorrente de processo administrativo disciplinar”.

A alternativa C está incorreta. Contraria o art. 55-D, §2º, da LGPD: “§2º Os membros do Conselho Diretor serão escolhidos dentre brasileiros que tenham reputação ilibada, nível superior de educação e elevado conceito no campo de especialidade dos cargos para os quais serão nomeados”.

QUESTÃO 78 - A respeito do Direito Antidiscriminatório, assinale a alternativa correta.

A) A discriminação não pressupõe uma relação de hierarquia entre indivíduos e pode ocorrer entre sujeitos pertencentes a um mesmo grupo.

B) A discriminação indireta se dá quando uma norma tem um impacto desproporcionalmente negativo sobre um dado grupo vulnerável, podendo tal norma ser neutra, no sentido da instituição responsável não ter a intenção de prejudicar o grupo atingido.

C) São três os fundamentos jurídicos do Direito Antidiscriminatório: a objetividade jurídica, a racionalidade constitucional e a universalidade de direitos.

D) A teoria da discriminação interseccional tem origem nas críticas recebidas por líderes de movimentos minoritários que deduzem que tais grupos são homogêneos e que seus integrantes sofrem com a opressão da mesma forma.

E) Pode-se afirmar que o Direito Antidiscriminatório é um subsistema do Direito Administrativo, encontrando fundamento no princípio da legalidade.

Comentário.

A alternativa dada como correta é a **letra B, contudo é possível o recurso**, pois a **letra A** também pode ser considerada como correta. A questão trata do tema direito antidiscriminatório.

A alternativa A está correta. Dentro deste cenário ocorre também aquilo que é denominado de caráter reflexivo da discriminação: a discriminação pressupõe uma relação de hierarquia entre grupos ou indivíduos, mas ela também pode ocorrer entre membros de um mesmo grupo – disponível em: <https://www.segs.com.br/seguros/344425-a-representatividade-artificial-de-mulheres-nos-espacos-de-poder>.

A alternativa B está correta. A discriminação indireta também é conhecida como Teoria do Impacto Desproporcional. A Teoria do Impacto Desproporcional está atrelada aos conceitos de discriminação de fato e de discriminação por ações neutras: (i) discriminação de fato: ocorre quando a realidade é desigual e os atores envolvidos poderiam agir para encerrar a desigualdade, mas, por omissão, mantém a desigualdade de fato. (ii) discriminação por ações neutras: acontece quando há uma norma aparentemente neutra, que, na sua aplicação, efetivamente irá discriminar uma pessoa ou grupo, ou seja, a mera aplicação da norma leva à discriminação. (NASCIMENTO, Filipe Augusto dos Santos. Manual de Formação Humanística. Editora JusPODIVM, 2022, p. 734-735).

A alternativa C está incorreta. Os fundamentos do Direito Antidiscriminatório são: igualdade, liberdade e dignidade da pessoa humana.

A alternativa D está incorreta, contraria o conceito: A discriminação interseccional ocorre quando dois ou mais critérios proibidos interagem, sem que haja possibilidade de decomposição deles (Comissão Europeia, 2007). A discriminação interseccional implica uma análise contextualizada, dinâmica e estrutural, a partir de mais de um critério proibido de discriminação. Por exemplo, uma mulher pertencente a certa minoria está sujeita a estigmas diversos daqueles experimentados por homens pertencentes ao mesmo grupo (Makkonen, 2002, p. 11). A discriminação baseada em mais de um

critério deve ser vista, nessas situações, sob a perspectiva qualitativa e considerando as experiências específicas do grupo subordinado, não de forma meramente quantitativa (Crenshaw, 2002, p. 174). (disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/xKt5hWwZFChwrbtFzXTGxKf/?format=pdf#:~:text=A%20discrimina%C3%A7%C3%A3o%20interseccional%20ocorre%20quando,cri%2D%20t%C3%A9rio%20proibido%20de%20discrimina%C3%A7%C3%A3o.>).

A alternativa E está incorreta. Contraria o entendimento de que: Moreira (2020, p. 50) define o sistema protetivo como um subsistema do Direito Constitucional composto por normas que visam "reduzir ou eliminar disparidades significativas entre grupos", impedindo a discriminação negativa e promovendo a discriminação positiva. Coerentemente com essas definições, o autor inclui entre os objetivos específicos do Direito Antidiscriminatório: o estudo do impacto da aplicação das normas sobre situações de exclusão; a proposição de um referencial teórico adequado para identificar os problemas enfrentados por pessoas e grupos minorizados e embasar soluções jurídicas; e a formulação de propostas institucionais e políticas públicas de proteção de minorias e grupos vulneráveis. (disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-abr-25/direito-eleitoral-precisamos-direito-eleitoral-politico-antidiscriminatorio>).

QUESTÃO 79. Órgão de monitoramento do Sistema Interamericano de proteção e promoção dos direitos humanos, com sede em Washington, D.C. É um órgão principal e autônomo da Organização dos Estados Americanos (OEA). É integrado por sete membros independentes que atuam a título individual, os quais não representam nenhum país em particular, sendo eleitos pela Assembleia Geral da OEA. Entre suas competências está receber, analisar e investigar petições, realizar visitas *in loco*, fazer recomendações aos Estados membros, apresentar casos à jurisdição da Corte Interamericana, solicitar opiniões consultivas à Corte Interamericana, realizar e publicar estudos sobre diferentes temas.

É correto afirmar que o enunciado se refere

- a) ao Gabinete das Instituições Democráticas e dos Direitos Humanos.
- b) à Assembleia Permanente de Direitos Humanos.
- c) à Comissão Interamericana de Direitos Humanos.
- d) à Corte Interamericana de Direitos Humanos.
- e) ao Comitê Interamericano de Direitos Humanos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata da Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

A alternativa C está correta. O enunciado da questão descreve as características, composição e competências da Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que é objeto de detalhamento pela

Carta da OEA (art. 106), mas especialmente pela Convenção Americana sobre Direitos Humanos (arts. 34 a 51).

Segundo o art. 1º do Regulamento da Comissão Interamericana de Direitos Humanos: “1. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos é um órgão autônomo da Organização dos Estados Americanos que tem como função principal promover a observância e a defesa dos direitos Humanos e servir como órgão consultivo da Organização em tal matéria. 2. A Comissão representa todos os Estados membros que compõem a Organização. 3. A Comissão compõe-se de sete membros, eleitos a título pessoal pela Assembléia Geral da Organização, que deverão ser pessoas de alta autoridade moral e de reconhecido saber em matéria de direitos humanos.”.

Quanto às funções desse órgão, estabelece o art. 41 e art. 44 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos: “A Comissão tem a função principal de promover a observância e a defesa dos direitos humanos e, no exercício de seu mandato, tem as seguintes funções e atribuições: (...) b) formular recomendações aos governos dos Estados-membros, quando considerar conveniente, no sentido de que adotem medidas progressivas em prol dos direitos humanos no âmbito de suas leis internas e seus preceitos constitucionais, bem como disposições apropriadas para promover o devido respeito a esses direitos; c) preparar estudos ou relatórios que considerar convenientes para o desempenho de suas funções; f) atuar com respeito às petições e outras comunicações, no exercício de sua autoridade, de conformidade com o disposto nos artigos 44 a 51 desta Convenção;” e “Artigo 44 - Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade não-governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da Organização, pode apresentar à Comissão petições que contenham denúncias ou queixas de violação desta Convenção por um Estado-parte”. O art. 48.1, d, trata da visita *in loco*: “A Comissão, ao receber uma petição ou comunicação na qual se alegue a violação de qualquer dos direitos consagrados nesta Convenção, procederá da seguinte maneira: d) se o expediente não houver sido arquivado, e com o fim de comprovar os fatos, a Comissão procederá, com conhecimento das partes, a um exame do assunto exposto na petição ou comunicação. Se for necessário e conveniente, a Comissão procederá a uma investigação para cuja eficaz realização solicitará, e os Estados interessados lhe proporcionarão, todas as facilidades necessárias”.

As alternativas A, B, D e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa C.

QUESTÃO 80. O caso Gomes Lund e Outros vs Brasil (“Guerrilha do Araguaia”) consistiu em uma demanda protocolada, em 7 de agosto de 1995, à Comissão Interamericana de Direitos Humanos, que, por sua vez, a submeteu à apreciação e ao julgamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH), em 26 de março de 2009.

Com relação ao referido caso, é correto afirmar que

a) ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental no 153/DF, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou a inconstitucionalidade da Lei da Anistia. Tal decisão ocorreu antes que o Tribunal Penal Internacional apreciasse o caso Gomes Lund e outros vs. Brasil e considerasse que a Lei da Anistia Brasileira contraria a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica).

b) houve uma declaração de inconvenção determinando que a Lei de Anistia não pudesse continuar impedindo a investigação, julgamento e punição dos responsáveis pelas violações de direitos humanos no episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia. A decisão da Corte IDH conflitou com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) por julgar constitucional a Lei de Anistia, sancionada 9 (nove) anos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.

c) houve uma declaração de inconvenção determinando que a Lei de Anistia não pudesse continuar impedindo a investigação, julgamento e punição dos responsáveis pelas violações de direitos humanos. A decisão da Corte IDH conflitou com a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) por julgar, por unanimidade, constitucional a Lei de Anistia, sancionada 9 (nove) anos antes da promulgação da Constituição Federal de 1988.

d) houve uma declaração de convencionalidade determinando que a Lei de Anistia não pudesse continuar impedindo a investigação, julgamento e punição dos responsáveis pelas violações de direitos humanos no episódio conhecido como Guerrilha do Araguaia. A decisão da Corte IDH foi reiterada pelo Supremo Tribunal Federal (STF), que julgou inconstitucional a Lei de Anistia.

e) ao julgar a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental no 153/DF, o Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou a inconstitucionalidade da Lei da Anistia. Tal decisão ocorreu após a Corte Interamericana de Direitos Humanos apreciar o caso Gomes Lund e outros vs. Brasil, e considerar que a Lei da Anistia Brasileira contraria a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San Jose da Costa Rica).

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. A questão trata sobre o controle de convencionalidade na Convenção Americana de Direitos Humanos.

O caso Gomes Lund e Outros vs. Brasil, conhecido como Caso da Guerrilha do Araguaia, tal como descrito no enunciado da questão, é uma das condenações do Estado brasileiro perante a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Em síntese, o caso consiste na apuração da responsabilidade do Estado brasileiro no desaparecimento forçado de integrantes da denominada Guerrilha de Araguaia, que se estabeleceu como resistência ao regime militar entre os anos de 1972 e 1975.

Além disso, apurou-se também a omissão do Estado brasileiro na investigação e punição dos envolvidos, perspectiva esta que restou impossibilitada por conta da Lei n. 6.683/1979, a denominada Lei da Anistia. Frise-se que tal lei concedeu anistia a todos os que cometeram crimes políticos (e conexos) durante o período do regime militar.

Ao julgar o caso, a Corte Interamericana, além de reconhecer a responsabilidade do Estado brasileiro, **declarou expressamente que a Lei da Anistia brasileira viola as obrigações assumidas pelo Brasil e constantes da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (ou seja, declarou a inconvenção da Lei da Anistia)**. Como conclusão, entendeu a Corte que a referida lei não pode

mais ser posta como óbice à investigação e punição de fatos violadores de direitos humanos transcorridos no curso da ditadura.

O julgamento da Corte no sobredito caso deu-se em 24 de novembro de 2010. Todavia, em paralelo, no âmbito do STF, poucos meses antes, em abril de 2010, foi julgada a ADPF 153, no qual o Tribunal, **por 7 votos a 2**, rejeitou a revisão da Lei da Anistia, tomando-a como integrada a nova ordem constitucional inaugurada pela CF/88: **“Afirmada a integração da anistia de 1979 na nova ordem constitucional, sua adequação à Constituição de 1988 resulta inquestionável. A nova ordem compreende não apenas o texto da Constituição nova, mas também a norma-origem”**.

Interessante observar que a decisão do STF na ADPF 153 ainda não transitou em julgado, justamente porque foram opostos embargos de declaração em face da decisão do Plenário, noticiando-se a condenação do Brasil pela Corte Interamericana no caso Gomes Lund, enfatizando-se a conclusão da Corte pela inconveniência da Lei da Anistia Brasileira. Esses embargos, até o momento, não foram julgados.

À luz dessas considerações, o gabarito correto é a letra ‘B’.

As alternativas A, C, D e E estão incorretas, conforme o fundamento exposto na alternativa B.

TJ-RJ (2019)

QUESTÃO 1. (ANULADA) Pedro locou, em 14.09.2005, um imóvel residencial a José, pelo valor mensal de R\$ 1.000,00, por um prazo de 60 meses. Mateus, casado sob o regime da comunhão parcial de bens, foi fiador do contrato, sem anuência de sua esposa. Após o fim do contrato, em 14.09.2010, José assinou um aditamento do contrato de locação, em que o aluguel foi reajustado para o valor de R\$ 3.000,00. Mateus não assinou o aditamento. Após o aditamento, nenhum valor foi pago. Pedro ajuizou ação de cobrança dos valores do aluguel, em 15.09.2019.

É correto afirmar que

- a) o contrato de fiança prestado por Mateus é anulável, mas todos os valores dos aluguéis devidos podem ser demandados de José, tendo em vista que não se consumou a prescrição de nenhuma das parcelas vencidas.**
- b) tanto Mateus quanto José podem ser demandados a pagar somente as prestações vencidas nos últimos cinco anos, estando as demais prescritas.**
- c) Mateus somente pode ser demandado subsidiariamente a José exclusivamente no que se refere às prestações vencidas nos últimos cinco anos, estando as demais prescritas.**
- d) Mateus pode ser demandado, direta e isoladamente, pelos valores devidos, em razão da sua condição de fiador do contrato de locação, que se estende ao aditamento realizado a este.**

e) ocorreu a prescrição do direito de cobrar os aluguéis vencidos nos últimos três anos, podendo os demais serem demandados exclusivamente de José, mas não de Mateus.

Comentários

Questão ANULADA.

ALTERNATIVA "E" CORRETA

Primeiramente vejamos o teor da **Súmula 332 do STJ**:

"A fiança prestada sem autorização de um dos cônjuges implica a ineficácia total da garantia"

Como visto, Matheus **NÃO** pode ser demandado pois prestou fiança sem a autorização de sua cônjuge, sendo **NULA** a referida prestação.

Agora vejamos o disposto no **Artigo 206, §3º, II do Código Civil**:

Art. 206. Prescreve

(...)

§ 3º Em três anos

I - a pretensão relativa a aluguéis de prédios urbanos ou rústicos

Como visto, prescreve em **três anos** a pretensão para cobrança de aluguéis de prédios urbanos. Ou seja, somente poderão ser cobrados os aluguéis referentes ao inadimplemento nos **três últimos anos**, estando **prescrita** a dívida referente aos demais.

Porém, ocorre que a questão foi **ANULADA** pela banca, pois a redação da alternativa apontada como correta pelo gabarito **não corresponde ao texto legal**, logo, **não há alternativa correta na questão.**

QUESTÃO 2. O município tem um projeto de implantação de um conjunto habitacional popular que irá ocupar três áreas distintas e contíguas: i) matrícula X, de propriedade do Município; ii) matrícula Y, de propriedade particular, mas com imissão provisória na posse deferida em processo de desapropriação ajuizada pelo município e registrada a imissão na posse no Cartório de Registro de Imóveis; iii) área Z, destinada a edifícios públicos de um loteamento urbano. O município requereu a abertura de uma matrícula abrangendo as três áreas (X, Y e Z). Houve negativa do Cartório de Registro de Imóveis. Foi suscitada dúvida pelo Registrador de Imóveis que deverá ser julgada:

a) procedente, tendo em vista que somente seria possível a abertura de uma matrícula única das três áreas após a finalização da desapropriação e o registro das áreas Y e Z no nome do Município.

b) improcedente, tendo em vista que a unificação das matrículas poderá abranger um ou mais imóveis de domínio público que sejam contíguos à área objeto da imissão provisória na posse.

c) improcedente, tendo em vista que não é possível a fusão de matrículas que não estão registradas em nome do mesmo proprietário, mesmo com o registro da imissão provisória na posse em nome do Município.

d) improcedente, pois poderia haver a unificação das glebas Y e Z, mas não com a Gleba X, que somente poderia ser unificada àquelas após o registro da carta de adjudicação expedida na desapropriação referente à Gleba X.

e) procedente, pois poderia haver a unificação das glebas X e Y, mas não com a Gleba Z que deveria ser previamente discriminada, por não estar ainda registrada.

Comentários

A questão requer o conhecimento da Lei 6.015/73 (Lei de Registros Públicos) no que se refere ao Registro de Imóveis.

OBS: São considerados bens imóveis, para fins de inscrição e acesso à publicidade registral, o solo e tudo quanto se lhe incorporar natural ou artificialmente. Portanto, o imóvel é uma superfície terrestre delimitada por linha poligonal fechada, com suas partes integrantes e suas pertenças. Abrange ainda o espaço aéreo e o subsolo correspondente, em altura e profundidade úteis ao seu exercício, não podendo, porém, o proprietário impedir atividades de terceiros, em altura ou profundidade tais que lhe falte legítimo interesse de impedi-las.

Alternativa B está correta.

Para resolver a questão são necessárias duas informações: procedimento da dúvida e unificação das matrículas.

1) Procedimento da dúvida: previsto nos arts. 198 a 207 da Lei 6.015/73, sendo que quem suscita é o Registrador (o qual possui dúvida se pode praticar o ato). Resultado do procedimento: PROCEDENTE, o registrador possui razão e está a correta a negativa da prática do ato; IMPROCEDENTE, o registrador deve praticar o ato.

2) Unificação das matrículas: Art. 235, LRP: Podem, ainda, ser unificados, com abertura de matrícula única:

I - dois ou mais imóveis constantes de transcrições anteriores a esta Lei, à margem das quais será averbada a abertura da matrícula que os unificar;

II - dois ou mais imóveis, registrados por ambos os sistemas, caso em que, nas transcrições, será feita a averbação prevista no item anterior, as matrículas serão encerradas na forma do artigo anterior.

III - 2 (dois) ou mais imóveis contíguos objeto de imissão provisória na posse registrada em nome da União, Estado, Município ou Distrito Federal.

§ 1 Os imóveis de que trata este artigo, bem como os oriundos de desmembramentos, partilha e glebas destacadas de maior porção, serão desdobrados em novas matrículas, juntamente com os ônus que sobre eles existirem, sempre que ocorrer a transferência de 1 (uma) ou mais unidades, procedendo-se, em seguida, ao que estipula o inciso II do art. 233.

§ 2 A hipótese de que trata o inciso III somente poderá ser utilizada nos casos de imóveis inseridos em área urbana ou de expansão urbana e com a finalidade de implementar programas habitacionais ou de regularização fundiária, o que deverá ser informado no requerimento de unificação.

§3 Na hipótese de que trata o inciso III, a unificação das matrículas poderá abranger um ou mais imóveis de domínio público que sejam contíguos à área objeto da imissão provisória na posse.

De todo o exposto, é correto afirmar que o Município possui razão ao requerer a unificação das matrículas, devendo o procedimento de dúvida ser julgado improcedente.

QUESTÃO 3. Pedro, criança de 4 anos, com pais desconhecidos, vive em uma instituição de menores abandonados. Em razão de sua aparência física (branco e de olhos claros) despertou o interesse na adoção por um casal alemão. Entretanto, outro casal brasileiro, regularmente cadastrado para adoção na forma da lei, também manifestou interesse em adotar Pedro.

Acerca do caso hipotético, assinale a alternativa correta.

a) Deverá ser deferida a adoção ao casal que melhor apresentar condições de satisfazer os interesses da criança.

b) Deverá ser dada preferência ao casal estrangeiro, tendo em vista que a adoção irá representar a Pedro a possibilidade de ser cidadão da comunidade europeia, o que significa uma manifesta vantagem em seu interesse.

c) Caso seja deferida a adoção ao casal alemão, a saída de Pedro do território nacional somente poderá ocorrer a partir da publicação da decisão proferida pelo juiz em primeira instância, mesmo sem o trânsito em julgado, vedada a concessão de tutela provisória.

d) Deverá ser dada preferência ao casal brasileiro, se este apresentar perfil compatível com a criança

e) Pedro deverá previamente ser inserido no programa de apadrinhamento e, apenas no caso de insucesso deste, poderá ser deferida a adoção, com preferência ao casal brasileiro.

Comentários

A Lei 12.010/09 alterou os dispositivos de lei do ECA referentes à adoção para, no geral, trazer maior rigidez ao assunto, conferindo uma maior segurança jurídica para os casos de colocação da criança e do adolescente em família substituta. A lei n. 13.509/17 introduziu alguns dispositivos acerca da adoção internacional, esclarecendo em que hipóteses ela terá lugar. É imprescindível que, com base nessa

compreensão, o candidato interprete o caso hipotético reproduzido no enunciado para assinalar a alternativa correta.

Alternativa C está correta.

O art. 50, §10, do ECA prevê:

§ 10. Consultados os cadastros e verificada a ausência de pretendentes habilitados residentes no País com perfil compatível e interesse manifesto pela adoção de criança ou adolescente inscrito nos cadastros existentes, será realizado o encaminhamento da criança ou adolescente à adoção internacional.

Dessa forma, tem-se que o ECA aborda o tema da adoção internacional como *ultima ratio*, preferindo-se a adoção nacional. A adoção internacional só terá lugar se não houver possibilidade de colocar a criança ou o adolescente em família substituta por meio da adoção nacional.

Lembre-se que a redação desse art. foi dada pela Lei n. 13.509/17.

QUESTÃO 4. João e Maria viviam em união estável, formalizada mediante escritura pública, em que elegeram o regime da comunhão parcial de bens. Da relação entre João e Maria, resultaram duas filhas, Madalena e Sara. João também tinha outros dois filhos, Mateus e Paulo, decorrentes de relações eventuais que manteve. João faleceu. Na data da sua morte, João possuía um patrimônio adquirido totalmente antes da constituição da união estável com Maria.

É correto afirmar que o patrimônio de João será dividido da seguinte forma:

- a) 10% para Maria e 15% para cada um dos filhos de João.**
- b) Maria e todos os filhos de João receberão, cada um, um quinto (1/5) da herança.**
- c) um quarto (1/4) para cada um dos filhos de João.**
- d) um quarto (1/4) da herança para Maria e o restante dividido igualmente entre todos os filhos de João.**
- e) um terço (1/3) para Maria e o restante dividido igualmente entre todos os filhos de João.**

Comentários

Inicialmente, ressalte-se que o STF, em 2017 (INFO 864), declarou inconstitucional a diferenciação do regime sucessório entre companheiros e cônjuges, **reconhecendo a inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil**, aplicando-se em ambos os casos o regime sucessório previsto no art. 1.829:

"No sistema constitucional vigente, **é inconstitucional a diferenciação de regimes sucessórios entre cônjuges e companheiros**, devendo ser aplicado, em ambos os casos, o regime estabelecido no art. 1.829 do Código Civil."

No presente caso, incide o inc. I do acenado dispositivo:

Art. 1.829. A sucessão legítima defere-se na ordem seguinte:

I - **aos descendentes, em concorrência** com o cônjuge (**OU COMPANHEIRA**) sobrevivente, salvo se casado este com o falecido no regime da comunhão universal, ou no da separação obrigatória de bens (art. 1.640, parágrafo único); ou se, **no regime da comunhão parcial, o autor da herança não houver deixado bens particulares;**

Como o autor da herança deixou bens particulares, já que todos foram adquiridos antes da constituição da união estável, **a companheira concorre com os descendentes.**

A partir dessas premissas, para saber de que forma a companheira herda, o candidato precisava conhecer duas orientações jurisprudenciais firmadas pelo Superior Tribunal de Justiça:

1) **2015** - Nos termos do art. 1.829, I, do Código Civil de 2002, o cônjuge sobrevivente (e a partir de 2017 o **COMPANHEIRO**), **casado no regime de comunhão parcial de bens**, concorrerá com os descendentes do cônjuge falecido somente quando este tiver deixado bens particulares. A referida concorrência dar-se-á **exclusivamente quanto aos bens particulares** constantes do acervo hereditário do de cujus. (INFO 564).

2) 2019 - A reserva da quarta parte da herança, prevista no art. 1.832 do Código Civil, **não se aplica à hipótese de concorrência sucessória híbrida** (INFO 651).

Sucessão híbrida é aquela em que há filhos em comum e filhos de somente um dos cônjuges ou companheiros, caso em que **não incidirá a reserva de 1/4** prevista no art. 1.829, consoante a mencionada jurisprudência.

Art. 1.832. Em concorrência com os descendentes (art. 1.829, inciso I) caberá ao cônjuge quinhão igual ao dos que sucederem por cabeça, **não podendo a sua quota ser inferior à quarta parte da herança, se for ascendente dos herdeiros com que concorrer.**

Dessa forma, considerando que todos o bens do companheiro são particulares (adquiridos anteriormente à constituição da união estável) e diante da sucessão híbrida, cabe a cada herdeiro 1/5 da herança.

Alternativa B está correta.

A companheira herda **em igualdade de condições com os demais descendentes**, nos termos do art. 1.832, **não se aplicando a reserva da quarta parte**, por se tratar de sucessão híbrida.

Dessa forma, tratando-se de **cinco herdeiros necessários** a cada um caberá a quinta parte da herança.

QUESTÃO 5. Pedro é sócio, juntamente com sua esposa Maria, da pessoa jurídica “PM LTDA”. Maria, sem o conhecimento de Pedro, começou a desviar valores dos cofres da empresa, mediante a emissão de notas fiscais frias, para Ricardo, seu concubino. Em razão dos desvios realizados por Maria, a empresa “PM LTDA” parou de pagar seus fornecedores, que ajuizaram demanda visando receber os valores devidos. Pedro descobriu a traição e divorciou-se de Maria, que foi viver com seu concubino com todos os valores desviados da “PM LTDA”. Os fornecedores requereram a desconsideração da personalidade jurídica, para que pudessem satisfazer seus créditos com o patrimônio pessoal de Maria e de Pedro.

Assinale a alternativa correta.

a) Apenas se for comprovada a culpa grave de Pedro na administração da pessoa jurídica é que poderá ser realizada a desconsideração da personalidade jurídica e seus bens pessoais responderem pelas dívidas da “PM LTDA”.

b) Pode haver a desconsideração da personalidade jurídica e os bens de Pedro e Maria irão responder pelas dívidas da empresa, em razão do desvio de finalidade.

c) Os bens pessoais de Pedro não podem responder pelas dívidas da empresa, tendo em vista que não houve ato doloso de sua parte, bem como ele não se beneficiou direta ou indiretamente dos desvios.

d) A desconsideração da personalidade jurídica apenas pode ocorrer em caso de confusão patrimonial e, como não houve a transferência de valores para os sócios e sim para um terceiro, não podem os bens pessoais de Pedro e Maria responderem pelas obrigações da sociedade.

e) Apenas os bens de Ricardo podem ser alcançados pela desconsideração da personalidade jurídica, pois, apesar de não ser sócio, praticou atos dolosos de confusão patrimonial.

Comentários

O **art. 50, caput, do Código Civil** destaca sobre a desconsideração da pessoa jurídica, vejamos:

"Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso."

Já o **art. 50, §2º, inciso II** do mesmo diploma, destaca sobre o entendimento por confusão patrimonial, vejamos:

"Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso. (Redação dada pela Lei nº 13.874, de 2019)"

(...)

§ 2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)

(...)

II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante; e (Incluído pela Lei nº 13.874, de 2019)"

Diante disto, o candidato que tivesse conhecimento dos artigos supracitados, conseguiria responder a questão.

Alternativa C está correta.

O art. 50, caput, do Código Civil destaca sobre a desconsideração da pessoa jurídica, vejamos:

"Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, pode o juiz, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, desconsiderá-la para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso."

Conforme dispõe o caput do artigo 50 do Código Civil, os bens particulares atingidos serão apenas dos sócios ou administradores que foram beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.

Foi Maria que, sem o conhecimento de Pedro, começou a desviar valores dos cofres da empresa, mediante a emissão de notas fiscais frias, para Ricardo, seu concubino e não Pedro.

Desse modo, a assertiva está correta.

QUESTÃO 6. Uma dívida prescrita, o penhor oferecido por terceiro, uma dívida de jogo e a fiança representam, respectivamente, obrigação:

a) com *Haftung* sem *Schuld*, com *Schuld* sem *Haftung*, com *Haftung* sem *Schuld* atual, e com *Haftung* sem *Schuld* próprio.

b) com *Haftung* sem *Schuld*, com *Haftung* sem *Schuld* atual, com *Schuld* sem *Haftung* e com *Haftung* sem *Schuld* próprio.

c) sem *Schuld* e sem *Haftung*, com *Haftung* sem *Schuld* próprio, com *Schuld* sem *Haftung* e com *Haftung* sem *Schuld* atual.

d) com *Schuld* sem *Haftung*, com *Haftung* sem *Schuld* próprio, com *Schuld* sem *Haftung* e com *Haftung* sem *Schuld* atual.

e) com *Schuld* sem *Haftung*, com *Haftung* sem *Schuld* próprio, sem *Schuld* e sem *Haftung* e com *Haftung* sem *Schuld* atual.

Comentários

A estrutura da relação obrigacional se compõe de dois elementos: o débito (Schuld) e a responsabilidade (Haftung).

O débito consiste na **obrigação**, no comportamento a ser efetuado pelo devedor, como essência dessa obrigação. Já responsabilidade se refere à sujeição do seu patrimônio, em caso de descumprimento do débito, pela utilização da força cogente estatal.

Nas relações obrigacionais é possível que haja **débito sem responsabilidade** (falta de exigibilidade) e **responsabilidade sem débito** (sujeito que responde com patrimônio sem fazer parte da relação obrigacional).

Diante disso, considerando os casos enumerados no enunciado, temos que:

DÍVIDA PRESCRITA: há débito, mas não há responsabilidade - **Schuld sem Haftung**;

PENHOR OFERECIDO POR TERCEIRO: há responsabilidade, mas não há débito próprio - **Haftung sem Schuld próprio** (o débito é do devedor originário da obrigação e não do responsável - o terceiro, logo, há responsabilidade sem débito próprio);

DÍVIDA DE JOGO: há débito, mas não há responsabilidade - **Schuld sem Haftung**;

FIANÇA: há responsabilidade, mas não há débito atual, que só existirá em caso de eventual inadimplemento - **Haftung sem Schuld atual**.

Schuld próprio: débito próprio

Schuld atual: débito atual

Schuld futuro: débito futuro

A sequência disposta torna correta a **alternativa "D"**.

QUESTÃO 7. Foi registrado um loteamento que, entretanto, nunca foi implantado. Judas e sua família construíram e começaram a morar numa área que seria destinada a ser um logradouro público. Após 10 anos de ocupação mansa e pacífica, mediante moradia com sua família, Judas ajuizou uma ação de usucapião.

É correto afirmar que a usucapião

a) não poderá ser reconhecida, pois os bens públicos são imprescritíveis.

b) poderá ser reconhecida, desde que o imóvel tenha dimensão inferior a 250 m² e Judas não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

c) somente poderá ser reconhecida a usucapião se houver a citação de todos os confrontantes e ausência de oposição do loteador e da Municipalidade.

d) não poderá ser reconhecida, tendo em vista que não decorreu o prazo de 15 anos da usucapião extraordinária, quando então poderá ser reconhecida.

e) poderá ser reconhecida, independentemente da dimensão da área ocupada, tendo em vista que se presume o justo título e boa-fé, em razão da longevidade da posse e da sua função social.

Comentários

A usucapião é um instituto jurídico por meio do qual **a pessoa que fica na posse de um bem (móvel ou imóvel) por determinados anos, agindo como se fosse dono, adquire a propriedade** deste bem ou outros direitos reais a ele relacionados (ex. usufruto, servidão), **desde que cumpridos os requisitos legais.**

Existem diversas espécies de usucapião, cada qual exigindo determinados requisitos para sua configuração.

O reconhecimento da usucapião, entretanto, **não se aplica para os bens públicos, que são insuscetíveis de serem usucapidos**, conforme dispõe o art. 102 do Código Civil e a teor da súmula 619 do STJ.

Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

S. 619 - A ocupação indevida de bem público configura mera detenção, de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização por acessões e benfeitorias.

O ocupante de bem público é considerado **mero detentor da coisa** e, por conseguinte, não há que se falar em proteção possessória nem em indenização por benfeitorias ou acessões realizadas, por configurar **desvio de finalidade** (interesse particular em detrimento do interesse público), além de violação aos princípios da indisponibilidade do patrimônio público e da **supremacia do interesse público.**

Alternativa A está correta.

O art. 22 da Lei 6.766/79 dispõe que:

Art. 22. Desde a data de registro do loteamento, passam a integrar o domínio do Município as vias e praças, os espaços livres e as áreas destinadas a edifícios públicos e outros equipamentos urbanos, constantes do projeto e do memorial descritivo.

Lembre-se que no domínio há o **exercício dos mesmos poderes da propriedade** (gozo, uso, disposição e reivindicação), com a diferença de que no domínio não há o título de proprietário.

A partir do registro do loteamento, portanto, determinadas áreas passam a ser de domínio público (**concurso voluntário**) e, por conta disso, insuscetíveis de usucapião, nos termos do art. 102 do Código Civil (**os bens públicos não estão sujeitos a usucapião**).

Concurso voluntário: é a transferência ao Poder Público municipal de áreas antes privadas e que serão destinadas às vias de circulação e praças.

Ademais, saliente-se que, a teor da súmula 619 STJ a ocupação indevida de bem público **configura mera detenção de natureza precária, insuscetível de retenção ou indenização** por acessões e benfeitorias.

POSSE: é o exercício, pleno ou não, de algum dos poderes inerentes à propriedade:

DETENÇÃO: situação em que alguém conserva a posse em nome de outro e em cumprimento às suas ordens e instruções.

QUESTÃO 8. O mandado de segurança é instrumento que goza de dignidade constitucional, configurando-se em forma de exercício da cidadania.

Quanto ao mencionado remédio processual, segundo o entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal e pelo Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

a) pelo fato de ser pressuposto para a concessão da segurança a existência de direito líquido e certo do impetrante, a controvérsia sobre matéria de direito impede seja a segurança concedida.

b) se aplica a fungibilidade no caso de interposição de recurso extraordinário quando seria hipótese de cabimento de recurso ordinário de decisão denegatória de mandado de segurança, em virtude da existência de dúvida objetiva entre as referidas espécies recursais.

c) não cabe mandado de segurança contra ato praticado em licitação promovida por sociedade de economia mista, vez que ausente a figura da autoridade coatora.

d) a entidade de classe não apresenta legitimação para impetrar mandado de segurança quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria.

e) não é cabível a impetração de mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte.

Comentários

Primeiramente a questão exige o conhecimento da **Súmula 625 do STF** que trata da concessão de mandado de segurança quando há controvérsia de matéria de direito, da **Súmula 272 do STF** que trata do princípio da fungibilidade nos casos de recurso contra decisão denegatória de Mandado de segurança, e da **Súmula 333 do STJ** que trata sobre cabimento do Mandado de segurança contra sociedades de economia mista em suas licitações.

Ademais, a questão cobra o teor da **Súmula 630 do STF** que trata da legitimidade das entidades de classe para impetrar Mandado de Segurança, e, por fim, cobra a **Súmula 460 do STJ**, que aduz sobre a possibilidade de impetrar mandado de segurança para compensação tributária.

Alternativa E está correta.

Vejamos o teor da **Súmula 460 do STJ**:

"É incabível o mandado de segurança para convalidar a compensação tributária realizada pelo contribuinte"

Como visto, **NÃO** cabe mandado de segurança para convalidar a compensação tributária do contribuinte, estando **CORRETA** a alternativa.

QUESTÃO 9. No que diz respeito ao julgamento antecipado parcial de mérito, é correto afirmar que o respectivo pronunciamento judicial

a) é passível de cumprimento provisório, mesmo que tenha sido julgado em definitivo o recurso dele interposto.

b) deve reconhecer a existência de obrigação líquida, não sendo cabível sua prévia liquidação.

c) pode ser executado, independentemente de caução, ainda que esteja pendente de julgamento recurso contra ele interposto.

d) configura-se em sentença, sendo, portanto, apelável.

e) deve ser objeto de confirmação quando da prolação da futura sentença, por se tratar de decisão de natureza provisória.

Comentários

A questão abordou o **art. 356 do CPC**, assim como um superficial conhecimento da doutrina.

A grande novidade do CPC/2015 foi o julgamento antecipado do mérito (art. 356). De acordo com o dispositivo, o juiz decidirá parcialmente o mérito, quando um ou mais dos pedidos formulados - ou parte deles - mostrar-se incontroverso ou estiver em condições de imediato julgamento.

A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida, estando liberado a liquidação ou execução imediata na obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, independentemente de caução, ainda que haja recurso pendente de julgamento. Desse modo, a execução será provisória enquanto perdurar a discussão na via recursal, quanto ao julgamento parcial do mérito. Por outro lado, se houver trânsito em julgado da decisão, a execução será definitiva.

Cabe destacar que a decisão que julga antecipada e parcialmente o mérito é impugnável por meio de agravo de instrumento, em regra, sem efeito suspensivo. Desse modo, a decisão que julga antecipada e parcialmente o mérito não depende de ulterior confirmação, uma vez que ela já é definitiva e pode resultar em coisa julgada material antes mesmo de o processo ser extinto. Não se trata de uma antecipação dos efeitos de eventual sentença de mérito, função destinada à antecipação da tutela, pois a decisão é, em seu conteúdo, parte da sentença, sendo capaz de impedir nova apreciação pelo juiz.

Alternativa C está correta.

O **§ 2º do art. 356 do CPC** libera a liquidação ou execução imediata na obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, independentemente de caução, ainda que haja recurso pendente de julgamento. Vejamos:

Art. 356. O juiz decidirá parcialmente o mérito quando um ou mais dos pedidos formulados ou parcela deles:

I - mostrar-se incontroverso;

II - estiver em condições de imediato julgamento, nos termos do art. 355 .

§ 1º A decisão que julgar parcialmente o mérito poderá reconhecer a existência de obrigação líquida ou ilíquida.

§ 2º A parte poderá liquidar ou executar, desde logo, a obrigação reconhecida na decisão que julgar parcialmente o mérito, independentemente de caução, ainda que haja recurso contra essa interposto.

§ 3º Na hipótese do § 2º, se houver trânsito em julgado da decisão, a execução será definitiva.

§ 4º A liquidação e o cumprimento da decisão que julgar parcialmente o mérito poderão ser processados em autos suplementares, a requerimento da parte ou a critério do juiz.

§ 5º A decisão proferida com base neste artigo é impugnável por agravo de instrumento.

O dispositivo é compatível com o **§ 5 do mesmo dispositivo**, que prevê a decisão ser recorrível por agravo de instrumento, recurso sem efeito suspensivo.

Nelson Nery Júnior ensina que "o que a parte prejudicada pode fazer é interpor recurso e requerer a concessão de efeito suspensivo, **desde que comprove a probabilidade de dano grave, de difícil ou impossível reparação, bem como a probabilidade de provimento desse recurso (CPC 995 par.ún.)**".

Nesse sentido é o **enunciado 49 da ENFAM 49**: "No julgamento antecipado parcial do mérito, o cumprimento provisório da decisão inicia-se independentemente de caução (art. 356, § 2.º, do CPC/2015), sendo aplicável, todavia, a regra do art. 520, IV".

JÚNIOR, Nelson Nery. Código de Processo Civil Comentado, 17ª edição, Revista dos Tribunais.

QUESTÃO 10. Segundo os contornos traçados pelo Código de Processo Civil de 2015 à impugnação ao cumprimento de sentença, assinale a alternativa correta.

a) Tal defesa típica é exclusiva do cumprimento definitivo de sentença, sendo que, quando de cumprimento provisório se tratar, o executado poderá defender-se por meio de simples petição.

b) O executado pode alegar a ilegitimidade de parte advinda da fase de conhecimento tanto no que concerne ao polo ativo quanto ao passivo da demanda.

c) O rol de matérias argúveis pelo executado limita-se a alegações posteriores ao trânsito em julgado do pronunciamento judicial executado.

d) O executado poderá alegar nesta defesa típica a nulidade da sentença arbitral, se houver execução judicial.

e) Por ter natureza jurídica de ação, não se aplica o benefício do prazo em dobro em processos de autos físicos para os executados que tiverem diferentes procuradores.

Comentários

Diferentemente do processo de execução, no qual o executado se defende por meio dos embargos de execução, a **defesa típica do executado no cumprimento de sentença** que condena o réu ao pagamento de quantia é a **impugnação**, prevista no art. 525 do Novo CPC.

Não podendo o executado voltar a discutir o direito exequendo fixado em sentença, **haverá na impugnação uma limitação da cognição horizontal**, restringindo-se às **matérias passíveis de alegação** nessa espécie de defesa.

O art. 525, § 1º, do Novo CPC prevê o rol das matérias que podem ser alegadas em sede de impugnação, entendendo, corretamente, a doutrina majoritária que se **trata de rol exaustivo**, salvo as **matérias de ordem pública**, desde que não estejam já protegidas pela eficácia preclusiva da coisa julgada.

Alternativa E está correta.

É o que se depreende da Lei 9.307/96, no art. 33, § 3º.

*Art. 33 § 3º A decretação da nulidade da sentença arbitral também poderá **ser requerida na impugnação ao cumprimento da sentença**, nos termos dos arts. 525 e seguintes do Código de Processo Civil, se houver execução judicial.*

QUESTÃO 11. Com base no tratamento conferido pelo Código de Processo Civil de 2015 aos recursos direcionados para o Supremo Tribunal Federal e para o Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar:

a) nos processos promovidos perante a justiça federal de primeira instância em que forem partes organismo internacional e pessoa domiciliada no país, cabe agravo de instrumento

dirigido ao Superior Tribunal de Justiça das decisões interlocutórias previstas no artigo 1.015 do diploma processual.

b) da decisão que inadmite recurso extraordinário ou recurso especial em decorrência da aplicação de entendimento firmado em regime de repercussão geral ou em julgamento de recursos repetitivos, cabe agravo em recurso extraordinário ou em recurso especial.

c) quando o recurso extraordinário ou especial fundar-se em dissídio jurisprudencial, o recorrente fará a prova da divergência com a certidão, cópia ou citação do repositório de jurisprudência, oficial ou credenciado em que houver sido publicado o acórdão divergente, bastando, nas razões recursais, transcrever a ementa do acórdão paradigma.

d) na hipótese de interposição conjunta de recurso extraordinário e recurso especial, uma vez concluído o julgamento do recurso especial, os autos serão remetidos ao Supremo Tribunal Federal para apreciação do recurso extraordinário ainda que este estiver prejudicado, pois é da competência exclusiva do Supremo Tribunal Federal declarar a existência de prejudicialidade.

e) se o Supremo Tribunal Federal considerar como reflexa a ofensa à Constituição afirmada no recurso extraordinário, por pressupor a revisão da interpretação de lei federal ou de tratado, inadmitirá o recurso interposto por se tratar de recurso exclusivamente cabível para corrigir ofensa direta ao texto constitucional.

Comentários

A questão exigiu a literalidade de determinados dispositivos do novo Código de Processo Civil.

Vejam os cada uma das alternativas:

Alternativa A está correta.

Isso acontece porque a Constituição prevê que das **sentenças proferidas em tais casos** cabe recurso ordinário diretamente ao STJ (art. 105, II, c, da CF/88).

Art. 105. Compete ao Superior Tribunal de Justiça:

(...)

II - julgar, em recurso ordinário:

(...)

c) as causas em que forem partes Estado estrangeiro ou organismo internacional, de um lado, e, do outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País;

Lembre-se de que o recurso ordinário **não tem fundamentação vinculada** (ao contrário do recurso especial), **sendo equivalente a uma apelação cível**, razão pela qual o STJ funciona como segunda instância - no lugar que, ordinariamente, caberia ao TRF.

Em consequência, **também os agravos de instrumento tirados contra interlocutórias de primeiro grau** (decisão de primeira instância da justiça federal) devem ser dirigidos ao STJ, que também funcionará como órgão recursal nesses casos.

Essa lógica foi adotada **expressamente** pelo CPC por meio do art. 1.027, § 1º.

Art. 1.027. Serão julgados em recurso ordinário:

(...)

II - pelo Superior Tribunal de Justiça:

(...)

b) os processos em que forem partes, de um lado, Estado estrangeiro ou organismo internacional e, de outro, Município ou pessoa residente ou domiciliada no País.

§ 1º Nos processos referidos no inciso II, alínea “b”, **contra as decisões interlocutórias caberá agravo de instrumento dirigido ao Superior Tribunal de Justiça**, nas hipóteses do art. 1.015.

QUESTÃO 12. A figura do relator é de relevância ímpar na condução dos recursos e dos processos de competência originária do tribunal, vez que lhe incumbe dirigir e ordenar os processos.

Sobre os poderes expressamente concedidos ao relator pelo Código de Processo Civil de 2015, é correto afirmar que poderá

a) considerar de plano inadmissível recurso interposto sem o respectivo preparo.

b) dar provimento ao recurso se a decisão recorrida for contrária a súmula do próprio tribunal, não sendo obrigatória a concessão de prazo para apresentação de contrarrazões pelo recorrido.

c) dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema.

d) negar provimento ao recurso que estiver em confronto com a jurisprudência dominante do respectivo tribunal.

e) negar provimento a recurso contrário a entendimento firmado em incidente de assunção de competência, não sendo obrigatório que se conceda previamente prazo para apresentação de contrarrazões.

Comentários

O art. 932 do Novo CPC versa sobre a **competência delegada ao relator** para a prática de atos processuais e **condução dos recursos, reexame necessário e de processos de competência originária do Tribunal**.

É importante registrar que a competência para a prática dos atos descritos no dispositivo legal ora comentado é do órgão colegiado, havendo uma **delegação legal de poder para que o relator possa decidir**, de forma incidental ou final, monocraticamente.

A questão exigiu o conhecimento do art. 932 do Código de Processo Civil, que prevê as hipóteses de **delegação legal de poderes do colegiado para o relator**.

Alternativa E está correta.

É o que se depreende do art. 932, IV, "c".

Art. 932. Incumbe ao relator:

(...)

IV - **negar** provimento a recurso que for contrário a:

c) entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou **de assunção de competência**;

A inexigência de contrarrazões decorre da inexistência de prejuízo para a parte contrária, já que o recurso será improvido.

QUESTÃO 13. A monitória é ação de procedimento especial que apresenta contornos que a assemelham por vezes à execução e, em outras, ao processo de conhecimento.

Sobre a ação monitória, assinale a alternativa correta.

a) Cabe apelação sem efeito suspensivo automático contra a sentença que rejeita os embargos.

b) É admitida a reconvenção na ação monitória sendo igualmente permitido o oferecimento de reconvenção à reconvenção.

c) Por ser ação cabível com base em prova escrita sem eficácia de título executivo, não é possível ao réu, reconhecendo o crédito do autor e comprovando o depósito de trinta por cento do valor, exigir o parcelamento do restante em até seis vezes mensais.

d) O réu, para que possa opor embargos, deverá apresentar caução suficiente e idônea, arbitrada de plano pelo juiz e prestada nos próprios autos

e) Pelo fato de que se constitui de pleno direito o título executivo judicial, se não realizado o pagamento e não apresentados os embargos monitórios, somente é admitida a citação do réu na modalidade pessoal.

Comentários

Costuma a doutrina afirmar que a característica principal do procedimento monitorio é a oportunidade concedida ao credor de, **munido de uma prova literal representativa de seu crédito** (a exemplo de um cheque destituído de força executiva), abreviar o *iter* processual para a obtenção de um título executivo.

Trata-se de uma espécie de tutela diferenciada, que por meio da **adoção de técnica de cognição sumária** (para a concessão do mandado monitorio) e do **contraditório diferido** (permitindo a prolação de decisão antes da oitiva do réu), busca facilitar em termos procedimentais a **obtenção de um título executivo** quando o credor tiver prova suficiente para convencer o juiz, em cognição não exauriente, da provável existência de seu direito.

Parte da doutrina ainda defende que a ação monitoria tem natureza de processo executivo, tratando-se de um **misto de ação executiva e de ação de conhecimento**, com predominância da força executiva, o que seria suficiente para tratá-la como uma **demanda executiva de título extrajudicial**.

A questão exigiu a literalidade dos dispositivos legais do novo CPC relacionados ao tema.

Alternativa A está correta.

Caberá a apelação nos termos do art. 702, § 9º, do CPC.

Art. 702 (...)

§ 9º Cabe apelação contra a sentença que acolhe ou rejeita os embargos.

O efeito da apelação no caso de rejeição ou acolhimento dos embargos monitorios **não segue a regra do art. 1.012**, que concede efeito suspensivo automático à apelação, pois, nos termos do § 4º do art. 702, a **mera oposição dos embargos suspende a eficácia da decisão que defere o mandado monitorio ATÉ O JULGAMENTO DO PRIMEIRO GRAU**.

Art. 702 (...)

§ 4º A oposição dos embargos suspende a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 **até o julgamento em primeiro grau**.

Assim, para que seja concedido o efeito suspensivo à apelação contra decisão que julga os embargos, será necessário recorrer ao § 3º do art. 1.012, em pedido direcionado ao tribunal ou relator, a depender do caso, pois, **se essa apelação tivesse efeito suspensivo automático seria uma segunda suspensão da monitoria**, o que torna razoável a ausência do efeito previsto no caput do art. 1.012.

QUESTÃO 14. A reclamação teve suas hipóteses de cabimento significativamente majoradas pelo Código de Processo Civil, inserindo-se de forma determinante no contexto de proteção aos precedentes judiciais.

Nesse sentido, é correto afirmar que cabe reclamação

- a) para garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de recurso especial repetitivo, quando a inobservância tenha se dado por decisão proferida em primeira instância.
- b) tanto para corrigir a aplicação indevida da tese jurídica fixada em incidente de assunção de competência quanto para sanar a sua não aplicação aos casos que a ela correspondam.
- c) para garantir a observância da orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem juízes e tribunais vinculados.
- d) para garantir a observância dos enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional.
- e) mesmo que proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada.

Comentários

A questão exigiu basicamente o conhecimento da letra da lei acerca das inovações implantadas para a utilização da reclamação, notadamente suas hipóteses de cabimento e vedações:

CAPÍTULO IX

DA RECLAMAÇÃO

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

I - preservar a competência do tribunal;

II - garantir a autoridade das decisões do tribunal;

III – garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade; (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)

IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de incidente de assunção de competência; (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)

[...]

§ 4º As hipóteses dos incisos III e IV compreendem a aplicação indevida da tese jurídica e sua não aplicação aos casos que a ela correspondam.

§ 5º É inadmissível a reclamação: (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)

I – proposta após o trânsito em julgado da decisão reclamada; (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)

II – proposta para garantir a observância de acórdão de recurso extraordinário com repercussão geral reconhecida ou de acórdão proferido em julgamento de recursos extraordinário ou especial repetitivos, quando não esgotadas as instâncias ordinárias. (Incluído pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)

[...]

A questão também exigiu conhecimento das disposições incluídas no CPC para assegurar a observância dos precedentes judiciais:

Art. 927. Os juízes e os tribunais observarão:

I - as decisões do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade;

II - os enunciados de súmula vinculante;

III - os acórdãos em incidente de assunção de competência ou de resolução de demandas repetitivas e em julgamento de recursos extraordinário e especial repetitivos;

IV - os enunciados das súmulas do Supremo Tribunal Federal em matéria constitucional e do Superior Tribunal de Justiça em matéria infraconstitucional;

V - a orientação do plenário ou do órgão especial aos quais estiverem vinculados.

Alternativa B está correta.

O CPC 2015 insere entre as hipóteses de reclamação aquela oposta para garantir a observância do incidente de assunção de demandas repetitivas:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

[...]

*IV – garantir a observância de acórdão proferido em julgamento de incidente de resolução de demandas repetitivas ou de **incidente de assunção de competência**; (Redação dada pela Lei nº 13.256, de 2016) (Vigência)*

Para essa hipótese o legislador estabeleceu que a reclamação pode ser oposta quando a tese firmada no incidente for utilizada de modo equivocado, ou quando a tese não for utilizada:

Art. 988. Caberá reclamação da parte interessada ou do Ministério Público para:

[...]

§ 4º As hipóteses dos incisos III e IV compreendem a aplicação indevida da tese jurídica e sua não aplicação aos casos que a ela correspondam.

QUESTÃO 15. O instrumento processual cabível para que o locador retome legitimamente a posse do imóvel locado é a ação de despejo.

No que diz respeito à referida ação locatícia, é correto afirmar:

a) a concessão de liminar é possível com fundamento na lei de locações apenas quando a infração contratual alegada for a falta de pagamento dos aluguéis.

b) na hipótese de término da locação em decorrência de desapropriação, o autor da ação de despejo terá liminar em seu favor, desde que preste caução no valor equivalente a três meses de aluguel.

c) uma vez concedida a liminar de desocupação do imóvel, em decorrência da falta de pagamento do aluguel e de estar o contrato desprovido de garantias, o locatário pode purgar a mora, desde que não tenha se utilizado desse benefício há menos de 24 meses contados da propositura da ação.

d) o rol de hipóteses para concessão de liminar de desocupação do imóvel locado previsto na lei de locações é taxativo, não podendo o juiz se valer das disposições gerais das tutelas provisórias do Código de Processo Civil para ordenar de plano a retomada do imóvel.

e) por se tratar de espécies de tutela de urgência, todas as hipóteses de liminar previstas na lei de locações pressupõem a comprovação do risco de dano ao locador, sendo que, se tal requisito não restar demonstrado, deverá o juiz indeferir o pedido antecipatório.

Comentários

Questão cobra o conhecimento da ação de despejo prevista na Lei de locações de imóveis urbanos (**Lei 8.425/91**).

Primeiramente a questão exige o conhecimento sobre o **Artigo 59, §1º** que trata da concessão de **liminar** nas referidas ações, do **Artigo 5º, parágrafo único** que trata do término da locação em decorrência de desapropriação, e do **Artigo 62, parágrafo único**, que prevê a emenda da mora.

Por fim, a questão exige o conhecimento da decisão do **STJ no REsp 1207161/AL** que trata sobre a natureza do rol do **Artigo 59, §1º** e a possibilidade da utilização do novo CPC subsidiariamente para a concessão de liminar, e, por fim, a questão cobra novamente o **Artigo 59, §1º**, que aduz sobre os requisitos para a concessão da medida liminar.

Alternativa C está correta.

Vejamos o **Artigo 62, parágrafo único da Lei 8.425/91**:

Art. 62. Nas ações de despejo fundadas na falta de pagamento de aluguel e acessórios da locação, de aluguel provisório, de diferenças de aluguéis, ou somente de quaisquer dos acessórios da locação, observar-se-á o seguinte:

(...)

Parágrafo único. Não se admitirá a emenda da mora se o locatário já houver utilizado essa faculdade nos 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores à propositura da ação

Como visto, o texto da alternativa se coaduna com o disposto no artigo acima transcrito.

QUESTÃO 16. De acordo com o tratamento atribuído pelo regime consumerista aos institutos da decadência e da prescrição, assinale a alternativa correta.

a) Tem início o prazo de prescrição nos casos de responsabilidade pelo fato dos produtos ou serviços a partir da ciência do dano, bem como de sua autoria.

b) Em se tratando de vício oculto, o prazo de decadência tem início no momento em que se formalizar a reclamação do consumidor perante o fornecedor de produtos.

c) A instauração de inquérito civil obsta a decadência, reiniciando a contagem do prazo decadencial no dia seguinte à referida instauração.

d) Obsta o transcurso do prazo decadencial a reclamação formulada pelo consumidor perante o fornecedor de produtos até a resposta negativa correspondente ou o transcurso de prazo razoável sem a respectiva resposta.

e) Prescreve em sessenta dias o direito de reclamar pelos vícios de fácil constatação, iniciando a contagem a partir da entrega efetiva do produto ou do término da execução dos serviços.

Comentários

A questão trata do instituto da prescrição de ação reparatória na hipótese de danos causados por fato do produto ou serviço, sendo o referido prazo prescricional de 05 anos, contado a partir do momento em que o consumidor tem conhecimento do dano e de sua autoria, conforme **art. 27 do CDC**.

Alternativa A está correta.

Conforme o art. 27 do CDC: Prescreve em cinco anos a pretensão à reparação pelos danos causados por fato do produto ou do serviço prevista na Seção II deste Capítulo, iniciando-se a contagem do prazo a partir do conhecimento do dano e de sua autoria.

Então, o consumidor tem o prazo de 05 anos, a partir da conhecimento do dano e de sua autoria, para ingressar com ação reparatória nas hipóteses de danos causados por fato do produto ou do serviço.

QUESTÃO 17. Tendo em vista o entendimento sumular do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

a) é abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que prevê a limitação do tempo de internação hospitalar do segurado.

- b) constitui prática abusiva a estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano.**
- c) constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, não se sujeitando, no entanto, à aplicação de multa administrativa.**
- d) o Código de Defesa do Consumidor não é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas.**
- e) incumbe ao credor a exclusão do registro da dívida em nome do devedor no cadastro de inadimplentes no prazo de cinco dias úteis, a partir do pagamento do débito ainda que parcial.**

Comentários

Foi exigido o conhecimento de várias súmulas do STJ, em matéria consumerista, a saber:

- **Súmula 302:** É abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado;
- **Súmula 382:** A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, **por si só, não** indica abusividade;
- **Súmula 532:** Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa;
- **Súmula 602:** O Código de Defesa do Consumidor é aplicável aos empreendimentos habitacionais promovidos pelas sociedades cooperativas; e
- **Súmula 548:** Incumbe **ao credor** a exclusão do registro da dívida em nome do devedor no cadastro de inadimplentes no **prazo de cinco dias úteis**, a partir do **integral e efetivo pagamento** do débito.

Alternativa A está correta.

Trata-se da redação da súmula 302 do STJ.

A súmula foi editada no mesmo sentido do art. 12, II, "a", da Lei nº 9.656/98, que veda a limitação de prazo das internações hospitalares, pelos planos de saúde. Ressalte-se, no entanto:

[...]. 7. O disposto no art. 12, II, a, da Lei n. 9.656/1998, que veda a limitação de tempo para a internação hospitalar, e o teor do enunciado n. 302 da Súmula do STJ, que dispõe ser abusiva a cláusula contratual de plano de saúde que limita no tempo a internação hospitalar do segurado, referem-se, expressamente, à segmentação hospitalar, e não à ambulatorial. (REsp 1764859/RS, DJe 08/11/2018)

Obs.: Destaque-se, ainda, que, de acordo com a Súmula 608/STJ, "Aplica-se o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de plano de saúde, **salvo os administrados por entidades de autogestão**".

QUESTÃO 18. Em conformidade com o que disciplina o Código de Defesa do Consumidor sobre os interesses ou direitos individuais homogêneos, assinale a alternativa correta.

a) A respectiva coisa julgada terá efeitos *ultra partes*, com a reparabilidade indireta do bem cuja titularidade é composta pelo grupo ou classe

b) São interesses na sua essência coletivos, não podendo ser exercidos em juízo individualmente.

c) O Ministério Público não é parte legítima para atuar em defesa dos interesses individuais homogêneos dos consumidores.

d) A origem comum exigida para a configuração dos interesses individuais homogêneos pode ser tanto de fato como de direito.

e) A marca de seu objeto é a indivisibilidade e a indisponibilidade, ou seja, não comportam fracionamento e não podem ser disponibilizados por qualquer dos cotitulares.

Comentários

A questão exige conhecimentos específicos sobre os direitos individuais homogêneos, matéria estudada no âmbito dos direitos difusos e coletivos. Para a resolução da questão era necessário o conhecimento sobre os dispositivos legais do Código de Defesa do Consumidor, a orientação jurisprudencial e a doutrina sobre o tema.

Os direitos individuais homogêneos são regulamentados no art. 81, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor (CDC).

“Art. 81. A defesa dos interesses e direitos dos consumidores e das vítimas poderá ser exercida em juízo individualmente, ou a título coletivo.

Parágrafo único. A defesa coletiva será exercida quando se tratar de:

III - interesses ou direitos individuais homogêneos, assim entendidos os decorrentes de origem comum.”

São aqueles que decorrem de uma origem comum, possuem transindividualidade instrumental ou artificial, os seus titulares são pessoas determinadas e o seu objeto é divisível e admite reparabilidade direta, ou seja, fruição e recomposição individual.

Alternativa D está correta.

Entende-se por interesses de origem comum os interesses que têm uma causa comum ou um único fato que gerou várias pretensões.

Como exemplo, em relação à ocorrência por um fato comum, temos a situação em que uma indústria de produtos químicos através de suas atividades, deixa ocorrer um vazamento de produtos tóxicos, e, conseqüentemente, ocorre contaminação da água a ser consumida pelos consumidores. Nesta hipótese, teremos a manifestação dos direitos individuais homogêneos caracterizados pelo fato comum.

Na lição de Kazuo Watanabe:

"A origem comum pode ser de fato ou de direito, e a expressão não significa, necessariamente, uma unidade factual e temporal".

Portanto, é correto afirmar que a origem comum exigida para a configuração dos interesses individuais homogêneos pode ser tanto de fato como de direito.

QUESTÃO 19. Com relação à responsabilidade civil de crianças e adolescentes por danos causados a terceiros, assinale a alternativa correta.

a) Como ocorre com a advertência, a obrigação de reparar o dano exige prova de materialidade e indícios de autoria da infração, diante da possibilidade de ressarcimento de valores ao atingimento da maioridade civil, não só pela criança como pelo adolescente.

b) Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, se impossível a restituição da coisa e o ressarcimento do dano, a medida socioeducativa será substituída pela realização de tarefas remuneradas de interesse geral, pelo adolescente, desde que maior de catorze anos e respeitadas as suas aptidões, e o valor apurado será usado no ressarcimento da vítima.

c) Com a reparação do dano, extingue-se a obrigação, cabendo ao Poder Judiciário a fiscalização indireta da medida socioeducativa e restando a execução direta sob responsabilidade da entidade de atendimento.

d) Violada a esfera patrimonial e extrapatrimonial de terceiro, por ato voluntário de crianças ou adolescentes, a autoridade competente poderá determinar às crianças e aos adolescentes a medida socioeducativa de reparar o dano.

e) Ao adolescente que cometer ato infracional com reflexos patrimoniais, poderá ser determinada obrigação de reparar o dano, possibilitada a cumulação com outra medida socioeducativa.

Comentários

O enunciado da questão ao abordar o tema da responsabilidade civil por atos praticados por crianças e adolescentes, espera do candidato a perfeita compreensão da distinção existente entre as medidas socioeducativas previstas no **art. 112, do ECA** e das medidas protetivas, previstas no **art. 101 do ECA**. É importante que o candidato tenha conhecimento, também, acerca da medida socioeducativa de obrigação de reparar o dano, prevista no **art. 112, II, do ECA**, especificamente, já que nela que aparece mais concretamente a hipótese anunciada no enunciado da questão.

Alternativa E está correta.

O **art. 116, do ECA** prevê:

Art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Dessa forma, o ECA prevê a aplicação de responsabilidade civil ao próprio adolescente que, na prática de atos infracionais, tenha causado também danos patrimoniais. É o exemplo do adolescente que rouba um carro e ao empreender fuga acaba colidindo o automóvel em outros, causando prejuízos patrimoniais à vítima do ato infracional e a terceiros não relacionados ao ato infracional em si.

QUESTÃO 20. Quanto às diretrizes sobre a guarda, forma de colocação em família substituta, de acordo com os artigos 28 e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), é correto afirmar que

a) a guarda obriga a prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou adolescente, conferindo aos seus pais o direito de opor-se aos seus detentores e terceiros.

b) o maior de doze anos deverá comparecer, obrigatoriamente, em audiência judicial, mas por não se tratar de adoção, seu consentimento à guarda será avaliado de acordo com o laudo técnico apresentado pela equipe técnica judicial e as provas reunidas em instrução.

c) a guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o Ministério Público, porque destinada à regularização da posse de fato.

d) a inclusão de crianças e adolescentes em programas de acolhimento, como forma de guarda, tem caráter temporário e excepcional, mas não prefere o acolhimento institucional.

e) a guarda confere à criança ou adolescente a condição de segurado, dos quais seus detentores poderão ser dependentes, se houver requerimento de benefício previdenciário, com expresse consentimento de seus pais.

Comentários

A solução da questão exigiu o conhecimento literal de disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069/90.

Sobre o tema dos direitos da criança e adolescente em concursos de magistratura, é vital o conhecimento da literalidade da lei, bem como a jurisprudência mais atual dos tribunais superiores. Em se tratando de colocação em família substituta, como na modalidade de guarda, colaciona-se o seguinte precedente para conhecimento:

É possível a **fixação de astreintes (multa)** para forçar o genitor que está indevidamente com a **guarda** da criança a **respeitar o direito de visita** do outro genitor. Essa medida, muitas vezes, **é mais desejável e eficiente que o pedido de busca e apreensão**, além de evitar a exposição da criança a atuação policial, vide STJ. 3ª Turma. REsp 1.481.531-SP, Rel. Min. Moura Ribeiro, julgado em 16/2/2017.

Alternativa C está correta.

De fato, a guarda poderá ser revogada a qualquer tempo, com oitiva do Ministério Público, conforme aduz o artigo 35:

"Art. 35. **A guarda poderá ser revogada a qualquer tempo**, mediante ato judicial fundamentado, ouvido o **Ministério Público**."

Diz-se que a **sentença que fixa a guarda gera coisa julgada *rebus sic stantibus***, ou seja, não obstante o seu caráter de definitividade, permite-se que seja revista e modificada a todo tempo, se alteradas as circunstâncias e a conjuntura fática após o momento da concessão, como igualmente ocorre com a fixação de alimentos.

QUESTÃO 21. Quanto ao direito à saúde e à vida da criança e do adolescente, à luz dos artigos 7º e seguintes do Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar que

a) o descumprimento das obrigações impostas pelo artigo 10 do Estatuto da Criança e do Adolescente configura ilícito de natureza administrativa, nos termos do artigo 228 do mesmo diploma legal.

b) as gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos à adoção serão obrigatoriamente encaminhadas à Justiça da Infância e da Juventude.

c) o fornecimento gratuito de medicamentos, próteses e outros recursos necessários ao tratamento, habilitação ou reabilitação de crianças e adolescentes constitui obrigação do Poder Público e a reserva do possível afasta interferência judicial no desempenho de políticas públicas na área da saúde, em caso de descumprimento.

d) a assistência odontológica, com o fito de garantir a saúde bucal de crianças e adolescentes, representa medida de respeito à integridade física da pessoa em desenvolvimento, e, por isso, não se aplica à gestante, que será inserida em programa específico voltado à saúde da mulher.

e) a obrigação de manter registro das atividades desenvolvidas, através de prontuários individuais, terá seu prazo de dezoito anos reduzido ou dispensado, se as entidades hospitalares fornecerem declaração de nascimento vivo, em que constem necessariamente as intercorrências do parto e do desenvolvimento do neonato.

Comentários

O enunciado da questão se refere ao direito à saúde e à vida de crianças e adolescentes e o candidato precisa atentar para as atualizações e inclusões promovidas no ECA pela Lei n. 13.257/16, que trouxe disposições específicas sobre as políticas públicas que devem ser aplicadas na primeira infância.

Alguns dispositivos que antes não existiam foram incluídos no ECA, por força dessa lei, outros tiveram redação alterada. A questão considera como alternativa correta assertiva que sofreu modificação, conforme a sua redação atual. É necessário prestar bastante atenção na resposta.

Alternativa B está correta.

O art. 13, §1º, do ECA prevê:

§ 1º As gestantes ou mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção serão obrigatoriamente encaminhadas, **sem constrangimento**, à Justiça da Infância e da Juventude.

A redação deste parágrafo foi atualizada para acrescentar a expressão "sem constrangimento", conforme inclusão promovida pela Lei n. 13.257/16.

QUESTÃO 22. A Súmula 235 do TJRJ dispõe sobre a nomeação de Curador Especial a crianças e adolescentes em processos judiciais, emitindo seguinte diretriz jurisprudencial:

a) o acolhimento familiar prescinde de nomeação de Curador Especial a crianças e adolescentes, obrigatória no institucional.

b) em caso de nomeação de Curador Especial a crianças e adolescentes, o acesso aos autos respectivos estará condicionada à prévia ciência do Ministério Público, se registrado o segredo de justiça.

c) a nomeação de Curador Especial a crianças e adolescentes garante ao Defensor Público acesso aos autos respectivos, não se constituindo mitigação ao princípio do contraditório e da ampla defesa, a concessão de tutela de urgência sem prévia oitiva, à vista do artigo 9º, inciso I, do CPC.

d) nomeado Advogado, desde que cadastrado na unidade judicial, por período não inferior a cinco anos, como Curador Especial a crianças e adolescentes, ser-lhe-á garantido acesso aos autos respectivos, quando formulados pedidos baseados em discordância paterna ou materna, em relação ao exercício do poder familiar.

e) caberá ao Juiz da Vara da Infância e Juventude a nomeação de Curador Especial a crianças e adolescentes, a ser exercida por Advogado, desde que cadastrado na unidade judicial, por período não inferior a cinco anos, ou Defensor Público.

Comentários

A questão cobra conhecimento acerca da nomeação de curador especial, disciplinado no 72 do CPC/15 e regulamentado por entendimento sumulado do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. O Código de Processo Civil de 2015 trouxe que o exercício da curatela será feito, *a priori*, pela defensoria pública. Dentre as hipóteses, encontra-se aquela em que o incapaz não tem representante legal ou seus interesses são colidentes.

Alternativa C está correta.

Nos termos da Súmula 235 do TJRJ. Veja:

Súmula TJRJ 235: Caberá ao juiz da vara da infância e juventude a nomeação de curador especial a ser exercida pelo defensor público a crianças e adolescentes, inclusive, nos casos de acolhimento institucional ou familiar, nos moldes do disposto nos artigos 142 parágrafo único e 148 parágrafo único "f" do estatuto da criança e do adolescente c/c art. 9 inciso I do CPC, garantindo acesso aos autos respectivos.

QUESTÃO 23. A Lei nº 10.741/03 possui um capítulo dedicado a tutelar a proteção judicial dos Interesses Difusos, Coletivos e Individuais Indisponíveis ou Homogêneos. Assinale a alternativa que traz uma correta informação de acordo com o que está previsto nessa legislação.

a) As manifestações processuais do representante do Ministério Público poderão ser fundamentadas, sendo dispensada tal motivação quando a análise decorrer de um pedido de tutela urgente.

b) Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, impondo multa diária somente quando houver pedido do autor.

c) A Ordem dos Advogados do Brasil concorre com os demais legitimados ativos na propositura das ações que tenham por objeto a proteção coletiva dos interesses dos idosos.

d) Admite-se litisconsórcio necessário entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados na defesa dos interesses e direitos protegidos pelo Estatuto do Idoso.

e) O juiz deverá conferir efeito suspensivo aos recursos contra decisões oriundas da defesa coletiva dos interesses dos idosos, mesmo que a demanda não tenha risco de dano irreparável à parte, pelo fato de ser a proteção do idoso um interesse público.

Comentários

ESTATUTO DO IDOSO

Instituído pela Lei 10.741 em outubro de 2003, o Estatuto do Idoso visa a garantia dos direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 anos (art. 1º). Aborda, assim, questões familiares, de saúde, discriminação e violência contra o idoso.

Os direitos difusos e coletivos estão elencados a partir do art. 78 do Estatuto. Vejamos:

Art. 78. As manifestações processuais do representante do Ministério Público deverão ser fundamentadas.

Art. 79. Regem-se pelas disposições desta Lei as ações de responsabilidade por ofensa aos direitos assegurados ao idoso, referentes à omissão ou ao oferecimento insatisfatório de:

I – acesso às ações e serviços de saúde;

II – atendimento especializado ao idoso portador de deficiência ou com limitação incapacitante;

III – atendimento especializado ao idoso portador de doença infectocontagiosa;

IV – serviço de assistência social visando ao amparo do idoso.

Parágrafo único. As hipóteses previstas neste artigo não excluem da proteção judicial outros interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, próprios do idoso, protegidos

em lei. Art. 80. As ações previstas neste Capítulo serão propostas no foro do domicílio do idoso, cujo juízo terá competência absoluta para processar a causa, ressalvadas as competências da Justiça Federal e a competência originária dos Tribunais Superiores.

Art. 81. Para as ações cíveis fundadas em interesses difusos, coletivos, individuais indisponíveis ou homogêneos, consideram-se legitimados, concorrentemente:

I – o Ministério Público;

II – a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

III – a Ordem dos Advogados do Brasil;

IV – as associações legalmente constituídas há pelo menos 1 (um) ano e que incluam entre os fins institucionais a defesa dos interesses e direitos da pessoa idosa, dispensada a autorização da assembleia, se houver prévia autorização estatutária.

§ 1º Admitir-se-á litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União e dos Estados na defesa dos interesses e direitos de que cuida esta Lei.

§ 2º Em caso de desistência ou abandono da ação por associação legitimada, o Ministério Público ou outro legitimado deverá assumir a titularidade ativa.

Art. 82. Para defesa dos interesses e direitos protegidos por esta Lei, são admissíveis todas as espécies de ação pertinentes.

Parágrafo único. Contra atos ilegais ou abusivos de autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições de Poder Público, que lesem direito líquido e certo previsto nesta Lei, caberá ação mandamental, que se regerá pelas normas da lei do mandado de segurança.

Art. 83. Na ação que tenha por objeto o cumprimento de obrigação de fazer ou não-fazer, o juiz concederá a tutela específica da obrigação ou determinará providências que assegurem o resultado prático equivalente ao adimplemento.

§ 1º Sendo relevante o fundamento da demanda e havendo justificado receio de ineficácia do provimento final, é lícito ao juiz conceder a tutela liminarmente ou após justificação prévia, na forma do art. 273 do Código de Processo Civil.

§ 2º O juiz poderá, na hipótese do § 1º ou na sentença, impor multa diária ao réu, independentemente do pedido do autor, se for suficiente ou compatível com a obrigação, fixando prazo razoável para o cumprimento do preceito.

§ 3º A multa só será exigível do réu após o trânsito em julgado da sentença favorável ao autor, mas será devida desde o dia em que se houver configurado.

Art. 84. Os valores das multas previstas nesta Lei reverterão ao Fundo do Idoso, onde houver, ou na falta deste, ao Fundo Municipal de Assistência Social, ficando vinculados ao atendimento ao idoso.

Parágrafo único. As multas não recolhidas até 30 (trinta) dias após o trânsito em julgado da decisão serão exigidas por meio de execução promovida pelo Ministério Público, nos mesmos autos, facultada igual iniciativa aos demais legitimados em caso de inércia daquele.

Art. 85. O juiz poderá conferir efeito suspensivo aos recursos, para evitar dano irreparável à parte.

Art. 86. Transitada em julgado a sentença que impuser condenação ao Poder Público, o juiz determinará a remessa de peças à autoridade competente, para apuração da responsabilidade civil e administrativa do agente a que se atribua a ação ou omissão.

Art. 87. Decorridos 60 (sessenta) dias do trânsito em julgado da sentença condenatória favorável ao idoso sem que o autor lhe promova a execução, deverá fazê-lo o Ministério Público, facultada, igual iniciativa aos demais legitimados, como assistentes ou assumindo o pólo ativo, em caso de inércia desse órgão.

Art. 88. Nas ações de que trata este Capítulo, não haverá adiantamento de custas, emolumentos, honorários periciais e quaisquer outras despesas.

Parágrafo único. Não se imporá sucumbência ao Ministério Público.

Art. 89. Qualquer pessoa poderá, e o servidor deverá, provocar a iniciativa do Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os fatos que constituam objeto de ação civil e indicando-lhe os elementos de convicção.

Art. 90. Os agentes públicos em geral, os juízes e tribunais, no exercício de suas funções, quando tiverem conhecimento de fatos que possam configurar crime de ação pública contra idoso ou ensejar a propositura de ação para sua defesa, devem encaminhar as peças pertinentes ao Ministério Público, para as providências cabíveis.

Art. 91. Para instruir a petição inicial, o interessado poderá requerer às autoridades competentes as certidões e informações que julgar necessárias, que serão fornecidas no prazo de 10 (dez) dias.

Art. 92. O Ministério Público poderá instaurar sob sua presidência, inquérito civil, ou requisitar, de qualquer pessoa, organismo público ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, o qual não poderá ser inferior a 10 (dez) dias.

§ 1º Se o órgão do Ministério Público, esgotadas todas as diligências, se convencer da inexistência de fundamento para a propositura da ação civil ou de peças informativas, determinará o seu arquivamento, fazendo-o fundamentadamente.

§ 2º Os autos do inquérito civil ou as peças de informação arquivados serão remetidos, sob pena de se incorrer em falta grave, no prazo de 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público ou à Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público.

§ 3º Até que seja homologado ou rejeitado o arquivamento, pelo Conselho Superior do Ministério Público ou por Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público, as associações legitimadas poderão apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados ou anexados às peças de informação.

§ 4º Deixando o Conselho Superior ou a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público de homologar a promoção de arquivamento, será designado outro membro do Ministério Público para o ajuizamento da ação.

Alternativa C está correta.

QUESTÃO 24. No âmbito das ações coletivas, o Superior Tribunal de Justiça tem se posicionado que descabe a condenação em honorários advocatícios da parte requerida em ação civil pública, quando inexistente má-fé, e igual sorte como ocorre com a parte autora, por força da aplicação do art. 18 da Lei nº 7.347/1985. Essa decisão tem por fundamento o princípio

- a) da simetria entre os autores e os réus.
- b) do devido processo coletivo.
- c) do contraditório diferido.
- d) da sucumbência recíproca.
- e) da igualdade entre os patronos da causa.

Comentários

A solução da questão exige o conhecimento de doutrina sobre processo coletivo.

Sobre o tema da tutela coletiva de direitos, é importante tecer algumas considerações. **Primeiro, o papel de tutela dos interesses sociais foi atribuído, precipuamente, ao Ministério Público, dentre suas funções institucionais especiais dos incisos do art. 129. Isso porque a Constituição Federal de 1988, ao tratar do papel do Ministério Público, lhe conferiu o status de instituição permanente e essencial à Justiça, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, conforme se verifica no artigo 127 de seu texto, bem como previu algumas funções especiais e privativas a serem desempenhadas pela instituição, incumbindo aos órgãos de execução do *Parquet* a promoção do inquérito civil e da ação civil pública para alcançar tais fins, conforme inciso III do artigo 129 da Carta Política. As previsões de ajuizamento de mandado de segurança em sua dimensão coletiva surgem no âmbito da segunda onda renovatória do Acesso à Justiça como apregoada pela doutrina de MAURO CAPPELLETTI e BRYANT GARTH, que surgiu da constatação de que não era possível ao Poder Judiciário a análise individual de todos os interesses, ainda que garantido o acesso à justiça em seara individual - o acesso à justiça universalizado da primeira onda -, entendendo-se essencial a apreciação dos direitos da coletividade, cuja tutela era inviável por meio do processo individual e de seus instrumentos incompatíveis, por meio de um novo modelo de processo coletivo.**

A doutrina aponta que, no Brasil, **o período de construção do direito coletivo se iniciou com a Lei de Ação Popular (4.717/65), com a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente (Lei 6.938/81) e com a Lei de Ação Civil Pública (Lei 7.347/85), mas a sua consolidação e o seu aperfeiçoamento**

se deram no período pós-Constituição de 1988, em especial com o advento do Código de Defesa do Consumidor.

Foi exatamente após o período da redemocratização, com a Constituição Federal de 1988, que surgiram diversas normativas que desenvolveram princípios e institutos próprios ao microsistema de tutela coletiva, tais como o Código de Defesa do Consumidor de 1990 e a Lei de Improbidade Administrativa de 1992, além da nova Lei do Mandado de Segurança (Lei 12.016/09) e do Mandado de Injunção (13.300/16), bem como diversas outras normas esparsas de tutela coletiva previstas, por exemplo, no Estatuto da Criança e do Adolescente (8.069/90) e no Estatuto do Idoso (10.741/03).

Não obstante a doutrina fale em um microsistema de tutela coletiva, cujo núcleo essencial se compõe atualmente da Lei de Ação Popular, Lei de Ação Civil Pública e Código de Defesa do Consumidor, é certo que as tentativas de construção de um código de processo coletivo foram frustradas, sendo o tratamento dado, ainda, por leis extravagantes desprovidas de unidade orgânica.

Alternativa A está correta.

É o que se infere da interpretação do artigo 17 da Lei de Ação Civil Pública à luz do referido princípio:

"Art. 17. Em caso de litigância de má-fé, a associação autora e os diretores responsáveis pela propositura da ação serão solidariamente condenados em honorários advocatícios e ao décuplo das custas, sem prejuízo da responsabilidade por perdas e danos."

A intenção principal do referido dispositivo é **de encorajar e incentivar a propositura da ação popular para a tutela dos interesses juridicamente protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro. Assim, não procedendo de má-fé (ou seja, para evitar ações temerárias), em caso de improcedência da ação coletiva, seja por falta de provas ou qualquer outro motivo, não arcará o seu autor com os ônus das custas e sucumbência, o que pode, em tese, ser estendido por simetria aos requeridos.**

QUESTÃO 25. Assinale a alternativa que revela o atual entendimento do STJ sobre a interpretação do corte etário para ingresso de crianças na educação básica.

a) Determinou que é papel do Poder Judiciário suprir as omissões legislativas sobre o tema, e definiu que o acesso ao Ensino Infantil se dá aos 4 anos de idade e ao Ensino Fundamental aos 6 anos, completados até 31 de março do ano da matrícula.

b) Afirmou que os órgãos administrativos têm plena liberdade para fixarem, dentro dos critérios das regiões em que atuam, as faixas etárias que melhor expressarem as necessidades da comunidade, tendo em vista que a legislação federal que tutela o assunto não admite a intervenção judicial nesse sentido, por ser matéria administrativa.

c) Foi declarada a legalidade dessa medida, contanto que tal limitação seja feita por Lei Municipal, uma vez que compete a esse ente federativo legislar sobre a matéria.

d) Declarou a inconstitucionalidade de legislação estadual que trate desse recorte, informando que compete ao legislador municipal e federal legislarem sobre o tema, por se tratar de ensino fundamental e não médio ou superior.

e) Decidiu que não é dado ao Judiciário substituir-se às autoridades públicas de educação para fixar ou suprimir requisitos para o ingresso de crianças no ensino fundamental, quando os atos normativos de regência não revelem traços de ilegalidade, abusividade ou ilegitimidade.

Comentários

Gabarito: E

A questão aborda precedentes dos Tribunais Superiores a respeito do **direito educacional e da constitucionalidade de alguns atos normativos envolvendo o tema.**

As assertivas foram retiradas de dois julgados, cujas ementas se encontram a seguir transcritas:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. EDUCAÇÃO. INGRESSO NO PRIMEIRO ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL. CORTE ETÁRIO. RESOLUÇÕES Nº 01/2010 E Nº 06/2010 - CNE/CEB. LEGALIDADE. RECURSO ESPECIAL DA UNIÃO PROVIDO. RECURSO ESPECIAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO PREJUDICADO.

1. As Resoluções nº 01/2010 e nº 06/2010, ambas emanadas da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE/CEB), ao estabelecerem corte etário para ingresso de crianças na primeira série do ensino fundamental (6 anos completos até 31 de março do correspondente ano letivo), não incorreram em contexto de ilegalidade, encontrando, ao invés, respaldo na conjugada exegese dos arts. 29 e 32 da Lei nº 9.394/96 (LDB).

2. Não é dado ao Judiciário, como pretendido na ação civil pública movida pelo Parquet, substituir-se às autoridades públicas de educação para fixar ou suprimir requisitos para o ingresso de crianças no ensino fundamental, quando os atos normativos de regência não revelem traços de ilegalidade, abusividade ou ilegitimidade.

3. Recurso especial da União provido, restando prejudicado aquele interposto pelo Ministério Público Federal.

(REsp 1412704/PE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 16/12/2014, DJe 19/12/2014)

Idade mínima para ingresso na educação infantil e no ensino fundamental - 3

São constitucionais a exigência de idade mínima de quatro e seis anos para ingresso, respectivamente, na educação infantil e no ensino fundamental, bem como a fixação da data limite de 31 de março para que referidas idades estejam completas. (ADPF 292/DF, rel. Min. Luiz Fux, julgamento em 1º.8.2018. (ADPF-292) (Info 909 STF).

No teor desses julgados, foi destacado que o Judiciário não pode substituir o Executivo na tarefa de definir as diretrizes educacionais no âmbito do ensino fundamental. Tal análise supera a possibilidade

conferida ao Judiciário no que toca ao ato administrativo, qual seja, a verificação dos aspectos de legalidade e legitimidade, invadindo o mérito administrativo.

Assim, cabe ao Ministério da Educação definir o momento em o aluno deve preencher o critério etário.

Outrossim, destacou-se que as resoluções impugnadas não violam os princípios da isonomia, da proporcionalidade e do acesso à educação ao estabelecerem um critério único e objetivo para o ingresso nas séries iniciais da educação infantil e ensino fundamental.

Desde que respeitado o comando constitucional, que exige o acesso à educação do aluno entre os quatro e dezessete anos de idade conforme sua capacidade, há margem de atuação para o Executivo definir aspectos secundários acerca da forma de aferição e implementação desse direito.

Portanto, cabe ao Poder Público definir as políticas educacionais, respeitadas as balizas constitucionais. Ressaltou que mesmo não sendo a única solução possível pelo texto constitucional, o corte etário se insere no espaço de conformação do administrador, especialmente por se tratar de assunto que envolve questões técnicas.

Concluiu-se que as regras objetivas relativas a datas e números asseguram notável segurança jurídica, porque a expressão “anos completos” é inerente a qualquer referência etária, sem que o esforço exegético de se complementar o que está semanticamente definido possa desvirtuar a objetivação decorrente do emprego de número. O acesso aos níveis mais elevados de ensino [CF, art. 208, V (6)], segundo a capacidade de cada um, pode justificar, eventualmente, o afastamento de regras em casos bastante excepcionais, a critério exclusivo da equipe pedagógica diretamente responsável pelo aluno, o que se mostra consentâneo com a valorização dos profissionais da educação escolar e o apreço à pluralidade de níveis cognitivos e comportamentais em sala de aula.

Portanto, **apenas a assertiva E está correta**, uma vez que as demais contrariam os precedentes acima mencionados.

QUESTÃO 26. Sobre as diretrizes nacionais para o saneamento básico, de acordo com a legislação vigente, é correto afirmar que

a) nos serviços públicos de saneamento básico em que mais de um prestador execute atividade interdependente com outra, a relação entre elas deverá ser regulada por contrato e haverá mais de uma entidade encarregada das funções de regulação e de fiscalização.

b) os titulares dos serviços públicos de saneamento básico não poderão delegar a organização, a regulação, a fiscalização e a prestação desses serviços.

c) a delegação de serviço de saneamento básico dispensa o cumprimento pelo prestador do respectivo plano de saneamento básico em vigor à época da delegação.

d) o lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.

e) os prestadores que atuem em mais de um Município ou que prestem serviços públicos de saneamento básico diferentes em um mesmo Município manterão sistema contábil único, demonstrando os custos e as receitas gerais, sendo desnecessária a contabilidade individualizada.

Comentários

A solução da questão exigiu o conhecimento de disposições literais da Lei 11.445/07, sobre as diretrizes do saneamento básico no Brasil.

A Lei de Diretrizes sobre Saneamento Básico, bem como a Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos, tem sido bastante cobradas em concursos de magistratura recentes. Mais em especial, a segunda foi objeto de questão discursiva da segunda fase do concurso para juiz substituto do Tribunal de Justiça do Paraná de 2018/2019. Assim, é importante a leitura e ter memorizados algumas disposições mais importantes da legislação federal relacionada à defesa do bem ambiental.

O direito tutelado, direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, tem previsão constitucional, no artigo 225, e natureza jurídica de **direito difuso**, considerado **essencialmente coletivo** (doutrina de Barbosa Moreira), cujas características são a **transindividualidade**, a **indivisibilidade**, e seus titulares serem **indeterminados** e **indetermináveis** e ligados por **circunstâncias de fato**. Assim, se enquadra dentre os direitos chamados de **terceira geração ou dimensão**, ligado a ideais de **solidariedade social** e **fraternidade**, cuja proteção interessa **indistintamente a todos os cidadãos**.

A ideia prevalente na lei de Saneamento Básico é a de incentivar o desenvolvimento sustentável, com medidas que equilibrem o progresso e a melhoria das condições de vida da comunidade com a defesa do meio ambiente, conforme apregoam os incisos do artigo 170 da CF/88:

"Art. 170. **A ordem econômica**, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, **tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social**, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade

IV - livre concorrência

V - defesa do consumidor;

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação;"

Alternativa D está correta.

É exatamente o que dispõe o artigo 6º da Lei 11.445/07:

"Art. 6º O lixo originário de atividades comerciais, industriais e de serviços cuja responsabilidade pelo manejo não seja atribuída ao gerador **pode, por decisão do poder público, ser considerado resíduo sólido urbano.**"

E com essa classificação, a **responsabilização** pela sua destinação será feita na forma da Lei 12.305/2010 (Lei da Política Nacional de Resíduos Sólidos), **artigos 25 a 37, de forma especial, compartilhada e com certas peculiaridades em favor do meio ambiente e da atuação do Poder Público.**

QUESTÃO 27. O princípio da insignificância, que defende a não intervenção do Direito Penal para coibir ações típicas que causem ínfima lesão ao bem jurídico tutelado é afastado pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, por sua Súmula nº 599, em relação aos crimes

- a) contra a criança e o adolescente.
- b) praticados contra as mulheres ou em condição de violência de gênero.
- c) de menor potencial ofensivo.
- d) contra a Administração Pública.
- e) contra o meio ambiente.

Comentários

Alternativa D está correta.

Vejamos o teor da Súmula 599 do STJ:

"O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública."

Porém, é necessário ter muito cuidado com o teor das questões, principalmente quando cobrado do candidato o entendimento dos tribunais superiores, pois as vezes os entendimentos são divergentes.

O STF e o próprio STJ possuem precedentes contrários a súmula, admitindo aplicação do princípio da insignificância no crime de descaminho, que é crime contra a administração pública.

Da mesma forma, o **STF possui julgados contrários à Súmula 599, admitindo a aplicação do princípio não só no descaminho, mas também em outros crimes contra a administração pública, como é o caso do HC 107370, de relatoria do Min. Gilmar Mendes.**

Segundo o STF, a prática de crime contra a Administração Pública, por si só, não inviabiliza a aplicação do princípio da insignificância.

O que foi cobrado na questão foi o teor literal da Súmula 599 do STJ, logo, para a súmula, é vedada aplicação do referido princípio nos crimes contra a administração pública.

QUESTÃO 28. João ministra veneno a Maria, em dose apta a causar-lhe a morte, pois ela iria informar à autoridade policial que João havia mantido relação sexual incestuosa e consentida com a filha dele, de 16 anos. Antes que o resultado se efetive, João socorre Maria, levando-a a um pronto-socorro. Lá, o médico de plantão deixa de atender Maria, sob a única razão de estar almoçando. Maria, que seria salva caso o médico interviesse, morre.

Diante desse cenário, que admite múltiplas qualificações jurídicas, assinale a alternativa que melhor se adequa à espécie.

a) João cometeu homicídio qualificado; o médico cometeu omissão de socorro com pena triplicada pelo resultado morte.

b) João cometeu lesão corporal seguida de morte; o médico cometeu omissão de socorro em concurso com homicídio culposo, na modalidade negligência.

c) João cometeu homicídio duplamente qualificado; o médico cometeu omissão de socorro, com a pena duplicada pelo resultado morte.

d) João será beneficiado pelo arrependimento posterior e não sofrerá qualquer reprimenda penal; o médico cometeu homicídio culposo, na modalidade negligência.

e) João cometeu homicídio; o médico cometeu lesão corporal seguida de morte.

Comentários

Alternativa A está correta.

Questão cobra o conhecimento das condutas do **Homicídio qualificado, mais especificamente com emprego de veneno** e o crime de **omissão de socorro com resultado morte**, transcritos abaixo:

Primeiramente, vejamos o **Artigo 121, §2º, III do CP**:

Art. 121. Matar alguém: (...).

§ 2º Se o homicídio é cometido:

*III - **com emprego de veneno**, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum (...)*

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

Logo, João praticou crime de **homicídio qualificado** com emprego de veneno. Note-se que o fato de ter levado a vítima no hospital **não exclui o crime**, pois para haver o instituto o **arrependimento eficaz (Artigo 15 do CP)**, o resultado morte não poderia ter acontecido.

Já em relação à conduta do médico, vejamos o **Artigo 135, parágrafo único do CP**:

Art. 135 - Deixar de prestar assistência, quando possível fazê-lo sem risco pessoal, à criança abandonada ou extraviada, ou à pessoa inválida ou ferida, ao desamparo ou em grave e iminente perigo; ou não pedir, nesses casos, o socorro da autoridade pública

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

*Parágrafo único - A pena é aumentada de metade, se da omissão resulta lesão corporal de natureza grave, e **triplicada, se resulta a morte.***

Como visto, o médico praticou crime de **omissão de socorro**, pois se omitiu dolosamente a atender maria. Além disso, terá sua pena **triplicada pelo resultado morte**, como previsto no diploma acima transcrito.

QUESTÃO 29. “Espécie” de legítima defesa que a doutrina afirma ser inexistente, pois a situação fática não é reconhecida como legítima defesa e não exclui a ilicitude de ação:

- a) legítima defesa própria.
- b) legítima defesa putativa.
- c) legítima defesa de terceiro.
- d) legítima defesa em proteção a quem consente com a agressão de terceiro a bem indisponível.
- e) legítima defesa recíproca.

Comentários

A questão exige conhecimento da **legítima defesa (artigo 25 do CP)**, que possui como **requisitos** a agressão injusta atual ou iminente, o uso moderado dos meios necessários repelir a agressão, e que a agressão seja contra direito próprio ou alheio. Vejamos.

Art. 25 - Entende-se em legítima defesa quem, usando moderadamente dos meios necessários, repele injusta agressão, atual ou iminente, a direito seu ou de outrem.

Parágrafo único. Observados os requisitos previstos no caput deste artigo, considera-se também em legítima defesa o agente de segurança pública que repele agressão ou risco de agressão a vítima mantida refém durante a prática de crimes

Alternativa E está correta.

A **legítima defesa** (artigo 25 do CP) possui como requisitos a **agressão injusta, atual ou iminente, com uso moderado dos meios necessários para proteção do direito próprio ou alheio.**

O caso da legítima defesa recíproca seria uma situação de agir em legítima defesa contra quem está em legítima defesa. Tal possibilidade **não é aceita pelo nosso ordenamento jurídico**, pois esbarra no requisito **agressão injusta**. Ora, quem está em legítima defesa **não está praticando uma agressão injusta**, não podendo a outra pessoa alegar legítima defesa.

Logo, a legítima defesa recíproca **NÃO É admitida** pela doutrina, por **não possuir um dos elementos** para sua configuração, qual seja, a existência de uma agressão injusta.

QUESTÃO 30. No que concerne à aplicação das penas restritivas de direitos dos arts. 43 a 48 do CP, é correto afirmar que

a) o benefício não pode ser aplicado mais de uma vez no interregno de 5 (cinco) anos ao mesmo réu.

b) os crimes culposos admitem sua aplicação em substituição às privativas de liberdade, independentemente da pena aplicada.

c) ao reincidente é vedada a substituição da privativa de liberdade.

d) penas privativas de até 2 (dois) anos em regime aberto podem ser substituídas por uma multa ou por uma pena restritiva de direitos.

e) a pena restritiva de direitos se converte em privativa de liberdade sempre que ocorrer o descumprimento da restrição imposta.

Comentários

A questão exige o conhecimento da aplicação das **penas restritivas de direito** em substituição das privativas de liberdade.

Primeiramente, exige os requisitos da admissão da substituição, previstos no **artigo 43**, da conversão em crimes culposos, prevista no **artigo 44, I** e da situação do **reincidente**, prevista no **artigo 44, §3º**.

Após, exige o conhecimento dos limites de pena para a conversão previstos no **artigo 44, §2º do CP** e, por fim, cobra os casos em que a pena restritiva de direitos é convertida em privativa de liberdade, previstos no **artigo 44, §4º**.

Alternativa B está correta.

Vejamos o **artigo 44, I, do CP**:

Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

*I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, **qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos.***

Como visto, a substituição da pena privativa de liberdade pela restritiva de direitos é admitida no âmbito dos crimes culposos, **independente da pena aplicada** nessa modalidade delituosa.

QUESTÃO 31. No sistema brasileiro de aplicação de pena, o desconhecimento da lei

a) não tem qualquer consequência para a pena.

b) socorre como atenuante apenas aos menores de 21 (vinte e um) anos.

c) é circunstância atenuante da pena.

d) é causa de diminuição da pena.

e) isenta de pena por afastar a potencial consciência da ilicitude e, conseqüentemente, a culpabilidade.

Comentários

Gabarito: C

A questão cobra o conhecimento literal do **artigo 65, inciso II do CP**, que prevê **circunstâncias atenuantes** que devem ser levadas em conta pelo magistrado na aplicação da pena. Vejamos:

Art. 65 - São circunstâncias que sempre atenuam a pena:

I - ser o agente menor de 21 (vinte e um), na data do fato, ou maior de 70 (setenta) anos, na data da sentença;

II - o desconhecimento da lei;

III - ter o agente:

a) cometido o crime por motivo de relevante valor social ou moral;

b) procurado, por sua espontânea vontade e com eficiência, logo após o crime, evitar-lhe ou minorar-lhe as conseqüências, ou ter, antes do julgamento, reparado o dano;

c) cometido o crime sob coação a que podia resistir, ou em cumprimento de ordem de autoridade superior, ou sob a influência de violenta emoção, provocada por ato injusto da vítima;

d) confessado espontaneamente, perante a autoridade, a autoria do crime;

e) cometido o crime sob a influência de multidão em tumulto, se não o provocou.

Como visto, o desconhecimento da lei, por força do **artigo 65 do CP** é **circunstância atenuante da pena**.

Muita atenção para não confundir com o **erro de proibição** previsto no **Artigo 21 do CP**, que é causa de **isenção de pena** se for inevitável ou causa de diminuição de um sexto a um terço, se evitável. Vejamos o dispositivo legal:

Art. 21 - O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

Parágrafo único - Considera-se evitável o erro se o agente atua ou se omite sem a consciência da ilicitude do fato, quando lhe era possível, nas circunstâncias, ter ou atingir essa consciência.

Repare que os institutos **não se confundem**. O **desconhecimento da lei**, que é o assunto cobrado na questão, é uma **atenuante** da pena. Já o **erro sobre a ilicitude** do fato, é causa de **isenção de pena** ou causa de **diminuição** de um sexto a um terço, dependendo de suas condições.

QUESTÃO 32. João invade um museu público disposto a furtar um quadro. Durante a ação, quando já estava tirando o quadro da parede, depara-se com um vigilante. Diante da ordem imperativa para largar o quadro, e temendo ser alvejado, vulnera o vigilante com um projétil de arma de fogo. O vigilante vem a óbito; e João, impressionado pelos acontecimentos, deixa a cena do crime sem carregar o quadro.

De acordo com o entendimento sumulado pelo Supremo Tribunal Federal, praticou-se

- a) roubo próprio tentado em concurso com homicídio consumado.**
- b) furto qualificado tentado em concurso com homicídio qualificado consumado.**
- c) latrocínio tentado.**
- d) latrocínio consumado.**
- e) roubo impróprio tentado em concurso com homicídio consumado.**

Comentários

Alternativa D está correta.

A questão exige conhecimento do **art. 157 do Código Penal, em especial de seus §§ 1º e 3º**.

Roubo

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º A pena aumenta-se de 1/3 (um terço) até metade:

I - (revogado);

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior;

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.

VI - se a subtração for de substâncias explosivas ou de acessórios que, conjunta ou isoladamente, possibilitem sua fabricação, montagem ou emprego.

VII - se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma branca;

§ 2º-A A pena aumenta-se de 2/3 (dois terços):

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma de fogo;

II - se há destruição ou rompimento de obstáculo mediante o emprego de explosivo ou de artefato análogo que cause perigo comum. (Incluído pela Lei nº 13.654, de 2018)

§ 2º-B. Se a violência ou grave ameaça é exercida com emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido, aplica-se em dobro a pena prevista no caput deste artigo.

§ 3º Se da violência resulta:

I - lesão corporal grave, a pena é de reclusão de 7 (sete) a 18 (dezoito) anos, e multa;

II - morte, a pena é de reclusão de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, e multa.

QUESTÃO 33. As penas do crime de promover, constituir, financiar ou integrar organização criminosa, do art. 2º da Lei nº 12.850/13, são aumentadas de 1/6 a 2/3, nos termos do parágrafo 4º, se

a) houver concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal.

b) houver impedimento ou, de qualquer forma, embaraçar-se a investigação de infração penal cometida no seio da organização criminosa.

c) na atuação da organização criminosa houver emprego de arma de fogo.

d) das ações diretas ou indiretas da organização criminosa resultar morte.

e) o acusado exercer o comando, individual ou coletivo, da organização criminosa, ainda que não pratique pessoalmente atos de execução.

Comentários

A questão exigiu o conhecimento da lei de organização criminosa.

Para a solução da questão era necessário o conhecimento das **causas de aumento e agravantes** previstas na lei nº 12850/2013. Sendo assim, é tentar fixar, colar na memória esses casos de agravante e causas de aumento que a lei traz.

No caso desta lei, deve o candidato memorizar o art. 2º, § 2º, em que a pena é aumentada de metade se houver emprego de arma de fogo pela organização criminosa, o § 3º desse mesmo artigo, em que a pena é agravada para quem exerce o comando individual, e por fim o § 4º, que são as causas de aumento, que são de 1/6 a 2/3, que é o objeto de conhecimento da presente questão. Vejamos:

Lei nº 12850/2013

Art. 2º § 4º A pena é aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços):

I - se há participação de criança ou adolescente;

II - se há concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal;

III - se o produto ou proveito da infração penal destinar-se, no todo ou em parte, ao exterior;

IV - se a organização criminosa mantém conexão com outras organizações criminosas independentes;

V - se as circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade da organização.

Alternativa A está correta.

Esse tipo de questão não há muito o que comentar, pois, é literalidade da lei, neste caso da lei nº 12.850/2013. Sendo assim, é tentar fixar, colar na memória esses casos de agravante e causas de aumento que determinadas leis trazem. No caso desta lei, deve o candidato memorizar o art. 2º, § 2º, em que a pena é aumentada de metade se houver emprego de arma de fogo pela organização criminosa, o § 3º desse mesmo artigo, em que a pena é agravada para quem exerce o comando individual, e por fim

o § 4º que são as causas de aumento, que são de 1/6 a dois terços, que é o objeto de conhecimento da presente questão. Vejamos:

Art. 2º [...]

§ 4º A pena é aumentada de 1/6 (um sexto) a 2/3 (dois terços):

I - se há participação de criança ou adolescente;

II - se há concurso de funcionário público, valendo-se a organização criminosa dessa condição para a prática de infração penal;

III - se o produto ou proveito da infração penal destinar-se, no todo ou em parte, ao exterior;

IV - se a organização criminosa mantém conexão com outras organizações criminosas independentes;

V - se as circunstâncias do fato evidenciarem a transnacionalidade da organização.

Portanto, a alternativa está correta, pois está nos termos do art. 2º, § 4º, inciso II, da lei 12850/2013.

Um bizu que deixo para facilitar a memorização e não confundir com os parágrafos anteriores, é que na arma de fogo existe o agente e a arma, você associa a 2 para lembrar que em caso de uso de arma de fogo pela organização a pena aumenta de 1/2.

No caso do § 3º você associa à gravata, que é a ideia de comando, pois quem é chefe geralmente usa gravata, sendo assim aquele que exerce o comando individual a pena é agravada. Já as causas de aumento do § 4º tem que conhecê-las uma a uma.

QUESTÃO 34. Aquele que conduz veículo automotor sob a influência de álcool ou de qualquer outra substância psicoativa que determine dependência e, nessas condições, causa morte de terceiro por imprudência responde por

a) homicídio culposo na direção de veículo automotor e embriaguez ao volante, em concurso material.

b) homicídio doloso, na modalidade dolo eventual e embriaguez ao volante, em concurso formal.

c) homicídio culposo na direção de veículo automotor, qualificado.

d) homicídio doloso, na modalidade dolo eventual e embriaguez ao volante, em concurso material.

e) homicídio culposo na direção de veículo automotor e embriaguez ao volante, em concurso formal.

Comentários

Gabarito: D

Acesse os comentários em vídeo em nossa plataforma: cj.estrategia.com/questoes/202800183

QUESTÃO 35. Nos literais e expressos termos do art. 13 do CPP, incumbe à autoridade policial, entre outras funções:

- a) fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos.**
- b) providenciar o comparecimento do acusado preso, em Juízo, mediante prévia requisição.**
- c) servir como testemunha em ações penais quando arrolada por qualquer das partes.**
- d) manter a guarda de bens apreendidos e objetos do crime até o trânsito em julgado da ação penal.**
- e) cumprir as ordens de busca e apreensão e demais decisões cautelares que tenha requisitado.**

Comentários

Alternativa A está correta.

A questão exige conhecimento literal do artigo 13 do CPP, que prevê as incumbências da Autoridade policial e suas especificações. Vejamos:

Art. 13. Incumbirá ainda à autoridade policial:

- I - fornecer às autoridades judiciárias as informações necessárias à instrução e julgamento dos processos;*
- II - realizar as diligências requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público;*
- III - cumprir os mandados de prisão expedidos pelas autoridades judiciárias;*
- IV - representar acerca da prisão preventiva*

QUESTÃO 36. Oferecendo o ofendido ação penal privada subsidiária da pública, o Ministério Público, nos exatos termos do art. 29 do CPP,

- a) pode intervir em todos os termos do processo, contudo, sem capacidade recursal.**
- b) perde a possibilidade de representar pelo arquivamento do inquérito e não pode repudiar a queixa.**

c) perde interesse processual e deixa de intervir nos autos.

d) deixa de ser parte e passa a atuar como *custos legis* e não pode, por exemplo, fornecer elementos de prova.

e) pode aditar a queixa.

Comentários

Vejamos o teor do **Artigo 29 do CPP**, cobrado na **forma literal** pela questão:

*Art. 29. Será admitida ação privada nos crimes de ação pública, se esta não for intentada no prazo legal, cabendo ao Ministério Público **aditar a queixa**, repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, intervir em todos os termos do processo, fornecer elementos de prova, interpor recurso e, a todo tempo, no caso de negligência do querelante, retomar a ação como parte principal.*

Como visto, **pode o MP aditar a queixa crime**, inclusive podendo repudiá-la e oferecer denúncia substitutiva, nos casos de ação privada subsidiária da pública, por expressa previsão legal do **Artigo 29 do CPP**.

QUESTÃO 37. De acordo com as previsões legalmente estabelecidas (CPP, art. 427 e 428), é correto afirmar que o desaforamento

a) pode ser determinado de ofício pelo Juiz Presidente do Tribunal do Júri.

b) pode ser determinado, se houver dúvida quanto à imparcialidade do Júri.

c) deve ser indeferido de pronto, se motivado unicamente por excesso de serviço do órgão judicial.

d) quando deferido, deve levar o julgamento para Comarca de outra região do Estado.

e) pode ocorrer, a fim de preservar a segurança pessoal da vítima e de seus familiares.

Comentários

Vejamos o **artigo 427 do CPP** que regula o **Desaforamento** no Tribunal do Júri:

*Art. 427. **Se o interesse da ordem pública o reclamar ou houver dúvida sobre a imparcialidade do júri** ou a segurança pessoal do acusado, o Tribunal, a requerimento do Ministério Público, do assistente, do querelante ou do acusado ou mediante representação do juiz competente, poderá determinar o desaforamento do julgamento para outra comarca da mesma região, onde não existam aqueles motivos, preferindo-se as mais próximas.*

Logo, como visto, por expressa previsão legal, se restarem dúvidas quanto à imparcialidade do Júri, poderá ser determinado o **desaforamento** para outra comarca da mesma região onde não persistirem tais motivos.

QUESTÃO 38. No que concerne à competência, o STF entende, por súmula, que

a) salvo ocorrência de tráfico para o exterior ou entre Estados da Federação, quando, então, a competência será da Justiça Federal, compete à Justiça dos Estados o processo e o julgamento dos crimes relativos a entorpecentes (522).

b) o foro por prerrogativa de função estabelecido pela Constituição Estadual prevalece sobre a competência constitucional do Tribunal do Júri (721).

c) o foro competente para o processo e o julgamento dos crimes de estelionato, sob a modalidade da emissão dolosa de cheque sem provisão de fundos, é o do local onde o título foi emitido (521).

d) é competente o Supremo Tribunal Federal para julgar conflito de jurisdição entre juiz de direito do Estado e a Justiça Militar local (555).

e) a competência do Tribunal de Justiça para julgar prefeitos se restringe aos crimes de competência da Justiça comum estadual; nos demais casos, a competência originária caberá ao respectivo tribunal de segundo grau (702).

Comentários

Gabarito: E

Acesse os comentários em vídeo em nossa plataforma: cj.estrategia.com/questoes/202832763

QUESTÃO 39. Nos termos do art. 158, parágrafo único, do CPP, dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime

a) cometido por réu preso temporariamente.

b) cometido por idoso.

c) hediondo.

d) que envolva violência doméstica e familiar contra mulher.

e) cometido por réu preso preventivamente.

Comentários

Alternativa D está correta.

Vejamos o Disposto no **Artigo 158 do Código de processo penal:**

Artigo 158. Quando a infração deixar vestígios, será indispensável o exame de corpo de delito, direto ou indireto, não podendo supri-lo a confissão do acusado.

Parágrafo único. Dar-se-á prioridade à realização do exame de corpo de delito quando se tratar de crime que envolva:

I - violência doméstica e familiar contra mulher;

II - violência contra criança, adolescente, idoso ou pessoa com deficiência.

Como visto no diploma acima transcrito, **haverá prioridade para realização do exame de corpo de delito**, dentre outros casos, **no caso de violência doméstica contra mulher.**

QUESTÃO 40. A doutrina denomina “confissão qualificada” aquela em que o acusado

a) fica em silêncio; contudo, tal modalidade não fora recepcionada pela Constituição de 1988, que garante nenhum prejuízo ao acusado nesses casos.

b) colabora ativamente com a apuração do crime, inclusive interrompendo ou impedindo que os fatos se consumem.

c) não só confessa os fatos cometidos por si, mas também aponta os demais coautores ou partícipes da empreitada criminosa.

d) se retrata da negativa dos fatos ocorrida perante a autoridade policial e admite-os espontaneamente perante o magistrado.

e) admite a prática criminosa, mas alega, em sua defesa, alguma causa que o beneficia, como uma excludente de ilicitude.

Comentários

Gabarito: E

Acesse os comentários em vídeo em nossa plataforma: cj.estrategia.com/questoes/202847968

QUESTÃO 41. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência ser substituída por prisão domiciliar, desde que

a) não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça à pessoa e não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.

b) não se trate de acusada por crime hediondo ou equiparado.

c) não se trate a gestante de reincidente ou portadora de maus antecedentes.

d) tenha havido prévia reparação do dano e as circunstâncias do fato e a personalidade da gestante indicarem se tratar de medida suficiente à prevenção e reprovação do crime.

e) não seja a gestante líder de organização criminosa ou participante de associação criminosa.

Comentários

Alternativa A está correta.

A questão cobra o teor dos **Artigos 318 e 318-A** do CPP, que tratam das possibilidades de substituição da prisão preventiva por prisão domiciliar para mulheres gestantes e mães de crianças até 12 anos de idade. Vejamos:

Art. 318. Poderá o juiz substituir a prisão preventiva pela domiciliar quando o agente for:

I - maior de 80 (oitenta) anos;

II - extremamente debilitado por motivo de doença grave

III - imprescindível aos cuidados especiais de pessoa menor de 6 (seis) anos de idade ou com deficiência;

IV - gestante;

V - mulher com filho de até 12 (doze) anos de idade incompletos;

VI - homem, caso seja o único responsável pelos cuidados do filho de até 12 (doze) anos de idade incompleto

Parágrafo único. Para a substituição, o juiz exigirá prova idônea dos requisitos estabelecidos neste artigo.

Art. 318-A. A prisão preventiva imposta à mulher gestante ou que for mãe ou responsável por crianças ou pessoas com deficiência será substituída por prisão domiciliar, desde que:

I - não tenha cometido crime com violência ou grave ameaça a pessoa;

II - não tenha cometido o crime contra seu filho ou dependente.

QUESTÃO 42. A aplicação imediata da pena restritiva de direitos ou multa, conhecida como “transação penal”, tal qual prevista no art. 76, parágrafo 2º da Lei nº 9.099/95, não será admitida se ficar comprovado

a) ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime ou contravenção, à pena privativa de liberdade transitada em julgado.

b) que o crime foi praticado com violência ou grave ameaça à pessoa.

c) não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

d) ter sido o agente beneficiado anteriormente pela aplicação de pena restritiva ou multa na mesma modalidade de “transação penal”.

e) ter sido o autor da infração condenado, pela prática de crime ou contravenção, a pena privativa de liberdade, por sentença definitiva.

Comentários

A lei 9.099/95 trata sobre os juizados cíveis e criminais.

Os juizados especiais criminais têm a competência para a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo, respeitadas as regras de conexão e continência (Art. 60).

Sua competência será determinada pelo lugar em que foi praticada a infração penal, conforme art. 63 (teoria da atividade).

A lei define os crimes de menor potencial ofensivo como sendo: as contravenções penais e os crimes a que a lei comine pena máxima não superior a 2 (dois) anos, cumulada ou não com multa (art. 61).

Diferentemente do que ocorre no cível, no Criminal a presença do advogado é obrigatória para o autor e também para o acusado. Caso não tenham, deverá ser designado defensor público.

A lei prevê alguns institutos despenalizadores como:

1. Suspensão condicional do processo;
2. composição dos danos;
3. transação penal.

Alternativa C está correta.

Nos termos do art. 76, § 2º, III, lei nº 9.099/95.

Art. 76. *Havendo representação ou tratando-se de crime de ação penal pública incondicionada, não sendo caso de arquivamento, o Ministério Público poderá propor a aplicação imediata de pena restritiva de direitos ou multas, a ser especificada na proposta.*

(...)

§ 2º **Não se admitirá** a proposta se ficar comprovado:

(...)

III - não indicarem os antecedentes, a conduta social e a personalidade do agente, bem como os motivos e as circunstâncias, ser necessária e suficiente a adoção da medida.

QUESTÃO 43. Assinale a alternativa correta no que se refere aos efeitos da decisão judicial no controle abstrato de constitucionalidade.

a) Tendo em vista a norma ou ato impugnado judicialmente ser considerado apenas anulável, em face da presunção de constitucionalidade, a decisão que reconhece a sua inconstitucionalidade tem caráter constitutivo.

b) No direito brasileiro, no tocante ao controle abstrato, o entendimento adotado é de que a lei inconstitucional é existente, porém nula, e a decisão que a reconhece tem natureza declaratória, com efeitos, em regra, retroativos.

c) A impugnação judicial a respeito da inconstitucionalidade da norma ou do ato impugnado, por se constituir na causa de pedir da ação judicial, é apenas o fundamento de validade para o dispositivo da decisão.

d) A decisão liminar em controle de constitucionalidade abstrato, em regra, produz efeitos *ex tunc*, salvo se o Supremo Tribunal Federal reconhecer expressamente efeitos *ex nunc* à decisão por maioria absoluta dos seus membros.

e) O direito brasileiro adota a teoria da lei inconstitucional como ato inexistente, e a decisão no controle de constitucionalidade não declara nem constitui a nulidade, mas reconhece a sua inexistência.

Comentários

Gabarito: B

Acesse os comentários em vídeo em nossa plataforma: cj.estrategia.com/questoes/202867442

QUESTÃO 44. Com relação ao instituto do mandado de segurança, é correto afirmar que

a) O pagamento de vencimentos e vantagens pecuniárias assegurados em sentença concessiva de mandado de segurança a servidor público da administração direta ou autárquica federal, estadual e municipal somente será efetuado relativamente às prestações que se vencerem a contar da data da sentença.

b) Do indeferimento da inicial pelo juiz de primeiro grau caberá agravo e, quando a competência para o julgamento do mandado de segurança couber originariamente a um dos tribunais, do ato do relator caberá agravo para o órgão competente do tribunal que integre.

c) A decisão denegatória do *writ* em primeira instância, ainda que tenha apreciado o mérito da demanda, não impede que um novo pedido de mandado de segurança seja renovado, desde que dentro do prazo decadencial.

d) Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

e) Das decisões em mandado de segurança proferidas em única instância pelos tribunais cabe recurso especial e extraordinário, nos casos legalmente previstos, e recurso ordinário, quando a ordem for concedida.

Comentários

Questão exige o conhecimento sobre o mandado de segurança previsto na **Lei 12.016/09**.

Primeiramente a questão exige o conhecimento do **Artigo 14, §4º da Lei 12.016/09** que trata do pagamento de vencimento assegurado em sede de sentença de mandado de segurança, do **Artigo 10, §1º da Lei 12.016/09** que trata do recurso cabível para a decisão que rejeita a inicial em mandado de segurança, e do **Artigo 6º, §6º da Lei 12.016/09**, que trata da renovação do pedido do mandado de segurança.

Após, a questão exige o teor do **Artigo 7º, §2º da Lei 12.016/09** que trata das liminares em mandado de segurança, e, por fim, o teor do **Artigo 18 da Lei 12.016/09**, que trata do cabimento do recurso ordinário, extraordinário e especial em sede de MS.

Alternativa D está correta.

Vejamos o teor do **Artigo 7º, §2º da Lei 12.016/09**:

Art. 7º Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

(...)

§ 2º Não será concedida medida liminar que tenha por objeto a compensação de créditos tributários, a entrega de mercadorias e bens provenientes do exterior, a reclassificação ou equiparação de servidores públicos e a concessão de aumento ou a extensão de vantagens ou pagamento de qualquer natureza.

Como visto, o teor da alternativa é a **transcrição literal** do conteúdo do artigo acima transcrito.

QUESTÃO 45. Narciso, 19 anos de idade, que está em pleno gozo dos seus direitos políticos, pretende candidatar-se ao mandato de Vereador em seu Município nas próximas eleições, que ocorrerão em outubro de 2020. Poliana, que é sua cunhada, ocupava o cargo de Presidente da Câmara de Vereadores, no mesmo Município, mas, atualmente, veio a assumir o cargo de Prefeito em razão da perda de mandato dos seus ocupantes anteriores. Segundo o disposto na Constituição Federal, nessa situação hipotética, é correto afirmar que Narciso

a) poderá se candidatar, desde que tenha se tornado cunhado de Poliana somente após esta ter assumido o mandato eletivo.

b) poderá se candidatar, pois a relação com Poliana não é condição que o impeça de concorrer, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

c) não está impedido de se candidatar ao mandato de Vereador, desde que não seja para reeleição, uma vez que Poliana assumiu o cargo de Prefeito em substituição aos titulares.

d) não poderá se candidatar, tendo em vista a sua condição de inelegibilidade por ser cunhado de Poliana, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.

e) poderia se candidatar, não havendo incompatibilidade eleitoral para o exercício do mandato, mas não poderá fazê-lo por não ter a idade mínima para se candidatar.

Comentários

Os direitos políticos são meios utilizados para garantir o exercício da soberania popular, conferindo poderes aos cidadãos para participar, direta ou indiretamente, da escolha dos representantes que conduzirão a coisa pública.

O **sufrágio** é o direito de participar do cotidiano político de um Estado Soberano, sendo considerado a base dos direitos políticos.

É importante diferenciar: sufrágio, voto e escrutínio

- SUFRÁGIO - direito público subjetivo de participar da vida política do Estado;

- VOTO - uma das maneiras de manifestações do sufrágio;

- ESCRUTÍNIO - É o modo do voto: direto, secreto.

Alternativa D está correta.

Mesmo sendo caso de mandato-tampão, prevalece a inelegibilidade do art. 14, § 7º da CF/88. No entanto, caso Narciso já seja detentor de mandato eletivo, poderá ser candidato a reeleição.

*§ 7º São **inelegíveis**, no território de jurisdição do titular, o cônjuge e os **parentes consangüíneos ou afins, até o segundo grau** ou por adoção, do Presidente da República, de Governador de Estado ou Território, do Distrito Federal, de Prefeito ou de quem os haja substituído dentro dos seis meses anteriores ao pleito, salvo se já titular de mandato eletivo e candidato à reeleição.*

A vedação ao exercício de três mandatos consecutivos de prefeito pelo mesmo núcleo familiar aplica-se também na hipótese em que tenha havido a convocação do segundo colocado nas eleições para o exercício de mandato-tampão. STF. 2ª Turma. RE 1128439/RN, Rel. Min. Celso de Mello, julgado em 23/10/2018 (Info 921).

QUESTÃO 46. No tocante à extradição de brasileiros, a Carta Magna estabelece que

a) é vedada para os natos e permitida para os naturalizados por crimes comuns e por comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei, desde que praticados antes da naturalização.

b) é vedada para os natos e permitida para os naturalizados, independentemente do crime, desde que praticado antes da naturalização.

c) é vedada para os natos e permitida para os naturalizados por crimes comuns, praticados antes da naturalização ou por comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei.

d) é vedada para os natos e naturalizados, independentemente do crime praticado.

e) é permitida para os natos, por comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei, e para os naturalizados, por crimes comuns praticados antes da naturalização.

Comentários

Alternativa C está correta.

Na extradição, a pessoa pratica um crime no Estado requerente, ou seja, no Estado que está pedindo a extradição. Trata-se da extradição passiva (quando outro Estado pede ao Estado Brasileiro a extradição de alguém). Quando é o Brasil que requer a extradição de alguém (extradição ativa), as regras a serem observadas são a do país em que a pessoa se encontra.

Segundo o art. 5º, LI, da CF, nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei. O inciso LII afirma que não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.

QUESTÃO 47. Nessa modalidade de intervenção Federal nos Estados, prevista na Carta Magna, a intervenção dependerá de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, e o decreto, que nomeará o interventor, será submetido à apreciação do Congresso Nacional, no prazo de vinte e quatro horas, que poderá ser dispensada quando o decreto limitar-se a suspender a execução do ato impugnado, se essa medida bastar ao restabelecimento da normalidade.

Assinale a alternativa que contempla corretamente a hipótese, prevista na Constituição da República, em que se aplica o procedimento de intervenção federal previsto no texto apresentado.

a) Se o Estado deixar de entregar aos Municípios receitas tributárias fixadas nesta Constituição, dentro dos prazos estabelecidos em lei.

b) Para pôr termo a grave comprometimento da ordem pública ou garantir o livre exercício de qualquer dos Poderes nas unidades da Federação.

c) Quando deixar de ser paga, sem motivo de força maior, por dois anos consecutivos, a dívida fundada do Estado.

d) O Estado deixar de aplicar o mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais na manutenção e desenvolvimento do ensino.

e) Com o objetivo de assegurar a observância dos princípios constitucionais, como a forma republicana, sistema representativo e regime democrático.

Comentários

Alternativa E está correta.

A questão trata da **intervenção federal** que, nos termos do **art. 36, III, da CF**, dispõe sobre o seguinte procedimento:

Art. 36, III - de provimento, pelo Supremo Tribunal Federal, de representação do Procurador-Geral da República, na hipótese do art. 34, VII, e no caso de recusa à execução de lei federal. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 45, de 2004)

A intervenção é medida excepcional, de natureza política, consistente na possibilidade de afastamento temporário da autonomia política do ente federativo quando verificadas hipóteses taxativamente previstas na Constituição Federal (*numerus clausus*). Ao intervir em outros entes, a União está atuando para defender o sistema federativo, resguardando a unidade, viabilidade e estabilidade desse sistema (MARCELO, Novelino. Curso de Direito Constitucional. 15. ed. Salvador: Ed. Juspodivm, 2020. p. 622).

O procedimento destacado no art. 36, III, da CF, é justamente o mencionado pelo enunciado da questão, **se aplicando, nos termos do dispositivo citado, na hipótese do art. 34, VII, da CF**, que trata sobre os **princípios sensíveis**, quais sejam:

Art. 34, VII - assegurar a observância dos seguintes princípios constitucionais:

a) forma republicana, sistema representativo e regime democrático;

b) direitos da pessoa humana;

c) autonomia municipal;

d) prestação de contas da administração pública, direta e indireta.

e) aplicação do mínimo exigido da receita resultante de impostos estaduais, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino e nas ações e serviços públicos de saúde.

Assim, a única alternativa que menciona um princípio sensível é a **letra E**, motivo pelo qual é a resposta **correta**.

QUESTÃO 48. Considerando a disciplina constitucional acerca do tema da fiscalização contábil, financeira e orçamentária, bem como a distinção entre prestação de contas de gestão e de contas de governo, é correto afirmar que

a) o Tribunal de Contas aprecia e julga as contas de gestão, podendo aplicar sanção diretamente ao administrador, mas não julga as contas de governo, as quais são apreciadas e julgadas pelo Poder Legislativo.

b) ambas são apreciadas e julgadas pelo Tribunal de Contas, mas este somente pode impor sanção ao administrador no tocante às ilegalidades das contas de gestão, não podendo impor sanção quanto às contas de governo.

c) o Poder Legislativo aprecia e julga as contas de governo, com base em parecer do Tribunal de Contas, enquanto este aprecia as contas de gestão para posterior julgamento do Poder Legislativo, não podendo impor sanções ao administrador.

d) o Poder Legislativo aprecia e julga as contas de gestão, impondo as sanções cabíveis, enquanto o Tribunal de Contas aprecia e julga as contas de governo, emitindo o competente parecer e impondo ao administrador as sanções previstas na Constituição Federal.

e) ambas são apreciadas e julgadas pelo Poder Legislativo, com base em parecer do Tribunal de Contas, e este não pode impor sanção diretamente ao administrador, mas faz apenas recomendações por meio de parecer.

Comentários

A questão exige conhecimentos sobre contas de gestão e contas de governo.

O Tribunal de Contas aprecia e julga as contas de gestão, podendo aplicar sanção diretamente ao administrador, mas não julga as contas de governo, as quais são apreciadas e julgadas pelo Poder Legislativo.

Nas contas de governo a única participação do TCU é apresentar parecer sobre a sua análise, mas quem de fato julga é o Poder Legislativo. confere, comentário do MEGE:

O ministro Luís Roberto Barroso apontou que as contas de governo objetivam demonstrar o cumprimento do orçamento e dos planos da administração, referindo-se, portanto, à atuação do chefe do Executivo como agente político. “ A Constituição Federal reserva à Casa Legislativa correspondente a competência para julgá-las em definitivo, mediante parecer prévio do tribunal, conforme determina o artigo 71, I”, afirmou.

Barroso ressaltou que, por outro lado, as contas de gestão possibilitam o exame não dos gastos globais, mas de cada ato administrativo que componha a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do ente público quanto a legitimidade e economicidade. “A competência para julgá-las em definitivo é do tribunal de contas, portanto, sem participação do Legislativo, conforme determina o artigo 71, II, da Constituição Federal, assinalou.

Alternativa A está correta.

A alternativa está correta, uma vez que existem DUAS CONTAS da administração municipal que são julgadas pelo Poder Legislativo: **1) contas de gestão:** relativas à ordenação de despesas; **2) contas de governo:** alcance de metas políticas.

As contas de gestão são analisadas pelo Tribunal de Contas, que faz uma análise técnica.

As **contas do governo** são feitas pela Câmara Municipal, sob um viés político, enquanto representantes do povo.

Para os fins do artigo 1º, inciso I, alínea g, da Lei Complementar 64/1990, a apreciação das contas de Prefeito, tanto as de governo quanto as de gestão, será exercida pelas Câmaras Municipais, com auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores. STF. Plenário. RE 848826/DF, rel. orig. Min. Roberto Barroso, red. p/ o acórdão Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 10/8/2016 (repercussão geral) (Info 834).

QUESTÃO 49. Considerando o disposto no Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, a respeito da declaração incidental de inconstitucionalidade, quando o Tribunal Pleno rejeitar a arguição, em decisão proferida por 17 (dezesete) ou mais votos, ou reiterada em mais 02 (duas) sessões,

- a) ficará a decisão sujeita ao recurso de agravo interno por parte do autor.**
- b) será enviada cópia do acórdão correspondente à Assembleia Legislativa.**
- c) a decisão será remetida à Procuradoria Geral de Justiça para eventual recurso.**
- d) a decisão será de aplicação obrigatória para todos os Órgãos do Tribunal.**
- e) obstará novo pronunciamento do Órgão Especial sobre a mesma matéria.**

Comentários

A questão exige do candidato o conhecimento do regramento a respeito da declaração incidental de inconstitucionalidade ou rejeição dessa, em decisão proferida por 17 (dezesete) ou mais votos, ou reiterada em mais 02 (duas) sessões, nos termos preconizados pelo art. 103 e seguintes do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Questão que cobra o conhecimento literal do dispositivo citado e de outros dispositivos correlatos do Regimento Interno.

Aqui vale algumas observações de ordem geral a respeito do procedimento de declaração de inconstitucionalidade:

- 1) É ao Órgão Especial que compete declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato do Poder Público, tanto nos casos de sua competência quanto naqueles que lhe forem remetidos pelos demais Órgãos Julgadores do Tribunal, nos termos do inciso IV, art. 3º do Regimento Interno;
- 2) O quórum para a declaração de inconstitucionalidade é sempre da maioria absoluta de seus membros;
- 3) É possível ser acolhida a arguição de inconstitucionalidade, pela maioria dos votantes, e a inconstitucionalidade não ser declarada por falta de quórum (maioria absoluta);
- 4) É irrecurável a decisão que declara a inconstitucionalidade da lei ou do ato normativo na representação de inconstitucionalidade, ressalvada a hipótese de embargos declaratórios, não podendo nem ser objeto de ação rescisória, nos termos do §1º do art. 108 do Regimento Interno.

Pronto! Com essas informações preliminares podemos ir às assertivas.

Alternativa D está correta.

A afirmação é a intelecção do art. 103 do Regimento Interno, in verbis:

Art.103- A decisão que declarar a inconstitucionalidade ou rejeitar a arguição, se for proferida por 17 (dezesete) ou mais votos, ou reiterada em mais 02 (duas) sessões, será de aplicação obrigatória para todos os Órgãos do Tribunal.

É o gabarito da questão.

Lembremos aqui que o julgamento da ação de inconstitucionalidade, têm eficácia *erga omnes*, contra todos e efeito vinculante em relação aos órgãos do Poder Judiciário e à Administração Pública estadual e municipal do Rio de Janeiro.

As decisões de inconstitucionalidade não vinculam o Poder Legislativo, sob pena de ocorrer o fenômeno da “fossilização das leis”.

QUESTÃO 50. Assinale a alternativa que está em conformidade com as súmulas do Supremo Tribunal Federal.

a) Norma legal que altera o prazo de recolhimento da obrigação tributária também se sujeita ao princípio da anterioridade.

b) Decisão que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício não faz coisa julgada em relação aos posteriores.

c) A Constituição estadual pode estabelecer limite para o aumento de tributos municipais.

d) Constitui fato gerador do imposto de circulação de mercadorias a saída física de máquinas, utensílios e implementos a título de comodato.

e) O imposto de transmissão *inter vivos* incide sobre a transferência de ações de sociedade imobiliária.

Comentários

A questão cobra conhecimento da literalidade das súmulas do Supremo Tribunal Federal. As súmulas podem ser assim conceituadas:

Paradoxalmente, portanto, a Súmula do STF, como repositório de jurisprudência, tinha por finalidade significativa discenir as hipóteses que se repetem, com frequência, daquelas que mais raramente são submetidas ao Supremo Tribunal. Em relação a elas, impunha-se adotar um método de trabalho, que permitisse o seu julgamento seguro, mas rápido, abolindo formalidades e desdobramentos protelatórios. Esses casos, pela frequência com que se reproduziam, ficavam despojados de importância jurídica e não se justificava perda de tempo. (Victor Nunes Leal - Revista de Direito Administrativo (p. 15)).

Importante destacar, para o Supremo Tribunal Federal a figura das **súmulas vinculantes** previstas no art. 103-A da CF/88:

Art. 103-A. O Supremo Tribunal Federal poderá, de ofício ou por provocação, mediante decisão de dois terços dos seus membros, após reiteradas decisões sobre matéria constitucional, aprovar súmula que, a partir de sua publicação na imprensa oficial, terá efeito vinculante em relação aos demais órgãos do Poder Judiciário e à administração pública direta e indireta, nas esferas federal, estadual e municipal, bem como proceder à sua revisão ou cancelamento, na forma estabelecida em lei.

Alternativa B está correta.

A questão está certa, visto que em conformidade com a **súmula 239 do STF** que assim prevê:

Decisão que declara indevida a cobrança do imposto em determinado exercício não faz coisa julgada em relação aos posteriores.

Tal súmula é aplicada nos julgamentos da Corte, como se vê a seguir:

*Acolho os embargos de declaração tão somente para sanar omissão no tocante a incidência da Súmula 239 da Corte na hipótese dos autos. (...). De qualquer forma, observo que a orientação da jurisprudência da Corte, há muito, é no sentido de que **a referida súmula só é aplicável nas hipóteses de processo judicial em que tenha sido proferida a decisão transitada em julgado de exercícios financeiros específicos, e não nas hipóteses em que tenha sido proferida decisão que trate da própria existência da relação jurídica tributária continuativas, como assentou o acórdão recorrido.***

[AI 791.071 AgR-ED, rel. min. Dias Toffoli, 1ª T, j. 18-2-2014, DJE 53 de 18-3-2014.]

QUESTÃO 51. No que se refere à Ação de Impugnação de mandato eletivo, prevista na Constituição Federal, é correto afirmar que o mandato eletivo poderá ser impugnado ante à

a) Justiça Eleitoral, no prazo de 10 (dez) dias contados da posse, instruída a ação com provas de irregularidade insanável na prestação de contas.

b) Justiça Eleitoral, no prazo de 10 (dez) dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de irregularidade insanável na prestação de contas.

c) Justiça Comum, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da posse, instruída a ação com provas de fato superveniente de inelegibilidade constitucional.

d) Justiça Eleitoral, no prazo de 5 (cinco) dias contados da posse, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

e) Justiça Eleitoral, no prazo de 15 (quinze) dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

Comentários

Gabarito: E

A questão exige o conhecimento acerca da Ação de Impugnação de Mandato Eletivo (AIME). Ela tem previsão constitucional no art. 14, §§ 10 e 11 da CF/88:

§ 10 - O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de QUINZE DIAS contados da DIPLOMAÇÃO, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção OU fraude.

§ 11 - A ação de impugnação de mandato tramitará em segredo de justiça, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

Assim, a AIME visa à invalidação do mandato eletivo, por motivos de:

Abuso do poder econômico;

Corrupção; **OU**

Fraude.

Obs.: A doutrina e jurisprudência admitem outra hipótese apta a ensejar o cabimento da AIME, qual seja a violação à Constituição não alegada em tempo oportuno.

Há que se atentar, ainda, para as seguintes informações:

A ação tramitará em segredo de justiça;

O prazo (decadencial) para o ajuizamento da ação é de 15 DIAS, contados da DIPLOMAÇÃO;

A ação é, em regra, gratuita: o autor somente responderá se a ação for temerária ou se estiver de manifesta má-fé.

Finalmente, destaque-se que, embora a CF/88 não tenha previsto o procedimento a ser aplicável a ação, o TSE entende que a ela se aplica o rito previsto na Lei Complementar nº 64/90.

QUESTÃO 52. No que se refere à inelegibilidade relativa por motivo funcional, é correto afirmar que

a) para concorrer aos mesmos cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até 1 (um) mês antes da diplomação.

b) para concorrer a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até 6 (seis) meses antes do pleito.

c) para concorrer aos mesmos cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem licenciar-se aos respectivos mandatos até 4 (quatro) meses antes do pleito.

d) para concorrer a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até 6 (seis) meses antes da diplomação.

e) para concorrer a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até a data da diplomação.

Comentários

Gabarito: B

A questão exigiu o conhecimento do art. 14, § 6º, da CF/88, que estabelece o prazo de **06 meses** para a desincompatibilização dos Chefes do Poder Executivo para concorrer a **outros cargos eletivos**:

Art. 14.

(...)

§ 6º Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.

QUESTÃO 53. É condição de elegibilidade o domicílio eleitoral na circunscrição, sendo que, para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição

- a) pelo prazo de 6 (seis) meses e estar com a filiação deferida no mesmo prazo.**
- b) pelo prazo de 1 (um) ano e estar com a filiação deferida no mesmo prazo.**
- c) pelo prazo de 1 (um) ano e estar com a filiação deferida até a data do registro.**
- d) até a data do registro e estar com a filiação deferida no prazo de 1 (um) ano.**
- e) pelo prazo de 1 (um) ano e estar com a filiação até a data da convenção partidária.**

Comentários

Gabarito: A

As condições de elegibilidade têm previsão no art. 14, § 3º, da CF/88, senão vejamos:

Art. 14. (...)

§ 3º São **CONDIÇÕES DE ELEGIBILIDADE, na forma da lei**:

- I - a nacionalidade brasileira;*
- II - o pleno exercício dos direitos políticos;*
- III - o alistamento eleitoral;*
- IV - o **domicílio eleitoral na circunscrição**;*
- V - a **filiação partidária**;*
- VI - a idade mínima de:*

(...)

Assim, cabe à lei regulamentar a disciplina das condições de elegibilidade. **Destaque-se que essa lei será uma LEI ORDINÁRIA** (é exigida a lei complementar apenas para a previsão de hipóteses de inelegibilidades, de acordo com o art. 14, § 9º, da CF/88). No caso, é a Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) que estabelece o prazo mínimo de filiação partidária e do domicílio eleitoral. De acordo com o seu art. 9º:

Art. 9º Para concorrer às eleições, o candidato deverá possuir domicílio eleitoral na respectiva circunscrição pelo prazo de **seis meses** e estar com a filiação deferida pelo partido no mesmo prazo.

Assim, tanto para o domicílio eleitoral, quanto para a filiação partidária, deve-se observar o prazo de **06 meses antes do pleito**.

QUESTÃO 54. É assegurada, ao partido político, autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento, sendo que o prazo de vigência dos órgãos provisórios dos partidos políticos:

- a) poderá ser de até 6 (seis) meses.
- b) será definido no estatuto do partido.
- c) poderá ser de até 8 (oito) anos.
- d) será definido pela Justiça Eleitoral.
- e) poderá ser de até 1 (um) ano.

Comentários

Alternativa C está correta.

Insta salientar que a lei 9096/95, foi alterada parcialmente pela lei 13831/19, especialmente no artigo 3º, parágrafo 3º, em que determina que os órgãos provisórios tem uma validade de 8 (oito) anos. Porém, a resolução 23571/18, em seu artigo 39, determina que as comissões provisórias terão um prazo de 180 dias.

Assim, o candidato deve atentar exatamente o que a pergunta determina. Se a mesma falar em comissões, teremos um prazo de 180 dias, porém qualquer outro órgão (ou de maneira genérica na questão) o prazo será de 8 anos.

QUESTÃO 55. No que se refere à recuperação judicial, assinale a alternativa correta.

- a) Nos créditos em moeda estrangeira, a variação cambial será substituída por parâmetros de indexação nacionais, em vigor na data do pedido.
- b) A substituição de bem objeto de garantia real por outro de valor semelhante prescinde de aprovação expressa do credor titular da respectiva garantia.
- c) Não estão sujeitas à recuperação judicial as importâncias entregues ao devedor, em moeda corrente nacional, decorrentes de adiantamento a contrato de câmbio para importação.

d) O crédito de promitente vendedor de imóvel cujo contrato contenha cláusula de irretratabilidade não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial.

e) Estão sujeitos à recuperação judicial os créditos existentes na data do pedido, desde que vencidos.

Comentários

A questão aborda matéria tratada pela Lei 11.101/05, Lei de Falências, especificamente quanto à **Recuperação Judicial**.

Diante da nova Lei de Falências, o direito passou a se preocupar com a função social da empresa, revelando o **princípio da preservação da empresa**, pois é mais benéfico possibilitar a recuperação e a manutenção da atividade econômica.

Em virtude desse princípio, a Lei 11.101/05 previu o instituto da recuperação judicial, que tem por objetivo viabilizar a superação da situação de crise econômico-financeira do devedor, a fim de permitir a manutenção da fonte produtora, do emprego, dos trabalhadores e dos interesses dos credores, promovendo, assim, a preservação da empresa, sua função social e o estímulo à atividade econômica (art. 47).

Alternativa D está correta.

O crédito de promitente vendedor de imóvel cujo contrato contenha cláusula de irretratabilidade **NÃO** se submeterá aos efeitos da recuperação judicial. (art. 49, § 3º, da Lei 11.101/05).

***Lei 11.101/05, art. 49.** Estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos.*

*§ 3º. Tratando-se de credor titular da posição de proprietário fiduciário de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor de imóvel cujos respectivos contratos contenham **cláusula** de irrevogabilidade ou **irretratabilidade**, inclusive em incorporações imobiliárias, ou de proprietário em contrato de venda com reserva de domínio, seu crédito não se submeterá aos efeitos da recuperação judicial e prevalecerão os direitos de propriedade sobre a coisa e as condições contratuais, observada a legislação respectiva, não se permitindo, contudo, durante o prazo de suspensão a que se refere o § 4º do art. 6º desta Lei, a venda ou a retirada do estabelecimento do devedor dos bens de capital essenciais a sua atividade empresarial.*

QUESTÃO 56. A empresa Kero celebrou um contrato de arrendamento mercantil financeiro, mas, após várias parcelas adimplidas, entra em crise financeira e interrompe o pagamento dos valores devidos à arrendadora, que toma as medidas necessárias para a reintegração de posse do bem arrendado. Em vista disso, é correto afirmar que

a) caso o total pago a título de valor residual da opção de compra for superior ao total do valor residual garantido previsto contratualmente, a arrendatária terá direito de receber a respectiva diferença.

b) se a soma da importância antecipada a título de valor residual garantido com o valor da venda do bem ultrapassar o total do valor residual garantido previsto contratualmente, a arrendatária terá direito de receber essa diferença, deduzidos eventuais descontos previstos no respectivo contrato.

c) a arrendatária não tem direito ao recebimento de eventuais diferenças entre as parcelas vencidas e o valor total da venda, pois esse montante será entregue à arrendante a título de valor residual garantido.

d) o contrato de arrendamento mercantil poderá prever o fracionamento do valor residual garantido e o valor residual da opção de compra sem que isso implique em sua descaracterização.

e) o pagamento do valor residual garantido de modo fracionado ao longo do contrato descaracteriza o arrendamento mercantil, devendo o caso em tela ser considerado como inadimplemento de compra e venda antecipada.

Comentários

A questão trata do **Arrendamento Mercantil**, regulado pela Lei nº 6.099/1974.

O arrendamento mercantil (também chamado de leasing) é um contrato através do qual a arrendadora ou locadora (pessoa jurídica) adquire um bem escolhido por seu cliente (o arrendatário, ou locatário) para alugá-lo a este último.

*Lei 6.099/74, art 1º, parágrafo único. Considera-se arrendamento mercantil, para os efeitos desta Lei, o **negócio jurídico** realizado entre pessoa jurídica, na qualidade de arrendadora, e pessoa física ou jurídica, na qualidade de arrendatária, e que tenha por objeto o arrendamento de bens adquiridos pela arrendadora, segundo especificações da arrendatária e para uso próprio desta.*

Ao término do contrato o arrendatário poderá optar por renová-lo, por devolver o bem arrendado, ou por adquirir o bem, pelo valor de mercado ou por um **valor residual** (VR) previamente definido no contrato.

É possível que seja estipulada um **valor residual garantido** (VRG), que corresponde a uma garantia mínima, diluída em parcelas mensais, para o caso de o arrendatário resolver não renovar ou devolver o bem.

Portanto, o **valor residual** (VR) NÃO SE CONFUNDE com o **valor residual garantido** (VRG):

- **VR**: representa a opção de compra, somente exercível ao final do contrato;
- **VRG**: representa uma garantia mínima de pagamento, diluído em prestações mensais, atribuída ao arrendador caso o arrendatário optar por não renovar o contrato nem adquirir a coisa arrendada.

Alternativa B está correta.

O **valor residual garantido** (VRG) representa uma garantia mínima de pagamento, diluído em prestações mensais, atribuída ao arrendador caso o arrendatário optar por não renovar o contrato nem adquirir a coisa arrendada.

É comum que esse valor residual garantido seja pago de forma antecipada, diluído nas prestações do aluguel (Súmula 293, STJ).

Havendo a reintegração de posse, quando a **SOMA da importância antecipada a título de valor residual garantido (VRG) com o valor da venda do bem ULTRAPASSAR o total do VRG previsto contratualmente**, o arrendatário terá direito de receber a respectiva diferença (Súmula 564, STJ).

Súmula 293, STJ. *A cobrança antecipada do valor residual garantido (VRG) não descaracteriza o contrato de arrendamento mercantil.*

Súmula 564, STJ. *No caso de reintegração de posse em arrendamento mercantil financeiro, quando a soma da importância antecipada a título de valor residual garantido (VRG) com o valor da venda do bem **ultrapassar** o total do VRG previsto contratualmente, o arrendatário terá direito de receber a respectiva diferença, cabendo, porém, se estipulado no contrato, o prévio desconto de outras despesas ou encargos pactuados.*

QUESTÃO 57. No que tange ao quórum necessário para deliberações em sociedades limitadas, assinale a alternativa correta.

a) A nomeação e a destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas dependerão de aprovação de, no mínimo, três quartos do capital social.

b) A incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação serão decididas pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social.

c) A destituição dos administradores e a modificação do contrato social dependerão de votos correspondentes à maioria simples do capital social.

d) A designação de administradores não sócios dependerá de aprovação de, no mínimo, 3/4 (três quartos) do capital social, enquanto o capital não estiver integralizado, e de, no mínimo, 2/3 (dois terços), após a integralização.

e) A aprovação das contas da administração e a destituição dos administradores dependerão de votos correspondentes à maioria simples do capital social.

Comentários

A questão trata de assunto relacionado às sociedades limitadas, especificamente sobre as **DELIBERAÇÕES SOCIAIS**, havendo previsão no Código Civil nos art. 1.071 c/c art. 1.076.

Vale comentar que em **2019**, através da Lei nº 13.874, passou a existir também a **Sociedade Limitada Unipessoal** (art. 1.052, § 1º, CC).

Apesar de ter "sociedade" no nome, a Unipessoal pode ser constituída por apenas uma pessoa e mantém a característica de "limitada", que é justamente o fato que protege o patrimônio particular do sócio.

Sociedade Limitada Unipessoal tem características parecidas com a EIRELI, mas enquanto para abrir esta é preciso um mínimo de 100 salários mínimos, não há essa exigência para a Sociedade Unipessoal Limitada.

Alternativa B está correta.

A **incorporação**, a **fusão** e a **dissolução** da sociedade, ou a **cessação do estado de liquidação** serão decididas pelos votos correspondentes, no mínimo, a **TRÊS QUARTOS do capital social** (art. 1.071, VII, c/c art. 1.076, III, CC).

Art. 1.071, CC. Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

VI - a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;

Art. 1.076, CC. Ressalvado o disposto no art. 1.061, as deliberações dos sócios serão tomadas (Redação dada pela Lei nº 13.792, de 2019)

I - pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nos incisos V e VI do art. 1.071;

QUESTÃO 58. Considere a seguinte situação hipotética:

Eva comprou mercadorias em uma loja popular e emitiu um cheque do Banco Bradesco em 10 de outubro, preenchendo a data de emissão correta, mas combinando oralmente com a vendedora que ela deveria depositá-lo apenas em 01 de novembro do mesmo ano. A vendedora endossa o cheque emitido por Eva a um de seus fornecedores, sem mencionar o que fora verbalmente combinado. O endossatário apresenta o título ao Banco Bradesco antes de 01 de novembro. O cheque é devolvido por insuficiência de fundos, e o nome de Eva é inserido no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF) pelo Banco do Brasil, gestor do referido cadastro, sem que este a notifique previamente.

Diante do exposto, assinale a alternativa correta.

a) A apresentação do cheque ao Banco Bradesco pelo fornecedor antes da data combinada entre Eva e a vendedora caracteriza dano moral imputável ao fornecedor.

b) A devolução do cheque por insuficiência de fundos não implica em responsabilização do Banco Bradesco por dano moral, mas a inserção do nome de Eva no CCF sem prévia notificação pelo Banco do Brasil caracteriza dano moral, imputável a este.

c) A devolução do cheque por insuficiência de fundos pelo Banco Bradesco foi indevida, caracterizando dano moral.

d) A devolução do cheque por insuficiência de fundos implica em responsabilização tanto da vendedora perante Eva, quanto do Banco do Brasil, pela inserção do nome de Eva no CCF sem prévia notificação.

e) As ações do Banco do Brasil e do fornecedor endossatário não caracterizam dano moral.

Comentários

A questão trata de assunto referente ao **CHEQUE**, estando este título de crédito regulado pela Lei 7.357/85, havendo aplicação supletiva das normas do Código Civil (a partir do art. 887).

Cheque é um título de crédito caracterizado por ser uma ordem de pagamento à vista, emitido contra um banco em razão de fundos que aquela emitente tem naquela instituição.

Alternativa E está correta.

Tanto o Banco do Brasil quanto o fornecedor estão **ISENTOS** de responsabilidade por dano moral (Súmulas 370 e 572 do STJ).

Quanto ao **fornecedor**, diante do princípio da literalidade, o título vale pelo que nele está inscrito, sendo que não havia estipulação da data convencionada entre Eva e a vendedora.

Desse modo, somente a **vendedora** será responsável por dano moral, diante da apresentação antecipada do cheque.

Súmula 370, STJ. *Caracteriza dano moral a apresentação antecipada de cheque pré-datado.*

Vale observar que há necessidade de comunicação por escrito ao consumidor, quando da abertura de qualquer cadastro, ficha, registro e dados pessoais ou de consumo referentes a ele (§ 2º do art. 43 do CDC).

Não havendo a comunicação, fica caracterizado dano moral.

No entanto, **NÃO** haverá responsabilidade do **Banco do Brasil**, pois é apenas gestor do Cadastro, sendo a responsabilidade por dano moral do Banco do Bradesco (Súmula 572, STJ).

Por fim, **NÃO CONFUNDIR** o **CCF**, que tem natureza pública, com o **SPC** e **SERASA**, que têm natureza privada.

No cadastro privado do SPC e SERASA, obrigação de notificar previamente o consumidor é do próprio SPC ou SERASA. Não havendo prévia notificação, a ação de indenização será ajuizada contra o SPC ou SERASA, e **NÃO** contra o credor (empresa conveniada que informou a existência do débito).

Súmula 572, STJ. *O Banco do Brasil, na condição de gestor do Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos (CCF), não tem a responsabilidade de notificar previamente o devedor acerca da sua inscrição no aludido cadastro, tampouco legitimidade passiva para as ações de reparação de danos fundadas na ausência de prévia comunicação.*

CDC, art. 43, § 2º. A abertura de cadastro, ficha, registro e dados pessoais e de consumo deverá ser comunicada por escrito ao consumidor, quando não solicitada por ele.

QUESTÃO 59. Assinale a alternativa que está de acordo com as normas aplicáveis ao capital social da sociedade anônima.

a) Na companhia com ações sem valor nominal, a capitalização de lucros ou de reservas não poderá ser efetivada sem modificação do número de ações.

b) O estatuto, ou a assembleia geral, fixará prazo de decadência não inferior a 20 (vinte) dias para o exercício do direito de preferência.

c) O aumento mediante capitalização de lucros ou de reservas, na companhia com ações com valor nominal, importará alteração do valor nominal das ações ou distribuições das ações novas, correspondentes ao aumento, entre acionistas, na proporção do número de ações que possuem.

d) Depois de realizados 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital social, a companhia pode aumentá-lo mediante subscrição pública ou particular de ações.

e) Os acionistas terão direito de preferência para subscrição das emissões de debêntures conversíveis em ações, bônus de subscrição, partes beneficiárias conversíveis em ações emitidas para alienação onerosa e no exercício de opção de compra de ações.

Comentários

Capital social é o valor que os acionista estabelecem para companhia no momento da abertura. Deve ser estabelecido de forma a garantir o início das atividades da atividade por ela exercida, levando em consideração que ela não gerará lucro suficiente para se sustentar logo no início. Tem a função de servir não só para a manutenção da sociedade, mas também como garantia dos credores.

A depender do desempenho da atividade exercida pela companhia, poderá ser alterado para que seja reduzido ou aumentado, para que possa refletir de forma fiel a real condição da sociedade. Destaca-se que, no caso de aumento do capital social, deve ser garantido direito de preferência aos acionistas, de forma a não haver diluição injustificada, garantindo, assim, que seja possível a manutenção da proporcionalidade existente entre os acionistas antes do aumento.

São diversas as regras relativas ao aumento do capital social e das preferências dos acionistas, sendo este ponto de relevo para o desenvolvimento das assertivas dessa questão. Em especial, exige-se do candidato conhecimento de regras previstas nos **artigos 169 a 171 da Lei n.º 6.404/76**, que tratam do tema.

Alternativa C está correta.

O capital social de uma companhia pode ser majorado por meio da capitalização de lucros ou de reservas. Nesse caso, esse aumento deverá impactar na alteração do valor nominal de cada uma das

ações ou distribuições de novas ações, correspondentes ao aumento, entre os acionistas, respeitando a proporção do número de ações que possuem.

Com isso, evita-se a alteração da proporção de participação de cada acionista, já que o aumento foi gerado por capitalização de lucros ou reservas. Ou seja, os valores utilizados, nesse caso, para aumentar o capital social da companhia pertencem à própria companhia, razão pela qual não pode impactar, de forma alguma, na relação societária existente, por meio da alteração percentual da participação de cada acionista.

Nesse sentido é o **art.169, da Lei n.º 6.404/76**:

Art. 169. O aumento mediante capitalização de lucros ou de reservas importará alteração do valor nominal das ações ou distribuições das ações novas, correspondentes ao aumento, entre acionistas, na proporção do número de ações que possuem.

QUESTÃO 60. Adão solicitou a emissão de um cartão de débito em seu nome, mas, para sua surpresa, recebeu um cartão de débito e crédito. Em contato com a administradora de cartões, foi informado que a função de cartão de crédito estava inativa, que a anuidade somente seria cobrada se este fosse utilizado, e que a taxa de juro para o pagamento de parcelas mínimas seria de 250% (duzentos e cinquenta por cento) ao ano.

Considerando a posição atual dos tribunais superiores, é correto afirmar que

- a) constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, mesmo que a função esteja inativa.**
- b) a administradora de crédito está violando a Lei da Usura ao praticar juros de 250% (duzentos e cinquenta por cento) ao ano, pois não se trata de instituição financeira.**
- c) o envio do cartão de crédito bloqueado equipara-se à amostra grátis, não configurando prática abusiva.**
- d) a administradora de crédito poderá ser responsabilizada por dano patrimonial por cobrança indevida, não sendo cabível dano moral.**
- e) o envio do cartão de crédito, ainda que não tenha sido solicitado, não é uma prática abusiva, pois não implica em cobrança automática de anuidade.**

Comentários

A questão nos traz um caso concreto no qual se exigiu, em primeiro momento, conhecimento do Código de Defesa do Consumidor e, posteriormente, conhecimento da jurisprudência do STJ.

Como a questão abordou cartão de crédito, importante lembrar "que o conceito de cartão de crédito é encerrado por duas vertentes distintas, uma genérica e outra específica. Em um sentido mais amplo, a designação cartão de crédito identifica o negócio jurídico complexo que constitui o instituto, isto é, o

cartão de crédito como modalidade contratual. Em um sentido mais estrito, utiliza-se o vocábulo como identificador do instrumento físico – cartão, placa, documento, plástico – por meio do qual se reconhece o legítimo usuário do sistema.

Independentemente do conceito adotado, pode-se afirmar que o sistema constituído para compra através de cartão de crédito é um negócio jurídico composto, em verdade, por múltiplos contratos, visando possibilitar ao titular, mediante cadastro e emissão do cartão (aqui, adotado no sentido de “plástico identificador”), adquirir bens e serviços junto aos fornecedores filiados, devendo o pagamento ser efetuado posteriormente à aquisição e a cargo do consumidor, junto ao emissor.” pág. 147, Contratos bancários / Paulo Maximilian W. Mendlowicz Schonblum. – 4. ed. rev., atual. e ampl. – Rio de Janeiro: Forense, 2015

Alternativa A está correta.

A alternativa está correta, pois reflete o entendimento do STJ sobre o tema:

Súmula 532 do STJ: “**Constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor**, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa.”

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ENVIO DE CARTÃO COM FUNÇÃO CRÉDITO. SOLICITAÇÃO PELO CONSUMIDOR. INEXISTÊNCIA CONDUTA ABUSIVA. DANO MORAL CONFIGURADO. INDENIZAÇÃO. VALOR EQUITATIVO, PROPORCIONAL E RAZOÁVEL. DECISÃO MANTIDA. 1. **Independentemente da múltipla função e do bloqueio da função crédito, constitui prática comercial abusiva o envio de cartão de**

crédito sem prévia e expressa solicitação do consumidor, configurando-se ato ilícito indenizável e sujeito à aplicação de multa administrativa. Precedentes. 2. O valor da indenização por danos morais arbitrado na decisão

agravada mostra-se equitativo, proporcional e razoável. 3. Agravo interno a que se nega provimento." AgInt no REsp 1692076 / SP, Ministro Relator ANTONIO CARLOS FERREIRA

QUESTÃO 61. Com relação aos créditos da falência, é correto afirmar que

a) os créditos derivados da legislação do trabalho ou decorrentes de acidentes de trabalho relativos a serviços prestados após a falência ser requerida são extraconcursais.

b) os créditos dos sócios, dos administradores sem vínculo empregatício e os créditos trabalhistas cedidos a terceiros serão considerados subordinados.

c) os saldos dos créditos não cobertos pelo produto da alienação dos bens vinculados ao seu pagamento são créditos de privilégio geral.

d) são créditos com privilégio especial aqueles a cujos titulares a lei confira o direito de retenção sobre a coisa dada em garantia.

e) os créditos tributários, independentemente de sua natureza e seu tempo de constituição, excetuadas as multas tributárias, estão em segundo lugar na ordem de classificação de créditos.

Comentários

A questão trata da classificação os **créditos na falência**, havendo previsão nos arts. 83 e 84 da Lei 11.101/05.

Primeiramente serão feitos os pagamentos com disponibilidade de caixa existente, conforme os arts. 150 e 151, LF.

Após, serão feitas as restituições em dinheiro e os pagamentos dos créditos extraconcursais (art. 84, LF).

Somente após, haverá o pagamento dos créditos submetidos a concurso, o que será feito seguindo-se a ordem de classificação estabelecida no art. 83 da LF.

Alternativa D está correta.

São créditos com **privilégio especial** aqueles a cujos titulares a lei confira o direito de retenção sobre a coisa dada em garantia (art. 83, IV, c, Lei 11.101/05).

Art. 83, Lei 11.101/05. A classificação dos créditos na falência obedece à seguinte ordem:

*IV – créditos com **privilégio especial**, a saber: c) aqueles a cujos titulares a lei confira o direito de retenção sobre a coisa dada em garantia;*

QUESTÃO 62. O Presidente da República Federativa do Brasil assina tratado internacional de comércio no qual se compromete a isentar os impostos federais, estaduais e municipais incidentes sobre os bens e serviços importados de país estrangeiro. Posteriormente, o referido tratado é ratificado pelo Poder Legislativo federal. Considerando o previsto na Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é correto afirmar que

a) não se aplica a vedação à concessão de isenções heterônomas pela União quando esta atua como representante da República Federativa do Brasil.

b) para que a isenção relativa aos impostos estaduais tenha eficácia, a Constituição exige prévia aprovação pela maioria dos membros do Conselho de Política Fazendária – CONFAZ.

c) embora se trate de caso de isenção heterônoma, a ratificação pelo Congresso Nacional do tratado tem por fim convalidar a inconstitucionalidade praticada pelo Presidente da República.

d) as isenções relativas aos impostos estaduais e municipais na situação são consideradas isenções heterônomas e são vedadas pela Constituição.

e) não há restrição constitucional à previsão de isenção pela União de tributos da competência de estados e municípios, seja em âmbito de negociação internacional, seja em âmbito apenas nacional.

Comentários

Alternativa A está correta.

A questão exige o conhecimento acerca da jurisprudência do STF sobre as isenções tributárias heterônomas, isto é, as isenções de tributos estaduais e municipais, concedidas em tratados internacionais.

O **art. 151, III da CF/88** proíbe expressamente à União instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios. São as chamadas **isenções heterônomas**.

A razão do artigo é o princípio federativo, que estabelece que em uma federação, os entes políticos, no caso do Brasil, União, Estados, Distrito Federal e Municípios possuem autonomia administrativa, financeira, orçamentária e tributária. Em decorrência da federação, cada ente político tem sua própria competência tributária, sendo vedado aos demais entes interferir nessa competência. Assim, a concessão de isenção tributária somente pode ser feita pelo ente competente para criar o tributo. A Constituição Federal, por ser hierarquicamente superior a todas as leis e atos normativos no Brasil, revoga as disposições em contrário, inclusive o art. 13, parágrafo único do CTN. A seguir a transcrição do artigo mencionado para memorização:

Art. 151. *É vedado à União:*

(...)

III - instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Entretanto, existe **um único caso** em que é permitida a isenção de tributos estaduais e municipais não necessariamente por Estados e Municípios. É o caso da isenção concedida por meio de tratados internacionais. Somente a República Federativa do Brasil tem competência e capacidade jurídica para ratificar tratados internacionais. Assim, pode ser que um tratado estabelecido entre o Brasil outro país trate sobre isenções tributárias. Nesse caso, é constitucional a concessão da isenção, já que quem está instituindo o benefício é a República Federativa do Brasil e não a União Federal.

Nesse sentido, é a jurisprudência do STF:

A cláusula de vedação inscrita no art. 151, inciso III, da Constituição - que proíbe a concessão de isenções tributárias heterônomas - é inoponível ao Estado Federal brasileiro (vale dizer, à República Federativa do Brasil), incidindo, unicamente, no plano das relações institucionais domésticas que se estabelecem entre as pessoas políticas de direito público interno. Doutrina. Precedentes. - Nada impede, portanto, que o Estado Federal brasileiro celebre tratados internacionais que veiculem cláusulas de exoneração tributária em matéria de tributos locais (como o ISS, p. ex.), pois a República Federativa do Brasil, ao exercer o seu treaty-making power, estará praticando ato legítimo que se inclui na esfera de suas prerrogativas como pessoa jurídica de direito internacional público, que detém - em face das unidades meramente federadas - o monopólio da soberania e da personalidade internacional. - Considerações em torno da natureza

político-jurídica do Estado Federal. Complexidade estrutural do modelo federativo. Coexistência, nele, de comunidades jurídicas parciais rigorosamente parificadas e coordenadas entre si, porém subordinadas, constitucionalmente, a uma ordem jurídica total. Doutrina. (RE 543943 AgR, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 30/11/2010, DJe-030 DIVULG 14-02-2011 PUBLIC 15-02-2011 EMENT VOL-02464-02 PP-00469 RT v. 100, n. 908, 2011, p. 470-479)

QUESTÃO 63. Em 20 de janeiro de 2010, a empresa ABC Ltda. pratica o fato gerador do imposto municipal sobre serviços de qualquer natureza e emite a respectiva nota fiscal no valor de R\$ 100.000,00, resultando em imposto a pagar de R\$ 5.000,00. Em 10 de fevereiro de 2010, data de vencimento do referido imposto, por passar por problemas de caixa, a empresa recolhe apenas R\$ 100,00, deixando R\$ 4.900,00 sem pagamento. Em 31 de dezembro de 2014, a empresa recebe notificação de início de fiscalização por parte da administração tributária, que culmina com a apresentação, em 10 de fevereiro de 2015, de auto de infração relativo ao valor que deixou de ser pago, acrescido de juros e multa respectivos.

A respeito da situação hipotética, é correto afirmar, com base na legislação e jurisprudência, que

a) caso decida voluntariamente fazer o pagamento do imposto devido após a notificação de início da fiscalização, mas antes da lavratura do auto de infração, a empresa poderá evitar o pagamento de juros e de multa.

b) o fato de ter emitido a nota fiscal e o de ter pagado parcialmente o débito são irrelevantes para a fixação do termo inicial da decadência do direito da administração tributária de lançar o imposto mediante auto de infração.

c) não chegou a se operar a decadência tributária no caso, pois o termo inicial do prazo decadencial coincide com o prazo final de vencimento do pagamento do imposto e não da ocorrência do fato gerador.

d) a notificação de início da ação fiscal interrompe o prazo decadencial, dando à administração novo quinquênio para finalização da fiscalização e correspondente lavratura do auto de infração.

e) no caso em questão, operou-se a decadência tributária, pois se trata de lançamento por homologação e o auto de infração foi lavrado mais de cinco anos após a ocorrência do fato gerador.

Comentários

Alternativa C está correta.

A questão exige o conhecimento dos arts. 150, §4º e 173, I do CTN, além da jurisprudência do STJ acerca da decadência do crédito tributário.

O início do prazo de decadência depende da modalidade do lançamento tributário. Assim, para a solução da questão, requer-se a) distinguir as modalidades de lançamento; b) conhecer os termos iniciais do

prazo decadencial e; c) conhecer a jurisprudência do STJ sobre a contagem do prazo de decadência especificamente quanto ao início do prazo decadencial no caso de lançamento feito por homologação.

a) distinguir as modalidades de lançamento

Existem três modalidades de lançamento tributário: lançamento de ofício, lançamento por declaração e lançamento por homologação. As modalidades estão previstas nos arts. 147, 149 e 150 do CTN.

Lançamento de ofício é aquele feito diretamente pela autoridade fiscal sem qualquer participação anterior do contribuinte ou quando este não cumpre alguma obrigação tributária, hipóteses previstas no art. 149 do CTN. Lançamento por declaração é aquele em que há obrigação do contribuinte de prestar à autoridade fiscal informações sobre matéria de fato para o lançamento tributário, nas hipóteses do art. 147 do CTN. Por fim, o lançamento por homologação é aquele em que o contribuinte, além da obrigação de prestar informações à autoridade fiscal para que haja o lançamento, tem ainda a obrigação de antecipar o pagamento sem prévio exame da autoridade administrativa. Neste último caso, a autoridade pode simplesmente homologar a declaração e o pagamento, confirmando que o ato foi válido ou lançar o tributo devido em caso de irregularidade, nos termos do art. 150 do CTN.

Assim, temos:

LANÇAMENTO DE OFÍCIO = sem participação do contribuinte

LANÇAMENTO POR DECLARAÇÃO = contribuinte DECLARA (PRESTA INFORMAÇÃO)

LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO = contribuinte DECLARA (PRESTA INFORMAÇÃO) + PAGA (O TRIBUTO)

LEMBRE-SE: O lançamento é ato privativo da autoridade administrativa, independentemente de sua modalidade. A classificação em modalidades, portanto, não diz respeito a quem é competente ou não para o lançamento, mas exclusivamente quanto ao PROCEDIMENTO adotado pelo lançamento.

b) conhecer os termos iniciais do prazo decadencial

O prazo de decadência é o lapso de tempo máximo que o fisco tem para lançar um tributo. O prazo será SEMPRE o de 5 anos, MAS o início da contagem varia a depender da modalidade de lançamento.

No caso de lançamento de ofício, o prazo é contado a partir do primeiro dia do ano seguinte àquele em que o lançamento deveria ser efetuado, conforme art. 173, I do CTN. Exemplo: Se o contribuinte simplesmente não declara o ISS do mês de janeiro de 2010, o prazo para o fisco lançar de ofício é a partir do dia 1º de janeiro de 2011.

Por outro lado, no caso de lançamento por homologação, que é o caso do ISS, porque o contribuinte tem obrigação de declarar o tributo e antecipar o pagamento, o prazo decadencial se inicia a partir do fato gerador, conforme art. 150, §4º do CTN.

c) conhecer a jurisprudência do STJ sobre a contagem do prazo de decadência especificamente quanto ao início do prazo decadencial no caso de lançamento feito por homologação

Para o STJ, os tributos sujeitos a lançamento por homologação (IR, ICMS, ISS), podem ocorrer duas situações: ou o contribuinte simplesmente não declara e, logicamente, não paga o tributo e aquele em que o contribuinte declara mas paga um valor menor.

Quando o contribuinte nada faz, nada declara, aplica-se o art. 173, I do CTN. Quando o contribuinte declara e paga parcial, aplica-se o art. 150, §4º do CTN. Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. DECADÊNCIA. TRIBUTO SUJEITO A LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO. ART. 173, I, DO CTN. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

1. Nos casos de tributos sujeitos a lançamento por homologação não declarados e não pagos, o prazo decadencial conta-se nos moldes determinados pelo art. 173, I, do CTN, sendo impossível a sua acumulação com o prazo determinado no art. 150, § 4º, do CTN.

2. Contudo, uma vez efetuado o pagamento parcial antecipado pelo contribuinte, a decadência do direito de constituir o crédito tributário é regida pelo art. 150, § 4º, do CTN, salvo os casos de dolo, fraude ou simulação.

3. No caso em apreço, não há como aferir do acórdão regional se tratar de tributos declarados e não pagos ou se houve a declaração e pagamento a menor. O Tribunal de origem limitou-se a alegar a não ocorrência da decadência. Desse modo, a análise da controvérsia requer, necessariamente, o reexame de fatos e provas, o que é vedado ao STJ, em recurso especial, por esbarrar no óbice da Súmula 7/STJ.

Agravo regimental improvido.

(AgRg no REsp 1546795/CE, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/09/2015, DJe 23/09/2015)

Com essas informações, levando em conta que o ISS é imposto por homologação e que houve pagamento parcial do valor do tributo, é possível fazer a questão.

QUESTÃO 64. Sobre garantias, privilégios e preferências do crédito tributário, assinale a alternativa correta.

a) Exceto na falência, a lei poderá impor limites à preferência dos créditos de natureza trabalhista sobre os créditos tributários e aos créditos decorrentes de indenização por acidente de trabalho.

b) São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário, os créditos tributários vencidos a cargo do de cujus, não se aplicando a mesma regra aos créditos vencidos do espólio.

c) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

d) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, exceto os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade.

e) Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar no prazo legal, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, ainda que haja indicação de bens penhoráveis de propriedade do devedor.

Comentários

O aluno precisará de conhecimentos de garantias, privilégios e preferências do crédito tributário, em especial do art. 184, 185, 185-A, 186 e 187 do CTN.

Art. 184. Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previstos em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis

Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

Art. 185-A. Na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis, o juiz determinará a indisponibilidade de seus bens e direitos, comunicando a decisão, preferencialmente por meio eletrônico, aos órgãos e entidades que promovem registros de transferência de bens, especialmente ao registro público de imóveis e às autoridades supervisoras do mercado bancário e do mercado de capitais, a fim de que, no âmbito de suas atribuições, façam cumprir a ordem judicial.

Art. 186. O crédito tributário prefere a qualquer outro, seja qual for sua natureza ou o tempo de sua constituição, ressalvados os créditos decorrentes da legislação do trabalho ou do acidente de trabalho. (Redação dada pela Lcp nº 118, de 2005)

Art. 187. A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento.

Parágrafo único. O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

I - União;

II - Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pró rata;

III - Municípios, conjuntamente e pró rata.

Alternativa C está correta.

Nos termos do **art. 155, CTN**.

Art. 185. Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa.

QUESTÃO 65. Poderá recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte

- a) que exerça atividade de importação ou fabricação de automóveis e motocicletas.**
- b) que se dedique ao serviço de vigilância, limpeza ou conservação.**
- c) de cujo capital participe entidade da administração pública indireta.**
- d) que realize cessão ou locação de mão de obra.**
- e) que possua sócio domiciliado no exterior.**

Comentários

Alternativa B está correta.

A questão exigiu o conhecimento do candidato exclusivamente da literalidade (lei seca) dos **arts. 17 e 18 da Lei Complementar nº 123/2006** que institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, o chamado Simples Nacional.

O Simples Nacional é um regime tributário diferenciado, simplificado e favorecido caracterizado por regime único de arrecadação de impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

A Lei Complementar nº 123/2006 tem fundamento constitucional no artigo 146, III, d, que determina que cabe à lei complementar estabelecer normas gerais em matéria de legislação tributária sobre a definição de tratamento diferenciado e favorecido para as microempresas e para as empresas de pequeno porte.

A seguir o texto do caput do art. 1º da LC nº 123/2006:

Art. 17. Não poderão recolher os impostos e contribuições na forma do Simples Nacional a microempresa ou empresa de pequeno porte: (Redação dada pela Lei Complementar nº 167, de 2019)

(...)

II - que tenha sócio domiciliado no exterior;

III - de cujo capital participe entidade da administração pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal;

(...)

VIII - que exerça atividade de importação ou fabricação de automóveis e motocicletas;

(...)

XII - que realize cessão ou locação de mão-de-obra;

(...)

Art. 18. O valor devido mensalmente pela microempresa ou empresa de pequeno porte optante pelo Simples Nacional será determinado mediante aplicação das alíquotas efetivas, calculadas a partir das alíquotas nominais constantes das tabelas dos Anexos I a V desta Lei Complementar, sobre a base de cálculo de que trata o § 3º deste artigo, observado o disposto no § 15 do art. 3º. (Redação dada pela Lei Complementar nº 155, de 2016) Produção de efeito

(...)

§ 5º-C Sem prejuízo do disposto no § 1º do art. 17 desta Lei Complementar, as atividades de prestação de serviços seguintes serão tributadas na forma do Anexo IV desta Lei Complementar, hipótese em que não estará incluída no Simples Nacional a contribuição prevista no inciso VI do caput do art. 13 desta Lei Complementar, devendo ela ser recolhida segundo a legislação prevista para os demais contribuintes ou responsáveis:

(...)

VI - serviço de vigilância, limpeza ou conservação.

Portanto, sempre que se estiver diante do Simples Nacional, significa que o regime tributário envolverá tributos e contribuições de cada ente federativo: União, Estados, Distrito Federal e Município.

A questão se concentrou em testar do candidato sobre as atividades empresariais que estão ou que não estão abrangidas pelo SIMPLES

QUESTÃO 66. Com base na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que

a) o mandado de segurança não constitui ação adequada para a declaração do direito à compensação tributária.

b) o benefício da denúncia espontânea se aplica aos tributos sujeitos a lançamento por homologação regularmente declarados, mas pagos a destempo.

c) a decretação da indisponibilidade de bens e direitos, na forma do Código Tributário Nacional, dispensa o exaurimento das diligências na busca por bens penhoráveis.

d) a compensação de créditos tributários pode ser deferida em ação cautelar ou por medida liminar cautelar ou antecipatória.

e) a notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário.

Comentários

A questão trata de uma série de jurisprudências sumuladas do STJ, sendo correta aquela que afirma que a notificação do auto de infração faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário, conforme **Súmula 622, do STJ**:

*"A notificação do auto de infração **faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário**; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial."*

Não nos esqueçamos que, de acordo com o art. 173, CTN, o direito de a Fazenda Pública constituir o crédito tributário extingue-se após 5 anos contados:

I - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

II - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal, o lançamento anteriormente efetuado.

Além disso, importante lembrar que a ação de cobrança do crédito tributário prescreve em 5 anos, contados da data da sua constituição definitiva, de acordo com o art. 174, do CTN.

Alternativa E está correta.

De acordo o que preconiza expressamente a Súmula 622, STJ *A notificação do auto de infração **faz cessar a contagem da decadência para a constituição do crédito tributário**; exaurida a instância administrativa com o decurso do prazo para a impugnação ou com a notificação de seu julgamento definitivo e esgotado o prazo concedido pela Administração para o pagamento voluntário, inicia-se o prazo prescricional para a cobrança judicial.*

Dessa maneira, a alternativa reproduz o exato teor da súmula mencionada, estando, portanto, correta.

QUESTÃO 67. A Política Nacional do Meio Ambiente possui instrumentos, dentre os quais os econômicos, que visam promover a equidade na distribuição de recursos e estimular o cumprimento das normas ambientais de comando-controle. Sobre os instrumentos econômicos, é correto afirmar que

a) o princípio do protetor-recebedor é típico do comando-controle.

b) externalidade negativa na seara ambiental é tradicionalmente computada no custo da produção e no preço do bem ou do serviço produzido.

c) internalizar as externalidades permite ressarcir ao usuário dos recursos naturais o financiamento dos custos que o uso gerou, para alcance da justiça social.

d) a valoração dos recursos naturais estimula os agentes econômicos à preservação dos bens ambientais e também conscientiza a sociedade a respeito daquilo que consome.

e) a lógica da compensação pela proteção ambiental está relacionada ao princípio do poluidor-pagador.

Comentários

Alternativa D está correta.

Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações, conforme o artigo 225 da CF.

Para assegurar a efetividade desse citado direito, incumbe ao Poder Público, entre outros, preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas; preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e fiscalizar as entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético; proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade, conforme os incisos I, II e VII do parágrafo 1º do artigo 225 da CF.

A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios, segundo o artigo 2º da Lei n. 6.938/1981.

Os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, bem como as fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental, constituirão o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA, segundo o artigo 6º da Lei n. 6.938/1981.

QUESTÃO 68. A audiência pública tem por fim expor aos interessados o conteúdo do projeto ou empreendimento em exame e do seu respectivo RIMA. Sobre essa temática, é correto afirmar que

a) o fator político não influi no processo de tomada de decisão.

b) é realizada quando o órgão de meio ambiente licenciador julgar necessário ou quando solicitado por 40 ou mais cidadãos.

c) a participação popular é vinculante e condicionante da decisão administrativa.

d) a ata da audiência pública vincula o parecer final do licenciador quanto à admissibilidade do exame do projeto.

e) havendo sua solicitação e, na hipótese do órgão estadual não realizá-la, a licença concedida não terá validade.

Comentários

A questão exige conhecimento acerca da realização de **Audiências Públicas** no processo de licenciamento ambiental, e o teor dos dispositivos da **Resolução Conama nº 009 de 1987**.

Vale lembrar que a audiência é um importante instrumento de concretização do princípio democrático do Direito Ambiental.

Alternativa E está correta.

A alternativa é a correta, tendo em vista que **reproduz o disposto no §2º do art. 2º da Resolução Conama nº 009 de 1987**.

Art. 2º (...)

§ 2º No caso de haver solicitação de audiência pública e na hipótese do Órgão Estadual não realizá-la, a licença concedida não terá validade.

QUESTÃO 69. No âmbito do Direito Internacional do Meio Ambiente, a preocupação universal sobre o uso saudável e sustentável do planeta e de seus recursos motivou a ONU a convocar, em 1972, a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano.

A respeito da referida Conferência, assinale a alternativa correta.

a) Adotou a “Declaração das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente”, que apresenta 26 princípios referentes à proteção do meio ambiente.

b) Gerou o relatório “Nosso Futuro Comum”, que traz o conceito de desenvolvimento sustentável para o discurso público.

c) Adotou a “Agenda 21”, um diagrama para a proteção do nosso planeta e seu desenvolvimento sustentável.

d) Adotou os Objetivos para Desenvolvimento do Milênio (ODM).

e) Gerou a Convenção da ONU sobre a Diversidade Biológica.

Comentários

As tragédias ambientais decorrentes das atividades humanas, juntamente com as novas descobertas científicas sobre as ameaças aos recursos ambientais, são consideradas estopins da mobilização popular em defesa do meio ambiente ocorrida a partir da década de sessenta do Século XX e marcam o início da conscientização do ser humano sobre a importância da preservação do meio ambiente nos tempos modernos, conforme THOMÉ, Roméu. Manual de Direito Ambiental. Salvador: Juspodium, 2019.

O direito internacional ambiental visa regular a cooperação internacional e a estabelecer parâmetros internacionais mínimos de proteção ambiental, conforme THOMÉ, Roméu. Manual de Direito Ambiental. Salvador: Juspodium, 2019.

Assim, a proteção ambiental deixou de ser preocupação de um pequeno grupo de cientistas e de ecologistas, circunscrita a um pequeno número de assuntos, para se tornar tema prioritário da agenda internacional, abrangendo um amplo número de preocupações da humanidade, conforme THOMÉ, Roméu. Manual de Direito Ambiental. Salvador: Juspodium, 2019.

Alternativa A está correta.

Conferência de Estocolmo sobre o Meio Ambiente Humano (1972) pretendeu marcar a inserção dos Estados no âmbito de um debate global sobre o ambiente no mundo, conforme THOMÉ, Roméu. Manual de Direito Ambiental. Salvador: Juspodium, 2019.

Foi a primeira reunião internacional dedicada a adotar medidas de escopo global, relativas ao avanço dos impactos negativos da atividade humana no meio ambiente, conforme THOMÉ, Roméu. Manual de Direito Ambiental. Salvador: Juspodium, 2019.

Concluiu-se que era preciso redefinir o próprio conceito de desenvolvimento. Ao final da Conferência foi firmada a Declaração sobre o Meio Ambiente, cujos 26 princípios constituem um prolongamento da Declaração Universal dos Direitos do Homem, conforme THOMÉ, Roméu. Manual de Direito Ambiental. Salvador: Juspodium, 2019.

QUESTÃO 70. Acerca da responsabilidade em matéria ambiental, é correto afirmar que

a) as sanções penais aplicáveis às pessoas jurídicas serão multa e prestação de serviços à comunidade.

b) a ação penal para o caso de crimes contra o meio ambiente é pública incondicionada, não cabendo a aplicação das disposições do juizado especial criminal para os crimes ambientais caracterizados como de menor potencial ofensivo.

c) o STF reconhece a possibilidade de se processar penalmente a pessoa jurídica, mesmo não havendo ação penal em curso contra pessoa física com relação ao crime ambiental praticado.

d) o dano não pode decorrer de atividade lícita, pois o empreendedor, ainda que em situação regular quanto ao licenciamento, por exemplo, não tem responsabilidade em caso de dano provocado por sua atividade.

e) é inexistente a responsabilidade solidária entre o atual proprietário do imóvel e o antigo proprietário pelos danos ambientais causados na propriedade, independentemente de ter sido ele ou o dono anterior o causador dos danos.

Comentários

A questão exigiu conhecimentos acerca do tema da responsabilidade em matéria ambiental. Vale lembrar que a responsabilidade pode ser dividida em civil, administrativa e penal.

A imputação de **responsabilidade civil ao poluidor ocorre com base na teoria da responsabilidade integral**, independentemente de culpa (responsabilidade civil objetiva).

Seu fundamento constitucional está no artigo 225, § 3º, e o regime de responsabilização objetiva está previsto no § 1º do artigo 14 da Lei 6.938/81.

CF/88

Art. 225 (...)

§ 3º As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados.

Art. 14, §1º da Lei 6.938/81: Sem obstar a aplicação das penalidades previstas neste artigo, é o poluidor obrigado, independentemente da existência de culpa, a indenizar ou reparar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros, afetados por sua atividade. O Ministério Público da União e dos Estados terá legitimidade para propor ação de responsabilidade civil e criminal, por danos causados ao meio ambiente.

Assim a **responsabilidade civil por dano ambiental é OBJETIVA**. Por outro lado, as **responsabilidades penal e administrativa são de natureza SUBJETIVA**.

Alternativa C está correta.

Tanto o Supremo Tribunal Federal, quanto, mais recentemente, o Superior Tribunal de Justiça, possuem o entendimento de que **é possível processar penalmente a pessoa jurídica, apesar de não existir ação penal em curso contra a pessoa física com relação ao crime ambiental praticado**.

A **responsabilidade penal das pessoas jurídicas em relação a crimes ambientais** é prevista na **Lei nº 9605/98, em seu art. 3º**. É importante notar que o o parágrafo único do referido artigo prevê que a **responsabilidade das pessoas jurídicas não exclui a das pessoas físicas**.

De acordo com o *caput* do art. 3º da Lei nº 9605/98, **existem dois requisitos cumulativos para que seja reconhecida a responsabilidade penal da pessoa jurídica, sendo ele:** 1) A infração ter sido

cometida em interesse ou em benefício da pessoa jurídica; e 2) A infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado.

Veja o que diz a lei:

*Art. 3º As **peças jurídicas** serão responsabilizadas administrativa, civil e **penalmente** conforme o disposto nesta Lei, nos casos em que a infração **seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.***

*Parágrafo único. **A responsabilidade das peças jurídicas não exclui a das peças físicas, autoras, co-autoras ou partícipes do mesmo fato.***

QUESTÃO 71. Para evitar a poluição por Resíduos Sólidos, é correto afirmar:

a) os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes de pilhas e baterias são obrigados a estruturar e implementar sistemas de logística reversa, mediante retorno dos produtos após o uso pelo consumidor, no caso de não haver o serviço público de limpeza urbana e de manejo dos resíduos sólidos.

b) os comerciantes e distribuidores deverão dar destinação final ambientalmente adequada a produtos e embalagens reunidos ou devolvidos pelos consumidores do sistema de logística reversa.

c) cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos, estabelecer sistema de coleta seletiva.

d) sem prejuízo das obrigações estabelecidas no plano de gerenciamento de resíduos sólidos, os fabricantes, importadores, distribuidores e comerciantes não têm responsabilidade na divulgação de informações relativas às formas de evitar, reciclar e eliminar os resíduos sólidos associados a seus respectivos produtos.

e) todos os participantes dos sistemas de logística reversa, sem exceção, manterão atualizadas e disponíveis, ao órgão municipal competente e a outras autoridades, informações completas sobre a realização das ações sob sua responsabilidade.

Comentários

A questão exigiu conhecimento acerca da **Lei nº 12.305/2010, esta que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**, altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências.

Alternativa C está correta.

A alternativa está correta, conforme a redação do **art. 36 cumulado com o seu inciso II, da Lei nº 12.305/2010.**

Observe:

Lei nº 12.305/2010

Art. 36. *No âmbito da responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos, cabe ao titular dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, observado, se houver, o plano municipal de gestão integrada de resíduos sólidos:*

(...)

II - estabelecer sistema de coleta seletiva;

QUESTÃO 72. De acordo com a Lei do Processo Administrativo do Estado do Rio de Janeiro (Lei nº 5.427/2009), uma decisão proferida em processo administrativo poderá ter efeito normativo e vinculante para os órgãos e entidades da Administração Pública estadual se assim determinar o Governador do Estado em despacho motivado, publicado no Diário Oficial, após oitiva da Procuradoria Geral do Estado. Referida disposição legal é

- a) exemplo de exercício de competência vinculada da autoridade administrativa.
- b) decorrência do poder hierárquico do Chefe do Poder Executivo.
- c) concretização do princípio da supremacia do interesse público sobre o privado.
- d) manifestação do poder regulamentar do legislador constitucional.
- e) expressão do poder disciplinar do Chefe do Poder Executivo.

Comentários

A **lei 5.427/09** regula o processo administrativo no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. Dentre suas disposições, destacamos os **art. 47, caput e parágrafo único**, cujos conteúdos foram mencionados na referida questão, são importantes para a resolução da questão. Correlacionado, temos os **art. 77, §§ 1º e 2º**.

Quando uma **decisão** proferida **num determinado processo administrativo se caracterizar como extensível a outros casos similares, poderá o Governador, após manifestação da PGE, atribuir-lhe eficácia vinculante e normativo**. Este efeito vinculante está **adstrito à Administração Pública Estadual** (sua esfera de atuação) em razão do ser o Governador Chefe do Poder (Executivo) que tipicamente desempenha a função administrativa. Este dispositivo legal decorre, portanto, naturalmente do fato de que este **chefia a Administração Pública Estadual**.

Lei 5.427/09

Art. 47. *Quando a decisão proferida num determinado processo administrativo se caracterizar como extensível a outros casos similares, poderá o Governador, após manifestação da Procuradoria-Geral do*

Estado, mediante ato devidamente motivado, atribuir-lhe eficácia vinculante e normativa, com a devida publicação na imprensa oficial.

Parágrafo único. O efeito vinculante previsto neste artigo poderá ser revisto, a qualquer tempo, de ofício ou por provocação, mediante edição de novo ato, mas dependerá de manifestação prévia da Procuradoria Geral do Estado.

Art. 77. O Governador poderá editar enunciado vinculante, mediante decreto, para tornar obrigatória a aplicação de decisão judicial definitiva, cujo conteúdo seja extensível a situações similares, mediante solicitação, devidamente motivada, do Procurador-Geral do Estado.

§1º O enunciado vinculante poderá ser revisto pelo Governador, a qualquer tempo, mediante novo decreto, respeitados os direitos adquiridos.

§2º A edição, revisão ou revogação do enunciado vinculante previsto neste artigo dependerá de manifestação prévia da Procuradoria-Geral do Estado.

Alternativa B está correta.

Como Chefe do Executivo, o **Governador é, também, Chefe da Administração Pública** e atribui efeito vinculante e normativo à decisão, jungindo toda a Administração Pública Estadual, **com base no seu poder hierárquico.**

QUESTÃO 73. A respeito das formas de provimento de cargo público, é correto afirmar que

a) reintegração é o reingresso do funcionário exonerado ou demitido, determinado exclusivamente por decisão judicial transitada em julgado, com ressarcimento do vencimento e das vantagens inerentes ao período em que o servidor esteve afastado do exercício de suas atribuições.

b) a readaptação de servidor em estágio probatório dependerá de prévia inspeção realizada por junta médica do órgão oficial competente, podendo ser definitiva ou provisória, mediante decisão devidamente fundamentada do superior hierárquico.

c) transferência é ato de provimento de servidor em outro cargo de denominação e atribuições diversas, com retribuição equivalente, determinada de ofício pela autoridade administrativa a quem originariamente subordinado o servidor, por razões de interesse público.

d) a readaptação por provimento em outro cargo poderá acarretar elevação de vencimento, se ocorrida em unidade administrativa diferente, consideradas a hierarquia e as funções do cargo, preservados os demais direitos e vantagens pessoais do servidor.

e) aproveitamento é o retorno ao serviço público estadual do servidor colocado em disponibilidade, em cargo de natureza e vencimento compatíveis com os daquele anteriormente ocupado, precedido de inspeção médica quanto à sanidade física e mental do servidor.

Comentários

A questão exigiu do candidato o conhecimento dos **artigos 8º, 24, 28 e 30 da lei 8.112/90**, referente ao regime jurídicos dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais, além do **Decreto Estadual nº 2.479/79**, referente ao estatuto dos servidores públicos civis do Poder Executivo do Rio de Janeiro, especialmente seu **artigo 54, §2º**:

Art. 54, §2º: *O aproveitamento dependerá de prova de sanidade físico-mental verificada mediante inspeção médica.*

Para responder corretamente à questão, há que se distinguir a **transferência** das modalidades de provimento de cargos públicos abordadas: a **readaptação**, a **reintegração** e o **aproveitamento**, tratando-se, esta última, do retorno de servidor público em disponibilidade, para assumir cargo de função compatível com a que exercia.

Importa mencionar o disposto no **artigo 41, §3º da CF**, o qual ajudará o aluno a entender o conceito de **“disponibilidade”** e a melhor compreender o **“aproveitamento”**:

Art. 41, §3º: *Extinto o cargo ou declarada a sua desnecessidade, o servidor estável **ficará em disponibilidade**, com remuneração proporcional ao tempo de serviço, até seu adequado aproveitamento em outro cargo.*

Alternativa E está correta.

É o que se depreende da leitura dos **artigos 30 da lei 8.112/90 e do artigo 41, §3º da CF**, conjugados com o **artigo 54, §2º do Decreto nº 2.479/79** do Estado do Rio de Janeiro.

Trata-se do retorno de determinado servidor público que se encontra em disponibilidade para assunção de cargo com funções compatíveis com as que exercia, antes de ser extinto o cargo que ocupava, o que pressupõe prova de sanidade físico-mental verificada mediante inspeção médica.

QUESTÃO 74. (DESATUALIZADA) Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às autarquias, agências executivas, empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens serão, em regra, precedidos de licitação. Excepcionalmente, a contratação poderá se dar de forma direta

a) para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia.

b) nos casos de obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente.

c) nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características peculiares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.

d) para serviços e compras em geral, de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez.

e) para serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, inclusive para serviços de publicidade e divulgação ou aqueles prestados por intermédio de agência de propaganda.

Comentários

Gabarito: A

Questão desatualizada.

O enunciado da questão afirma que em regra os contratos firmados entre terceiros e as entidades da Administração Indireta são precedidos de licitação, indicando, em seguida, que a contratação poderá se dar de forma direta.

Em regra, a Constituição Federal exige que os contratos de obras, serviços, compras e alienações sejam precedidos de licitação, ressalvados os casos especificados na legislação, conforme previsto no inciso XXI do artigo 37:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

(...)

XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."

Assim, o próprio inciso XXI do artigo 37 do texto constitucional deixa para o legislador infraconstitucional definir os casos em que a licitação não será realizada, hipótese em que ocorrerá a contratação direta.

O caput do artigo 2o da Lei 8.666/93, por sua vez, estabelece que:

"Art. 2o As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta Lei."

Conforme **Alexandre Mazza**, o estudo das hipóteses de contratação direta na Lei 8.666/93 revela a existência de quatro institutos diferentes:

- **Dispensa:** na dispensa de licitação a competição é possível, porém, a Administração Pública, em decisão discricionária, reputa não ser conveniente e oportuna a sua realização, sempre visando o interesse público, efetivando a contratação direta. Por exemplo, nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem. Conforme a doutrina, os casos de dispensa de licitação estão previstos em rol taxativo no artigo 24 da Lei 8.666/93.

- **Inexigibilidade:** são casos em que a realização do procedimento licitatório é logicamente impossível por inviabilidade de competição, seja porque o fornecedor é exclusivo, seja porque o objeto é singular. Conforme a doutrina, o artigo 25 da Lei 8.666/93 contém um rol exemplificativo de hipóteses de inexigibilidade. Também, afirmam que a decisão de não realizar o certame é vinculada, ou seja, diante de alguma das hipóteses previstas na legislação, não resta outra coisa a fazer senão realizar a contratação direta.

- **Vedação:** conforme o autor, são situações excepcionais, identificadas pela doutrina e sem previsão expressa na lei, em que a realização do certame licitatório violaria o interesse público em razão da extrema urgência em obter certos bens ou serviços.

- **Licitação dispensada:** são situações em que a contratação direta é uma decisão vinculada. As hipóteses de licitação dispensada estão previstas de forma taxativa no artigo 17 da Lei 8.666/93, como exemplo, podemos citar a alienação de bens imóveis provenientes de dação em pagamento.

Insta consignar que adveio a Lei 13.303/16, em cumprimento ao disposto no artigo 173, parágrafo primeiro, da Constituição Federal, a qual dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios:

"Art. 173. Ressalvados os casos previstos nesta Constituição, a exploração direta de atividade econômica pelo Estado só será permitida quando necessária aos imperativos da segurança nacional ou a relevante interesse coletivo, conforme definidos em lei.

§ 1º A lei estabelecerá o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: (...)"

Conforme o caput do artigo primeiro da Lei 13.303/16:

"Art. 1º Esta Lei dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, abrangendo toda e qualquer empresa pública e sociedade de economia mista da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que explore atividade econômica de produção ou comercialização de bens ou de prestação de serviços, ainda que a atividade econômica esteja sujeita ao regime de monopólio da União ou seja de prestação de serviços públicos."

A lei 13.303/16, a partir do artigo 28, dispõe sobre a exigência de licitação e trata dos casos de dispensa e de inexigibilidade.

Vejamos o disposto no caput do artigo 28:

"Art. 28. Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos desta Lei, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30."

QUESTÃO 75. A respeito da Lei nº 13.460/2017, que dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos dos usuários dos serviços públicos da administração pública, é correto afirmar que

a) não se aplica aos serviços públicos prestados pelas Forças Armadas e por militares dos Estados e do Distrito Federal.

b) afasta a aplicabilidade de normas estaduais que dispõem de forma diferente sobre a mesma matéria, bem como do Código de Defesa do Consumidor.

c) não se aplica aos serviços públicos prestados indiretamente, mediante parceria público-privada, sujeitos a regulamentação específica do edital de licitação e contrato de concessão ou permissão.

d) não se aplica à Advocacia Pública, Ministério Público e Tribunais de Contas, órgãos que desempenham atividade administrativa de meio.

e) se aplica também à atividade administrativa prestada pelos Poderes Judiciário e Legislativo, conforme disposto no artigo 37 da Constituição Federal.

Comentários

A questão exigiu do candidato o conhecimento dos **artigos 1º e 2º da lei 13.460/2017**, a qual dispõe sobre participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos da administração pública, regulando o **artigo 37, §3º, I, da CF**.

Para responder corretamente à questão, o aluno precisa conhecer os aspectos preliminares da referida legislação, dentre eles, a inafastabilidade da aplicação de outras leis sobre o tema, os sujeitos aos quais a **lei 13.460/2017** é aplicada e suas definições e as formas de prestação de serviços públicos atingidas por ela.

Destaca-se que, da leitura do **art. 1º, §1º**, juntamente com o **art. 2º, III**, entende-se que os **Poderes Legislativo e Judiciário** estão incluídos no conceito de **Administração Pública**, sendo, portanto, alcançados pela **lei 13.460/2017**.

Alternativa E está correta.

É o que se depreende da leitura dos **artigos 1º, §1º e 2º, III**, a partir dos quais se entende que os **Poderes Legislativo e Judiciário** estão incluídos no conceito de **Administração Pública**, sendo, portanto, alcançados pela **lei 13.460/2017**:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas básicas para participação, proteção e defesa dos direitos do usuário dos serviços públicos prestados direta ou indiretamente pela administração pública.

§ 1º O disposto nesta Lei aplica-se à administração pública direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nos termos do inciso I do § 3º do art. 37 da Constituição Federal .

Art. 2º Para os fins desta Lei, consideram-se:

*III - administração pública - órgão ou entidade integrante da administração pública de **qualquer dos Poderes** da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, a Advocacia Pública e a Defensoria Pública;*

QUESTÃO 76. A respeito da concessão ou permissão de serviços públicos, assinale a alternativa correta.

a) A transferência de concessão ou do controle societário da concessionária sem prévia anuência do Poder Concedente implicará a encampação da concessão.

b) Antes da celebração do contrato, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, vedada a aquisição da maioria do seu capital votante pelo ente contratante ou por instituição financeira controlada pelo Poder Público, em qualquer caso.

c) Incumbe ao Poder Concedente declarar de utilidade pública os bens necessários à execução do serviço ou obra pública e promover diretamente as desapropriações, cabendo à concessionária responsabilizar-se pelas indenizações decorrentes.

d) A sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos constituem diretriz de contratação de parcerias público-privadas.

e) Admite-se a rescisão amigável de contratos de concessão comum ou patrocinada, por razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas pela máxima autoridade do ente contratante, mediante homologação judicial.

Comentários

Alternativa D está correta.

A questão exige conhecimento da **Lei n. 11.079/04**.

A **chave da questão reside no conhecimento**, pelo candidato, no sentido de que nos termos do art. 4º, inciso VII, da Lei n. 11.079/04, a sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos constituem diretriz de contratação de parcerias público-privadas, vejamos:

Dispõe o inciso VII do art. 4º da Lei n. 11.079/04 no seguinte sentido, a saber:

"Art. 4º. Na contratação de parceria público-privada serão observadas as seguintes diretrizes:

[...]

VII – sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas dos projetos de parceria".

QUESTÃO 77. Em conformidade com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (L.I.N.D.B.), na redação dada pela Lei nº 13.655/2018,

a) a decisão do processo, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, poderá impor compensação por benefícios indevidos ou prejuízos anormais ou injustos resultantes do processo ou da conduta dos envolvidos.

b) quando necessário por razões de segurança jurídica ou de interesse geral, o ente interessado proporá ação declaratória de validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa, cuja sentença fará coisa julgada com eficácia *erga omnes*.

c) para o fim de excluir a responsabilidade pessoal do agente público, é possível requerer autorização judicial para celebração de compromisso entre a autoridade administrativa e os interessados para eliminação de irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público.

d) admite-se a celebração de compromisso entre a autoridade administrativa e os interessados, com vistas à eliminação de irregularidade, incerteza jurídica ou situação contenciosa na aplicação do direito público, inclusive envolvendo transação quanto a sanções e créditos ou estabelecendo regimes de transição.

e) em qualquer órgão ou Poder, a edição de atos normativos por autoridade administrativa, inclusive os de organização interna, deverá ser precedida de consulta pública para manifestação de interessados, preferencialmente por meio eletrônico, a qual será considerada na decisão.

Comentários

Gabarito: A

Acesse os comentários em vídeo em nossa plataforma: cj.estrategia.com/questoes/203142577

QUESTÃO 78. Súmula do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro dispõe que

a) a solidariedade dos entes públicos, no dever de assegurar o direito à saúde, implica na admissão do chamamento do processo.

b) para o cumprimento da tutela específica de prestação unificada de saúde, entre as medidas de apoio, insere-se a apreensão de quantia suficiente à aquisição de medicamentos junto à conta bancária por onde transitem receitas públicas de ente devedor, com a imediata entrega ao necessitado, independentemente de prestação de contas.

c) o princípio da dignidade da pessoa humana e o direito à saúde asseguram a concessão de passe-livre ao necessitado, desde que demonstrada a doença, independentemente de comprovação de realização de tratamento.

d) a obrigação dos entes públicos de fornecer medicamentos não padronizados, desde que reconhecidos pela ANVISA e por recomendação médica, compreende-se no dever de prestação unificada de saúde e não afronta o princípio da reserva do possível.

e) a obrigação estatal de saúde compreende o fornecimento de serviços indicados por médico da rede pública ou privada, desde que emergenciais, tais como exames, cirurgias e tratamento pós-operatório.

Comentários

Gabarito: D

Acesse os comentários em vídeo em nossa plataforma: cj.estrategia.com/questoes/203151006

QUESTÃO 79. Assinale a alternativa correta, tendo em vista o entendimento sumulado vigente do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro sobre condomínios edilícios e incorporação imobiliária.

a) O pagamento de despesas com decoração das áreas comuns, em incorporações imobiliárias, é de responsabilidade do incorporador, salvo se pactuada a transferência ao adquirente.

b) O desconto por pagamento antecipado da cota condominial embute multa, que não admite aplicação de outra, e, muito menos, de percentual acima de 20% como previsto na Lei nº 4.591/64.

c) A despesa pelo serviço de transporte coletivo prestado a condomínio pode ser objeto de rateio obrigatório entre os condôminos, desde que aprovado em assembleia, na forma da convenção.

d) Nas dívidas relativas a cotas condominiais, deliberadas em assembleia, incide o condômino em mora a partir da sua efetiva notificação, independentemente da utilização de meios de cobrança.

e) Nos contratos de promessa de compra e venda decorrentes de incorporação imobiliária, é nula a cláusula de tolerância de prorrogação de 180 dias para a entrega do imóvel.

Comentários

A questão cobra conhecimento acerca de condomínios edilícios e incorporação imobiliária, disciplinados no CC/2002 em seus arts. 1.331 e seguintes. Condomínios edilícios são aqueles nos quais há partes que são propriedade exclusiva, e partes que são propriedade comum dos condôminos. Ele pode se instituir por ato entre vivos ou testamento.

Alternativa C está correta.

Nos termos da Súmula 346 do TJRJ. Veja

- **Súmula 346 do TJRJ:** A despesa pelo serviço de transporte coletivo prestado a condomínio pode ser objeto de rateio obrigatório entre os condôminos, desde que aprovado em assembleia, na forma da convenção.

QUESTÃO 80. Denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso.

No que pertine ao instituto da coisa julgada, segundo o regime estabelecido pelo diploma processual vigente, assinale a alternativa correta.

a) O regime da formação de coisa julgada sobre questões prejudiciais somente é aplicável aos processos iniciados após a vigência do Código de Processo Civil de 2015.

b) A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando nem beneficiando terceiros.

c) A tutela antecipada antecedente, se não for afastada por decisão que a revir, reformar ou invalidar, proferida em ação ajuizada por uma das partes no prazo de dois anos, faz coisa julgada, vez que se torna imutável e indiscutível.

d) A coisa julgada aplica-se à resolução de questão preliminar, decidida expressa e incidentalmente no processo, desde que a mesma conste do dispositivo da sentença.

e) Fazem coisa julgada os motivos da sentença desde que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva do pronunciamento judicial.

Comentários

A alternativa correta é a letra “A”, de acordo com o art. 1.054 do CPC de 2015.

De fato, o CPC/15 trouxe novo regime sobre as chamadas “questões prejudiciais”, que passam a fazer coisa julgada quando presentes os requisitos do art. 503, §1º: 1) a resolução da questão deve ser necessária para o julgamento do mérito, 2) deve ter havido contraditório prévio e efetivo acerca da questão prejudicial, não se aplicando o novo regime em caso de revelia, nem quando no processo houve restrições probatórias ou limitações à cognição que impeçam o aprofundamento da análise da questão, e 3) o juízo deve ser competente em razão da matéria e da pessoa para resolver a questão, caso ela fosse arguida como questão principal.

Vejamos um exemplo prático: Maria ajuizou ação de alimentos em face de José, afirmando que o réu é seu pai biológico, muito embora não a tenha reconhecido como filha, e por isso tem o dever legal de pagar alimentos. José, em contestação, negou a paternidade sobre Maria, daí porque impugnou o pedido de alimentos. A ação foi ajuizada numa das Varas de Família de Ribeirão Preto/SP.

Perceba: saber se José é ou não pai biológico de Maria é uma “questão prejudicial”, porque há uma relação direta de prejudicialidade (dependência) entre a paternidade e o dever de pagar alimentos. Não se trata, contudo, de uma “questão principal”, por um motivo simples: Maria não formulou pedido de reconhecimento da paternidade. Se ela tivesse ajuizado uma ação de investigação de paternidade cumulada com alimentos, pedindo, além da pensão, o próprio reconhecimento da paternidade, aí a questão seria “principal”. Note, então, que o que torna uma questão “prejudicial” ou “principal” é o fato de o autor (em regra) ter formulado ou não pedido sobre ela.

Prosseguindo no exemplo, para decidir o caso o Juiz precisará, necessariamente, analisar se José é ou não pai de Maria, para só então decidir o pedido de alimentos. A questão da paternidade será decidida “incidentalmente” na sentença, ou seja, no capítulo da fundamentação, e não na parte dispositiva (porque o reconhecimento da paternidade não é um dos pedidos da ação).

Pergunta-se: a resolução dessa questão prejudicial (a paternidade) fará coisa julgada? No caso em comento, sim, porque presentes todos os requisitos do art. 503, §1º, do CPC/15: 1) o julgamento do mérito (alimentos) dependia da solução dessa questão prejudicial (a paternidade é pressuposto para a condenação em alimentos); 2) a paternidade foi discutida nos autos, havendo contraditório prévio e efetivo (o réu negou a paternidade em sua defesa); e 3) o Juízo (uma das Varas de Família de Ribeirão Preto) teria competência em razão da matéria (matéria de família) e em razão da pessoa para resolver a questão da paternidade caso ela tivesse sido deduzida como “questão principal” (caso Maria tivesse ajuizado ação de investigação de paternidade com alimentos, erigindo a questão da paternidade como “questão principal”, o mesmo Juízo da Vara de Família de Ribeirão Preto seria competente para o caso). E além disso, o processo não tinha restrições probatórias ou limitações de cognição que impediam a análise aprofundada da questão da paternidade (a ação de alimentos, no caso, foi ajuizada no rito comum, e não no rito especial da Lei de Alimentos, porque no caso não havia prova pré-constituída do parentesco – art. 2º da Lei 5.478/68).

Vejamos, agora, um exemplo em que a resolução da questão prejudicial NÃO faria coisa julgada: Marta ajuizou ação de pensão por morte em face do INSS, na Justiça Federal, alegando que viveu em união estável com Roberto por 30 anos, até a sua morte. Roberto era segurado do INSS e responsável pelas despesas da casa. Em sua contestação o INSS afirmou que Marta não comprovou a condição de companheira de Roberto, e por isso o seu pedido de pensão por morte foi indeferido na esfera administrativa.

Perceba que nesse caso, assim como no exemplo anterior, temos uma “questão prejudicial”: saber se Marta viveu ou não em união estável com Roberto. O juiz precisará enfrentar primeiro essa questão, para só então decidir sobre o pedido de pensão por morte.

Pergunta-se: a resolução dessa questão prejudicial fará coisa julgada? Nesse caso, NÃO. Isso porque, embora presentes os demais pressupostos, está ausente o requisito da competência do Juízo (art. 503, §1º, III, CPC).

Veja: a ação foi ajuizada na Justiça Federal de 1º grau, porque o réu é o INSS (autarquia federal – art. 109, I, da Constituição Federal). E o Juiz Federal não seria competente para resolver a questão da união estável se ela tivesse sido deduzida como “questão principal” (ou seja, se tivesse constado do pedido da ação). Com efeito, se Marta pretendesse ajuizar uma ação declaratória de união estável “post mortem”, ela teria que fazê-lo perante a Justiça Estadual (e não Federal), num Juízo com competência para matérias de família. E além disso, a ação seria ajuizada contra os herdeiros de Roberto, e não contra o INSS.

Portanto, nesse caso específico o Juiz Federal terá que se pronunciar sobre a questão da união estável, de forma incidental na sentença, mas este pronunciamento NÃO fará coisa julgada. Em consequência, os interessados (a própria Marta, ou os herdeiros de Roberto) poderão discutir novamente a existência (ou não) da união estável em uma nova ação.

Agora que você já entendeu o novo regime da coisa julgada sobre a “questão incidental” trazido pelo CPC de 2015, vamos a mais uma informação importante, e que responde à questão que estamos comentando: como se trata de novidade, o legislador, nas disposições finais e transitórias do novo Código, previu que a nova regra só se aplica aos processos iniciados após a vigência deste Código (art. 1.054), ou seja, 18 de março de 2016. Aos processos iniciados anteriormente aplicam-se as regras do CPC de 1973, notadamente os arts. 5º, 325 e 470, que tratavam da chamada “ação declaratória incidental”.

Vejamos os erros das demais alternativas:

Alternativa B: A sentença faz coisa julgada às partes entre as quais é dada, não prejudicando terceiros, mas pode beneficiá-los (art. 506 do CPC).

Alternativa C: A tutela antecipada antecedente não revista, reformada ou invalidada em ação ajuizada no prazo de dois anos não faz coisa julgada, mas torna-se estável (art. 304, caput e §§3º e 6º, CPC). A “estabilização” da tutela não se confunde com a coisa julgada.

Alternativa D: A alternativa confunde “questão preliminar” com “questão prejudicial”. O novo regime de coisa julgada trazido pelo CPC/15, como dissemos, aplica-se às “questões prejudiciais” (art. 503, §1º), quando decididas expressa e incidentalmente (ou seja, na fundamentação da sentença), e desde que presentes os demais requisitos indicados no art. 503. Como se trata de uma decisão incidental (ou seja, na fundamentação da sentença), a decisão não constará no dispositivo da sentença (no dispositivo consta apenas a resolução dos pedidos da ação).

Alternativa E: Os motivos NÃO fazem coisa julgada, ainda que importantes para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença (art. 504, I, CPC).

Equipe de Questões do Estratégia Carreiras Jurídicas.

Qualquer dúvida, crítica ou sugestão: thiago.carvalho@estrategia.com

Forte abraço! Bons estudos.